



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

PAULO EVERTON MOTA SIMÕES

**FAZER DINHEIRO:
O AVESSE DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA VALE**

Salvador
2019

PAULO EVERTON MOTA SIMÕES

**FAZER DINHEIRO:
O AVESSE DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA VALE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração - NPGA, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete

Coorientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Salvador
2019

Escola de Administração - UFBA

S593 Simões, Paulo Everton Mota.
Fazer dinheiro: o avesso do discurso da sustentabilidade na Vale /
Paulo Everton Mota Simões. – 2019.
230 f.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete.
Coorientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de
Administração, Salvador, 2019.

1. Vale do Rio Doce – Desenvolvimento sustentável – Análise do
discurso. 2. Sustentabilidade. 3. Responsabilidade social da empresa.
6. Governança corporativa. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de
Administração. II. Título.

CDD – 333.715

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULO EVERTON MOTA SIMÕES

**FAZER DINHEIRO:
O AVESSE DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA VALE**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - UFBA

Aprovada em 21 de novembro de 2019.

Prof.^a. Dra. Elsa Sousa Kraychete - Orientadora
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil
Professora permanente da Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva - Coorientador
Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Professor Permanente da Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Prof.^a. Dra. Andrea Cardoso Ventura
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil
Professora permanente da Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Professor permanente da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof.^a. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Professora permanente da Universidade Federal da Bahia, Brasil

*Ao **Presidente Lula**,
prisioneiro político da esgarçada democracia brasileira pós golpe de 2016.*

*A **Jean Wyllys**,
aguerrido defensor dos direitos humanos, impelido a abandonar seu terceiro mandato de
deputado federal e auto exilar-se para preservar a vida, ameaçada pela investida neofascista
que assola este país.*

*Às **vítimas da Vale**, especialmente em Mariana e Brumadinho, e seus familiares.*

AGRADECIMENTOS

À causa primária de todas as coisas.

Ao encanto ancestral, de quem sou recruta, *Odé gbà mi o!*

A painho e mainha pela dádiva da vida, pelo exemplo de dignidade e honestidade e por todos os sacrifícios que fizeram para que eu pudesse priorizar os estudos.

Às professoras e professores que marcaram minha trajetória: Geânio Batista e Virgínia Araújo no Educandário Recanto Feliz; Sinval Silva no CEFET; Nelson Oliveira, Neyde Marques (in memoriam), Carlos Milani e Paula Schommer, na EAUFBA.

À UFBA, alma mater, universidade pública, gratuita e de qualidade a quem devo toda a minha formação.

À minha orientadora da UFBA, Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete e ao meu orientador da UFAL, Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva.

Ao Prof. Dr. Luiz Alex Saraiva e às Profas. Dras. Bete Santos e Andréa Ventura por participarem da banca de defesa e pelas valiosas contribuições.

À Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos pelas contribuições na qualificação.

À UFAL pela licença para conclusão da tese.

À CAPES pelo financiamento no biênio 2015-16.

À Anaélia e ao Prof. Dr. Célio Andrade.

À Miê, Marlon, Matheus, Cristian, Marcelo, Diana, Kari, Dora, Lara e Cássio pela escuta afetiva e incentivo nesta empreitada.

A Sig e Mel, meus gatinhos, que por incontáveis horas me fizeram companhia durante a escrita.

Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada como uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súpua de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor do seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for.

E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar.

Karl Marx (2015, p. 785)

SIMÕES, Paulo Everton Mota. **Fazer dinheiro**: o avesso do discurso da sustentabilidade na Vale. Orientadora: Elsa Sousa Kraychete; Coorientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva. 2019. 230 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação Em Administração da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a desvelar o discurso empresarial da sustentabilidade na mineradora Vale. A sustentabilidade é analisada a partir de um enfoque discursivo, historicamente determinado, no qual o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores. Demonstra-se que o desenvolvimento sustentável é um acontecimento enunciativo na formação discursiva do desenvolvimento no capitalismo e que, posteriormente, se transfigura em sustentabilidade, convertendo-se em uma perspectiva gerencialista do desenvolvimento sustentável, dando origem à formação discursiva da sustentabilidade empresarial. Como aporte teórico e metodológico foi utilizada a Análise do Discurso Pêcheuxiana, cujos procedimentos teórico-analíticos são definidos à luz do materialismo histórico-dialético. Para delinear como são construídos os sentidos do discurso da sustentabilidade, constituiu-se um *corpus* a partir de sequências discursivas, retiradas dos relatórios de sustentabilidade da Vale, publicados no período de 2007 e 2017. Identificou-se a posição-sujeito no discurso empresarial, juntamente com a forma-sujeito que a determina e seu enunciador universal, o que possibilitou constatar que a Vale produz três efeitos de sentido: viabilizar a mineração, tornar-se uma empresa competitiva e gerar valor para o acionista. Conclui-se que, em seu funcionamento, o discurso da sustentabilidade na Vale funciona para higienizar a imagem da empresa, apagar a memória estatal e camuflar seu objetivo principal de transformar a Natureza em dinheiro.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Governança Global. Vale.

ABSTRACT

This research aims to unveil the corporate discourse of sustainability in the mining company Vale. The sustainability is analyzed from a discursive and historically determined perspective, where the discourse is an effect of meanings between interlocutors. It is demonstrated that sustainable development is an enunciative event on the discursive construction of development in capitalism and that, posteriorly, transfigures itself into sustainability, converting itself into a managerial perspective of sustainable development, originating the discursive construction of corporate sustainability. As a theoretical and methodological basis, Pêcheux's Analysis of the Discourse was utilized, whose theoretical and analytical procedures are defined in the light of dialectical and historical materialism. To outline how the meanings of the sustainability discourse are constructed, a *corpus* was constituted from discursive sequences extracted from Vale's sustainability reports, published between 2007 and 2017. The subject-position of corporate discourse was identified, along with the subject-form that determines it and its universal enunciator, which made it possible to note that Vale produces three effects of meaning: make mining viable, turn itself into a competitive company and create value for the shareholders. It is concluded that, in its operation, the sustainability discourse in Vale serves the purpose of promoting hygiene of the company's image, eliminating its state-owned history and camouflaging its main goal of converting nature into money.

Keywords: Discourse Analysis. Sustainable Development. Sustainability. Global Governance. Vale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	89
Figura 2	Proporção de deputados eleitos com financiamento da Vale, 2014	138
Figura 3	Financiamento das mineradoras para candidaturas em 2014	139
Figura 4	Identidade visual da Vale	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Noções de governança na produção sociológica contemporânea	98
Quadro 2	Usos conceituais de governança global para o DS	112
Quadro 3	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou Agenda 2030	118
Quadro 4	Participações institucionais da Vale	126
Quadro 5	Lucro líquido da Vale no período 1997-2018 (em milhões de R\$)	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dispêndios socioambientais da Vale de 2007 a 2016 em milhões de US\$	197
----------	--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Total de ações (sem tesouraria), 31 de maio de 2019	149
Gráfico 2	Emissões de GEE	194
Gráfico 3	Emissão de material particulado	195
Gráfico 4	Quantidade consolidada de resíduos gerados	196
Gráfico 5	Saldo acumulado de áreas impactadas não reabilitadas	196
Gráfico 6	Conflitos pelo uso da terra	197
Gráfico 7	Dispêndios sociais e ambientais	198
Gráfico 8	Dispêndio social voluntário	199

LISTA DE SIGLAS

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas e de Previdência Privada
ACD	Análise crítica do discurso
AD	Análise do Discurso
ADIN	Ações diretas de inconstitucionalidade
ADP	Análise do Discurso Pêcheuxtiana
AIE	Aparelhos ideológicos de Estado
AL	América Latina
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
ANPAD	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ARE	Aparelho repressivo do Estado
Biac	Comitê Consultivo de Empresas e Indústria da OCDE
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações
BOVESPA	Bolsa de Valores São Paulo
Bradespar	Bradesco Participações
BSR	<i>Business for Social Responsibility</i>
CBPG	Comitê Brasileiro do Pacto Global
CCSI	<i>Columbia Center on Sustainable Investment</i>
CDM	Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CND	Conselho Nacional de Desestatização
CNRS	<i>Centre National de la Recherche Scientifique</i>
CPD	Condições de produção do discurso
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CRIA	Centro de Referência Integral de Adolescentes
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DS	Desenvolvimento Sustentável
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
EITI	<i>Extractive Industry Transparency Initiative</i>
Emesrt	<i>Earth Moving Equipment Safety Round Table</i>
ENANPAD	Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em

	Administração
EUA	Estados Unidos da América
FD	Formação Discursiva
FEM	Fórum Econômico Mundial
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FI	Formação ideológica
Fim	Formação imaginária
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo de População das Nações Unidas
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GBC	<i>Green Building Council</i>
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GIZ	<i>Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
GmbH	<i>Gesellschaft mit beschränkter Haftung</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBOVESPA	Índice Bovespa
Ibram	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMM	Conselho Internacional de Mineração e Metais
IFC	Instituto de Fiscalização e Controle
IGF	<i>Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development</i>
ISE	Índice de sustentabilidade empresarial
ISP	Investimento Social Privado
ISSO	<i>International Organization for Standardization</i>
LAJIDA	Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização
LATIBEX	Bolsa de Valores de Madri
LSO	Licença social para operar
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCT	Organização Científica do Trabalho
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	<i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programas de ajuste estrutural
PEFC	<i>Programme for the Endorsement of Forest Certification</i>
PIB	Produto Interno Bruto

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SD	Sequências discursivas
SDSN	Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável
SE	Sustentabilidade Empresarial
SGM	Segunda Guerra Mundial
STF	Superior Tribunal Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UN	<i>United Nations</i>
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US\$	Dólar dos Estados Unidos
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WDR	<i>World Development Report</i>
WEF	<i>World Economic Forum</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO: UMA ESCOLHA TEÓRICO-METODOLÓGICA	27
2.1	TEORIA DO DISCURSO POR MICHEL PÊCHEUX	28
2.1.1	Discurso: objeto distinto na Linguística	30
2.1.2	A posição de entremeio	33
2.1.3	Em oposição à neutralidade, a tomada de posição	36
2.1.4	Elaboraões acerca da ideologia a partir de Althusser	37
2.1.4.1	<i>Assujeitamento ideológico</i>	41
2.1.5	Heterogeneidade na AD França-Brasil	45
2.2	O MÉTODO DA AD SEGUNDO O MATERIALISMO HISTÓRICO.....	51
2.3	DISPOSITIVOS DE INTERPRETAÇÃO NA AD	55
2.3.1	Condições de produção do discurso (CPD), formação ideológica (FI), formação discursiva (FD) e formação imaginária (FIm)	56
2.3.2	Paráfrase, metáfora e polissemia	61
2.3.3	Intradiscurso e interdiscurso	62
3	INTERDISCURSO E MOVIMENTO DE SENTIDOS NA DISCURSIVIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO	64
3.1	FORMAÇÃO DISCURSIVA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	66
3.1.1	Desenvolvimento Sustentável: acontecimento enunciativo	80
4	DISCURSO NEOLIBERAL DA GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	97
4.1	A GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	111
4.1.1	A mais recente abordagem para a governança global do DS	116
4.1.2	Mercado e Estado: uma parceria para privatizar o lucro e socializar as perdas	130
5	O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA VALE	143
5.1	O SILENCIAMENTO DO PASSADO ESTATAL	145
5.2	A REPRESENTAÇÃO HIGIÊNICA	157
5.2.1	Tecnologia gestonária para higienização	161

5.3	DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA E SUJEITO	165
5.3.1	Sustentabilidade é fazer dinheiro!	175
5.3.2	Dizer “x” para não dizer “y”	190
6	CONCLUSÃO	201
	REFERÊNCIAS	205

1 INTRODUÇÃO

O Rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de *Watu*,
 nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas.
 Ele não é algo de que alguém possa se apropriar;
 é uma parte da nossa construção como coletivo
 que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente
 confinados pelo governo para podermos viver e
 reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa).
 [...] O *Watu*, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do rio Doce,
 entre Minas Gerais e o Espírito Santo,
 numa extensão de seiscentos quilômetros,
 está todo coberto por um material tóxico
 que desceu de uma barragem de contenção de resíduos,
 o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma.
 Faz um ano e meio que esse crime –
 que não pode ser chamado de acidente –
 atingiu as nossas vidas de maneira radical,
 nos colocando na real condição de um mundo que acabou.
 (KRENAK, 2019, p. 18)

O interesse pelo objeto de pesquisa desta tese é resultado de uma trajetória iniciada ainda na graduação em Administração na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA). As experiências de extensão durante a graduação, relacionadas à Gestão Social e Economia Solidária, proporcionaram uma inserção profissional que, posteriormente, trouxe inquietações, cujas respostas nos motivaram a buscar pela reflexão acadêmica. Além da atuação profissional em projetos de extensão em Economia Solidária, todos eles com financiamento de recursos empresariais (PETROBRAS, Dow Química e CHESF), trabalhamos também em Organizações não Governamentais - ONGs (Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA e Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana – CDM), na elaboração de projetos para captação de recursos. Em tais experiências, as ONGs também acessavam recursos de origem empresarial para o desenvolvimento de suas atividades.

Apesar de buscar uma trajetória profissional ao largo de uma carreira empresarial, a atuação na área social sempre nos colocou em relação com o universo empresarial, seja de empresas públicas ou das privadas. Durante a pesquisa de mestrado, na qual investigamos as mudanças na cooperação internacional não governamental e suas repercussões na relação

entre uma ONG holandesa, a Novib, e suas contrapartes brasileiras, identificamos a convocação das empresas à atuação social. Durante a conclusão do mestrado, atuávamos como consultor na concepção e implementação de um programa de responsabilidade social para uma empresa de energia renovável, com abrangência em quatro municípios do sudoeste baiano.

A experiência como consultor em 2012 proporcionou um convite para fazer parte do quadro da empresa em sua Gerência de Sustentabilidade, no qual permanecemos até iniciar o doutorado em 2015. A atuação como Especialista em Responsabilidade Social gerou diversos questionamentos e curiosidades sobre as práticas e o discurso empresarial da sustentabilidade. A partir de um lugar profissional, que permitiu o estabelecimento de relações com uma diversidade de partes interessadas - a cúpula decisória da empresa (CEO e Diretores), empregados, um agente financiador (o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), lideranças comunitárias, representantes do poder executivo municipal de quatro municípios, ONGs parceiras, empresas de consultoria e universidade (Universidade do Estado da Bahia - UNEB), percebemos como as ações de responsabilidade socioambiental repercutiam positivamente na relação da empresa com as partes interessadas e eram por ela utilizadas como forma de dirimir certas dificuldades da implantação do empreendimento.

A partir deste percurso profissional, despertamos o interesse em pesquisar sobre a sustentabilidade e sua adoção pelas corporações, considerando que é preciso haver uma análise crítica histórico-materialista do fenômeno, que se inscreve em uma discussão do desenvolvimento no âmbito do processo de acumulação capitalista. Nos anos 1970, o crescimento econômico foi declarado incompatível com a preservação ambiental, o que representou, por sua vez, uma ameaça à continuidade da acumulação de capital no atual modo de produção, que é altamente dependente da expropriação da Natureza. A partir dos anos 2000, a ideia de sustentabilidade ganhou espaço no universo corporativo, cujas práticas social e ambientalmente sustentáveis são divulgadas à sociedade por meio de relatórios anuais.

O desenvolvimento foi qualificado pela primeira vez como “sustentável” por um fato marcante na década de 1980, que é histórico-discursivo - a publicação do relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, em 1987, que trouxe uma definição para o termo Desenvolvimento Sustentável (DS), tornando-o um acontecimento enunciativo, que forneceu a base linguístico-discursiva para a sustentabilidade. Segundo este documento, desenvolvimento não é incompatível com proteção ao meio ambiente e precisa ser sustentável, implicando em ações que contemplem as três dimensões: social, econômica e ambiental.

Devido à repercussão do Relatório Brundtland e, posteriormente, à realização da Conferência Rio-92, a ONU e o Banco Mundial fizeram da sustentabilidade a alternativa única para o futuro da humanidade, erigindo, portanto, um projeto de desenvolvimento sustentável que, para ser levado a cabo demandou o engendramento de um sistema para sua governança global. Destarte, o objetivo central da proclamação da sustentabilidade é a não interrupção do crescimento econômico, pois o que precisa se tornar duradoura, a qualquer custo, é a acumulação capitalista, ainda que embaçada pelo discurso da sustentabilidade, capaz de tornar compatíveis o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais, ainda que apenas no campo discursivo.

O mercado tem se apropriado, cada vez mais, de práticas e discursos que colocam na pauta corporativa as preocupações com o meio ambiente e a sociedade. Consolidou-se um discurso de sustentabilidade, de caráter global, pautado por normas e regulações privadas, concebidas no seio de organizações sem fins lucrativos, especializadas em produzir e reproduzir tal discurso. São exemplos internacionais e brasileiros, de organizações que cumprem o papel de fazer da sustentabilidade uma prática de mercado, as seguintes: *Global Reporting Initiative (GRI)*; *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*; Instituto ETHOS e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

Não raro a abordagem, conceitual e prática, da sustentabilidade confunde-se com as questões da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), o que requer um esforço adicional em traçar as fronteiras entre RSE, DS e sustentabilidade. Depreende-se de artigos produzidos a partir dos anos 2000 que, apesar de haver um consenso que legitima as práticas social e ambientalmente responsáveis das empresas, não há consenso em torno de uma definição, sendo estas noções formuladas de maneira confusa e, muitas vezes, contraditórias, revelando uma diversidade de abordagens (CARROL, 1999; KREILTON, 2004; GARRIGA; MELÉ, 2004; OLIVEIRA, 2012).

Acelrad (2008) afirma que a discussão de sustentabilidade é predominante esvaziada de categorias que deem conta da diversidade social e da legitimidade das variadas formas de apropriação e uso dos recursos ambientais nos territórios. Esse posicionamento sugere a crítica à incorporação da sustentabilidade na gestão empresarial, que constrói para si uma normatização privada. São as corporações que elegem o que e o quanto é preciso realizar em termos de sustentabilidade, o que acarreta na produção e reprodução de técnicas e indicadores para mensuração do quanto uma corporação alcança de sustentabilidade sem antes discutir se, de fato, a sustentabilidade é alcançável no contexto do capitalismo.

As designações sustentabilidade e desenvolvimento sustentável têm sido utilizadas como sinônimos (BANERJEE, 2003). A sustentabilidade empresarial funciona como um discurso (PRATES, 2013) vinculado à historicidade da reprodução do capitalismo. A ampliação do léxico desenvolvimento sustentável adiciona outras designações: a responsabilidade social corporativa, a cidadania corporativa, o desempenho social corporativo, a sustentabilidade corporativa e gestão ambiental (LANDRUM, 2017). As empresas, incorporam a sustentabilidade como uma perspectiva gerenciável do DS, uma criação da ONU, aqui tratado como acontecimento enunciativo, oriundo do Relatório Brundtland de 1987, que adicionou a perspectiva social e ambiental ao desenvolvimento, mas permaneceu filiado à formação ideológica do capital.

O desenvolvimento sustentável se torna um equivalente da sustentabilidade por meio de um trabalho ideológico de organização de sentidos, deslocando o foco da sustentabilidade planetária global para o processo de sustentação do crescimento da corporação (BANERJEE, 2003). Muitas empresas introduziram a sustentabilidade nos negócios (SZÉKELY; KNIRSCH, 2005), entretanto, o Meio Ambiente permanece sendo degradado continuamente (LANDRUM, 2017). É a partir desta contradição, que consideramos haver um trabalho ideológico de mobilização de sentidos em torno da sustentabilidade para encobrir seu efeito de sentido de sustentação da reprodução do capitalismo.

As práticas empresariais e, conseqüentemente, os discursos em torno das designações sustentabilidade e desenvolvimento sustentável se constroem com o objetivo de tornar, discursivamente, compatível a relação entre crescimento econômico e proteção do meio ambiente sob a égide do modo de produção capitalista. Como aponta Nobre (2002, p. 37, grifo nosso), “se há contradição entre desenvolvimento capitalista (no sentido de *crescimento econômico*) e meio ambiente, não há por que defender o capitalismo. Se não há contradição entre os dois termos, não há por que impor restrições à utilização dos recursos naturais”.

Optamos por estudar a sustentabilidade a partir de um enfoque discursivo, historicamente determinado, para o qual o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 2016). É “[...] formulado em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação [...]” (ORLANDI, 1986, p. 115), em uma “[...] relação indissociável entre língua, história e ideologia [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 23).

Investigamos o funcionamento do discurso da sustentabilidade na Vale por ser uma empresa criada no Brasil e porque é líder mundial na produção de minério de ferro, mas também porque ela realiza vultosos investimentos em imagem e práticas de sustentabilidade,

com destaques em certificações, premiações e as filiações às organizações nacionais e globais que tratam do tema da sustentabilidade.

Em 2013, a Vale ocupou o segundo lugar em reputação e o terceiro em responsabilidade social no *ranking* das vinte empresas mais bem colocadas no Brasil (ITACARAMBI, 2013). Em 2014, figurou entre as 61 empresas¹ mais sustentáveis do Brasil. No mesmo ano foi a 171^a; em 2015, a 41^a; e em 2017, a 86^a empresa no *ranking*² das 500 corporações mais verdes do mundo. Em contraste à imagem de empresa sustentável, os dois crimes socioambientais protagonizados pela Vale em 2016 e 2019 ocorreram no decurso desta pesquisa e contribuem, também, para a pertinência das análises.

O recorte da materialidade discursiva compreende os relatórios de sustentabilidade publicados de 2007 a 2017. Retiramos os documentos, em formato digital do sítio³ eletrônico da Vale. Durante a leitura de cada relatório, destacamos trechos que contivessem as designações sustentabilidade e desenvolvimento sustentável ou aqueles que, mesmo não citando estas expressões, revelassem aspectos relativos às suas determinações. Realizamos, destarte uma delimitação temática e temporal. Os excertos destacados foram copiados e colados em arquivos de um editor de texto, um por relatório. Novamente realizamos a leitura dos destaques de cada relatório anual e agrupamos os excertos, nessa etapa não somente por ano, mas também por categorias temáticas, que emergiram da própria leitura. Chegamos a dez agrupamentos temáticos:

- i. Missão da Vale;
- ii. Valor;
- iii. Parcerias Intersetoriais;
- iv. Viabilidade;
- v. Legado;
- vi. *Triple Bottom Line*;
- vii. Competitividade;
- viii. Estratégia;
- ix. Agenda Global;
- x. Licença Social.

¹ Revista Guia Exame (VALE, 2014a)

² Fonte: <https://www.newsweek.com/>

³ <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/reports/Paginas/default.aspx>.

Da leitura de cada agrupamento, selecionamos alguns excertos descartando as repetições, o que gerou um arquivo em editor de texto com duas páginas e meia. Em seguida, após uma nova leitura e seleção, chegamos às quinze sequências discursivas (SD) apresentadas no texto de qualificação como o *corpus* da tese. Entretanto, durante o desenrolar da pesquisa, à medida que dialogávamos com autores da AD e com novos textos, identificamos a necessidade de retornar ao material coletado e trouxemos para o *corpus* da tese, as SD1, SD2, SD3, SD4, SD6 e SD7. Ademais, retornamos à leitura dos relatórios da Vale em busca de novos excertos: SD8 e SD9. Mantivemos, da proposta apresentada na qualificação, as seguintes sequências: SD5, SD10, SD11, SD12, SD13, SD14 e SD15.

Formamos nosso *corpus* a partir de corpora de arquivos, que são aqueles “[...] constituídos a partir de materiais pré-existentes [...]” (COURTINE, 2014, p. 77). Por *corpus*, entendemos um conjunto estruturado de SD, orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo, com referência a certo estado das condições de produção do discurso (COURTINE, 2014). As quinze sequências compõem o nosso *corpus* empírico de um processo discursivo determinado: aquele no qual domina a Formação Discursiva da Sustentabilidade Empresarial. O *corpus* é homogêneo, uma vez que as SD provêm do mesmo lugar discursivo (FLORENCIO, 2013): os relatórios de sustentabilidade da Vale.

Esta tese tem por objetivo desvelar o discurso empresarial da sustentabilidade na Vale a partir dos seus relatórios, publicados entre 2007 e 2017. Para este intento, buscamos conhecer a origem do Desenvolvimento Sustentável (DS), demonstrando sua inscrição na Formação Discursiva do Desenvolvimento Capitalista; explicar o DS como um projeto da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial (BM), levado a cabo por um sistema de governança global; e investigar quais são e como se produzem os efeitos de sentido da sustentabilidade na Vale. A partir das SD extraídas do campo discursivo de referência, que entendemos como aquele da sustentabilidade empresarial, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: como são produzidos os efeitos de sentido da designação sustentabilidade nos relatórios da Vale?

Enquanto filiação teórico-analítica, optamos pela Análise do Discurso (AD) herdeira do materialismo histórico-dialético, cuja teoria dos processos discursivos mantém “a referência materialista às relações de produção e ao modo de produção que as implica” (PÊCHEUX, 2016, p. 172). Para Pêcheux, a existência da sociedade e da história não se dissocia das relações de produção e da luta de classes, uma vez que “a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes” (PÊCHEUX, 2016, p. 172). Na Análise do Discurso Pêcheuxtiana (ADP) (FIGUEIRA, 2015), os “[...]”

procedimentos analíticos são definidos à luz do referencial da teoria social Marxista [...]” (AMARAL, 2007, p. 15).

No que tange à relação sujeito-objeto, para esta pesquisa, tomamos por pressuposto que não há isolamento entre eles, pois consideramos que “[...] não há como estudar de fora como se fosse possível sair da própria pele para ver-se de fora [...]” (DEMO, 1995, p. 28), tampouco nos inscrevemos numa suposta neutralidade científica, pois consideramos que tal neutralidade é também uma ideologia, uma maneira de assumir posição. Enquanto postura epistemológica, assumimos nossa filiação ao materialismo histórico, sobre o qual Michel Pêcheux alicerçou a construção da análise materialista do discurso. A abordagem metodológica é, portanto, qualitativa, a partir de dados predominantemente verbais, cujo trabalho de campo se deu sobre documentos escritos de natureza oficial (GODOY, 1995), para explicar um acontecimento “[...] por meio de conceitos existentes ou emergentes [...]” (YIN, 2016, p. 7).

No que tange à coleta de dados, adotamos a pesquisa documental que, conforme Yin (2016), chama atenção para a recolha de objetos, dentre eles documentos, artefatos e registros arquivais, que tenham relação com o objeto de estudo e que podem gerar dados verbais, pictóricos, numéricos ou gráficos. Phillips e Hardy (2002) entendem que a seleção de quais textos serão considerados dados para uma análise de discurso não é simples. Segundo os referidos autores, são considerados textos: interações não verbais, textos escritos, conversas, filmes, interações não verbais, entre outros. Dentre as fontes de texto, em uma organização, os autores citam como exemplo os relatórios anuais, em nosso caso os relatórios anuais de sustentabilidade da Vale.

Para dar conta do objeto de estudo, utilizamos um referencial teórico que possibilitasse o entendimento sobre o desenvolvimento no capitalismo e ainda sobre sustentabilidade nas corporações, construindo a interlocução necessária com os dispositivos teórico-metodológicos e autores da Análise do Discurso: Pêcheux, Orlandi, Courtine, Fuchs, Mazière, Maldidier e Amaral. Para discutir, desenvolvimento, capitalismo e sustentabilidade destacamos alguns autores que dialogamos: Marx, Mészáros, Harvey, Leff, Dardot e Laval, Layrargues, Furtado, Porto-Gonçalves, Rist, Escobar, Banerjee, Gaulejac, Faria, Tragtenberg, Guerreiro Ramos e Dupas.

Para responder ao problema de pesquisa, estruturamos este trabalho em quatro seções, além da introdução e da conclusão. Na seção intitulada “A Análise Materialista do Discurso: uma escolha teórico-metodológica” apresentamos a AD e seus dispositivos teórico-analíticos com vistas a explicar que utilizar a AD apenas como um recurso metodológico para analisar

material textual constitui-se em um grave equívoco, pois deixa-se de mobilizar adequadamente as categorias analíticas fundamentadas em uma teoria do discurso.

Na seção intitulada “Interdiscurso e Movimento de Sentidos na Discursividade do Desenvolvimento no Capitalismo”, utilizaremos as condições de produção do discurso (CPD), em seu sentido amplo, como fio condutor para remontar à origem do termo sustentabilidade e sua chegada ao universo empresarial. Ainda nesta seção, faremos uma retrospectiva histórica até o enunciado fundador (ORLANDI, 1993a) do desenvolvimento para, em seguida, identificarmos a Formação Discursiva do Desenvolvimento Capitalista e tratarmos do desenvolvimento sustentável como acontecimento enunciativo.

Na seção seguinte, cujo título é “O Discurso Neoliberal da Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável”, demonstraremos como a ONU e o BM tornaram a sustentabilidade a alternativa única para o futuro da humanidade, erigindo, portanto, um projeto de DS que, para ser levado a cabo demandou um sistema de governança global. Também nesta seção, a partir da categoria posição-sujeito, levantamos indicativos de que é a forma-sujeito do Mercado, que exerce a função autor, dando uma ilusão de autoria do discurso à Vale.

Por fim, na seção denominada “O Funcionamento do Discurso da Sustentabilidade na Vale”, apresentaremos a Vale como empresa neoliberal (COUTROT, 1998; ACQUIER, DAUDIGEOS; VALIORGUE, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016; SALMON, 2017). Nesta seção, mobilizaremos algumas categorias analíticas, como: condições de produção do discurso, formação ideológica, formação imaginária, sujeito do discurso, silenciamento, censura, entre outras. Identificaremos a posição-sujeito no discurso empresarial, alcançaremos a forma-sujeito que a determina e seu enunciador universal para concluir que o discurso da sustentabilidade na Vale funciona para higienizar a imagem da empresa, apagar a memória estatal e camuflar o objetivo principal de transformar a Natureza em dinheiro.

2 ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO: UMA ESCOLHA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A reflexão não é nunca fria:
lugar de emoção, de debate,
de opressão, mas também
de resistência.

Eni Orlandi, 1988⁴.

A Análise do Discurso (AD) neste trabalho é uma escolha teórico-metodológica e nos ocupamos em dedicar-lhe uma seção com o objetivo de contribuir para que a AD seja referência para pesquisadores dedicados a analisar fenômenos alusivos às organizações. Esperamos explicar que a AD, tratada como um mero recurso metodológico constitui-se em um grave equívoco, pois a mesma só tem sentido porque mobiliza em seu método as categorias analíticas de uma teoria materialista do discurso. Conforme explica Maldidier (2014, p. 22), “A análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso) [...]”. A partir da relação entre a estrutura e o acontecimento, analisamos o discurso por meio de “[...] um batimento entre descrição e interpretação, procurando explicitar o funcionamento do discurso [...]” (ORLANDI, 2016, p. 31). A análise é, ademais, uma interpretação do processo de formulação relacionado à situação concreta de quem formula o enunciado (AMARAL, 2007).

Como afirmam Carrieri, Saraiva, Silva, Pimentel e Souza-Ricardo (2009), os discursos e as organizações são produções da engenhosidade humana e apresentam suas marcas ideológicas constitutivas, o que põe em destaque a sua não neutralidade. Cabe-nos antecipar a nossa concordância com estes pesquisadores e ratificar nossa recusa à neutralidade da Administração como campo do conhecimento, bem como da ciência em geral:

A neutralidade que os teóricos e metodólogos funcionalistas insistem em atribuir às coisas da ciência em geral, e da organização em particular, não cabem em um esforço de tratamento do que se passa efetivamente no cotidiano dos homens, e, tampouco, no de suas organizações (CARRIERI; SARAIVA; SILVA; PIMENTEL, SOUZA-RICARDO, 2009, p. 12).

Leite-da-Silva (2009) analisou artigos publicados no Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD) e constatou que entre 229 artigos, apenas 7

⁴Nota à edição brasileira de Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio de Michel Pêcheux.

tinham por referencial a AD, mesmo assim, segundo Leite-da-Silva (2009, p. 181) “[...] alguns não aplicavam procedimentos da AD, adotando outra vertente ou apenas se referiam ao termo *Análise do Discurso* no sentido, estrito, de *analisar um depoimento* [...]” ou mesmo cometeram “[...] erros grosseiros quanto ao rigor epistemológico [...]” (LEITE-DA-SILVA, 2009, p. 181). Justificamos, destarte, a pertinência desta seção. A despeito do potencial interpretativo pujante disponibilizado pela AD, a mesma permanece pouco conhecida pesquisadores no campo da Administração.

2.1 TEORIA DO DISCURSO POR MICHEL PÊCHEUX

A AD encontrou terreno propício para seu surgimento no âmbito de uma problematização acerca do fato da Linguística limitar-se ao estudo interior da língua. Brandão (2003) recorda que alguns estudiosos fortaleceram um posicionamento no qual o estudo imanente da língua tornara-se insuficiente para o alcance da sua totalidade, enquanto objeto da Linguística. Destarte, se reconheceu o caráter formal da linguagem, mas também atravessado por aspectos subjetivos, sociais e históricas, operando um deslocamento nos estudos linguísticos a partir do qual a linguagem, enquanto fenômeno situa-se, também, fora do estritamente linguístico (BRANDÃO, 2003).

É a atitude de voltar-se para o exterior que abriu caminho, mais tarde, para a entrada do discurso nos estudos da linguagem. É na década de 1950, segundo Orlandi (1986), a partir de Z. Harris, que se inaugurava o estudo do discurso. Orlandi denomina o trabalho de Harris como ponto de partida da AD. Este teórico ousou análises para além do que estava circunscrito à frase. Apesar do termo análise do discurso ter aparecido pela primeira vez num artigo de Harris (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016), tal pensador ainda não havia feito um movimento fundamental para a AD, pois permaneceu “[...] fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção [...]” (BRANDÃO, 2012, p. 14).

A Análise do Discurso, aqui já referida como aquela de linha francesa, tem sob sua denominação, das décadas de 1960 a 1980, pressupostos teóricos ligados à semiótica, linguística, lexicologia e produções sobre o discurso feitas por pensadores como: Lévi-Strauss, Barthes, Dubois, entre outros (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016). Dois nomes, entretanto, marcam o surgimento da Análise do Discurso no contexto francês, o que caracteriza nas palavras de Malidier (2014) sua dupla fundação: Jean Dubois e Michel Pêcheux. A despeito das suas diferenças, ambos têm em

comum o espaço do marxismo e da política, compartilham evidências sobre história, movimento social e luta de classes. Esse horizonte comum e o contexto francês da década de 1960, somado à promoção da Linguística à condição de ciência piloto, é responsável por alavancar o surgimento da AD na conjuntura teórico-política dos anos sessenta (MALDIDIER, 2014).

Jean Dubois foi membro do partido comunista francês, professor vinculado à Universidade de Paris X – Nanterre, de 1967 a 1972 e agrupou professores-pesquisadores para iniciar o seu departamento de Linguística. De 1969 até 1972 figurou-se em tal Universidade um primeiro grupo de pesquisadores em AD de perfil militante, que se revelava não somente no trabalho com textos políticos, mas também com a publicação de teses acadêmicas. Já Michel Pêcheux, nascido em 1938, obteve êxito na passagem pela Escola Normal Superior da Rua *d’Ulm*, “[...] lugar de ardor teórico em que o pensamento busca um novo fôlego nos encontros interdisciplinares inéditos [...]” (MALDIDIER, 2003, p. 17) e graduou-se em Filosofia em 1963.

Pêcheux realizou sua elaboração teórica num período de quinze anos (1966-83), foi uma figura central na formação de um coletivo intelectual que se agitava em torno de questões sobre ciência e sua história, sobre ideologia e sobre sujeito. Ele fez parte de um grupo de pesquisadores oriundos de outras Universidades, também de Nanterre e ainda do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), que teve a transdisciplinaridade e a epistemologia como referências. Ele divergiu de Dubois quanto ao lugar da língua na Linguística e quanto à definição do seu objeto e foi responsável pelas elaborações teóricas que se tornaram parte imprescindível ao legado da AD, como: pré-construído, formação discursiva, interdiscurso e intradiscurso, deslocalização do sujeito, dessubjetivação da leitura, entre outros – produção que cessa em 1983 com a dissolução do grupo após seu suicídio (MAZIÈRE, 2017).

Sob as influências do marxismo e da política, Pêcheux se ocupa de construir o discurso como objeto teórico, que é determinado e visto a partir de sua relação com a história, faz dele objeto de pesquisa, bem como concebe os dispositivos para sua análise. Ele provocou com a AD uma ruptura epistemológica nas ciências humanas, pela articulação do discurso com o sujeito e a ideologia (BRANDÃO, 2003). Pêcheux deslocou o objeto de estudo da língua, o qual permanece como objeto da Linguística, inaugurando uma região teórica que se distingue tanto da Linguística quanto das ciências sociais. Ele adicionou aos estudos da língua, as contribuições da ideologia, da história, do sujeito e do inconsciente (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016). Apesar de pouco lido em

vida, Pêcheux figura como referência na produção de artigos e teses em AD, tendo sido um estudioso marcado pelo seu pensamento forte (MALDIDIER, 2003). Pêcheux herdou um legado teórico de diversos pensadores: Saussure, Althusser, Nietzsche, Marx, Freud, Lacan e Foucault (PATTI; SOUSA; GARCIA, 2017).

2.1.1 Discurso: objeto distinto na Linguística

A análise do discurso se caracteriza por sua relação com a língua, entretanto isso não faz dela um domínio de exclusividade da Linguística. Orlandi (1986, p. 109) explica que a relação entre a AD e a Linguística é tensa, afirmando ainda que “[...] a relação entre a Linguística e a Análise de Discurso é a da simples complementação – esta se acrescenta àquela [...]”. Mazière (2017), por sua vez, admite que a relação da AD com a Linguística, enquanto ciência pode ser discutida. A AD trouxe um problema (interno) para a Linguística, pois a coloca em relação com outro domínio do conhecimento – a ciência das formações sociais; e também um problema (externo) para as ciências humanas, uma vez que ela é resposta da Linguística para as exigências a ela feitas fora de seu domínio. Orlandi (1990) revela um ponto nevrálgico em sua relação com as ciências sociais com o político pelo fato de tais ciências suporem a transparência da linguagem, enquanto a AD entende que sujeito e significação não gozam de tal transparência. Se há uma tensão com Linguística, há também com as ciências humanas e sociais uma vez que a AD problematiza “[...] a natureza da concepção de sujeito e de linguagem sobre as quais essas ciências se organizam [...]” (ORLANDI, 1990, p. 27).

Conforme Ferreira (2010, p. 2), a AD abriu “[...] um campo de questões no interior da própria Linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época [...]”. Ademais, o objeto da AD se distingue daquele da Linguística, pois a especificidade do seu objeto está no discurso e não na língua, que constitui objeto da Linguística. A AD “[...] considera como constitutivo de seu objeto (o discurso) a determinação histórica [...]” (ORLANDI, 1990, p. 27). A AD tem objeto próprio, que “[...] se inscreve no domínio dos objetos que se relacionam com os objetos da ciência das formações sociais [...]” (ORLANDI, 1986, p. 110). Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 46) ressaltam o caráter inovador da AD que construiu seu objeto teórico e se constituiu enquanto disciplina, pois “[...] pela primeira vez na história, a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo [...]”.

Conforme salienta Malidier (2003), a tensão entre AD e a Linguística, do ponto de vista do sentido, se acirra num texto de 1971, publicado no número 24 da Revista *Langages*, em coautoria de Pêcheux, Haroche e Henry – A semântica e o corte saussuriano. Nesse texto, subjaz uma ideia força na qual o sentido extrapola a circunscrição da Linguística por meio da afirmação de que “[...] a semântica não deriva de uma abordagem Linguística [...]” (MALDIDIER, 2003, p. 31). Sendo assim, afinal, “[...] o que pode a Linguística quando se trata de sentido?” (MALDIDIER, 2003, p. 29). Daí entendemos que, de fato, Pêcheux concebe uma área nova em relação à Linguística, na qual o objeto da semântica – o sentido – ultrapassa a fronteira da Linguística como ciência. Portanto, o desvelar de sentidos e as reflexões daí advindas, a partir de gestos de interpretação do analista, é possível uma vez que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]” (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

Charaudeau e Maingueneau (2016) afirmam que a vertente francesa dos anos 1960 assumiu um projeto militante de analisar corpora ideologicamente sensíveis, apoiando-se em uma teoria do discurso com elã marxista e psicanalítico. Estes autores enxergam a AD como um espaço de problematização e afirmam que seu status de disciplina só se reforçou a partir do desenvolvimento de um aparelho conceitual específico bem como definiu método distinto da análise de conteúdo. O elã marxista é fruto da reelaboração *althusseriana* do pensamento de Marx e contribuiu para o direcionamento crítico da teoria de Pêcheux. Isto foi posto por Orlandi (1986), ao destacar que a teoria do discurso de Pêcheux surge pretendendo ser uma teoria crítica da linguagem. Tal teoria do discurso é a “[...] teoria da determinação histórica dos processos semânticos [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014).

O discurso, para Pêcheux (2014a, p. 81) não se trata de transmissão de informação entre destinador e destinatário, mas de um efeito de sentidos entre “[...] lugares determinados na estrutura de uma formação social [...]”. É “[...] o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito [...]” (MALDIDIER, 2003, p. 15). O discurso “[...] é o enunciado formulado em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação [...]” (ORLANDI, 1986, p. 115). Dito de outro modo, “[...] o discurso é efeito de sentido entre locutores [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 20) ou ainda a “[...] relação indissociável entre língua, história e ideologia [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 23). A AD, por sua vez, “[...] é a análise desses efeitos de sentido [...]” (ORLANDI, 1986, p. 115), é “[...] um processo, mais um movimento crítico que uma escola fornecendo

categorias operatórias e métodos a aplicar [...]” (MAZIÈRE, 2017. p. 95). Não é no funcionamento da língua que se concentra a AD, mas no funcionamento do discurso, que parte da relação língua-história-ideologia (AMARAL, 2007).

O objeto discurso não se confunde com o texto. Este último, observado a partir da sua estruturação em língua, constitui um enunciado, já o discurso está além da soma das frases que o constitui. Ele se relaciona com a língua, ocupando um lugar entre ela e a fala – um lugar da existência histórico-social da linguagem. A língua é uma pré-condição para que haja o discurso, ou seja, o discursivo pressupõe o linguístico. Portanto, a língua representa a base material sobre a qual se desenvolve o processo discursivo (ORLANDI, 1986). Para o discurso, a língua é condição de possibilidade (ORLANDI, 2015a). O discurso é um produto fruto de uma investigação, não está aparente como o texto, é uma expressão da materialidade da língua (MAZIÈRE, 2017). Para fazer análise do discurso é preciso vincular o que está expresso pela linguagem às suas condições de produção, caracterizando assim um movimento de recorrer ao exterior da língua. Para Brandão (2014), a exterioridade, marca fundamental da AD, produz um deslocamento teórico uma vez que se faz necessário recorrer a conceitos fora da Linguística para analisar unidades mais complexas. Para Malidier (2014), esse deslocamento se expressa no objetivo teórico que requer a articulação da questão do discurso às do sujeito e da ideologia.

Não há AD sem investigação dos efeitos do sentido. Logo, é preciso entender como ele se constitui. De acordo com Florêncio, Magalhães, Silva Sobrinho e Cavalcante (2016, p. 67), os sentidos se constituem no discurso, não estão já postos desde sempre e tampouco estão explícitos nos enunciados, não são nem verdadeiros nem únicos, mas plurais e diversos, por isso o analista se põe a investigar como cada sentido se produziu. Dito de outra maneira, “[...] os dizeres não podem ser vistos como mensagens que são transmitidas e compreendidas em sua transparência, mas em seus efeitos de sentido, produzidos por sujeitos que realizam suas escolhas, em determinadas situações, que se mostram no modo como dizem [...]”.

Pêcheux (2016) ressalta que o sentido detém um caráter material, uma vez que depende constitutivamente da formação ideológica na qual se inscreve. O sentido está, para o autor, além da palavra, uma vez que é resultado de posições ideológicas em disputa no processo social e histórico no qual se produz a materialidade da língua. Conforme nos ensina Pêcheux, o discurso é sempre “[...] apreendido dentro de relações que o sujeito estabelece no seu mover-se no mundo; pensa a enunciação no quadro de uma teoria não subjetiva do sujeito. Ou seja, toda e qualquer enunciação é resultado das relações sociais que o sujeito estabelece [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 24).

Não se extrai simplesmente o sentido do texto. O analista, antes, apreende sua historicidade, pondo-se numa relação de confronto de sentidos. Por esta razão, a AD se articula duplamente com a história:

O discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também é histórico porque cria tradição, passado e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real. O que a AD faz com respeito a isso é explicitar o funcionamento do discurso em suas determinações históricas, pela ideologia. (ORLANDI, 1990, p. 35)

Pêcheux, segundo Mazière (2017), o mais obstinado teórico do discurso, ao fundar não apenas mais uma área de conhecimento, mas um instrumento de luta política, cujo objeto é o discurso, se opôs ao conhecimento canônico na Linguística, pois visa a:

[...] tematizar o objeto discursivo como sendo um *objeto-fronteira*, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade lingüística e de uma materialidade histórica, simultaneamente. A AD recorta, portanto, seu objeto teórico (o discurso), distinguindo-se da lingüística imanente, que se centra na língua, nela e por ela mesma, e também das demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento para a explicação de textos (FERREIRA, 2003, p. 41).

A AD é um campo do saber recente (FIGUEIRA, 2015), completou meio século desde a publicação de AAD-69 e, mesmo após a morte do seu fundador em 1983, ainda como uma disciplina inacabada, no sentido de estar aberta à constante construção (BRANDÃO, 2014) permanece amplamente difundida em território brasileiro (FERREIRA, 2003; FIGUEIRA, 2015).

2.1.2 Posição de entremeio

A inter-relação com outras disciplinas é constitutiva na AD, uma vez que esta é resultante do encontro entre a Psicanálise (Freud e Lacan) e o Materialismo Histórico (Marx e Althusser) com a Linguística (Saussure) (MALDDIDIER, 2003; FERNANDES, 2008; BRANDÃO, 2014; ORLANDI, 2015a; PATTI; SOUSA; GARCIA, 2017). A AD se constitui, portanto, a partir de um atravessamento teórico, “[...] a episteme da Análise do Discurso, origina-se, prioritariamente, do entrecruzamento das três áreas do conhecimento científico [...] (materialismo histórico, Linguística e teoria do discurso) [...]” (FERNANDES, 2008, p. 54). Articulação entre o lingüístico e o social, o “[...] estudo lingüístico das condições de produção

de um enunciado [...]” (BRANDÃO, 2014, p. 17) ou, simplesmente a AD, essa disciplina não acabada que dialoga com a História, a Sociologia e a Psicologia contém como conceitos fundamentais a ideologia e o discurso. Quanto ao primeiro conceito, Pêcheux foi influenciado pelo pensamento de Althusser⁵ a partir dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) para chegar à noção de formação ideológica. No que tange ao segundo, o discurso, a influência será de Foucault, por meio de quem Pêcheux se vale da noção de formação discursiva (BRANDÃO, 2012).

Pêcheux e Fuchs (2014, p. 160) sintetizam o quadro epistemológico que funda a AD a partir de três regiões que são perpassadas e se articulam em torno de uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Orlandi (1990) percebe a posição de entremeio como constitutiva na AD. A autora concebe a linguagem como materialidade, como fato-linguagem, o que requer considerá-la do ponto de vista, tanto histórico quanto linguístico, ainda que operando um deslocamento daquilo que se entende por político, linguístico e histórico. Consequentemente, a AD ocupa um lugar entre a ciência das formações sociais e a Linguística. Ela põe em relação complexa os campos da língua, da sociedade e da história. Este último, levando em consideração as relações de força e a dominação pela ideologia. Temos, então, que a AD é constituída “[...] nesse intervalo, entre a Linguística e essas outras ciências, justamente nas regiões das questões que dizem respeito à relação da linguagem (objeto linguístico) com a sua exterioridade (objeto histórico) [...]” (ORLANDI, 1990, p. 27).

A AD atualmente constitui-se em uma disciplina, dada sua maturidade teórica e metodológica (BRANDÃO, 2003). Foi denominada por Pêcheux como disciplina de entremeio, no âmbito das ciências sociais, pois compreende-se que “[...] a história não pode ser apartada do funcionamento da língua no discurso [...]” (AMARAL, 2007, p. 19). Ser uma teoria de entremeio faz emergir riscos, uma vez que ela irá trabalhar as contradições da relação com outros campos do conhecimento e ainda outras contradições e empréstimos utilizados como metáforas no espaço que ocupa no campo da ciência para compreender a si e

⁵ Para Maldidier (2003, p. 18), “Althusser é para Michel Pêcheux, aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso”.

para se fazer compreender (ORLANDI, 2016). Há aqui um sentido de campo disciplinar, uma disciplina que estabelece uma relação-contradição face às outras disciplinas, como podemos apreciar pelas palavras de Orlandi:

A análise de Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso. (ORLANDI, 1990, p. 8).

Orlandi (2016) considera que o acúmulo de conhecimentos no campo da AD brasileira na atualidade proporciona a esta disciplina uma virada rumo à expansão dos seus princípios básicos. Orlandi (2016, p. 12) nos lembra que sem entender discursivamente o que é o entremeio não se pode “[...] trabalhar a contemporaneidade dos conceitos em sua historicidade [...]”. Daí Orlandi (2016, p. 47) nos adverte que exercitar a posição de entremeio implica “[...] nem oposição, nem sobre determinação, nem ausência de relação [...]”. Apresentamos um excerto longo, entretanto importante, para trazer à tona a relação que a autora estabelece entre entremeio e a “virada” e como o analista do discurso está posicionado no entremeio:

[...] o exercício de entremeio quando, falo em virada, recai sobre o próprio processo de significação e dos nossos procedimentos: entremeio porque pratica a perspectiva de pensar que a virada – dada a conjuntura teórica que a análise de discurso que praticamos conquistou, em seu desenvolvimento – nos coloca no entremeio entre uma Semântica Geral e as Teorias da Comunicação em uma Semântica Discursiva em que não entra só a língua ou as línguas, mas também as configurações discursivas próprias aos diferentes campos do real; no entremeio entre a língua como real específico formando o espaço contraditório dos desdobramentos das discursividade e unidades de análise de diferentes materialidades significantes; na posição entre estar no meio dos sentidos ou na unicidade/objetividade obrigada da informação; entre o que a psicanálise pode oferecer à análise de discurso e aquilo que a análise de discurso pode oferecer seguindo o campo da psicanálise (como o da linguística) particularmente no que já produziu sobre a relação língua/sujeito/história e a ressignificação dessas noções quando tomadas no entremeio pois não é mais a língua do linguista, não é o sujeito da psicologia, nem o da psicanálise, não é a história do historiador. E assim por diante. Entremeio significa, sobretudo, não pensar relações hierarquizadas, ou instrumentalizadas, ou aplicações. Trata-se da transversalidade de disciplinas pensadas como, segundo M. Pêcheux (1969⁶), *empréstimos que se usam como metáforas*, o nosso contexto científico. Nem sobre determinação, nem instrumentalização, nem aplicação. Uma relação metafórica, ressignificação, como a que se dá quando se toma

⁶Analyse Automatique du Discours, Dunod, Paris.

discursivamente a não transparência do sujeito, a não transparência da língua, a não transparência da história. (ORLANDI, 2016, p. 11).

Orlandi (2016) destaca entremeio também quanto ao método, no sentido de mediação entre teoria e análise, na procura por procedimentos adequados ao objeto a ser analisado. Figueira (2015) explica o caráter de entremeio pela tessitura de relações epistemológicas entre os campos do saber para concepção de um referencial teórico que dê conta do processo de produção de sentidos.

2.1.3 Em oposição à neutralidade, a tomada de posição

A AD não se deixa utilizar como instrumento neutro, por isso, para Pêcheux, o discurso é o instrumento da prática política (ORLANDI, 1990). Assumimos neste trabalho que não se pode ser um analista de discurso sem deixar explícito um posicionamento, não somente na prática científica, mas também na prática política. A AD, ao nascer, “[...] se inscreve num objetivo político: a arma científica da Linguística oferece meios novos para abordar a política [...]” (MALDIDIER, 2014, p. 20). Para Pêcheux (2016, p. 172), um conhecimento científico dado é produzido historicamente e, portanto, é efeito “[...] de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica [...]”. Orlandi (2014) reúne textos a partir dos quais capta a essência do pensamento de Pêcheux que precisa ser levada em conta para a leitura de sua obra hoje. Orlandi (2014, p. 14) se refere ao material selecionado, para publicação, como textos de tomada de posição e prossegue dizendo que Michel Pêcheux “[...] pensa politicamente” e que “o político – e mesmo a política – não lhe vem por acréscimo. É constitutivo de seu pensamento. Essa é sem dúvida uma qualidade marcante de sua autoria [...]” (ORLANDI, 2014, p. 14).

A AD é pensada por Pêcheux, a partir de um questionamento crítico à Linguística, de modo a propiciar um rompimento epistemológico com a ideologia que dominava as ciências humanas. O objeto discurso altera a relação saussuriana entre língua e fala e, investido na fórmula *Althusseriana*, opera uma mudança de terreno regando articulação entre discurso, sujeito e ideologia (MALDIDIER, 2014).

Uma vez tendo seu fundador um pensamento político, conforme explicitou Orlandi (2014), a neutralidade no campo da AD se torna impossível. Nela, o analista toma posição, seja pela filiação entre uma de suas vertentes, seja por sua inscrição em determinada formação ideológica. Pêcheux (2008, p. 57), ao se referir à posição de trabalho pertinente à AD, evidencia a necessidade de “[...] detectar os momentos de interpretações enquanto atos que

surtem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados [...]”. Desde a fundação da AD, a tomada de posição esteve presente, inclusive na perspectiva da produção científica, uma vez que Pêcheux se propôs a articular o inconsciente ao atravessamento ideológico, façanha que resultou numa “ruptura epistemológica” com o conhecimento produzido à época, atitude que representou uma tomada de posição, também política, face às teorias vigentes (DE NARDI; NASCIMENTO, 2016).

Quanto à posição do analista, Mazière (2017, p. 23) enfatiza que “[...] o analista de discurso não é uma pessoa neutra [...]”. Portanto, “[...] ele deve assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve, igualmente, construir um observatório para si [...]” (MAZIÈRE, 2017, p. 23). Reiteradamente constatamos que nem pode haver neutralidade, uma vez que a AD se inscreve no político. Como destacou Mazière (2017), o primeiro grupo formado em Nanterre se constituía em torno de uma atitude militante. A AD e o político estão em relação desde sua fundação. Também segundo as palavras de Pêcheux (2014b, p. 21-22, *grifo nosso*), a AD “[...] parece ter experimentado desde suas origens uma tendência irresistível, na França, ao eleger como objeto de estudo os *discursos políticos* [...]”, cuja análise “[...] surgiu na forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição em um campo ideologicamente estruturado [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p. 21-22).

2.1.4 Elaboraões acerca da ideologia a partir de Althusser

A reflexão posta em funcionamento pela AD é singular porque coloca em contato a ideologia e a língua, “[...] trazendo para a reflexão o materialismo e não sucumbindo ao positivismo [...]” (ORLANDI, 2013, p. 17). Trata-se de uma análise do discurso que nega o formalismo e o funcionalismo, afasta-se do pragmatismo e apresenta-se, então, enquanto análise sustentada pelo materialismo. Está posta, portanto, uma “[...] materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica [...]” (ORLANDI, 2013, p. 22) que “[...] remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos) em uma conjuntura histórica dada [...]” (ORLANDI, 2013, p. 23). Há, por assim dizer, uma “[...] forma de existência histórica da discursividade e processo discursivo no qual se constroem as coisas a saber [...]” (ORLANDI, 2013, p. 28). Processo discursivo é o “[...] processo de produção do discurso [...]” (PÊCHEUX, 2014c, p. 128). Língua e discurso são constituídos

materialmente, sendo o discurso a materialidade da ideologia, enquanto a língua é a materialidade do discurso (ORLANDI, 2013).

2.1.4.1 Assujeitamento Ideológico

Apesar da polissemia do termo Ideologia, cabe elucidarmos que a análise materialista do discurso tem definida sua concepção, que deriva das elaborações de Pêcheux a partir do trabalho de Althusser, base a partir da qual ele produziu sobre a teoria das ideologias, sobre a prática de produção de conhecimento e sobre a prática política. Há, segundo Althusser, ideologias particulares (de caráter regional – religiosa, jurídica, moral, etc e de classe) que sempre expressam posições de classe e, também, o que designa simplesmente por Ideologia, que é a ideologia em geral, eterna, onipresente em toda história das formações sociais de classe. O conceito de ideologia para a AD é necessário para se conceber o discurso enquanto resultado da relação da língua com a ideologia, sendo que esta última não é tomada por dissimulação do real ou sua ausência para o sentido (ORLANDI, 1990). Pêcheux (2016, p. 252, grifo nosso) explica que Ideologia “[...] não é, pois, o equivalente *marxista* do erro, da ilusão ou da ignorância [...]”.

Orlandi (2003a, p. 12) apresenta como ponto forte da teoria de Pêcheux a definição e o funcionamento da ideologia (um princípio de constituição da realidade), sistematização a partir da qual concebe “[...] o discurso como lugar de acesso e observação da relação entre a materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua [...]”. Como nos informa Maldidier (2003), Pêcheux se encontra com Althusser na sua passagem pela Escola Normal Superior, um encontro que lhe “[...] traz o choque de um pensamento político, decide sua entrada em política [...]” (MALDIDIER, 2003, p. 17).

Pêcheux se vale da noção de processo discursivo-ideológico, com base nas leis internas do sistema linguístico, sendo tal processo inscrito numa relação que é ideológica, mas também de classes sociais. Ainda que a língua seja indiferente em relação à divisão da sociedade em classes e à sua luta, para Pêcheux, as classes sociais não são indiferentes em relação à língua, uma vez que a utilizam na seara de suas oposições. A língua é, destarte, o que possibilita o discurso, esse lugar material no qual os efeitos de sentido se realizam. No discurso, tais efeitos têm, por fonte de sua produção, os processos discursivos (BRANDÃO, 2012).

No texto de Althusser (2003), que trata da Ideologia e dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE), está posta uma discussão em torno da reprodução das condições de produção de

uma formação social. Pêcheux (2016) explica como a ideologia dominante, aquela que é a ideologia da classe dominante, por meio dos aparelhos ideológicos de Estado, alcança a submissão ao predomínio da classe dominante. O Estado, em Althusser, é “[...] concebido como o conjunto das instituições (públicas ou privadas) que favorecem a reprodução das condições de produção da sociedade capitalista [...]” (FIGUEIRA, 2015, p. 106). Os AIE conformam certo número de realidades, instituições que se distinguem e são especializadas, que se manifestam junto ao aparelho repressivo do Estado (ARE), mas que não se confundem com ele. A maior parte dos AIE remete ao domínio privado, diferente do aparelho repressivo que é exclusividade do domínio público, eles são plurais: religioso (igrejas); escolar (diferentes escolas); familiar; jurídico; político (sistema político e os partidos); sindical; de informação (imprensa) (ALTHUSSER, 2003).

O que difere os AIE dos ARE é que os primeiros funcionam principalmente por meio da ideologia e secundariamente pela repressão atenuada, dissimulada ou simbólica, enquanto os últimos utilizam a violência. Entretanto, Althusser destaca que o ARE funciona, predominantemente, pela repressão e, secundariamente, pela ideologia, o que caracteriza a não existência de aparelho unicamente repressivo. Para entender as contribuições da ideologia na teoria materialista do discurso é preciso conhecer o funcionamento dos AIE, pois são eles que, em sua aparente dispersão, alcançam a unificação da diversidade, “[...] na medida em que a ideologia, na qual funcionam está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 71).

É pela ideologia dominante que se alcança a harmonia, ainda que tensa, entre o ARE e os AIE e entre os diferentes tipos de AIE. Estes aparelhos são, ainda, tanto os meios, quanto o lugar da luta de classes, todos eles “[...] concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 78). É pertinente apontar a amplitude da noção de Estado em Althusser, pois ele menciona instituições privadas, funcionando como AIE, para “[...] veicular predominantemente ideologias favoráveis às classes dominantes [...]” (FIGUEIRA, 2015, p. 106).

Althusser (2003) se refere à ideologia como realidade e não como falsa consciência. Sua teoria leva em conta a história das formações sociais, dos modos de produção a elas relacionados e, também, das lutas de classe. Para tratar do objeto que é representado sob a forma imaginária de ideologia, Althusser levanta a primeira tese de que “[...] a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência [...]”

(ALTHUSER, 2003, p. 85). Segundo o autor, o que é representado na Ideologia são as relações, que estão no cerne de toda representação imaginária sobre o mundo real dos homens com as suas próprias condições reais de existência. Assim, “[...] é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem [...]” (ALTHUSER, 2003, p. 88).

Althusser (2003, p. 88) postula que “[...] a ideologia tem existência material [...]”. Essa materialidade se expressa nos aparelhos e em suas práticas. A abordagem de Althusser retira das ideias as características de existência ideal/espiritual para conferir-lhes materialidade. Há, portanto, uma ordem de determinação real na qual “[...] a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais [...]” (ALTHUSER, 2003, p. 92). Práticas só existem por meio e sob ideologia, que só é possível pelos e para os sujeitos concretos, ou seja, por uma categoria sujeito. Essa categoria sujeito é fundamental para entendermos a interpelação ideológica também presente na obra de Pêcheux, sabendo desde já que toda ideologia tem por função interpelar “[...] os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito [...]” (ALTHUSER, 2003, p. 96). Está presente em Althusser e, retomado por Pêcheux, a existência material da ideologia enquanto prática social entre sujeitos, ou seja, o funcionamento ideológico possui caráter material na relação indissociável entre sujeito e ideologia (SILVA, 2015). Há uma oposição à ideologia como representação mecânica da realidade.

Para Althusser, “[...] a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e essa relação é necessariamente imaginária [...]” (BRANDÃO, 2014, p. 24). O ser humano cria formas simbólicas para representar sua relação com a realidade material. As ideias adquirem materialidade, pois só é possível que elas alcancem a existência por meio de um aparelho ideológico que é material, uma vez que as relações nela representadas implicam a ação do indivíduo em ritos e práticas materiais da vida cotidiana, que se dão no cerne de aparelhos ideológicos que possuem concretude. Portanto, os atos concretos são a materialidade da ideologia e toda e qualquer prática só ganha a existência dentro e por meio de uma ideologia (BRANDÃO, 2014).

A Ideologia em geral não é a formação ideológica concreta, que tem história própria, ou seja, existência histórica e concreta. Sua estrutura e funcionamento nunca se alteram no curso na história das sociedades de classe. Ela não é, tampouco, “[...] forma histórica concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa

formação social historicamente dada, o todo complexo com dominante das formações ideológicas que nela funcionam [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 137). Essa definição cabe à ideologia dominante. Esse ser humano é um animal ideológico que é parte da Natureza. A luta de classes move a história, este grandioso sistema natural-humano dentro do qual a Ideologia se perpetua. Ela embuça a si mesma no interior de seu próprio funcionamento ao mesmo tempo em que produz evidências a partir das quais o sujeito se constitui (PÊCHEUX, 2016).

Pêcheux (2016) atribui às ideologias um caráter regional, conferindo-lhes uma especialização: religiosa, do conhecimento, da política, etc. Para o autor não é possível romper com a Ideologia em geral, apenas com formações ideológicas, inscritas histórico-materialmente no complexo das FI de uma formação social. O que confere materialidade concreta à Ideologia são as formações ideológicas que, inclusive, expressam posições de classe: “[...] as ideologias práticas são práticas de classe (de luta de classes) na Ideologia [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 132). A discussão sobre Ideologia e formação ideológica é necessária para explicar a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, uma vez que o assujeitamento é produto da interpelação ideológica.

2.1.4.2 Interpelação ou assujeitamento ideológico

A Ideologia, para Althusser (2003), recruta e transforma todos os indivíduos em sujeitos por meio de uma operação denominada de interpelação do tipo: “[...] ei, você aí!” (ALTHUSER, 2003, p. 96), o que provoca uma reação automática de reconhecimento no indivíduo que sabe ser ele o interpelado. É essa interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia que possibilita o dizer (ORLANDI, 2015a). Há, portanto, um reconhecimento no qual o indivíduo sabe que certamente ele é quem está sendo chamado. Segundo Brandão (2014), o reconhecimento se dá no exato momento em que o sujeito se insere nas práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. A interpelação dos indivíduos, enquanto sujeitos, e o existir da Ideologia são em si a mesma coisa. Os indivíduos são sempre/já sujeitos porque, assim como o inconsciente Freudiano, a Ideologia é eterna. Portanto, os indivíduos estão sempre/já por ela interpelados, mesmo antes do nascimento, quando já se espera sua chegada no seio da configuração ideológica familiar (BRANDÃO, 2014).

Para Orlandi (2015), a evidência de que sempre/já se é um sujeito gera o apagamento da consciência de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela Ideologia. A evidência de ser sempre/já sujeito é proporcionada pelo mecanismo dos esquecimentos número um e número dois. O esquecimento um é o esquecimento inconsciente, resultado da interpelação pela

Ideologia. Pelo mecanismo deste esquecimento, o sujeito fica sob um efeito ilusório de que ele é dono/origem do que diz, quando simplesmente ele retoma sentidos pré-concebidos. Já o esquecimento dois ou esquecimento enunciativo é semiconsciente e produz uma ilusão referencial a partir da qual o sujeito acredita que aquilo que diz só pode ser dito com tais palavras e não com outras. Ademais, não existe um lá fora da Ideologia ainda que aqueles que estão dentro se pensem como estando fora, pois não existe um exterior para si mesma. Ela é exterioridade apenas para a realidade e para a ciência. Isso se deve ao fato de que é “[...] um dos efeitos da ideologia a negação prática do caráter ideológico da ideologia, pela ideologia: a ideologia nunca diz: eu sou ideológica [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 97).

Para além do sujeito concreto, no centro de toda ideologia há um Sujeito (com S maiúsculo), que irá interpelar uma infinidade de sujeitos à sua volta, submetendo-os a ele. A função do reconhecimento ideológico trata de assegurar “[...] o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo [...]” (ALTHUSSER, 2003, p. 103). Assim, conforme Althusser (2003, p. 103) “[...] se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo tudo irá bem [...]”. Estes seria o bom sujeito, posição decorrente da interpelação, aquele que está entregue à ideologia, em harmonia com sua materialidade expressa nos AIE, reconhecendo assim o estado de coisas existente. Os sujeitos estão livremente submetidos ao direcionamento do Sujeito, realizando por si mesmos os atos de submissão, se constituindo, portanto por uma sujeição.

É preciso ressaltar que “[...] as ideologias não nascem dos AIE, mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc.” (ALTHUSSER, 2003, p. 107). Uma vez que as ideologias não nascem nos sujeitos, significa que há “[...] um descentramento do sujeito em relação ao processo histórico/ideológico [...]” (SILVA, 2015, p. 38). Pêcheux (2014a, p. 98) questiona a concepção idealista de sujeito, como origem, essência e causa. Neste sentido,

A análise de discurso deixa de ser uma questão de reconstrução das variantes homogêneas de uma estrutura de ideologia (ou ideologias) para ser, em vez disso, uma questão de exploração desse jogo de heterogeneidades discursivas móveis que geram eventos específicos às lutas ideológicas do movimento. Tudo isso, obviamente, implica numa certa percepção da relação entre realidade histórica, materialidade linguística e a existência do sujeito: põe-se em questão a metafísica confortável que considera as classes como objetos pré-construídos e autocentrados, o sujeito como uma unidade ativa de uma consciência intencional e a língua como instrumento de comunicação das ações e expressões desse sujeito. (PÊCHEUX, 2014a, p. 98).

Orlandi (2015) explica que a condição para constituição do sentido e do sujeito é a ideologia, porque gera evidências e põe o ser humano numa relação que é imaginária com suas condições materiais de existência. É impossível a realidade sem Ideologia, ela é um efeito da relação do sujeito com a língua e a história para que se possibilite a existência do sentido e seu modo de funcionamento imaginário. Por meio dela, há uma produção de imagens que, por sua vez, propicia que palavras adiram às coisas. É por meio da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que surge a discursividade, porém é gerado um efeito de apagamento da inscrição da língua na história para que ela passe a oferecer um sentido já lá, uma ilusão de linguagem transparente a partir da qual o sentido seria evidente, quando na realidade tanto os sujeitos quanto os sentidos têm sua materialidade constituída pela articulação entre língua, história e ideologia (ORLANDI, 2015a).

Nesta perspectiva, o sujeito não é homogêneo, pois o seu discurso resulta de entrecruzamentos de diversos discursos outros (de oposição, de negação, de contradição, etc.). Discursos e sujeitos têm por característica a heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1982) e esta heterogeneidade é condição de existência devido ao entrecruzamento de discursos diferentes que se encontram em dispersão. Cabe ressaltar, no entanto, que sujeito do discurso não é sinônimo de sujeito falante, pois este último é empírico e individualizado, já o primeiro refere-se a uma posição-sujeito no discurso. Diferentes vozes sociais constituem o sujeito discursivo, que se insere em determinada conjuntura sócio-histórica-ideológica. Devido ao atravessamento de tantas vozes, esse sujeito passa a se inscrever em diferentes formações ideológicas e discursivas (FERNANDES, 2008). Além da heterogeneidade, há também polifonia, que se apresenta quando uma pluralidade de vozes integra a voz de um sujeito discursivo:

[...] o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico. (FERNANDES, 2008, p. 24).

O sujeito é criador de uma realidade discursiva que é ilusória e a inserção em tal ilusão é consequência dos dois esquecimentos. A ilusão que tem o sujeito de ser autor absoluto do que diz e origem do sentido é necessária para construí-lo como sujeito. Por esta ilusão ou esquecimento número um, o indivíduo “[...] rejeita, apaga inconscientemente qualquer elemento que remeta ao exterior de sua formação discursiva; por ele é que o sujeito *recusa*

essa e não outra sequência para que obtenha esse e não outro sentido [...]” (BRANDÃO, 2014, p. 82, grifo nosso). A ilusão de que o discurso reverbera o conhecimento que o indivíduo possui sobre a realidade advém do esquecimento número dois, que se constitui em uma “[...] operação de seleção linguística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito; em que, no interior da formação discursiva que o domina, elege algumas formas e sequências que se encontram em relação de paráfrase e *esquece*, oculta as outras [...]” (BRANDÃO, 2014, p. 82, grifo nosso). Tais esquecimentos resultam da interpelação do indivíduo em sujeito, produzindo um processo de assujeitamento ideológico, o próprio efeito *Münchhausen*⁷, a partir do qual “[...] todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto sujeitos-falantes [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 144).

Pêcheux (2016) aponta que o exterior à determinada formação discursiva permanece oculto ao sujeito-falante que se encontra sob seu domínio, eis a operação do primeiro esquecimento. O indivíduo, ao ser interpelado pela Ideologia, se deixa afetar pelo inconsciente e se torna um sujeito que se posiciona discursivamente. É a interpelação que posiciona o sujeito face ao histórico e ao simbólico, conferindo-lhe limites para o que pode e deve ser dito, fazendo-o crer que ele é em si mesmo a origem do que diz (PÊCHEUX, 2016). Na AD há o desdobro do sujeito, que se torna capaz de assumir diferentes papéis de acordo às posições possíveis de serem ocupadas no discurso. O sujeito “[...] perde o seu centro e passa a se caracterizar pela dispersão, por um discurso heterogêneo que se incorpora e assume diferentes vozes sociais [...]” (BRANDÃO, 2014, p. 86). Existe uma forma-sujeito do discurso que produz o efeito de:

[...] mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário linguístico* (corpo verbal) (PÊCHEUX, 2016, p. 165).

O estatuto do sujeito é polêmico na AD, que se contrapõe a uma concepção idealista, na qual o sujeito está livre da Ideologia e de qualquer assujeitamento. Para Silva Sobrinho (2011), Pêcheux, numa posição materialista, enquanto filósofo-militante, se opõe a essa concepção idealista ao postular que “[...] o Sujeito do Discurso é constituído pelas determinações do processo histórico-social [...]” (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 106), ou seja, “[...] o Sujeito é histórico e o discurso é uma prática historicamente determinada [...]” (SILVA

⁷ Em memória do imortal barão que se eleva nos ares puxando-se pelos próprios cabelos (PÊCHEUX, 2016, p. 144)

SOBRINHO, 2011, p. 107). Uma vez que a formação social na qual nos inserimos é a do capitalismo, entende-se que a articulação teórica, mas também política de Pêcheux com o materialismo histórico tem por objetivo colocar em questão a luta de classes, manifesta no antagonismo entre capital e trabalho, possível de expressar no discurso “[...] os efeitos das lutas de classes nas produções materiais de sentidos [...]” (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 108).

Pêcheux operou um novo corte epistemológico ao conceber um Sujeito do discurso para além do sujeito falante. Este Sujeito é passível de descrição e entendimento por meio do estudo objetivo do discurso, com seu caráter material e histórico, uma vez que se encontra em relação com a história e a ideologia (SILVA, 2015). O sujeito do discurso não é o sujeito falante, ele é uma posição no processo discurso, ou seja, é uma posição-sujeito. É nesse sentido que Pêcheux (2014c) distingue o ato de fala do sujeito falante individual do processo discursivo. Mazière (2017, p. 22) explica:

Nos casos mais simples, o sujeito é no mínimo dois: falante empírico e enunciador linguístico. Referência obrigatória, o sujeito da AD é um “lugar de sujeito” em uma abordagem dessubjetivada. De fato, ele não pode ser apreendido, a não ser no interior de cada uma das buscas do analista, em função de seu desígnio interpretativo e de sua posição quanto à língua. (MAZIÈRE, 2017, p. 22).

Essa posição no processo discursivo vem a ser ocupada a partir de um assujeitamento. A Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, ou seja, “[...] o *não-sujeito* é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 141). Essa interpelação faz do indivíduo o sujeito de seu discurso por meio de sua identificação com determinada FD que o domina e que, por sua vez, representa na linguagem uma FI que lhe corresponde. Daí a razão pela qual o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas se constitui na mesma operação chamada de interpelação.

2.1.5 Heterogeneidade na AD: França-Brasil

Conforme relata Orlandi (2016), no cenário político da França da década de 1960, os pensadores de referência estavam em torno do estruturalismo filosófico, da ideologia e da leitura do discurso. Ocorreram os episódios de maio de 1968, a crítica à forma de condução do Estado, que vinha sendo realizada pela União Soviética, os questionamentos ao Partido Comunista francês, o surgimento de divisões na esquerda. Segundo Patti, Sousa e Garcia (2017), a AD surge na França como resposta ao acontecimento de maio de 1968. Esse

momento histórico foi marcado por intensa mobilização pelas liberdades de pensamento e expressão; pelos direitos das minorias; por reforma do ensino superior, dentre outros.

Enquanto na França havia uma crise das esquerdas, no Brasil, de um lado, o cerne político estava na relação das esquerdas com a ditadura, imposição de censura, perseguições, diminuição de liberdade, emergência de discursos de salvação do país (que, ao contrário de promover, negavam a democracia). Era um momento tenso no qual fazia-se necessário “[...] encontrar um modo de dizer o que não podia ser dito: o político [...]” (ORLANDI, 2006, p. 18). Por outro lado, nascia a resistência que reivindicava, se mobilizava pela anistia de presos e reagia ao regime com armas em punho. Todos esses acontecimentos se constituem de discursividade, assim, golpe e resistência se desenvolvem concomitantemente. A discursividade prevalecente desencadeava a necessidade de “desvirar os discursos”, de ler o avesso⁸, de revelar discursos outros, de aprender a ler para além do que está dito, sabendo que o que estava impedido de ser pronunciado pressionava outros dizeres. Destarte, no Brasil a AD se introduziu nos anos 1970 numa sociedade “[...] saturada com os sentidos” do golpe militar num “momento em que a luta pela palavra é fundamental e em que [...] o silêncio trabalha politicamente, significando o que não pode ser dito [...]” (ORLANDI, 2016, p. 20).

A AD, dita francesa, despertou interesse em muitos países latino-americanos (MALDIDIÉ, 2014). É preciso, no entanto, considerar as especificidades histórico-políticas dos diferentes contextos: o francês e o brasileiro. A maneira como a AD se estabeleceu na América Latina era diversa daquela no contexto francês e isso exigiu desta disciplina sua tomada de posição face à ciência. Em um continente ocorre a diminuição da importância do político, enquanto em outro tudo é político. Está posto, no âmbito da produção e circulação do saber científico produzido pela AD entre os diferentes contextos, o choque entre o poder de dizer e o silenciamento. Do lado de cá do globo é mister “[...] procurarmos nos situar criticamente em certas regiões de sentido, não impô-los, mas sustentá-los em nossas relações intelectuais [...]” (ORLANDI, 1990, p. 34).

A conjuntura teórica de nascimento da AD, na França entre 1968 e 1979, é capitaneada pelo marxismo e pela Linguística. Seu objetivo era político e a Linguística oferecia novos meios para que tal abordagem fosse possível (MALDIDIÉ, 2014). A AD põe em cena o lugar do material concreto, por isso assume uma posição materialista e opera a ruptura com o positivismo e a estrutura, dando precedência ao processo e a articulação entre estrutura e acontecimento, concebendo assim a noção de funcionamento (ORLANDI, 2016).

⁸ Amaral (2007, p. 11) em seu texto propõe “*avessar* o discurso e observar nos seus meandros outros dizeres”. Essa noção inspira o título desta tese.

Piovezani e Sargentini (2014, p. 19) destacam que “[...] a AD brasileira já se encontra tão forte e estabelecida [...]”. Ainda segundo os autores a consolidação da AD no Brasil se deve a um dueto que reúne o melhor e o pior da nossa produção de conhecimento:

- 1) “a capacidade de bem adaptar, de reelaborar e de desenvolver práticas e pensamentos alheios que nos parecem nunca ter sido inteiramente estranhos”; e
- 2) “a banalização de ideias e o desleixo na execução de procedimentos operacionais que deviam ser levados a cabo de modo persistente e rigoroso”.

A AD ramificou-se e, peculiarmente no Brasil, tornou-se uma referência privilegiada (MAZIÉRE, 2017). Os caminhos percorridos pela AD no Brasil e na França, entretanto, revelam o campo heterogêneo da AD francesa e brasileira (FIGUEIRA, 2015). Maldidier (2014) explica que a AD se difunde muito rapidamente no campo de pesquisa francês, ocupando um lugar específico entre os anos de 1970 e 1975, tendo como protagonistas os linguistas em torno de J. Dubois e os pesquisadores das ciências humanas (incluindo historiadores marxistas) e sociais que orbitavam Pêcheux. O ano de 1975 marca a virada de conjuntura teórico-política que recompôs o campo da AD na França – o êxito da Linguística da enunciação pela chegada da pragmática, da filosofia da linguagem e análise da conversação. Essas novas referências abriram e favoreceram o surgimento de novos objetos. Entretanto, apesar da desconstrução-reconfiguração do campo na França, a AD

[...] não cessou de produzir efeitos. Longe da positividade a qual ela havia podido pretender em certa época, fez nascer questionamentos que não serão facilmente recobertos. Qualquer que seja sua banalização, o termo DISCURSO permanece na França como objeto de enfrentamentos teóricos decisivos. (MALDIDIER, 2014, p. 30).

Apesar de tal reviravolta no contexto francês, de acordo com Florêncio, Magalhães, Silva Sobrinho e Cavalcante (2016, p. 29):

Na França, entretanto, por conta das mudanças históricas ocorridas nos anos 80, dos embates dentro do próprio partido comunista francês entre althusserianos, garaudyanos e do desaparecimento de Michel Pêcheux, inicia-se um processo de reconstrução e reelaboração dos trabalhos franceses em Análise do Discurso. Assim, enquanto na França a AD fundada por Pêcheux inicia um processo de re-elaboração que culmina com a suspensão do projeto iniciado por seu fundador e a saída do althusserianismo, essa corrente chega ao Brasil onde encontra aceitação – tanto no que se refere aos estudos da linguagem, quanto à perspectiva teórica de Althusser.

A AD no Brasil é tratada por Orlandi (2003b, p. 2) como filiada aos estudos e pesquisas sobre discurso, “[...] que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux e que

se desenvolveu mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação [...]”. Se estabeleceu uma relação com a obra de Pêcheux, notada nas reflexões e na história da ciência, que se produz no país. Lemos sua obra hoje no Brasil “[...] porque os sentidos que ele fez/faz sentidos não é na história lá, mas na nossa história aqui que se apresenta como relevante [...]” (ORLANDI, 2014, p. 16).

A AD operou um deslocamento de terreno na Linguística a partir dos conceitos de língua, sujeito e historicidade. A AD encontra esse sujeito relegado, parte dele na Psicanálise: descentrado, sujeito do inconsciente e sem domínio de si; a parte outra é encontrada no materialismo histórico, a partir da formulação sobre a ideologia de Althusser, o sujeito materialmente constituído pela linguagem e assujeitado (FERREIRA, 2003).

Como aponta Ferreira (2003), atualmente no Brasil, a AD não se mantém exclusiva na análise de discursos políticos, tendo sido ampliados consideravelmente os objetos de interesse dos analistas de discurso brasileiros: do campo verbal ao não-verbal, temas de cunho social, diversos tipos de discurso, etc. A AD, no Brasil, obteve atenção de pesquisadores, solo fértil em universidades, ampla difusão e propagação de produções científicas que se pretendem a ela vinculadas (FIGUEIRA, 2015) e também se moveu da Linguística em direção a diferentes campos do conhecimento das ciências humanas (FERREIRA, 2003). No entanto, esse movimento de expansão revela um ponto sensível:

O ‘perigo’ dessa maior circulação é ver alguns de seus conceitos banalizados e seu aparato teórico reduzido a ‘método de análise do discurso’. Como se fosse possível fragmentar dispositivo teórico e analítico como entidades independentes e autônomas. Na realidade, o que dá vigor e consistência às análises feitas pelo viés discursivo é precisamente a indissociabilidade entre a teoria e a prática (FERREIRA, p. 45).

A AD que se realiza na França, comparada àquela que se iniciou nas décadas de sessenta e setenta do século passado, abandonou características de sua fundação que eram fundamentais: “[...] o esquecimento do político, o esvaziamento do ideológico nas análises, a perda da noção do sujeito dividido, descentrado, ou, mais geralmente, a falta de ligação da linguagem com a exterioridade, enquanto ligação constitutiva [...]” (ORLANDI, 2016, p. 9). Já no Brasil, estes aspectos muito se desenvolveram, “[...] merecendo nossa atenção contínua e conquistando uma precisão e uma abrangência teórica e metodológica cada vez mais forte e bem fundada [...]” (ORLANDI, 2016, p. 9). A partir dos anos 1990, as pesquisas em AD na França se desligam da tradição Pêcheuxtiana, aproximando-se mais de análise da conversação, estudos pragmáticos, teoria do enunciado e lexicologia (FIGUEIRA, 2015). A

Revista *Langages* número 117 em 1990 sequer citava Pêcheux, portanto “[...] cela signifie un enterrement [...]”⁹ de seu trabalho (PLON, 2003, p. 4).

Paveau (2011), ao tratar do contexto recente da AD na França, ressalta a amplitude de abordagens que levam os termos “análise do/de discurso” a serem utilizados, desde as ciências da linguagem até a sociologia e na ciência política. A autora aponta a existência de diferentes abordagens de análises do discurso no mundo e indica o que predomina na França hoje:

- a) teoria do discurso ou AD dita francesa, também conhecida por semântica discursiva que é o legado de Pêcheux. Segundo ela, devido à mudança de contexto e dos paradigmas científicos essa abordagem parece ter sido abandonada no contexto francês;
- b) *discourse analysis*: trabalha mais a língua e seu objeto aparenta ser mais o texto do que o discurso; é hoje dominante e deixou para trás as análises do exterior ao discurso;
- c) análise do discurso interativo: de origem estadunidense, traz menos língua e mais discurso, sendo este tomado do ponto de vista do intercâmbio e suas condições pragmáticas;
- d) análise crítica do discurso (ACD): surge nos anos 1990, tem como expoentes os teóricos Fairclough, Wodak, Van Dijk, e evoca a transdisciplinaridade e mudança social;
- e) análise do discurso enunciativa: aborda os enunciados e mantém o objeto da Linguística na esfera da língua; e
- f) análise do discurso argumentativa-comunicacional: situa-se entre análise de conteúdo, semiótica de dispositivos sociais e aspectos institucionais da comunicação humana, tem preferência por corpus de mídia.

As mais marcantes alterações e perdas, desde o surgimento da AD Pêcheuxtiana, foram sintetizadas por Paveau (2011, p. 10):

[...] la division du sujet, le discours comme mode d'être au monde et de constitution de soi et des autres, le discours comme une activité profondément humaine, sociale, politique, culturelle, morale, existentielle, etc. C'est donc essentiellement la dimension philosophique de l'analyse du discours, ou son interdisciplinarité : le fait qu'elle s'est constituée, dans le creuset français en tout cas, en dialogue étroit avec la philosophie, la psychanalyse, l'histoire (n'oublions pas que M. Pêcheux était philosophe, comme de nombreux chercheurs de l'époque, qui ont essaimé dans d'autres disciplines, P. Bourdieu notamment). J.-J. Courtine déclarait avec une certaine colère, au cours du colloque de 2003 en hommage à M. Pêcheux, que l'analyse du discours s'était « grammaticalisée ». Je pense que c'est la

⁹ “isso significa um enterro de seu trabalho” (PLON, 2003, p. 4, tradução nossa).

linguistique tout entière qui se « grammaticalise », au sens où elle se coupe de ses ouvertures philosophiques et de sa capacité de penser¹⁰.

Para Mazière (2011), houve um eclipse da AD na França, mais na dimensão política do que na teórica. Ela aponta a possibilidade da “vergonha” de ter sido marxista e, mais que isso, comunista, bem como se refere ao fim do bloco comunista que levou pesquisadores (as) das ciências humanas e sociais a um consenso humanista além da ascensão dos valores liberais acarretados pelo acontecimento. A autora destaca que “[...] o triunfo ideológico parece completo [...]” (MAZIÈRE, 2011, p. 18). Após a derrubada do muro de Berlim cai com ele “[...] um modo de pensar o futuro pela luta e pela resistência [...]” (MAZIÈRE, 2011, p. 19). De lá para cá se tornou inconveniente citar Althusser, sendo a ideologia “[...] lançada como injúria a toda argumentação política [...]” (MAZIÈRE, 2011, p. 18). Com o acontecimento derrubada do muro “[...] a formação ideológica dominante submerge, apaga toda fronteira, restringindo do interior a ideologia derrotada [...]” (MAZIÈRE, 2011, p. 20).

Figueira (2015) ratifica o que diz Mazière (2011), pois, ao mesmo tempo em que a AD Pêcheuxtiana desapareceu na França, o termo AD se inscreveu em outras posições de pesquisa sem, no entanto, manter suas posições teóricas. No Brasil, há divergentes tendências de pesquisa sob a análise do discurso, mas não identificadas epistemologicamente com pressupostos teóricos e políticos Pêcheuxtianos. A partir desta “multiplicação descaracterizante” da AD, Orlandi (2016) destaca o efeito da ideologia capitalista, na conjuntura da mundialização, que instalou um modo de produzir ciência generalizado, renunciou à filiação, apagou autores e princípios teóricos, tendo por consequência a eliminação da história, a morte da ideologia e o silenciamento do político.

¹⁰[...] a divisão do sujeito, o discurso como modo de ser para o mundo e a constituição de si e dos outros, o discurso como uma atividade profundamente humana, social, política, cultural, moral, existencial etc. É, portanto, essencialmente a dimensão filosófica da análise do discurso, ou sua interdisciplinaridade: o fato de ter sido constituído, no crisol francês, em qualquer caso, em estreito diálogo com filosofia, psicanálise, história (Não devemos esquecer que o M. Pêcheux era um filósofo, como muitos pesquisadores da época, que se espalharam em outras disciplinas, incluindo P. Bourdieu). J.-J. Courtine declarou com alguma cólera, durante a conferência de 2003 em homenagem a M. Pêcheux, que a análise do discurso foi "gramaticalizada". Eu acho que é toda a linguística que é "gramatical", no sentido de que ela se separa de suas aberturas filosóficas e de sua capacidade de pensar (PAVEAU, 2011, p. 10, tradução nossa).

2.2 O MÉTODO DA AD SEGUNDO O MATERIALISMO HISTÓRICO

O Materialismo Histórico é uma exterioridade que atravessa a Linguística e dá origem à AD (FERNANDES, 2008). Orlandi (1986, p. 111) ressalta que “[...] quanto aos processos de significação, a AD visa o caráter material do sentido, sua historicidade [...]”. Segundo Amaral (2007), o discurso possui a dimensão linguística, mas também uma dimensão histórica, e ambas formam a ordem do discurso. A AD se vale do método marxiano, pois analisa o discurso como um todo concreto, um concreto pensado, uma representação do real. O analista toma o objeto discursivo e, interpreta-o, para alcançar um novo concreto pensado: o discurso é ponto de partida, mas também de chegada (AMARAL, 2007).

Segundo Orlandi (2015a), o materialismo histórico deixou de legado à AD o real da história, que não é transparente ao humano. Pêcheux (2008, p. 29, grifo nosso) se refere ao real como “[...] pontos de impossível, determinando aquilo que não pode *não ser assim*. (O real é o impossível... que seja de outro modo) [...]” ou ainda um real que não se descobre, mas que “[...] a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra [...]” (PÊCHEUX, 2008, p. 29). Portanto, o viés materialista da AD é parte integrante dela, pois “[...] é pensada para se constituir, ao mesmo tempo, como intervenção científica e política, consolidando uma teoria marxista do discurso [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 26). Pêcheux (2016) considera que o sentido possui uma natureza material e, por conseguinte, Orlandi (2015a, p. 17) trata do caráter materialista da AD, que

[...] pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica.

Portanto, o ser humano conjuga língua com história para que se produzam os sentidos. Há, por sua vez, segundo Orlandi (2015a, p. 17), uma forma material, “[...] o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história [...]” ou a “[...] forma encarnada na história para produzir sentidos [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 17). A AD propõe uma análise que seja capaz de “[...] sair da materialidade linguística em questão para compreendê-la em sua exterioridade, no social, espaço em que o linguístico, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância, compreendidos como discursos [...]” (FERNANDES, 2008, p. 61). Segundo Malidier (2003), é com o materialismo histórico e a teoria das ideologias que Pêcheux dá fundamento ao discurso e marca uma posição epistemológica explícita. É a

partir do materialismo que o discurso se põe em relação com a ideologia. A autora afirma que “[...] Michel Pêcheux procurará concluir uma teoria materialista do discurso [...]” (MALDIDIER, 2003, p. 34) no período de 1972-74, depois de tomar conhecimento do artigo de Althusser¹¹, marcando definitivamente sua obra.

Segundo Silva (2015), Pêcheux explicita sua entrada no materialismo em 1971 no texto “Língua, linguagens, discurso”. Pêcheux (2014a) observa a Linguística a partir de um ponto de vista marxista-leninista, ao considerar que as condições sócio-históricas se ligam às significações de um texto. Para Pêcheux, tal ligação é constitutiva das significações. Ao tratar da língua e do discurso, Pêcheux assevera que “[...] o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão relações sociais, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada.” (PÊCHEUX, 2014a, p. 127).

Pêcheux considera a língua como base sobre a qual os processos se constroem e adverte que sobre uma base única, diversas formações ideológicas podem se constituir. Ou seja, em domínios distintos, como, por exemplo, a política e a produção científica, “[...] as palavras podem mudar de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 122). No interior desta base, conforme Pêcheux (2014a), a enunciação possibilita a articulação de processos discursivos e é por meio dela que o sujeito falante assume posição face às representações das quais ele mesmo é suporte. O fundador da AD, a esta altura, trata a teoria do discurso por nome provisório, mas já a inscreve como “[...] um setor do materialismo histórico [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 129). Seu trabalho trata-se, pois, de “[...] uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 115).

Paulo Netto (2012a, p. 10) diz que no âmbito da teoria social de Marx, o método aparece como um nó de problemas, mas ressalta que os problemas se devem, para além das motivações científicas, às recusas ideológicas e às questões políticas, uma vez que “[...] na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando [...]”. Para Marx, o conhecimento teórico significava o “[...] *conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva [...]” (PAULO NETTO, 2012a, p. 20). Dito de outra maneira, “[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do

¹¹ Publicado pela revista *La Pensée*, em 1970, o artigo *ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (notas a uma pesquisa) (MALDIDIER, 2003).

pesquisador – é o *real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento) [...]” (PAULO NETTO, 2012a, p. 21). O pesquisador tem por objetivo apreender a estrutura e a dinâmica (essência) do objeto, cuja existência objetiva não depende dele. Em síntese:

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (PAULO NETTO, 2012a, p. 22).

De acordo com Paulo Netto (2012a, p. 27), para Marx, o método de pesquisa não é “[...] algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação [...]”. A teoria e o método estão conectados e sustentam-se a partir da realidade social (PIMENTEL; SILVA, 2019). Na concepção marxiana, no processo de conhecimento teórico, a relação sujeito-objeto é uma relação de implicação do sujeito no objeto. Deste modo, tanto a pesquisa quanto a teoria dela resultante exclui, automaticamente, a presunção de neutralidade. O pesquisador, por sua vez, tem papel ativo, “[...] deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação [...]” (PAULO NETTO, 2012a, p. 25).

A teoria materialista do discurso está ancorada no método científico elaborado por Karl Marx. A AD a qual nos filiamos é herdeira do materialismo histórico, como é possível constatar quando Pêcheux (2016, p. 172) se posiciona a favor de uma teoria dos processos discursivos, capaz de atribuir “[...] a referência materialista às relações de produção e ao modo de produção que as implica [...]”. Para Pêcheux, a existência da sociedade e da história não se dissocia das relações de produção e da luta de classes, uma vez que “[...] a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 172).

Amaral (2007, p. 15) nos chama a atenção para a perspectiva de historicidade que possibilita à AD “[...] avançar em termos teóricos e metodológicos e romper com os paradigmas que sustentam o objeto como determinante da significação e com os que afirmam ser o sujeito o senhor absoluto de seu dizer [...]”. É, portanto, a partir da historicidade que “[...] a Análise do Discurso resgata o estatuto do materialismo histórico, propondo uma outra leitura das formas de significação da existência, das formas como os homens atribuem sentido à vida [...]”. Desde Michel Pêcheux, portanto, salienta Amaral (2007, p. 15), “[...] os

procedimentos analíticos são definidos à luz do referencial da teoria social Marxista”. O método materialista histórico produz um conhecimento que

[...] pressupõe o estudo ontológico do ser social, uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições, com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas. (PIMENTEL; SILVA, 2019, p. 49).

A AD como campo específico de conhecimento do discurso, se empenha em definir uma teoria crítica na qual o discurso é um processo articulado da língua com a história. O discurso é, pois, um objeto que apresenta características linguísticas, sociais e históricas. Do diálogo com a filosofia surge o acercamento com a teoria social de Marx, fundamentalmente do método que o fez captar o funcionamento da sociedade burguesa. A produção da teoria do discurso de Pêcheux, na vertente do materialismo histórico, produziu deslocamentos dos conceitos de formação social, formação discursiva e formação ideológica, entretanto manteve a categoria totalidade em destaque fundamental para reproduzir a realidade em pensamento e concretizá-la em discurso (AMARAL, 2007).

O quadro teórico-metodológico elaborado e sustentado pela AD a faz reconhecida como um campo do conhecimento (AMARAL, 2007; ORLANDI, 2016). A noção de materialidade é fundamental para a perspectiva discursiva posta pela AD. A entrada no materialismo histórico é a saída do positivismo, já a materialidade é a condição de possibilidade de observação da relação entre o real e o imaginário, isto é, a ideologia operando pelo inconsciente (ORLANDI, 2016). Como postula Pêcheux (2016), a filosofia materialista coloca questões, convoca a ciência que se encarrega da língua a voltar-se para dentro e questionar seus próprios domínios e objetos, fazendo-o a partir de objetos da ciência das formações sociais, por meio do que ele denominou teoria histórica dos processos ideológicos e científicos.

Pêcheux, embasado em Marx, construiu seu percurso teórico considerando que os processos discursivos não se configuram como pensamento puro nem, tampouco, como atividade cognitiva pura e vai também considerar o papel da luta de classes em sua teoria. Para Pêcheux (2016, p. 82), “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes [...]”. Orlandi (2016, p. 73) parte da obra de Pêcheux, lembrando que a teoria do discurso é a “determinação histórica dos processos de significação” e que processo discursivo, por sua vez, é “[...] o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas

etc. que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada [...]” (ORLANDI, 2016, p. 73).

Para Florêncio, Magalhães, Silva Sobrinho e Cavalcante (2016, p. 39), “O funcionamento da ideologia se dá, pois, nas relações sociais de produção e abrange as determinações de classe (na sociedade capitalista) e os horizontes culturais dos integrantes de uma formação social, uma vez que a cultura é a condição dada para consolidação e desenvolvimento da ideologia [...]” Nesse sentido, para além da Ideologia em geral, a AD considera circunscrições ideológicas específicas, justamente porque “[...] o processo de constituição dos sujeitos, não ocorre da mesma forma, mas através de diferentes formas específicas de ideologia [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 39). Tais circunscrições ou formas específicas de ideologia são as formações ideológicas.

2.3 DISPOSITIVOS DE INTERPRETAÇÃO NA AD

Para Orlandi (2015a), a AD teoriza e também põe a interpretação em questão, utiliza seus limites e mecanismos no processo de significação. Ela tem por objetivo compreender a produção de sentidos de objetos simbólicos por meio de gestos de interpretação. Ato no domínio do simbólico, o gesto de interpretação é capaz de intervir no real do sentido. Pela via da concepção de um dispositivo teórico, utilizado pelo analista, deve-se alcançar o sentido, que não terá status de verdade, isto é, não existe uma verdade que se esconde por trás do texto. O que existe são gestos de interpretação que são capazes de explicitar os “[...] processos de significação presentes no texto e permitem que se possam *escutar* outros sentidos que ali estão, compreendendo como se constituem [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 24, grifo nosso) ou, dito de outro modo, se busca a “[...] compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, de como ele está investido de significância para e por sujeitos [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 24).

Para entendimento do processo discursivo há dois tipos de dispositivos: o teórico da interpretação e o analítico. O primeiro origina-se no método e na teoria da AD tal qual já foi aqui supramencionado e que não se altera e “[...] objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 26). Já o segundo, conforme (ORLANDI, 2015a, p. 25), muda e é único para cada análise, é definido pela questão que o analista se coloca, a natureza do material e o fim almejado, isto é, “[...] o dispositivo teórico já individualizado pelo analista em sua análise específica [...]”. Orlandi (2015a, p. 26) ressalta

que a AD possibilita uma diversidade de modos para trabalhar o simbólico, uma vez que a constituição do dispositivo analítico depende de cada analista individualmente. Este dispositivo leva em consideração a “[...] natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 26), que certamente se alteram ainda de acordo o arcabouço teórico de cada domínio disciplinar específico.

2.3.1 Condições de produção do discurso (CPD), formação ideológica (FI), formação discursiva (FD) e formação imaginária (FIm)

É essencial explicar que “[...] para a AD não há um sentido dado, único, verdadeiro, mas sentidos vários que estão além das evidências [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 67). Depende, portanto, do trabalho do analista, ou seja, de seu gesto de interpretação a compreensão dos processos que constituem os sentidos, como o texto produz sentido uma vez que sentido não é transparente, mas é produzido pelos sujeitos. Amaral (2007) afirma que todo discurso se relaciona às condições de produção que são sócio-históricas. Segundo Orlandi (2015a) as condições de produção estão relacionadas ao sujeito, à memória e à situação e podem ser de dois tipos diferentes, o primeiro possui sentido amplo, que diz respeito às relações de produção e “[...] sua carga sócio-histórico-ideológica [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016). Já o segundo tipo, diz Orlandi (2015a), está relacionado à situação imediata.

De acordo com Courtine (2014), as CPD compõem dois conjuntos de definições: o primeiro chamado de definições empíricas e o segundo de definições teóricas. No primeiro conjunto, as definições voltam-se à aproximação à situação de enunciação, enquanto no segundo se relacionam com a noção de formação discursiva. Ao analisar a construção de tal noção, o referido autor apresenta a necessidade de reelaboração da noção de CPD. Essa reelaboração se dá por via da FD e se faz essencial à identificação do “[...] efeito inscrito das contradições ideológicas de classe na materialidade dos discursos [...]” (COURTINE, 2014, p. 68).

As formações ideológicas, segundo Amaral (2007) alcançam existência material no discurso. Elas também “[...] dão sustentação ao dizer, produzindo sentidos que discursivamente procuram camuflar sentidos e deixar passar a idéia de ausências de contradição de classes [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO;

CAVALCANTE, 2016, p. 72). As FI representam uma “[...] organização de posições políticas e ideológicas [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 73) e tornam-se suporte imprescindível para as formações discursivas, que, por sua vez, representam as formações ideológicas. Diz Pêcheux (2016, p. 147) que formação discursiva é:

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes determina o *que pode e deve se dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (PÊCHEUX, 2016, p. 147).

Courtine (2014) atribui à origem do conceito de FD a Michel Foucault. Maingueneau (2017), acrescenta que uma segunda paternidade pode ser reivindicada para Pêcheux:

Em Michel Pêcheux (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971), o termo *formação discursiva* se apoia, sem dúvida, no conceito introduzido por Foucault, mas se inspira também no filósofo marxista Louis Althusser e em seus colaboradores, que analisavam a sociedade por meio dos termos *formação social* e *formação ideológica*. (MAINGUENEAU, 2017, p. 82, grifo nosso).

Dito de maneira complementar por Fernandes (2008, p. 48), a FD

[...] refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica. (FERNANDES, 2008, p. 48).

As FD, portanto, representam uma instância na qual os sentidos se produzem. São, ademais, “[...] provenientes de uma formação ideológica que lhes dá suporte, como lugar de articulação entre língua e discurso [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 75). Dada formação ideológica pode se materializar em uma ou diversas formações discursivas sobre as quais ela opera estabelecendo sentidos, o que caracteriza a mudança de sentido de uma palavra a cada vez que desliza de uma formação discursiva a outra, estabelecendo o que pode e deve ser dito. Destarte, “[...] formação discursiva assume caráter plural, com fronteiras tênues e instáveis, sempre passíveis de deslocamentos provocados por contradições ideológicas [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 76). As FD permanecem em estágio constante de movimentação, uma vez que a regularidade não é uma característica que a elas se pode atribuir, pelo contrário, elas possuem fronteiras instáveis (SILVA, 2015).

Conforme Brandão (2014, p. 89), “[...] uma FD é atravessada por várias FD e, conseqüentemente, toda FD é definida a partir do seu interdiscurso [...]”.

A noção de formação discursiva, como já mencionado, encontra-se em relação com a noção de formação ideológica, uma vez que o sentido do que é dito se deve à posição sustentada por quem diz. Uma FI sempre está representada numa FD, por sua vez “[...] o discurso é a existência material das formações ideológicas [...]” (AMARAL, 2007, p. 26) e “[...] é no discurso que as formações ideológicas encontram sua forma de concreção, opera no plano imaginário, apresentando-se na realidade como um conjunto de sistemas e subsistemas que orientam práticas sociais [...]” (AMARAL, 2007, p. 26). Tanto as palavras quanto os enunciados abrigam sentidos provenientes da FD que os produzem. A FD tem importância no processo já explicitado como interpelação ideológica uma vez que é, por meio dela, que o indivíduo se torna sujeito de seu discurso já que as FD “[...] representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 147). Destarte, o sentido não se encontra atrelado à literalidade, ou seja,

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 2016, p. 146-147).

O entendimento da noção de FI é importante para compreender que é na instância ideológica que se dá, também, a reprodução das relações de produção por meio da interpelação ideológica, produzindo o assujeitamento. O assujeitamento é um processo que faz com que “[...] cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 162). O processo de interpelação se dá em complexos conjuntos de formações ideológicas

[...] que desempenham no interior desse conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto em razão de suas características “regionais” (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc.) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 162).

Assim como as mesmas palavras apresentam sentidos diferentes em uma FD, palavras diferentes também podem apresentar o mesmo sentido. Os sentidos, portanto, podem estar aquém ou além das palavras em si mesmas (ORLANDI, 2015a). Pêcheux (1990, p. 53) nos remete o sentido ao equívoco da língua, pois “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro [...]” e ainda “[...] todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente, descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso [...]” (PÊCHEUX, 1990, p. 53). A noção de tal deslocamento de sentido, ou ainda desses pontos de deriva, é fundamental para que se chegue ao funcionamento do discurso (AMARAL, 2007).

Partindo da elaboração Pêcheuxtiana, que entende a existência de uma ou diversas FD dentro de uma FI, Courtine (2014) aponta proposições que revelam a articulação entre as noções de FI com a de FD: i) é possível falar “diferentemente” dos mesmos objetos em FI antagônicas; ii) as FD são interligadas às FI e entre si estabelecem, também, relações contraditórias; e iii) o assujeitamento ideológico ocorre no interior de uma FD. Destarte, as FI têm por componentes uma ou mais FD, que derivam de determinadas CPD e são capazes de intervir nas FI. As FD se inscrevem em relações de classe. Uma FD “[...] pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 165).

Não menos importante é a noção de formações imaginárias (FIIm), que, conforme Courtine (2014, p. 48), “[...] designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro [...]”. De acordo com este autor, existe relação “[...] entre lugares objetivamente definidos, em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares [...]” (COURTINE, 2014, p. 49). A FIIm está associada às CPD e ao funcionamento do sujeito no discurso. Como observa Orlandi (2015), não se pode preterir a força da imagem na constituição do dizer, pois ele é parte do funcionamento da língua e condiciona os sujeitos em suas discursividades. Há, no entanto, uma distinção entre lugar e posição no discurso. Essa última é aquela que, de fato, significa no discurso. Para Gomes (2006), são as imagens que constituem as diferentes posições. Note-se que

[...] não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções, que permitem passar das situações empíricas

– os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito no discurso. (ORLANDI, 2015, p. 38).

A FIm precisa ser considerada, uma vez que todo dizer está em relação com outros já ditos, sejam eles imaginados ou possíveis. A FIm é base constituinte das CPD, seja por conta da organização mental que estimula o dito ou seja porque permite a construção do não-dito. Em síntese, “[...] a formação imaginária produz seus efeitos na discursividade dos sujeitos, ajudando a delimitar a formação discursiva e sendo o lugar em que a representação de si, do outro e a representação de como o outro representa esses sujeitos, determinam o que dizer e o que não dizer [...]” (GOMES, 2006, p. 624).

Pêcheux (2014a), a partir do esquema informacional, extrapola a mensagem como transmissão de informação, pondo em seu lugar o discurso como efeito de sentidos entre os pontos A (destinador) e B (destinatário). Isto posto, os elementos A e B que interagem no processo discursivo não são indivíduos concretos, mas “[...] lugares determinados na estrutura de uma formação social [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 81), que são “[...] marcados por propriedades diferenciais determináveis [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 81). São lugares representados no processo discursivo, marcados social, histórica e ideologicamente, como exemplifica o autor: o lugar do patrão, do funcionário de uma repartição, do operário. Para Pêcheux (2014a, p. 82), “[...] todo processo discursivo supõe o lugar dessas formações imaginárias [...]”. Tal lugar

[...] se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam os lugares que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (PÊCHEUX, 2014a, p. 82).

Essa discussão se instala para delinear o processo por meio do qual “[...] a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 83). Não só a posição, mas também o contexto e a situação na qual o discurso emerge. Está em questão, portanto, a imagem sobre si do lugar de quem fala, a imagem do lugar de quem ouve para quem fala e a imagem do lugar do ouvinte em relação a si e a imagem do lugar daquele que fala para o sujeito ao qual ele direciona o discurso.

2.3.2 Paráfrase, metáfora e polissemia

A paráfrase é matriz do sentido, pois só há sentido se houver repetição, a polissemia é simultaneidade de movimentos diferentes de sentido em objeto simbólico idêntico (ORLANDI, 2015a). As paráfrases estão presentes nos discursos e sem sua identificação torna-se difícil alcançar os efeitos de sentido. As famílias parafrásticas estruturam o dizer e possibilitam a continuidade espaço-temporal ao sentido constituído em determinado momento histórico de uma formação social. Sem as paráfrases se perde a sequência no discurso (GOMES, 2006). Orlandi (2015a, p. 34) distingue paráfrase de polissemia, duas forças que trabalham o dizer, que conseqüentemente fazem com que todo discurso se produza na tensão entre o mesmo e o diferente:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2015a, p. 34).

Apesar de os discursos serem construídos parafraseando aquilo que já fora vivenciado há possibilidade de ruptura e surgimento de um novo sentido, pois é nessa dinâmica que sujeitos e sentidos se movem, realizam percursos e significam. Assim, depreende-se que os sentidos sempre poderiam ser outros, justamente em decorrência da eventual ruptura de sentidos. A repetição, a transformação ou ambas ao mesmo tempo, não é responsável pela enunciação, mas sim a complementaridade entre ambas. Entretanto, nem sempre ocorre ruptura e isso se dá pelo fato do “[...] modo como os sujeitos enunciadorees são afetados pela língua, se inscrevem na história e afetam e são afetados pelo jogo entre paráfrase e polissemia quando refere que em todo dizer há algo que se mantém e, ao mesmo tempo, se direciona para novos sentidos antes não pensados ou visualizados [...]” (GOMES, 2006, p. 622).

Enquanto o processo parafrástico tem a ver com algo que se mantém, com o retorno, com a memória, com a estabilização, a polissemia se liga ao equívoco, ao deslocamento, à ruptura. A polissemia é fonte da linguagem, é simultaneidade de sentidos, é a condição de existência dos discursos, justamente porque sujeitos e sentidos podem ser outros (ORLANDI, 2015a).

A metáfora na AD é mais que figura de linguagem, é o ato de se tomar uma palavra pela outra, porque “[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *tem* um *sentido*

que lhe seria próprio, preso a sua literalidade [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 239). Tanto a metáfora como a paráfrase estão presentes em todas as etapas de uma análise do discurso e é mister “[...] reforçar que eles não podem ser confundidos com figuras de linguagem, como ainda se observa em alguns estudos que adotaram a AD como referencial teórico-metodológico [...]” (GOMES, 2006, p. 624).

2.3.3 Intradiscurso e interdiscurso

O já dito (sentidos anteriormente constituídos) está para o interdiscurso assim como o que se está dizendo (formulação atual) está para o intradiscurso. O interdiscurso está na ordem da constituição (memória) do sentido enquanto o intradiscurso está na ordem da formulação (atualidade), que é determinada por sua relação com o interdiscurso. As palavras já fazem sentido e isso se dá por efeito do interdiscurso: algo já foi dito e esquecido, caiu no anonimato e retorna a fazer sentido (ORLANDI, 2015a).

Ao interdiscurso corresponde o retorno de discursos já construídos, que se inserem na produção discursiva de maneira a ressignificar o já dito antes. Ele é aquilo que “[...] é falado antes, em outro lugar e como o que possibilita dizeres outros, convocados na história, ideologicamente marcados, que vão afetar os discursos produzidos pelo sujeito, em dada condição de produção [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 78). Emaranhamento de diferentes discursos que determinam uma FD, o “[...] *todo complexo com dominante* que as formações discursivas procuram dissimular pela suposta transparência do dizer [...]” (AMARAL, 2007, p. 30, grifo nosso). O intradiscurso designa o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (PÊCHEUX, 2016), ou seja, é “[...] o que está sendo dito em situação e momento dados, como fio do discurso, como funcionamento discursivo, atravessado pelo interdiscurso, por isso indissociados [...]” (FLORÊNCIO; MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2016, p. 78).

O interdiscurso é princípio de funcionamento da discursividade. Pêcheux (2014d, p. 158) explica que assim “[...] é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente [...]”. Conforme Courtine (2014), o interdiscurso “[...] é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para

deles fazer objetos de seu discurso [...]” (COURTINE, 2014, p. 74). A relação do interdiscurso (discursos formulados), que funciona como pré-construído, com o intradiscurso é explicada por Courtine (2014, p. 75):

O interdiscurso, enquanto lugar de constituição do pré-construído, fornece os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo em que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos; o interdiscurso funciona assim como um *discurso transversal*, a partir do qual se realiza a articulação com o que o sujeito enunciador dá coerência ao “fio de seu discurso”: o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece nessa perspectiva como um efeito do interdiscurso sobre si próprio. (COURTINE, 2014, p. 75).

Para Guilhaumou (2002), o conceito de interdiscurso é responsável por introduzir uma perspectiva dialética, ao revelar que uma FD dissimula, na transparência do sentido, uma dependência ao “todo complexo com dominante”, conceito tomado por Pêcheux da leitura de Althusser. Esse todo complexo com dominante é o interdiscurso, “[...] cet espace discursif et idéologique où se déploient les formations discursives en fonction de rapports de domination, de subordination et de contradiction [...]”¹² (GUILHAUMOU, 2002, p. 5). Em síntese, o interdiscurso está ligado à discursividade, ao já dito, representa a relação de um discurso com outros discursos existentes, pois um discurso sempre remete a outros. Por sua vez, o intradiscurso se refere ao sistema da língua, evidencia a formulação de um discurso, ou seja, é a literalidade do dizer, o fio do discurso.

¹² "Este espaço discursivo e ideológico onde as formações discursivas se desenrolam de acordo com relações de dominação, subordinação e contradição" (GUILHAUMOU, 2002, p. 5, tradução nossa).

3 INTERDISCURSO E MOVIMENTO DE SENTIDOS NA DISCURSIVIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

[...] o *desenvolvimento econômico* – a *idéia* de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável.
 [...] Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?
 (FURTADO, 1974, p. 75)

Nesta seção utilizaremos as condições de produção do discurso (CPD), em seu sentido amplo, como fio condutor para remontar à origem do termo sustentabilidade e sua chegada ao universo empresarial. Tal categoria, Orlandi (2015a, p. 29) afirma que “[...] traz para consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições”. Buscamos nos aproximar, pelo interdiscurso, da memória discursiva. Interdiscurso é entendido como aquilo que “[...] fala antes, em outro lugar, independentemente [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 29), do “[...] saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 29).

Tentaremos recuperar elementos do processo histórico e social para alcançar as condições amplas de produção do discurso, trazendo à tona organizações e esferas de articulação no nível internacional, que influenciam a produção/reprodução das práticas discursivas e que afetam e são afetadas pelos sentidos de sustentabilidade produzidos para o universo corporativo sob a lógica do mercado. Os sentidos, por sua vez, dependem da posição de quem enuncia, da FD à qual o enunciador se filia e da correspondente FI à qual esta última se submete. Por sua vez, a FD se constitui sobre o alicerce da memória discursiva, que torna possível todo dizer e que

[...] não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos [...]. (PECHÊUX, 1999, p. 56).

Para Orlandi (2007), a determinação histórica é o inverso daquilo que se considera como determinismo, pois não se dá de modo autômato ou cego. Para a referida autora, a relação do sujeito com a exterioridade não se dá diretamente, tampouco é de causa e efeito. Tal relação perpassa pelo desafio das formações imaginárias, que dizem respeito às condições de produção do enunciar. Interessa aqui levar em conta o que a referida autora chama de “jogo da língua com a história”, cujo resultado é a produção de sentidos. A produção de sentidos somente se torna possível porque existe forma material, a *língua-e-a-história*, pois há determinação histórica na constituição dos sujeitos e dos sentidos, que não são fixos e nem perduram por toda eternidade. Sentido é determinado, constituído historicamente, não natural, e por não ser natural é passível de mudança e de manutenção (ORLANDI, 2007). Nossa tarefa, portanto, requer “[...] trabalhar o discurso sempre em relação à construção de sentidos na história [...]” (FLORÊNCIO, 2013, p. 32).

Em busca das determinações históricas que dão sentido ao termo sustentabilidade no contexto das empresas, iremos remontar à sua origem que, para nós, se encontra no ideário ocidental do desenvolvimento. Somente convocando a História será possível qualquer gesto de interpretação do discurso empresarial da sustentabilidade. Florêncio (2013, p. 33) lembra que “[...] trazer a história para a discussão da língua é compreendê-la como elemento fundante dos sentidos que circulam na sociedade [...]”, uma vez que a incompletude da língua “[...] faz com que os sentidos só possam ser alcançados ao relacionar a língua posta em funcionamento à noção de historicidade [...]” (FLORÊNCIO, 2013, p. 33).

Tratar de determinações históricas é imprescindível para chegar ao surgimento do desenvolvimento sustentável (DS) e o faremos tendo como fio condutor, as CPD. Para analisar e interpretar o processo discursivo a partir da perspectiva da ciência da história, como ensinou Pêcheux (2016, p. 172), é preciso manter “[...] a referência materialista às relações de produção e ao modo de produção que as implica [...]”, pressupondo que a existência da sociedade e da história depende das “[...] relações de produção e da luta de classes [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 172). Aqui se trata da ciência da história, colocada por Althusser como um continente científico - fundado por Marx - o materialismo histórico (NARZETTI, 2010). Como dito por Gregolin (2005), o território da História se institui como o campo das FDs.

3.1 A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Constatamos que há sentidos diversos associados à designação desenvolvimento. Para efeitos do gesto de análise deste trabalho, abordaremos, recorrendo ao interdiscurso, os sentidos agrupados em dois domínios, organizados cronologicamente: um de memória e outro de atualidade. Segundo Courtine (2014, p. 112), é a partir do domínio de memória que delimitamos o funcionamento discurso, ele representa “[...] o interdiscurso com *instância de constituição de um discurso transverso* [...]”. O domínio de atualidade pressupõe uma conjuntura histórica determinada na qual as sequências discursivas “[...] se inscrevem na *instância do acontecimento* [...]” (COURTINE, 2014, p. 112). Esse domínio está diretamente relacionado ao da memória, uma vez que “[...] a produção de efeitos de atualidade é ao mesmo tempo uma resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória que a irrupção do acontecimento, no interior de uma conjuntura, reatualiza [...]” (COURTINE, 2014, p. 112-113).

Os sentidos, conforme a teoria materialista do discurso, se relacionam “[...] a um exterior ideológico demarcado por FIs [...]” (GREGOLIN, 2005, p. 3). Interdiscurso e FD se relacionam pois, como já dizia Pêcheux (2016), toda FD dissimula, sob uma ilusão de transparência do sentido, o fato de que sempre se fala antes, fora ou independentemente. Gregolin (2005) explica a relação entre interdiscurso e FD, assumindo que, no interior da FD, os sentidos são dependentes do interdiscurso, este tomado como:

O lugar em que se constituem, para um sujeito que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, por meio das quais o sujeito enunciador dará coerência a seu propósito no interior do *intradiscurso*, da seqüência discursiva que ele enuncia. (GREGOLIN, 2005, p. 4).

Como afirma Silva (2015), em concordância com Pêcheux (2016), as FD são contraditórias, estão em constante movimento e reconfiguração, são heterogêneas em si e ligam-se ao exterior ideológico, uma vez que são lugares de materialização das FI. Elas utilizam-se de movimentos de sentido, pela aproximação ou distanciamento com vistas a manter ou romper determinada ordem. É possível também que diferentes discursos combinados se confrontem no interior de uma FD qualquer, representando a mesma FI em dada conjuntura histórico-social. Ocorrem ainda relações de antagonismo, que se dão entre classes no interior dos AIE, tendo como exemplo a relação capital-trabalho; e relações de contradição, por exemplo o questionamento de saberes que se dão pelo sujeito dentro das

fronteiras de uma FD. Pelo interdiscurso, elementos discursivos se conectam fornecendo a substância principal para a constituição do sujeito falante, que é assujeitado inconscientemente, se identificando (ou não) com uma determinada formação discursiva que o domina. Haveria, portanto, um atravessamento do interdiscurso que proporciona a produção e o reconhecimento de sentidos na história (SILVA, 2015).

Para chegar à noção de sustentabilidade se faz necessário uma retrospectiva histórica até o enunciado fundador do desenvolvimento. É preciso que remontemos ao período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial (SGM), tendo os Estados Unidos da América (EUA) como principal artífice de um ideário de desenvolvimento construído pelo mundo ocidental (RIST, 2002). Segundo Orlandi (1993a), existe um determinante histórico-ideológico que possibilita às ideias ocuparem uma diversidade de lugares, que são relativos, nunca absolutos. Além disso, a autora adverte que os sentidos têm por princípio discursivo não possuir origem ou lugar. Assim, o que apresentamos, portanto, é uma história da constituição dos sentidos de desenvolvimento, que estamos denominando de formação discursiva do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento sustentável (DS) surge em tal formação discursiva no final da década de 1980, e, posteriormente, se transfigura em sustentabilidade, caracterizando-se por uma perspectiva gerencialista do DS, largamente difundida no âmbito empresarial.

Consideramos nomear o que Rist (2002) chamou de ideário do desenvolvimento, como a formação discursiva do desenvolvimento capitalista, porque entendemos que esta concepção é sustentada pela FI que visa à reprodução da ordem capitalista. Expomos, portanto, durante o percurso do final da Segunda Guerra Mundial até a concepção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), algumas contradições e o antagonismo da relação capital-trabalho.

É possível identificar, pela perspectiva histórica de sua constituição discursiva, a relação desigual centro-periferia (polo dominante-polo dominado); a sobreposição dos interesses do capital sobre a sociedade e o Meio Ambiente; conflitos entre perspectivas ecológicas e interesses mercantis; a luta global contra a pobreza *versus* a expansão do mercado consumidor; o impulso de expansão do capital sobre a periferia capitalista fornecedora de mão de obra barata, recursos naturais abundantes e legislação ambiental menos rígida; e a espoliação empresarial da natureza diante da sustentabilidade corporativa.

Vamos recorrer ao período entre final da década de 1940 até fins da década de 1970, para identificar um percurso na produção de sentidos para o desenvolvimento, que chamaremos de domínio de memória do desenvolvimento nos pós SGM. Dos anos de 1980

até o presente momento, chamaremos de domínio de atualidade, no qual o acontecimento enunciativo do desenvolvimento sustentável irrompeu, reatualizando efeitos de memória, e se tornou um consenso planetário.

Demarcamos o DMem do desenvolvimento nos pós SGM a partir do final da década de 1940, quando aos países da periferia do capitalismo, se impunha uma lógica de estímulo ao desenvolvimento, enquanto sinônimo de progresso material, que funcionava como “dispositivo ideológico” por meio dos quais as potências capitalistas, de então, se tornaram o modelo de desenvolvimento a ser perseguido pelas demais nações (MORAES, 2006). O papel dos EUA foi preponderante, uma vez que seu presidente, Harry Truman (reeleito em 1948 para o segundo mandato 1949-53), no momento de sua posse, convocou os países pobres a seguirem a trajetória dos EUA e demais nações ricas, oferecendo conhecimento científico e tecnológico para livrá-los do atraso, da pobreza e da ignorância (SANTOS FILHO, 2005). Para Escobar (2007, p. 64), este retorno aos acontecimentos históricos é necessário para que possamos entender que “[...] las nociones de subdesarrollo e Tercer Mundo fueron productos discursivos del clima de la segunda posguerra [...]”, uma vez que “[...] no existían antes de 1945 [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 64).

Consideramos o pronunciamento de posse do presidente estadunidense, como um acontecimento histórico que possibilitou o que Escobar (2007) e Rist (2002) chamam de “invenção do desenvolvimento”. Pêcheux (1999, p. 49) entende por acontecimento histórico “[...] um elemento histórico descontínuo e exterior [...]” e afirma que este “[...] é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Transcrevemos abaixo o quarto ponto do pronunciamento de Truman (1949), do qual retiramos um enunciado que funda o desenvolvimento, concomitantemente ao seu oposto, o subdesenvolvimento:

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for the assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible. I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their

aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development. Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens. We invite other countries to pool their technological resources in this undertaking. Their contributions will be warmly welcomed. This should be a cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations and its specialized agencies wherever practicable. It must be a worldwide effort for the achievement of peace, plenty, and freedom (TRUMAN, 1949, grifo nosso)¹³.

Orlandi (1993a, p. 14) utiliza a designação “enunciado fundador”, remetendo a um enunciado que está na história e que, no nosso caso, ressignifica o desenvolvimento, fundando um novo sentido: o do subdesenvolvimento. Para nós, o enunciado fundador é o seguinte trecho do pronunciamento de Truman: “we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas”. É oportuno destacar que no enunciado, os EUA se inscrevem como nação desenvolvida, capaz de tornar disponíveis às áreas subdesenvolvidas, os benefícios de seus avanços científicos e do seu progresso industrial. Ao tempo em que se autodenominam um país avançado, do ponto de vista científico e industrial, também instauram, por meio da designação *underdeveloped areas*, o subdesenvolvimento de diversos países naquele momento histórico.

O que foi dito pelo presidente estadunidense funda sentido, estabelece um novo sítio de significância (ORLANDI, 1993a), ao designar os países pobres, receptores de sua ajuda, como áreas subdesenvolvidas, áreas estas que necessitam, portanto, de desenvolvimento. Lembremos, entretanto, que no ano de 1945, os EUA haviam se elevado “[...] a una posición

¹³ “Em quarto lugar, devemos embarcar em um novo programa ousado para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas do mundo vive em condições que se aproximam da miséria. Sua comida é inadequada. Eles são vítimas de doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça para eles e para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos são proeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para a assistência de outros povos são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis. Acredito que devemos disponibilizar aos povos amantes da paz os benefícios de nossa reserva de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos promover investimentos de capital em áreas que precisam de desenvolvimento. Nosso objetivo deve ser ajudar os povos livres do mundo, através de seus próprios esforços, a produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais para habitação e mais poder mecânico para aliviar seus fardos. Convidamos outros países a reunir seus recursos tecnológicos neste empreendimento. Suas contribuições serão calorosamente bem recebidas. Este deve ser um empreendimento cooperativo no qual todas as nações trabalhem juntas através das Nações Unidas e suas agências especializadas sempre que possível. Deve ser um esforço mundial para a conquista da paz, abundância e liberdade” (TRUMAN, 1949, tradução nossa).

indiscutible de preeminencia militar y económica, poniendo bajo su tutela todo el sistema occidental [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 66) e ainda que a “[...] necesidad de expandir y profundizar el mercado exterior para productos norteamericanos, y de hallar nuevos sitios para invertir sus excedentes de capital ejerció mucha presión durante estos años [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 67).

Este enunciado fundador é uma formulação que, como todas “[...] possui, em seu *domínio asociado* outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais produzem-se certos efeitos de memória específicos [...]” (GREGOLIN, 2005, p. 6, grifo nosso). Esta formulação se inscreve numa FD, que como toda FD, tem suas fronteiras deslocadas sob o impulso da memória discursiva, que “[...] produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados [...]” (GREGOLIN, 2005, p. 6). O que Pêcheux (1990) define como a convergência entre uma memória e uma atualidade, Indursky (2003, p. 103) explica, dizendo que “[...] o discurso de um sujeito, vale dizer, sua formulação, produz-se no ponto em que o interdiscurso se encontra com o intradiscurso [...]” e complementa ao afirmar que “[...] nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o *efeito de memória*: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados [...]” (INDURSKY, 2003, p. 103).

O efeito memória presente no enunciado discursivo e, principalmente, com o uso do verbo embarcar - “*we must embark*”¹⁴- nos remete ao período histórico das grandes navegações e colonização das Américas. A atualização do ato de embarcar gera um novo sentido, não de descobrimento, mas outro processo, tal qual aquele dos descobrimentos, que ampliou a zona de poder de determinadas nações para além de seu território. Os EUA, ex-colônia inglesa, se impõem na liderança desse “*bold new program*”, que se volta em direção à parte subdesenvolvida do planeta e, para isso, convida “*other countries to pool their technological resources*” em torno de uma “*cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations*”.

Segundo Escobar (2007), a (re) descoberta da pobreza e sua elevação à condição de ameaça, tanto para os países subdesenvolvidos quanto para as nações capitalistas “desenvolvidas” foi uma “descoberta” do período pós SGM, o que justificou uma “nova guerra”. De acordo com o autor, o “discurso bélico se desplazó al campo social y hacia un nuevo territorio geográfico” (ESCOBAR, 2007, p. 48), e houve uma “[...] rápida globalización de la dominación mundial por Estados Unidos, la *guerra a la pobreza* en el

¹⁴ “devemos embarcar”.

Tercer Mundo comenzó a ocupar un lugar destacado [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 48, grifo nosso). Ademais, houve outras mudanças no discurso do desenvolvimento:

Su invención señaló un cambio significativo en las relaciones históricas entre Europa e Estados Unidos, de una parte, e la mayoría de los países de Asia, África y América Latina de la otra. También creó un nuevo régimen de representación de estas últimas en la cultura euroamericana. (ESCOBAR, 2007, p. 55).

Escobar (2007) lembra que, antes da década de 1940, as concepções sobre pobreza e seu tratamento eram diferentes: não se podia fazer muito para aliviar a pobreza; as capacidades científicas e tecnológicas eram consideradas nulas e o desenvolvimento dos países pobres estava fadado à inutilidade. Há, destarte, a “[...] ruptura en las concepciones y la administración de la pobreza [...] con el advenimiento del desarrollo en el Tercer Mundo [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 49). Há um sentido moderno de pobreza massiva que “[...] apareció cuando la difusión de la economía de mercado rompió los lazos comunitarios y privó a millones de personas del acceso a la tierra, al agua y a otros recursos [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 49). Forjou-se, portanto, “[...] una política de la pobreza cuya intención era no solo crear consumidores sino transformar la sociedad, convirtiendo a los pobres en objetos de conocimiento e administración [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 50).

Notemos, portanto, que a invenção do subdesenvolvimento e a criação de uma política da pobreza são consequências do desenvolvimento capitalista. Assim, tornou-se urgente o desenvolvimento do subdesenvolvimento, considerando que “[...] el rasgo esencial del Tercer Mundo era su pobreza, y que la solución radicaba en el crecimiento económico y el desarrollo que se convirtieron en verdades universales, evidentes y necesarias [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 51-52). Harvey (2006 p. 54) considera a invenção do subdesenvolvimento necessária à produção e circulação capitalista, que se dirige a estes países com vistas a viabilizar “[...] um sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista [...]”.

Tota (2017, p. 70), ao tratar do pronunciamento de Truman, confirma que “[...] estudios indican ter sido essa a primeira vez em que a palavra [subdesenvolvido] foi usada [...]”. O autor nos provoca ao comentar que os EUA, a partir do que fora dito por Truman, apresentaram “[...] uma espécie de prêmio de consolação para os que não foram contemplados pela generosa soma de cerca de 12 bilhões de dólares destinados aos europeus [...]”. Tota (2017) faz tal comentário levando em consideração o Plano Marshall de 1948.

Por seu turno, Escobar (2007) apresenta o valor de 19 bilhões de dólares, investidos na recuperação da Europa entre 1945 e 1950 e considera este período como uma exceção no capitalismo, pois os bens eram entregues sem receber em troca qualquer pagamento. O então chamado “Terceiro Mundo”, entretanto, teve um tratamento diferenciado, já que “[...] en el mismo período, menos de 2 por ciento del total de la ayuda de Estados Unidos, por ejemplo, fue a América Latina [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 68). Certamente, a exceção apontada por Escobar (2007) não foi posta ingenuamente, pois a forma pela qual os EUA, que com apoio do Banco Mundial e do FMI, se transformou no banqueiro mundial, foi explicada por Harvey (2006):

De fato, foi a Segunda Guerra Mundial que trouxe o pleno emprego e o reinvestimento, mas fez isso sob condições em que grandes quantidades de capitais existentes foram destruídas fisicamente e muitos trabalhadores ociosos foram consumidos como bucha para canhão. Foi exatamente a desigualdade geográfica dessa destruição que abriu novos espaços no período do pós-guerra para a absorção do capital excedente norte-americano, sob a égide daquele benevolente “ajuste espacial” conhecido como Plano Marshall. (HARVEY, 2006, p. 158).

Este período, logo após a SGM, inaugura a chamada fase desenvolvimentista da história recente, na qual o desenvolvimento era sinônimo de industrialização, modernização tecnológica e crescimento do PIB. Destarte, há um enunciado discursivo que “[...] inaugura la era del desarrollo y es significativo que la idea fue anunciado en primero lugar por un presidente estadounidense [...]” (RIST, 2002, p. 85). Não somente o interesse estadunidense, mas de outras potências da época, voltam-se à periferia do capitalismo, em especial à América Latina (AL), sob a justificativa de oferecer apoio para o desenvolvimento. A AL alcançou relevância no contexto político e econômico por dois motivos principais: primeiro, tornou-se um grande mercado para o capital dos países desenvolvidos; e, segundo, porque representava um território com a possibilidade de incorporação do comunismo (ESCOBAR, 2007). A ameaça comunista é tratada por Harvey (2006) como um recurso ideológico, tanto para impossibilitar o surgimento de algum agrupamento rival dentro do mundo capitalista, bem como para favorecer a internacionalização do capital, principalmente dos EUA:

[...] a ameaça soviética e o anticomunismo se tornaram a principal ferramenta ideológica, para assegurar a solidariedade de alianças regionais de classes potencialmente competidoras. Até o ponto que essa ideologia precisou de uma base material, a confrontação geopolítica em relação à União Soviética e ao bloco comunista se tornou fundamental para a sobrevivência do capitalismo, independente das políticas ou ações soviéticas. (HARVEY, 2006, p 159).

Moraes (2006, p. 38) também toma o ponto IV do pronunciamento de Truman como referência obrigatória para o “conjunto nada homogêneo de reflexões e análises” difundidas desde a década de 1940, sob a designação de teoria do desenvolvimento ou da modernização, enquanto campo de disputa. O autor afirma que o referido ponto trouxe “[...] como motivação explícita do plano de ajuda aos países pobres a meta de evitar que o estado de desespero deles derivasse para a adoção de comportamentos políticos, inconvenientes, perigosos, isto é, para a adoção de regimes comunistas ou criptocomunistas [...]” (MORAES, 2006, p. 38).

Para Moraes (2006), a política externa estadunidense atuava para oferecer um exemplo de nação e, ao mesmo tempo, intervenção para que o exemplo fosse seguido. É fundamental verificar que o autor aponta o desenvolvimentismo como mecanismo ideológico que auxiliou a estruturar social e politicamente as nações jovens e também aquelas que estavam a se reconstruir por meio de um “equivalente funcional do keynesianismo”, forjando a “imagem-destino”, uma novidade, o país desenvolvido, como uma projeção a ser alcançada pelo chamado “Terceiro Mundo”. Os EUA, portanto, se apresentavam como o “[...] mais bem acabado dos caminhos para a mais moderna das sociedades modernas [...]” (MORAES, 2006, p. 46). Destaca-se a relação dos EUA com a Natureza que reforça “o mito do desenvolvimento como uma consequência quase que exclusiva da ciência e da tecnologia” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 53).

A partir de então, sob o argumento do auxílio humanitário, os pobres da periferia do capitalismo se tornaram alvo de muitas políticas e programas oriundos de organizações internacionais, dentre elas: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), universidades, fundações e centros de pesquisa (ESCOBAR, 2007). De acordo com Banerjee (2003), o “Terceiro Mundo” nasceu a partir da invenção do subdesenvolvimento, por ele considerado um fato histórico que enquadrou, automaticamente, mais de dois bilhões de pessoas em situação de subdesenvolvimento e representou o início de mais um processo de colonização e dominação das nações ricas e desenvolvidas sobre o restante do planeta. O autor lembra que até hoje, as soluções apresentadas para questões ambientais pelo mundo industrializado perenizam as relações colonialistas de dependência, uma vez que não há o reconhecimento da sua responsabilidade, enquanto grandes consumidores do planeta.

Nesse sentido, é oportuno destacar que, historicamente, de um lado, “[...] the poorer regions of the world destroy or export their natural resources to meet the demands of the richer nations or to meet debt-servicing needs arising from the *austerity* measures dictated by

the World Bank¹⁵” (BANERJEE, 2003, p. 157, grifo nosso), mas, de outro, as “[...] protection measures continue to be dictated by the industrialized countries, often at the expense of local rural communities [...]”¹⁶ (BANERJEE, 2003, p. 157-158).

O que diz Banerjee (2003) é reforçado por Freitas, Nélsis e Nunes (2012), ao destacarem que a formação do excedente e a mais-valia gerada pelo Sul tem sustentado os países do polo dominante do padrão de poder mundial. Segundo estes autores, os países do polo dominado são o alicerce, via acumulação por expropriação, que o polo dominante necessita para a consolidação do modo de produção capitalista. Tais países

[...] garantem a produção e a reprodução dos países industrializados às custas da produção primária, da riqueza e das variedades ambientais. [...] as formações sociais, sobretudo os ecossistemas tropicais, foram explorados pelos países capitalistas industrializados. A mundialização do capital, por um lado, gerou o “subdesenvolvimento” dos países ditos “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”, resultante da divisão internacional do trabalho, do intercâmbio desigual de mercadorias e da degradação ambiental, e, por outro, forneceu bases materiais para a acumulação de capital dos países “desenvolvidos”. (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 43).

Em 1974, Celso Furtado já questionava a ideia de que o desenvolvimento econômico, tal qual ocorre no polo dominante do padrão de poder mundial, poderia ser universalizado – enquanto um processo linear, no qual o padrão de consumo desse polo é passível de generalização para o resto do mundo. Porto-Gonçalves (2015) ressalta que a solução apresentada para o subdesenvolvimento nada mais era do que o desenvolvimento nos moldes do padrão cultural europeu norte ocidental e estadunidense. O autor destaca que a noção de subdesenvolvimento, forjada pelo polo dominante, traz em si mesma a igualdade ao “padrão cultural europeu norte ocidental e estadunidense”, pela via do desenvolvimento, como superação e que sua síntese, ao fim e ao cabo, nada mais é que a dominação da Natureza.

Furtado (1974) já se atentara para o aspecto de dominação da Natureza. Ele alertava para as limitações ambientais ao crescimento, convocando à observação dos impactos gerados pela atividade produtiva no meio físico, uma vez que “[...] a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso [...]” (FURTADO, 1974, p. 19).

¹⁵ “As regiões mais pobres do mundo destroem ou exportam seus recursos naturais para atender às demandas das nações mais ricas ou para atender às necessidades de serviço da dívida decorrentes das medidas de "austeridade" ditadas pelo Banco Mundial” (BANERJEE, 2003, p. 157, tradução nossa).

¹⁶ “medidas de proteção continuam a ser ditadas pelos países industrializados, muitas vezes à custa das comunidades rurais locais” (BANERJEE, 2003, p. 158, tradução nossa).

O referido autor adverte ainda que o desenvolvimento, tal como é, ao se generalizar, teria como preço a sobrevivência da espécie humana. Aqui estaria a raiz do mito do desenvolvimento, desconstruído por ele, quando demonstrou que os países subdesenvolvidos estariam em tal enquadramento para, justamente, tornarem-se funcionais ao desenvolvimento dos países que Porto-Gonçalves (2015) denominou de polo dominante do padrão de poder mundial. Este último autor, destaca que esta lógica de desenvolvimento implica a globalização da exploração da Natureza, sua submissão à lógica mercantil, com distribuição desigual de rejeitos e proveitos; a dominação de uns seres humanos sobre outros seres humanos e da cultura europeia sobre as demais culturas e povos.

No percurso para levar ao entendimento do desenvolvimento como mito, Furtado (1974) compara o centro com a periferia capitalista:

- 1) no centro, foi alcançado um estado de bem-estar social, marcado pelo pleno emprego, consumo e produção em massa, com forte intervenção do Estado na economia. Na periferia, predominou uma forma de desenvolvimento baseada no consumo de luxo de uma minoria e as grandes e históricas desigualdades sociais;
- 2) a industrialização no mundo subdesenvolvido se deu sob a égide das grandes empresas, processo bastante diverso do que se deu com as economias centrais.

Furtado é enfático ao explicar que

O dinamismo econômico no centro decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanentemente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêtricos. [...] Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no decorrer do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração (FURTADO, 1974, p. 45).

Enquanto Furtado ressalta as diferenças que impactam no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, Santos (2011) ressalta a ação das corporações nos países periféricos, chamando a atenção ao parasitismo do centro em relação à periferia, que é tomada pelo capital internacional para obter altos lucros, vender a altos preços e obter produtos agrícolas e matérias primas a baixo custo. São perceptíveis, portanto, as contradições que subjazem à ideia de desenvolvimento quando observados os pontos de vista de Furtado (1974), Santos (2011) e Porto-Gonçalves (2015), que representam a crítica feita de dentro da periferia. Este último autor retoma um argumento que é central para expor os limites do

desenvolvimentismo. Um argumento que, na década de 1970, gerou o impasse entre crescimento econômico e a manutenção das condições de vida na Terra:

A busca incessante do lucro por meio do aumento da produtividade, característica da lógica de mercado (competitividade), se crê independente e acima do fluxo de matéria e energia do planeta, de cada biorregião, de cada contexto geocultural e social específico. (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 31).

A noção do desenvolvimento difundida pelos Estados Unidos, que traz em si a lógica mercantil, acima descrita por Porto-Gonçalves (2015), é apresentada como horizonte a todo e qualquer país. Nesse sentido, Furtado (1974) é contundente ao afirmar que não há possibilidade de os países pobres alcançarem o estágio dos países ricos industrializados, ou seja, “[...] as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista [...]” (FURTADO, 1974, p. 75) e conclui decretando que “[...] a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito [...]” (FURTADO, 1974, p. 75), pois:

- 1) é inalcançável pela periferia, de acordo aos parâmetros dos países desenvolvidos;
- 2) existe um limite no que tange aos recursos naturais;
- 3) apresenta problemas estruturais: consumo privilegiado predominante de poucos, o que amplia as desigualdades sociais.

Porto-Gonçalves (2015, p. 53) destaca o “mito do desenvolvimento como uma consequência quase que exclusiva da ciência e tecnologia”, o que é explícito desde que Furtado (1974) avançou ao desconstruir tal mito e demonstrou as conexões fundamentais entre subdesenvolvimento e dependência:

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. (FURTADO, 1974, p. 94).

A crítica contundente de Porto-Gonçalves (2015) revela a posição desigual na distribuição, tanto dos proveitos quanto dos rejeitos, no que ele chama de sistema-mundo moderno-colonial. Nesse sistema, a Natureza é mercantilizável e tal lógica mercantil se impõe acima das possibilidades de existência do planeta, dando destaque para a colonialidade do poder, a partir do predomínio do polo dominante do padrão de poder mundial (países

hegemônicos, cênicos) sobre a periferia, uma vez que é “a exploração das populações dessas áreas que tem tornado possível a sustentabilidade ecológica do atual padrão de poder mundial que vem se mantendo não só extremamente desigual como se polarizando ainda mais” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 42).

Santos (2011) também lembra que na economia internacional capitalista existem formações sociais dominantes e dependentes. Estas últimas têm seus próprios ciclos econômicos e leis internas de acumulação que requerem análise específica da sua situação de dependência. Se produz, dentro de um único sistema, a oposição entre um capitalismo dominante e um dependente já que “[...] de un lado, produce un mercado mundial integrado de mercancías, fuerza de trabajo y capitales y, de otro, una alta concentración de la tecnología, la producción y los capitales en un centro hegemónico [...]” (SANTOS, 2011, p. 21). Essa dicotomia dominante-dependente se expressa na visão de Porto-Gonçalves (2015) numa “[...] separação entre os que produzem e os que consomem, entre os que ficam com os proveitos e quem fica com os rejeitos [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 132).

Oliveira (2000, p. 122) entende que o subdesenvolvimento é uma formação capitalista, que deixa de considerar “o caráter subordinado das desigualdades para transformá-las em atributos dos próprios países *atrasados*” e ainda sustenta que existe uma dependência provocada, intencionalmente, pelas políticas e dominação de classe, oriundas do polo dominante. Este autor caracteriza, destarte, o subdesenvolvimento enquanto “[...]forma de modernização econômica sem revolução burguesa [...]” (OLIVEIRA, 2000, p. 124) porque é uma forma de desenvolvimento desigual própria do capitalismo, comandada e tutelada por velhas classes dominantes, que dificultaram a mudança para formatos democrático-representativos. Tavares (2000, p. 129), a partir da leitura de Celso Furtado, comenta que o subdesenvolvimento é a “[...] penetração das empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, constitutivo da expansão desigual do capitalismo [...]”, mantendo o caráter de subordinação apontado por Oliveira (2000).

Em 1953, em seu pronunciamento de posse, outro presidente estadunidense – Eisenhower, apontou o movimento dos EUA em direção à expansão de seu poder, via industrialização, ao declarar: “[...] até nós precisamos de mercados para os excedentes de nossas fazendas e fábricas. Precisamos, igualmente, para essas mesmas fábricas e fazendas, de materiais vitais e produtos de terras distantes [...]” (MAGDOFF, 1978, p. 218-219 apud MORAES, 2006, p. 60). Cabe destacar que a condição de subordinação dos países não enquadrados como desenvolvidos lhes reserva o papel de mercado consumidor e fornecedor da matéria prima necessária ao processo industrial que estaria a cargo dos EUA.

A preocupação ambiental na década de 1960, a partir dos países considerados desenvolvidos, ao contrário de períodos anteriores, relacionou destruição do Meio Ambiente com desenvolvimento, contrariando a ideia de desenvolvimento sustentada até a década dos anos de 1950, fazendo o mundo enxergar que desenvolvimento por si só não alcança o equilíbrio ambiental e a equidade social (FOLADORI; TOMMASINO, 2000). Na década de 1960, há muitos dizeres produzidos, eventos internacionais e produções intelectuais que forneceram materialidade para o acontecimento enunciativo do DS. Destacamos duas ocorrências: a publicação do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, em 1962; e a Conferência da UNESCO sobre uso racional da biosfera, em 1968 (OLIVEIRA, 2008).

Referindo-se ao início da década de 1970, Foladori e Tommasino (2000, p. 42-43) destacam como se configurava o debate acerca da problemática ambiental:

Por un lado, estaban los catastrofistas para quienes la continuación del ritmo de crecimiento llevaría, en el correr del siglo XXI, a una catástrofe ecológica y humana, debido principalmente a la escasez de recursos naturales. Dentro de esta línea, el informe para el Club de Roma *Los límites del crecimiento* (1972) constituyó un mojón en la discusión. Por otro lado, estaban los tecnócratas optimistas, los cornucopianos, que defendían la inagotable fuente de la naturaleza y el eficaz mecanismo del mercado como regulador del uso de los recursos; véase, por ejemplo *The Resourceful Earth* (1984). Para estos no se vislumbra crisis ambiental alguna. También estaban los ecologistas a ultranza, que frente a la crisis de la sociedad industrial abogaban por una “vuelta al pasado” en una reivindicación romántica de la vida rural en pequeñas comunidades autosustentables. Para deslindarse de estas posiciones surgieron una serie de planteos tendientes a interpretar la crisis ambiental y ofrecer una salida “viable” al capitalismo. El término “ecodesarrollo” y luego el de “desarrollo sustentable” constituyen el centro de la discusión. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000, p. 42-43).

Esta foi, portanto, uma década que deu início ao levantamento de questões acerca da problemática ambiental. A discursividade do desenvolvimento passa a ser atravessada por dizeres relacionados à ecologia e à proteção ambiental. Em 1971, criou-se o Programa do Homem e a Biosfera na UNESCO; em 1972 ocorreu a publicação, pelo Clube de Roma, do livro *Limites do Crescimento*, constatando que se as tendências de crescimento populacional, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos se mantivessem inalteradas, o planeta chegaria ao fim dentro de cem anos, pois seria impossível haver crescimento infinito na biosfera terrestre (PEZZOLI, 1997). Ainda em 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que realizou a Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia. Essa Conferência teve uma enorme importância por ter introduzido o debate sobre Meio Ambiente na agenda global, chegando a propor a diminuição do ritmo de crescimento econômico (OLIVEIRA, 2008).

Quando da Conferência de 1972, o capital se defrontava com a perspectiva de um pensamento ecológico que pressupunha uma escolha entre desenvolver, no sentido de crescimento econômico ou a proteção ao Meio Ambiente (LAYRARGUES, 1997). Havia uma questão fundamental, todavia, que era o fato de os países ditos desenvolvidos já terem alcançado um elevado grau de industrialização e seus respectivos impactos no planeta já serem visíveis, enquanto que os países ditos subdesenvolvidos viam na industrialização uma esperança de sair do subdesenvolvimento. Instalou-se, portanto, uma divergência:

De um lado os países ricos querendo estabelecer normas internacionais de controle ambiental e restrições ao crescimento econômico, para se evitar qualquer acréscimo em termos de fontes de poluição. De outro lado os países pobres, depositários de dois terços da população do planeta, querendo as indústrias para se desenvolverem e resolver suas dificuldades sociais. O pronunciamento do representante do governo brasileiro na Reunião de Estocolmo resume primorosamente este confronto, principalmente através das frases: “A pior poluição é a pobreza” e “Venham poluir o Brasil”, ditas em alto e bom tom no plenário das Nações Unidas. (CAPOBIANCO, 1992, p. 13).

Referindo-se também à reunião de Estocolmo, Foladori e Tommasino (2000, p. 44) afirmam que:

El resultado fue una declaración donde se abordan los principales problemas relacionados con el medio ambiente: industrialización, explosión demográfica y crecimiento urbano. Se proclama “el derecho de los seres humanos a un medio ambiente sano y el deber de protegerlo y mejorarlo para las futuras generaciones”. Como resultado se crea el UNEP (Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente), y la WCED (Comisión Mundial para el Medio Ambiente y el Desarrollo) que emitirá su informe sobre el medio ambiente y el mundo en 1987 (informe Brundtland). El espíritu general de la declaración partía de la base de que con tecnologías limpias en los países desarrollados; y transferencia de recursos financieros y técnicos para el Tercer Mundo, junto a políticas de control de la población, podían solucionarse los problemas. Se vislumbraron contradicciones entre los países ricos que pretendían controlar la producción y la explosión demográfica y los pobres que veían la necesidad del desarrollo. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000, p. 44).

Em 1974, de acordo com Pezzoli (1997), no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizou-se o seminário de Cocoyoc, no México, para discutir a padronização do uso de recursos ambientais e estratégias de desenvolvimento. Este evento, além de recomendar que a ecologia fosse aplicada aos processos econômicos, tanto locais quanto globais, tornou-se um marco importante, pois o “[...] term sustainable development

was already in use at the time of the 1974 Cocoyoc seminar [...]” (PEZZOLI, 1997, p. 551). Pattberg (2009) não assume que o termo DS já fora utilizado na década de 1970. Para ele, as origens do discurso da sustentabilidade remontam sim a, pelo menos, o começo dos anos 1970, período no qual ocorreram diversas publicações e a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente humano, centradas na relação entre desenvolvimento humano e o Meio Ambiente.

Em 1975, as discussões foram aprofundadas na Conferência que originou o relatório de *Daghammarskjold* [também conhecido por relatório *Que Faire*], que apontou o desenvolvimento desenfreado como uma razão da degradação ambiental e sugeriu o controle, por parte dos produtores, sobre os meios e a forma de produção (MOREIRA, 2010). A década de 1970, principalmente a partir da Conferência de Estocolmo, marcou a exportação da degradação ambiental do Norte global para o Sul. Com severas legislações ambientais no centro, as indústrias poluidoras, obsoletas, eletro intensivas e geradoras de produtos tóxicos começam a migrar para países da periferia dispostos a recebê-las. No final da década, o quadro que se tem é desanimador: “Ao norte, os países cada vez mais limpos e ricos, graças à rígida legislação ambiental e à venda de suas indústrias poluidoras. Ao sul, a impressionante ampliação da degradação ambiental e da pobreza [...]” (CAPOBIANCO, 1992, p. 14).

No DMem, que abrange um período histórico do final da SGM até a década de 1970, os sentidos em torno da designação desenvolvimento circularam desde a ideia de progresso material, pela via do conhecimento científico e tecnológico, passando pela (re) descoberta da pobreza, sua elevação à condição de ameaça ao mundo, até o crescimento econômico como solução. Vimos ainda a invenção do subdesenvolvimento, que se mostrou funcional à circulação e expansão das fronteiras do capitalismo, por meio da subordinação dos países pertencentes ao polo de poder dominante sobre o restante do planeta. Constituiu-se até aqui uma fase na qual o crescimento econômico e o desenvolvimento tornaram-se verdades universais.

3.1.1 Desenvolvimento Sustentável: acontecimento enunciativo

Passados os anos setenta do século XX, face à crise do capitalismo, a cena foi sendo tomada pelo aumento da competitividade do capital, pelo comércio internacional e pelos investimentos externos. O mercado passou à primeira agência do desenvolvimento, criando as

¹⁷ “termo desenvolvimento sustentável já estava em uso na época do seminário de 1974 em Cocoyoc” (PEZZOLI, 1997, p. 551, tradução nossa).

bases de uma sociedade de mercado (SANTOS FILHO, 2005). Sociedade na qual, a discursividade do desenvolvimento será profundamente marcada pelo adendo “sustentável” que o substantivo recebeu ao ser adjetivado. O fato marcante da década de 1980, que é histórico-discursivo, foi a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, em 1987, que trouxe uma definição para o termo Desenvolvimento Sustentável (DS), tornando-o um acontecimento enunciativo, que forneceu a base linguístico-discursiva para a sustentabilidade. Assumimos aqui a origem do termo DS a partir da publicação do Relatório Brundtland (BANERJEE, 2003; MONTIEL; DELGADO-CEBALLOS, 2014; LANDRUM, 2017, o qual teve o intuito de explorar a relação entre o desenvolvimento e o Meio Ambiente. Entretanto, registramos que outros autores põem o seminário de Cocoyoc, em 1974, como momento da primeira utilização do termo (PEZZOLI, 1997; FOLADORI; TOMMASINO, 2000; MOREIRA, 2010).

Indursky (2003) trata a FD como domínio de saber nos qual um sujeito se inscreve sempre por identificação, ainda que não o faça conscientemente. Segundo Indursky (2003, p. 102), é da FD que o sujeito extrai “os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significar seu dizer”. A autora constata, com Pêcheux, que os saberes, que assumem formato de enunciados, são anteriores ao discurso de um sujeito e estão sediados na FD e, antes dela, no interdiscurso. É como entendem Cazarin e Rasia (2014), ao afirmar que um acontecimento se dá a partir de uma construção discursiva anterior. Por isso, justificamos a necessidade de recompor o percurso que deu origem à noção de desenvolvimento, esta discursividade anterior, que chamamos de formação discursiva do desenvolvimento capitalista, é resgatada num espaço de memória convocado e reorganizado, que subsidia o surgimento da designação sustentabilidade: que em um contexto de atualidade, surge como uma perspectiva gerencialista do desenvolvimento sustentável.

A construção discursiva que fundamenta o DS não se dá sem o interdiscurso, este tomado como conjunto do dizível, que é histórica e linguisticamente definido. Sempre existe o já dito, pois, o enunciável é exterior ao sujeito enunciador, portanto, sempre já há discurso. O interdiscurso se apresenta em séries de enunciações, que formam o DMem: a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso, onde ressoa uma voz anônima. Portanto, o sujeito lança mão do já dito para ressignificar e também para significar (ORLANDI, 2015b). No interdiscurso e nas condições de produção há aspectos constitutivos que dão possibilidade à irrupção dos enunciados que são parte de um acontecimento em suas filiações histórico-sociais/ideológicas. Destarte, o acontecimento recupera uma memória de dizeres já existente

(via interdiscurso) e desloca sentidos para produzir o novo (SILVA, 2015). O novo é aqui tomado por DS, entretanto seus desdobramentos, que levaram à sua incorporação pelas empresas, enquanto perspectiva gerenciável do DS, indicam que não é uma ideia tão nova assim.

Conforme Pêcheux (1999, p. 50), existe um “[...] processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória [...]”. Na AD, a memória é discursiva e “[...] deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Indursky (2003, p. 104) constata que de tal “[...] entrecruzamento resulta o *efeito de memória*, que é fortemente lacunar, possibilitando que os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se re-signifiquem [...]”. Segundo Cazarin e Rasia (2014), baseadas em Pêcheux, fatos e acontecimentos históricos, em AD, são relevantes enquanto acontecimentos tomados como fatos históricos e resultantes de uma interpretação, que pode ocorrer independentemente do sujeito, mas que só são fatos históricos quando são simbolizados pelo sujeito. Fato histórico, por conseguinte, é o acontecimento histórico, pontual, gerador de variadas discursividades. Destarte, como nos adverte Orlandi (1993a), os enunciados estão na história, por isso é que há necessidade de se considerar a historicidade dos processos discursivos, e os sentidos que os fatos reclamam.

A historicidade do processo discursivo que dá origem à sustentabilidade está vinculada à historicidade da reprodução capitalista, como visto em Moreira (2010). Nos anos 1970, o sistema produtivo do capital passava por uma crise estrutural de produção, circulação e consumo própria à sua dinâmica expansiva e acumulativa. Ao mesmo tempo, foram postas na cena global preocupações com a deterioração ambiental, trazendo à tona os limites da natureza, consequência da histórica maneira de extração desregulada e incontrolável própria do capitalismo. No começo dos anos 1990, há o enfraquecimento do conflito ideológico com o bloco socialista devido à abertura política e econômica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que altera o discurso desenvolvimentista nos moldes capitalismo *versus* socialismo. Na primeira década do século XXI, tendo em vista esta problemática histórica, ainda em contexto de crise econômica e ambiental, “[...] o projeto atual de sustentabilidade desloca política e ideologicamente o sentido de desenvolvimento à necessária continuidade e expansão da riqueza capitalista de hoje [...]” (MOREIRA, 2010, p. 100). Destarte, apesar dos sentidos ambíguos do projeto global de sustentabilidade, eles visam ao atendimento de uma única finalidade ideológica, ou seja, “[...] a reprodução da produção capitalista desigual [...]” (MOREIRA, 2010, p.102).

Ao domínio de memória, a partir da discussão levantada na ONU na década de 1970, que traz à tona o mote da crise ambiental, soma-se a solução dada, também pelas Nações Unidas: o desenvolvimento sustentável, aqui tratado como acontecimento enunciativo, oriundo do Relatório Brundtland de 1987. Esta particularidade do desenvolvimento atualiza o domínio de memória a partir do DS ainda na formação discursiva do desenvolvimento capitalista. Apesar de ter provocado um rearranjo nos enunciados (saberes), pois além do desenvolvimento não ser apenas sinônimo de crescimento econômico, agregou a perspectiva de permitir as condições de atendimento das necessidades das futuras gerações, bem como adicionou a perspectiva social e ambiental ao desenvolvimento, não operou uma ruptura e sim permitiu a continuidade à sua filiação à FI do Capital.

O Relatório Brundtland é um resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em de 1983 pela ONU e presidida por *Gro Harlem Brundtland*. O documento define DS, como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades [...]”, e declara que “[...] ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta sua sustentabilidade em todos os países [...]”; e conclama ainda as interpretações a “[...] um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável [...]” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD, 1991, p. 46). Enquanto no enunciado fundador do desenvolvimento, a posição-sujeito do presidente de uma nação, potência global, denotava que havia ali a presença da forma-sujeito Estado; no Relatório Brundtland, que forjou o DS, a posição-sujeito é, aparentemente, diluída em uma pluralidade de posições-sujeito, que representam: personalidades políticas, do universo acadêmico, lideranças empresariais e de organizações não governamentais.

O DS, uma vez que despreza as determinações históricas do seu processo produtivo, que se dá a partir da destrutividade socioambiental, se inscreve ainda na formação discursiva do desenvolvimento capitalista, que se filia à FI do capitalismo (FI do Capital), aquela “[...] que *promulga* e faz vigorar as idéias, os valores do capitalismo [...]” (AMARAL, 2007, p. 25, grifo nosso). Destarte, o DS resulta em não mais do que uma artimanha do capitalismo na

[...] tentativa de naturalizá-lo como único sistema econômico possível e minimizar as críticas de cunho social e ecológico contrárias a ele, além de explorar o *marketing* dos produtos, serviços e selos verdes da falácia da responsabilidade socioambiental, promovendo a lucratividade das empresas pela imagem. Pode-se afirmar que o modo de produção capitalista está gerando um conjunto de contradições ecológicas. No plano econômico, o

capital transforma a poluição industrial e a rarefação de recursos em novos campos de acumulação e, no espaço político, transfere o peso das degradações para os países periféricos e para as classes subalternas. (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 48).

A FI do Capital opera na discursividade do DS produzindo, portanto, uma solução neoliberal para o incômodo que a problemática ambiental tem provocado à reprodução do capital. Se observada a historicidade da discursividade do desenvolvimento, abordada neste trabalho a partir do diálogo com diversos atores, torna-se evidente que seu foco nunca rompeu com a FI do Capital. Basta que se observe o movimento permanente e o contínuo processo no qual o desenvolvimento se reconfigurou desde o período pós SGM, sempre mantendo a ordem do capitalismo por meio da mobilização de sentidos, tais como: modernização tecnológica; industrialização; contenção ao avanço do comunismo; submissão à lógica mercantil; liberalização estrutural; competitividade, comércio internacional e investimentos externos; compatibilização de crescimento econômico com proteção ambiental; abertura global de mercados; mercado como primeira agência do desenvolvimento; produzir para atender às necessidades infinitas dos consumidores; racionalidade econômica acima da racionalidade ecológica, dentre outros.

De acordo com Veiga (2006), no debate sobre crescimento econômico e Meio Ambiente, um primeiro posicionamento considerava possível crescer economicamente e conservar a Natureza e, inclusive, a partir de determinado momento defende-se que o crescimento econômico contribui para melhorar as condições ambientais. O segundo apostava na retração ou na condição estacionária da economia, que fosse capaz de dissolver a obsessão pelo crescimento do PIB. Este último, representou um entrave para o capitalismo, tendo em vista que crescimento zero ou retração se constituem como empecilhos à acumulação crescente de capital. E, finalmente, um terceiro posicionamento afim ao Relatório Brundtland, defendendo a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental (VEIGA, 2006). Esse posicionamento viabilizou o DS, removendo, discursivamente, a contradição entre desenvolvimento capitalista e preservação do Meio Ambiente. Portanto, como demonstra Nobre (2002), eis o grande feito do DS.

Banerjee (2003) diz que o Relatório Brundtland não trouxe exatamente uma definição de DS, mas sim um lema bonito, porém incapaz de produzir teoria. O documento confere, tanto à figura do especialista quanto ao BM, poderes de salvar o planeta por meio da utilização de tecnologia mais moderna e pela via da gestão. Contraditoriamente, oferece apenas um futuro comum, quando deveria se ocupar em colocar o futuro como um bem comum ao alcance de toda humanidade. O relatório “esquece-se” da pluralidade, de

apresentar o mundo para além de uma perspectiva de Natureza, disponível para que todos os cidadãos acessem, um planeta de imaginações alternativas e de habilidades que, no futuro, pudessem ser essenciais para a sobrevivência da humanidade (VISVANATHAN, 1991). Lembremos com Porto-Gonçalves (2015) que, na década na qual o DS foi forjado, a média de juros nos países industrializados era de 4% enquanto no polo dominado do padrão de poder mundial a taxa média estava em 17%. Portanto, “[...] a maior exploração da natureza e a materialização dos danos ambientais podem bem ser, e têm sido, uma compensação para as altas taxas de juros [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 39).

O início dos anos 1990 é marcado pelo fim da Guerra Fria¹⁸, que culminou na desintegração da URSS e fez a ajuda externa, em troca do apoio dos países pobres, perder o sentido (RUHIL, 2017). A partir de então, o modelo ocidental capitalista se expandiu globalmente pela via da abertura à lógica competitiva de mercado. O foco de organizações internacionais voltou-se para a erradicação da pobreza. A ajuda técnica dos países desenvolvidos passou a formar pessoas para atender ao mercado, enquanto a ajuda financeira destinava-se às ONGs e projetos governamentais. Desenvolvimento se relacionava, então, a criação condições de acesso ao consumo e modernização significava produzir para atender às necessidades infinitas dos consumidores, que desfrutam da liberdade de escolha orientada pelo mercado (SANTOS FILHO, 2005). A “globalização neoliberal” marcou a década de 1990, no que tange ao aumento da concentração de riqueza nos países mais ricos: o G7¹⁹, com apenas 12% da população mundial e 16% da superfície planetária, concentrou 65% de toda produção global (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Segundo Porto-Gonçalves (2015), tal feito só foi possível porque “[...] o fluxo de matérias-primas e de energia continuou a fluir no sentido colonial tradicional, ou seja, em direção aos países situados no polo dominante do padrão de poder mundial [...]”. Notemos novamente, portanto, que o DS acontece no seio de imensa desigualdade entre classes sociais, territórios e países, justamente porque “[...] é a exploração das populações dessas áreas que tem tornado possível a sustentabilidade ecológica do atual padrão de poder mundial [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 42). É oportuno ressaltar que houve um deslocamento

¹⁸ Conflito indireto entre os Estados Unidos da América (EUA), liderança capitalista, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que buscava implantar o socialismo. Começou ao final da Segunda Guerra Mundial (1945) e terminou com a dissolução da URSS (1991). Segundo Alcadiyani e Bertero (2012, p. 286), “o mundo da Guerra Fria era um mundo dividido entre dois modelos e modos de vida configurados como opostos. Tanto os EUA quanto a URSS procuravam abarcar o máximo de países e povos dentro de seu poder e influência”.

¹⁹ Formado pelos países com alto nível de industrialização e com maior poder econômico do planeta: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

proposital do foco, que se voltou para a pobreza por si mesma, deixando de lado, portanto, a discussão sobre a desigualdade na distribuição e apropriação da riqueza no mundo. De acordo com Banerjee (2003, p. 159),

Global discourses of sustainable development, as evidenced by the policies of the World Bank, the United Nations, the International Monetary Fund, and the World Trade Organization, all assume that poverty rather than affluence is the real problem of environmental destruction²⁰.

No lado dominado do polo de poder, o movimento de privatizações e enfraquecimento do papel estatal trouxe consequências agravantes como desemprego e aumento da pobreza. Enquanto isso, levantava-se a bandeira da luta pela redução e eliminação da pobreza (LOPES, 2005). Segundo Ruhil (2017), é na década de 1990 que os eventos liderados pela ONU alcançaram relevância, pois os programas de ajuste estrutural (PAE) do BM nos países pobres provocaram aumento da pobreza e da desigualdade. Até mesmo o milagre asiático, tido como um exemplo, foi questionado juntamente com as graves crises que afetaram a Argentina, o Brasil, o México e os países do Sudeste Asiático. Ademais, os PAE “[...] ont induit des conséquences sociales dramatiques avec la persistance et l’aggravation de la pauvreté en Afrique subsaharienne, en Amérique du Sud et dans les pays en transition d’Europe et d’Asie centrale [...]”²¹ (FROGER, 2006, p. 15). Restou, destarte, a viabilização de alternativas, seja pela ONU ou via organizações não governamentais locais e internacionais. A constatação de Ruhil (2017) corrobora com o pensamento de Rist (2002), quando afirma que, naquele momento da história, “[...] las leyes del mercado servían desde entonces de doctrina universal y las preocupaciones del desarrollo se reducían a las iniciativas humanitarias de UNICEF²² y de las ONG” (RIST, 2002, p. 202).

Destacamos a Conferência da ONU de 1992, realizada no Brasil, também conhecida por Rio-92 ou Eco-92, evento que contribuiu para a difusão global do DS, tornando-se um consenso planetário, seja na esfera pública, no mercado ou no âmbito das organizações da sociedade civil. Segundo Layrargues (1997), o termo não só se tornou legítimo como foi absorvido definitivamente pelos ambientalistas a partir da Rio-92. Para Moreira (2010, p. 88),

²⁰ “Discursos globais de desenvolvimento sustentável, como evidenciam as políticas do Banco Mundial, das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, todos assumem que a pobreza, e não a riqueza, é o verdadeiro problema da destruição ambiental” (BANERJEE, 2003, p. 159, tradução nossa).

²¹ “tiveram consequências sociais dramáticas com a persistência e o aprofundamento da pobreza na África subsaariana, na América do Sul e nos países em transição da Europa e da Ásia Central” (FROGER, 2006, p. 15, tradução nossa).

²² Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

o discurso da sustentabilidade apresenta um poder consensual para manter o modo produtivo, sob a égide do capital, produzindo “[...] a ideia de um problema em comum, em que todos os países, indivíduos e classes sociais comungam da mesma culpa, e por isso da mesma responsabilidade [...]”. Além do poder consensual, “[...] le développement durable lui-même devient un concept vidé de son sens qui sert des intérêts opposés en offrant des visions spécifiques à chaque groupe (les trois piliers du développement durable: les sphères économique, sociale et environnementale) [...]”²³ (PATTBERG, 2009, p. 91).

Ruhil (2017) destaca que, em 1995, houve a realização da cúpula mundial de desenvolvimento social com objetivo de reduzir a pobreza e que, 1996, foi declarado oficialmente pela ONU “[...] um ano internacional para a erradicação da pobreza [...]”. Segundo Pezzoli (1997) as conferências que ocorreram após a Rio-92, que ele denomina de *Rio Cluster*, foram, de fato, responsáveis por fomentar o interesse pela sustentabilidade do nível local ao global. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em junho de 1993, em Viena (Áustria), reafirmou o compromisso internacional relativo a todos os direitos humanos e de reforço dos mecanismos destinados a observar e promover esses direitos. Além disso, levou à nomeação do primeiro Alto Comissário para os Direitos Humanos, tendo em vista aprimorar a capacidade de atuação da ONU ante às ações de violação desses direitos. Ao estimular a inclusão dos direitos humanos como parte integrante das missões de manutenção da paz, esta Conferência afirmou a ligação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos (ALVES, 2001).

A discursividade desenvolvimentista recebeu contribuições ainda da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em setembro de 1994, no Cairo/Egito. Além de postular o desenvolvimento como um direito universal inalienável, integrante dos direitos fundamentais, mencionou a responsabilidade dos países desenvolvidos na busca internacional do desenvolvimento sustentado. É esta Conferência o evento que apontou a tendência “[...] que estabelece os direitos humanos como fundamento, condição e meio para a consecução do desenvolvimento da humanidade [...]” (ALVES, 2001, p. 180). Dentre suas principais resoluções, estão: a aprovação de um Plano de Ação que definia os alvos dos recursos, no que se refere à cooperação internacional no domínio da população, a fim de garantir a todos o acesso à saúde reprodutiva e ao planejamento familiar; e o estímulo

²³ “o próprio desenvolvimento sustentável torna-se um conceito esvaziado de seu significado, que serve a interesses opostos, oferecendo visões específicas a cada grupo (os três pilares do desenvolvimento sustentável: as esferas econômica, social e ambiental) (PATTBERG, 2009, p. 91, tradução nossa).

ao aumento de recurso para financiamento de atividades (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - FNUAP, 1995).

Em março de 1995, foi realizada a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague/Dinamarca. Diferente das anteriores, esta foi a primeira a colocar o desenvolvimento com o sentido humanista, adjetivado de social, no foco da atenção internacional. Teve como principais objetivos: a erradicação da pobreza, desintegração social e o desemprego. Entretanto, a despeito de todas estas constatações, não houve esforços suficientes para superar os desequilíbrios e alcançar resultados na distribuição da riqueza. Os resultados de Copenhague não foram proporcionais à ênfase dada ao discurso que revelava preocupação dos países com os evidentes efeitos negativos do crescimento econômico, como o desemprego e exclusão social, ocasionados nos países em desenvolvimento pela “[...] obsessão com o monetarismo, a liberdade do mercado e o Estado mínimo [...]” (ALVES, 2001, p. 184).

Ainda em 1995, denominada de Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro, em Beijing/China, “[...] partiu de uma avaliação dos avanços obtidos desde as Conferências anteriores (Nairóbi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e de uma análise dos obstáculos a superar para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas [...]” (VIOTTI, 1995, p. 148). A partir de tal Conferência, a questão de gênero foi agregada à pauta do desenvolvimento.

Ao acordar o Plano de Ação, destinado a fortalecer o papel da mulher nos fóruns de decisão no campo social, econômico e político, inseriu na pauta as questões relacionadas a saúde, educação e direitos na perspectiva de gênero e sublinhou a necessidade da garantia de proteção legal no combate à violência contra as mulheres. Na declaração da Conferência, destacam-se: “[...] o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade [...]” (NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 149). A II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat II, realizada em junho de 1996, em Istambul/Turquia, última das cúpulas mundiais deste ciclo, teve como objetivo a atualização de temas e paradigmas acerca da política urbana e habitacional que se refere à orientação da ação dos agentes de desenvolvimento (ALVES, 2001).

Nos anos 2000, por meio da Cúpula do Milênio da ONU em Nova Iorque/EUA, vieram à pauta os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ONU, 2000). Dentre os oito objetivos, destacava-se o sétimo que visava a garantir a sustentabilidade ambiental e demonstrava, a esta altura, o quanto a temática já havia alcançado a escala planetária. Veiga

(2015) critica que apenas um objetivo expressava a preocupação ambiental em pleno século XXI e o que ele considera ainda pior é a sugestão de que “[...] a noção de sustentabilidade deveria se restringir à questão ambiental [...]” (VEIGA, 2015, p. 197). A Figura 1 apresenta os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2015-30):

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: IZOTON, 2013 (Prefeitura Municipal de Cariacica, Espírito Santo).

Conforme Lautier (2010), a agenda do desenvolvimento foi invadida pelos consensos, cuja função é “[...] matar o debate e, ao mesmo tempo, submeter aqueles que aderem a ele, mesmo sem acreditar muito, em nome do menos pior ou na falta de algo melhor [...]” (LAUTIER, 2010, p. 356). O dito de Lautier (2010) está em consonância com Muñoz (2008), que considera que os ODM representaram nada mais do que um consenso de mínimos sociais. A formação do consenso do DS também é ressaltada por Nobre (2002, p. 25) que, como outros autores, critica a imprecisão do termo e diz que ele “[...]surgiu não só como uma noção fadada a produzir consenso, mas também como um enigma a ser criticado por sua vaguidão, imprecisão e caráter contraditório [...]”. Vitale e Santos Neto (2016) se referem ao termo como uma “expressão conciliatória” que

[...] não reflete apenas uma disputa teórico-conceitual, mas, principalmente, contradições, tensões e conflitos concretos por justiça, posse da terra, acesso e uso dos recursos naturais, preço dos bens comuns, diferentes modelos econômicos de uso e exploração da natureza, enfim, diferentes compreensões dos termos desenvolvimento e sustentabilidade. (VITALE; SANTOS NETO, 2016, p. 115).

Como os ODM tiveram o prazo de vigência estipulado até 2015, ainda durante a Rio +20 foi emitido um documento intitulado “O futuro que queremos”, que estabeleceu um grupo de trabalho, que deu origem a um segundo documento intitulado “Transformando nosso

mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. Este último criou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vistas à gestão global da sustentabilidade. Os ODS, em 2015 substituíram, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, em Nova Iorque, os antigos ODM (VITALE; SANTOS NETO, 2016). A concepção da agenda 2030 materializou-se como um consenso internacional para o desenvolvimento, um resultado prático de um processo de governança a partir da ONU, a “[...] organização central para a construção de consensos globais em torno do desenvolvimento [...]” (IVO, 2016, p. 60). Os ODS são, nessa perspectiva, uma agenda para o futuro, uma renovação-ampliação dos inconclusos ODM, “[...] sob uma nova indumentária semântica, agora intitulada Agenda 2030” (OKADO; QUINELLI, 2016, p. 112).

Na superfície do discurso, o DS representa um modelo de crescimento econômico capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem pôr em risco a capacidade de atender às necessidades das próximas gerações. Subjaz à noção de DS, no mundo ideal, um modelo de desenvolvimento que não esgota recursos disponíveis para o futuro. No cerne do termo DS, Lelé (1991) aponta três aspectos relevantes:

- 1) leva em conta a degradação ambiental e atrela às consequências da pobreza;
- 2) mantém as metas tradicionais do desenvolvimento (aumentar a produtividade para satisfazer necessidades); e
- 3) coloca em curso processos de desenvolvimento ditos participativos.

Sua força está na capacidade de se tornar atrativo para uma diversidade de interesses: do mercado, dos estados e da sociedade civil. O DS é um termo capaz de abarcar: mudanças tecnológicas para produzir com menos poluição e menos recursos e alcançar maior produtividade e lucro; as políticas econômicas, que incorporam preocupações ambientais e maior crescimento econômico; organizações não-governamentais (ONGs) locais são trazidas para dar um caráter de participação aos processos de desenvolvimento; e abertura de espaço para agricultura menos prejudicial e ainda mais produtiva. Apesar de trazer a vantagem de um discurso que, supostamente, agrada a todos, o DS também apresenta um dilema para seus defensores. Estes precisam buscar um equilíbrio entre o impulso de assumir preocupações fundamentais quanto ao meio ambiente e a necessidade de ampliar a aceitação e obter apoio político (LELÉ, 1991).

Toda a contribuição das instâncias internacionais, principalmente no âmbito das Nações Unidas, criadas para tratar de questões ligadas ao desenvolvimento, repercutiu, portanto, também nas corporações. Segundo Landrum (2017), o DS é tratado inicialmente nas políticas e abordagens de desenvolvimento econômico no âmbito governamental, a partir de

sua regulação sobre o Meio Ambiente. Entretanto, à medida que os governos o fazem, as empresas, que também operam sob limites políticos e regulatórios dos governos, adotam a sustentabilidade, que configura a contribuição dos negócios para alcançar o DS. Landrum (2018) aponta uma possibilidade de diferenciar o DS da sustentabilidade, tratando por sustentabilidade corporativa, aquela concebida no nível micro da empresa, enquanto que o DS é uma ideiação de nível macro ou societal (LANDRUM, 2017). Entretanto, esse entendimento parece ser marginal diante da concepção dominante sobre sustentabilidade corporativa, transformada em um modismo que segue sendo indispensável para governos e empresas nas duas primeiras décadas deste século.

Apesar de cada vez mais empresas, sejam de médio ou de grande porte, virem introduzindo a sustentabilidade nos negócios (SZÉKELY; KNIRSCH, 2005), o Meio Ambiente permanece sendo degradado continuamente (LANDRUM, 2017). É a partir desta contradição, que tomamos a sustentabilidade empresarial como uma transfiguração, um deslizamento do lugar do DS. Consideramos que há um trabalho ideológico de mobilização de sentidos em torno da preocupação com o Meio Ambiente natural e social para buscar encobrir os reais motivos pelos quais as empresas tratam da sustentabilidade. Ainda que o real revele o contrário, parece haver uma insistência das empresas em manter simbólica ou imageticamente a ideia de sustentabilidade corporativa.

Para utilizar o termo transfiguração, nos amparamos no que traz Orlandi (1993b, p. 7):

[...] há uma história de constituição dos sentidos, ou seja, eles não são considerados em sua “essência”. Não se trata, pois das idéias estarem fora de lugar. O fato é que na constituição dos sentidos eles podem sofrer um deslizamento, um processo de transferência que faz com que apareçam como deslocados. A isto é que chamamos *transfiguração*. Sem ponto original, mas jogando o jogo da diferença, da cópia, da simulação. Depende da história de construção dos sentidos a configuração de lugares para as “idéias”, na trama da relação linguagem/pensamento/mundo, isto é, no efeito de realidade do pensamento, da ilusão referencial, que eles produzem. A organização dos sentidos é trabalho ideológico. E o lugar das idéias é função desse trabalho. (ORLANDI, 1993b, p. 7).

A sustentabilidade empresarial funciona como um discurso (PRATES, 2013), é resultado de um trabalho ideológico de organização de sentidos que opera um deslocamento, uma transfiguração. Temos em uma síntese complementar à noção de transfiguração que,

[...] shifts from sustainable development to the more positive sounding sustainability and then shifts the focus to corporate sustainability. Corporate discourses on sustainability produce an elision that displaces the focus from global planetary sustainability to sustaining the corporation through growth

opportunities²⁴. (BANERJEE, 2003, p. 163).

Consideramos que a própria falta de consenso sobre o que seja sustentabilidade empresarial acaba por favorecer o mercado. Segundo Montiel e Delgado-Ceballos (2014), não está explicitado o que significa sustentabilidade corporativa, nem mesmo para os estudiosos de negócios. Falta ainda uma definição comum. Por se tratar de um conceito emergente no campo da gestão, houve um aumento exponencial em atividades relacionadas a este tema, crescente contratação de professores especializados nas escolas de negócios em todo o mundo e também de funcionários para atuar nas grandes empresas. A origem do termo é, indubitavelmente, o Relatório Brundtland porque apresentou o DS com a perspectiva de longo prazo que subjaz à ideia de sustentabilidade (MONTIEL; DELGADO-CEBALLOS, 2014). Sendo assim, a designação sustentabilidade tem origem no DS (ICHIKAWA; CARRIERI, 2014; FARIA, 2014). Conforme Landrum (2017, p. 289), “[...] the lexicon has grown to include corporate responsibility, corporate social responsibility, CSR, corporate citizenship, corporate social performance, corporate sustainability, and environmental management [...]”²⁵.

A designação sustentabilidade, vem de *Sustainability*, expressão que significa assegurar que os processos produtivos e de prestação de serviço não comprometam a existência de suas fontes, mas sim garantam a reprodução de seus meios (FARIA, 2014). Destaquemos ainda que as designações sustentabilidade e DS têm sido empregadas de maneira intercambiável (BANERJEE, 2003). Portanto, está posta uma noção de continuidade ao longo do tempo quando as designações desenvolvimento e sustentável se unem, fazendo-nos supor que o efeito de sentido que se produz é o de sustentação, isto é, sustentação à reprodução do capitalismo.

Esta noção construída discursivamente, conforme visto em Rist (2002), é, portanto, mais um termo caro à perspectiva capitalista de desenvolvimento. Destarte, “[...] when development is taken to be synonymous with growth in material consumption - which it often

²⁴ “muda do desenvolvimento sustentável para a sustentabilidade soando mais positiva e, em seguida, muda o foco para a sustentabilidade corporativa. Discursos corporativos sobre sustentabilidade produzem uma elisão que desloca o foco da sustentabilidade planetária global para a sustentação da corporação por meio de oportunidades de crescimento” (BANERJEE, 2003, p. 163, tradução nossa).

²⁵ “o léxico cresceu para incluir responsabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa, RSE, cidadania corporativa, desempenho social corporativo, sustentabilidade corporativa e gestão ambiental” (LANDRUM, 2017, p. 289, tradução nossa).

is even today - SD would be ‘sustaining the growth in material consumption’ (presumably indefinitely) [...]”²⁶ (LELÉ, 1991, p. 609).

Para Layrargues (1997), a partir do Relatório Brundtland, o alarde em torno do círculo vicioso da pobreza teve por objetivo justificar a imprescindibilidade em manter o crescimento econômico (consumo), ao mesmo tempo em que serviu de véu à responsabilidade ambiental dos países do polo dominante de poder mundial quanto ao excesso de consumo, riqueza e a poluição. A dimensão social da sustentabilidade é levada em conta à medida que passa a gerar impactos na sustentabilidade ecológica. Dito de outro modo, tal dimensão não importa por si mesma, mas se for capaz de gerar sustentabilidade ecológica. Está em questão uma relação técnica entre pobreza e utilização dos recursos naturais e o que importa mesmo são as consequências técnicas da pobreza na contaminação e degradação ambiental (FOLADORI; TOMMASINO, 2000).

A sustentabilidade já foi absorvida pela empresa como prática de mercado. Concordamos com Lelé (1991), que a noção dominante de DS resguarda o sistema capitalista de mudanças que possam afetá-lo substancialmente. Estamos de acordo também com Layrargues (1997), quando afirma:

A conclusão mais plausível é que este último – leia-se as forças do mercado – sob pressão da nova realidade ecológica e da necessidade de assumir uma nova postura, desponta sob uma nova roupagem, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura de funcionamento. O mecanismo cujo funcionamento é dependente da lógica do mercado, sequer foi abalado, ou melhor, saiu até mais fortalecido. O desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade socioambiental. (LAYRARGUES, 1997, p. 7).

Há uma crítica ao DS associada à sua produção predominante enquanto conhecimento ocidental, já que foi concebido por um sistema unitário de conhecimento, o colonial, ou como diz Porto-Gonçalves (2015) a colonialidade do saber e do poder. O DS permanece, portanto, subordinado ao paradigma econômico dominante, privilegiando as noções ocidentais de ambientalismo e conservação (BANERJEE, 2003). Layrargues (1997) complementa a crítica, acusando o DS de pressupor o mercado total, de assumir a ideologia neoliberal, uma vez que evita discutir um teto máximo e até mesmo a redução do consumo dos países desenvolvidos para equilibrar com os países mais pobres. DS, segundo o referido autor, é um subterfúgio,

²⁶ “Quando o desenvolvimento é considerado sinônimo de crescimento em consumo material - o que é comum até hoje - o DS estaria "sustentando o crescimento do consumo material" (presumivelmente indefinidamente)” (LELÉ, 1991, p. 609, tradução nossa).

uma fuga ao debate, já que propõe um piso, se omitindo do peso da responsabilidade da poluição e da riqueza. Layrargues (1997) afirma ainda que a preocupação do DS é preservar a perspectiva dominante de desenvolvimento, portanto representa um desenvolvimento em nova roupagem, mas que mantém inalterada sua estrutura de funcionamento, que é dependente da lógica capitalista de mercado.

Observa-se que, na lógica de mercado, o termo sustentabilidade “[...] foi apropriado pela racionalidade econômica [...]” (LEFF, 2009, p. 208). Banerjee (2003) também toma por pressuposto que o DS é um paradigma de desenvolvimento baseado na racionalidade econômica e não numa racionalidade ecológica. Nesse sentido, tratando especificamente do DS no âmbito empresarial, Dias (2011, p. 43) apresenta sua crítica:

A penetração do conceito de desenvolvimento sustentável no meio empresarial tem se pautado mais como um modo de empresas assumirem formas de gestão mais eficientes, como práticas identificadas com a ecoeficiência e a produção mais limpa do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável. Embora haja um crescimento perceptível da mobilização em torno da sustentabilidade, ela ainda está mais focada no ambiente interno das organizações, voltada prioritariamente para processos e produtos.

Autores como Acselrad et al. (2013) defendem o princípio de que a problemática ambiental é indissociável da dinâmica social. Para eles, a noção hegemônica de sustentabilidade tem excluído a problematização da distribuição desigual do poder na apropriação destes recursos materiais e ambientais, bem como desconsiderado a diferenciação entre os agentes quanto à capacidade de cada um em gerar impactos não desejáveis para toda a sociedade e, especialmente, para os grupos em situação de maior vulnerabilidade. Apesar da complexa arquitetura organizacional para produzir e reproduzir práticas sustentáveis globalmente, haja vista a ascensão mimética da sustentabilidade nas corporações, não se foi ainda além da retórica, “[...] não se conseguiu um sentido conceitual e prático, capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade [...]” (LEFF, 2009, p. 210).

Faria (2014) destaca que a sustentabilidade se destina à repercussão externa, enquanto internamente as corporações adotam práticas e atitudes nem tão sustentáveis. As ações de sustentabilidade respondem à pressão externa, uma vez que a mesma coloca em risco os resultados, enquanto deveriam responder a um compromisso com os empregados e com as fontes de recursos. A prática das empresas mostra que elas exploram seus trabalhadores e suas trabalhadoras pela apropriação de tempo livre, pressão por metas e resultados, estresse e adoecimento físico e emocional, demitem massivamente e controlam a subjetividade, portanto

desrespeitam as pessoas que nelas trabalham - elemento central de qualquer processo de sustentabilidade (FARIA, 2014).

A sustentabilidade empresarial é frágil, basta que se reflita sobre o *modus operandi* das corporações no capitalismo. Para tal reflexão, Harvey (2013) revela uma característica das corporações, que consiste na utilização da força para tornar mercantilizáveis bens que não são fruto do trabalho humano. Portanto, as empresas capitalistas realizam uma apropriação privada dos bens naturais coletivos, pois necessitam aumentar sua produtividade e, alcançam esse fim ao transformar bens não mercantis em mercadoria, ao mesmo tempo em que, transferem os danos socioambientais à sociedade, com destaque para as populações dos países com natureza abundante e menor regulação.

Para Harvey (2013), o capitalismo está num processo desenfreado de acumulação, situado histórica e geograficamente. O autor parte daquilo que Marx denominou de acumulação primitiva, redefinindo-a como acumulação por espoliação, uma atualização do conceito marxiano, que se exemplifica por: expulsões de povos do campo; coexistência com a agricultura familiar em benefício do agronegócio; apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais anteriores ao capitalismo; biopirataria; mercadificação da natureza; corporativização e privatização de bens e utilidades públicas, utilizando-se do poder do Estado para tal.

Nesse sentido, a sustentabilidade empresarial mantém a lógica da produção e do processo de acumulação inalterada (FARIA, 2014). A junção entre sustentabilidade e desenvolvimento é bastante contraditória e, portanto, falaciosa uma vez que se insere no capitalismo, um sistema cuja lógica de acumulação não tem permitido, de fato, que as dimensões social e ambiental tenham a mesma prioridade que a dimensão econômica, o que é notório, uma vez que o modo de produção inerente a tal sistema pressupõe um “[...] consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico e minando suas próprias condições de sustentabilidade [...]” (LEFF, 2009, p. 27).

Destarte, consideramos que, tanto a designação sustentabilidade quanto o termo DS, se inserem na formação discursiva do desenvolvimento capitalista. Ambas representam um discurso que funciona “[...] segundo o sistema de capital, ou seja, é um sistema de ideias que, a despeito de tratarem da sustentabilidade, o fazem no interior do sistema do capital e de sua reprodução [...]” (FARIA, 2014, p. 19). Se “[...] entendemos que as FI estão articuladas com as FD, através de um processo histórico complexo e contraditório, no qual os sujeitos tomam posição no interior de uma dada FD [...]” (SILVA, 2015, p. 110), podemos afirmar que “[...] a FI que contém a formação discursiva do desenvolvimento capitalista é a FI

hegemônica/matricial, constituída historicamente, é a FI do Capital, caracterizada em diferentes épocas, por particularidades que não alteram substancialmente a sua finalidade [...]” (SILVA, 2015, p. 111).

O DS é, ainda segundo Layrargues (1997), um projeto ecológico neoliberal, produtor da ilusão de um tempo de mudanças graduais para o alcance da sustentabilidade socioambiental. Esta visão é complementar à de Nobre (2002), quando afirma que o DS é um princípio discursivo de aceitação universal, solução que foi encontrada para gerar uma saída ao impasse da ausência de crescimento, cuja força “[...] está exatamente em ter dito: desenvolvimento e meio ambiente não são contraditórios [...]” (NOBRE, 2002, p. 45). Entendemos então que, o relatório Brundtland cria e impõe uma lógica de mundo (VISVANATHAN, 1991). Segundo Veiga (2015), autores, tais como Escobar e Rist, declaram que as adjetivações de “social” e “sustentável” atribuídas ao termo desenvolvimento não são mais do que fraudes, pois “[...] seja qual for o adjetivo que lhe seja posto, o conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento se resumiria ao crescimento econômico [...]” (VEIGA, 2015, p. 51), leia-se à “acumulação de capital”. Concordamos com Porto-Gonçalves (2015), ao entender que há, portanto, uma assimilação da questão ambiental pela lógica do mercado, legitimada pela globalização neoliberal, que representa um período sem igual, no que diz respeito à devastação do planeta.

No domínio de atualidade, que abrange o período recente do surgimento do DS a partir da CMMAD na década de 1980 até os dias de hoje, os sentidos em torno do desenvolvimento circularam a partir da adição do adjetivo sustentável ao substantivo desenvolvimento. Sentidos circularam desde a criação das condições ao consumo e atendimento às suas necessidades; do encobrimento deliberado da desigualdade na distribuição e apropriação da renda, sob a máscara rota do combate à pobreza; até a sustentabilidade como contribuição dos negócios para alcançar o DS. Vem se constituindo até os dias atuais, uma fase na qual, apesar de nunca na história ter sido produzida tanta discursividade sobre sustentabilidade, a racionalidade econômica sobrepôs-se à racionalidade ecológica.

4 DISCURSO NEOLIBERAL DA GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

La gouvernance mondiale est un terme à la mode qui recouvre aussi bien l'influence de la société civile sur les processus internationaux de prise de décision que le rôle des organisations intergouvernementales et des entreprises transnationales dans la politique mondiale.²⁷
(PATTBERG, 2009, p. 83)

Na seção anterior destacamos a gênese do DS e sua inscrição na formação discursiva do desenvolvimento capitalista, bem como a circulação dos sentidos em torno da designação desenvolvimento até sua adjetivação de sustentável e, posteriormente, a transfiguração no termo sustentabilidade. Vamos demonstrar que a ONU e o BM tornaram a sustentabilidade a alternativa única para o futuro da humanidade, erigindo, portanto, um projeto de DS que, para ser levado a cabo, demandou um sistema de governança global. Conforme Porto-Gonçalves (2015), vivemos no chamado período da globalização neoliberal, no qual há “uma recusa da escala local” e uma “idealização da escala global”, que “[...] vem sendo construída por cima, pelos de cima, para os de cima [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 16). Os protagonistas que desvalorizam o local e supervalorizam o global, o mundial, o planetário, são: “[...] as grandes corporações *transnacionais*, as organizações multilaterais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário *Internacional*, a Organização *Mundial* de Comércio, as organizações (que) não (querem) governos nacionais (ONGs?)” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 12).

Dirigida por tais protagonistas, a globalização neoliberal ou período técnico-científico-informacional, dos anos 1960 até hoje, apresenta as seguintes características: agravamento da pilhagem de recursos naturais, problemas ambientais, recessão, desemprego e perda de competitividade; a financeirização generalizada; concentração do comércio internacional entre os países do polo dominante nas décadas de 1980-1990; vertiginosa queda dos preços de matérias primas em relação aos produtos industrializados a partir de 1975; manutenção de relações coloniais e imperialistas, principalmente pela via da dívida externa e políticas de ajustes direcionadas aos países da periferia do capitalismo; fluxo de recursos naturais do Sul

²⁷ Governança global é um chavão que abrange tanto a influência da sociedade civil nos processos internacionais de tomada de decisão quanto o papel das organizações intergovernamentais e empresariais transnacionais na política mundial (PATTBERG, 2009, p. 83).

para o Norte; e assimilação da questão ambiental à lógica mercantil (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Além de sistematizar essas características, Porto-Gonçalves (2015, p. 47) enfatiza que por trás da financeirização e da volatilização, dissimula-se “[...] a enorme dívida contra a natureza e contra os países e povos que, no contexto da globalização neoliberal, buscam na exploração mais intensa dos recursos naturais e do trabalho os meios de obter os recursos monetários em moeda que não emitem”. Segundo o referido autor, a dívida externa e as políticas de ajuste, impostas pelos protagonistas da globalização neoliberal ao pólo dominado, tornaram-se o “[...] principal instrumento de dominação política [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 47.), representando o cerne da colonialidade do poder.

É, ainda no contexto de tal processo de globalização, que “[...] o termo *governança* tornou-se palavra-chave da nova norma neoliberal, em escala mundial [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275, grifo nosso). O termo governança é usado com frequência de maneira vaga para se referir a uma série de fenômenos que, na prática, podem ser muito diferentes (FROGER, 2006; JORDAN, 2008; PATTBERG, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016). Sua falta de precisão conceitual somada à aplicação frouxa do termo ampliou sua popularidade, mas também provocou questionamentos sobre sua utilidade. Nesse contexto, a designação governança não está vinculada a um determinado período de tempo ou espaço e não é sinônimo de governo ou de governar, pois “[...] the term governance allows nonstate actors such as businesses and nongovernmental organisations to be brought into any analysis of societal steering [...]”²⁸ (JORDAN, 2008, p. 21). Ivo (2016), tendo como ponto de partida o BM, o PNUD e a literatura internacional, apresenta três noções para o termo governança, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Noções de governança na produção sociológica contemporânea.

NOÇÃO	ATORES	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Governança e participação no contexto dos ajustes liberais ²⁹	Agentes dos ajustes neoliberais e as burocracias dos Estados no que tange à reforma, descentralização e ajuste fiscal.	Objetiva adequar os Estados nacionais ao mercado via FMI. Incentiva a mobilização e participação dos pobres na luta contra pobreza, utiliza processos que garantam a autoridade e estabilidade do bom governo. Forma consensos mínimos. Garante o marco legal de acesso à propriedade. É funcional à ordem neoliberal, buscando maior	Nível microssocial: soluções empreendedoras, acesso à casa própria e associativismo na assistência aos pobres no nível local.

²⁸“o termo governança permite que atores não estatais, como empresas e organizações não-governamentais, sejam levados a qualquer análise da direção da sociedade.” (JORDAN, 2008, p. 21, tradução nossa).

²⁹É resultado das definições do Banco Mundial.

NOÇÃO	ATORES	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
		legitimidade na aproximação da autoridade dos governos com a sociedade.	Nível macrosocial: parcerias e patrocínios de ações públicas por grandes corporações de mercado.
Governança como mediação entre Estado e sociedade civil	Arenas mediadoras para processamento e ajuste de relações conflitivas entre diversos atores, empresas e o Estado quanto às disputas por territórios e seus usos.	É o Estado para fora numa relação dos governos com a sociedade civil com vistas à maior legitimidade e legalidade das ações públicas. Produz legitimidade para os governos, evita impasses para ação estatal e frustrações à sociedade civil. Utiliza a capacidade das organizações para encaminhar processos de integração consistentes dos sujeitos à economia e ao mercado.	Fóruns, conselhos, etc.
Governança cidadã	Atores sociais, por vias formais e informais, em interação com instituições públicas e privadas promovem meios para sua reprodução social, fundada na vivência intrínseca da cidadania.	Constitui-se na afirmação de um saber e um poder enraizado, submetendo as instâncias legais à contra hegemonia dos agentes sociais e de comunidades territorializadas na tomada de decisões quanto aos aspectos da vida coletiva. Inclui escalas transnacionais de luta. Envolve processos de participação e governança no desenvolvimento local, considerando as formas como os sujeitos estão integrados e cooperam entre si, constroem e reconstróem as condições de reprodução do trabalho na sua participação nos mercados como forma de resistência e luta por reprodução social e na família e em interação com o meio-ambiente nos projetos de desenvolvimento local.	Iniciativas dos trabalhadores e dos movimentos sociais que lutam contra a deterioração das condições de vida, trabalho e do meio-ambiente. Redes associativas, cooperação público-privado e capital social.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de Ivo (2016).

O termo governança tem a ver com uma mudança na concepção e ação estatal, que adquire significado político e alcance de norma, oriundo de um empréstimo da gestão empresarial e utilizado na gestão de governos sob exigências da globalização, tornando-se “[...] a principal categoria empregada pelos grandes organismos encarregados de difundir mundialmente os princípios da disciplina neoliberal, em especial pelo Banco Mundial nos países do Sul” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275). O termo é polissêmico e inclui a condução de empresas, dos Estados e até mesmo do mundo. Sob a fabulação da boa governança, os autores explicam:

A “boa governança” é a que respeita as condições de gestão sob os préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura aos fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração do mercado mundial. Assim, toma pouco a pouco o lugar da categoria “soberania”, antiquada e desvalorizada. Um Estado não deve mais ser julgado por sua capacidade de assegurar sua *soberania* sobre um território, segundo a concepção ocidental clássica, mas pelo respeito que demonstra às normas jurídicas e às “boas práticas” econômicas da *governança*. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276).

O BM teve papel evidente na nova maneira de conceber a ação governamental baseada na lógica empresarial da governança. A partir da década de 1990, erigiu recomendações, “[...] sobretudo nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 e de 2000-2001, em que se encarregam de instruir e recomendar aos países em desenvolvimento estratégias para o enfrentamento dos elevados custos sociais, decorrentes das políticas de ajuste [...]” (UGÁ, 2004, p 58). No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial³⁰ (BANCO MUNDIAL, 1991), o desenvolvimento está posto como desafio mais relevante a ser enfrentado pela humanidade. Seu alcance está atrelado à realização de ações governamentais focadas em: atendimento das necessidades básicas dos pobres; incentivos ao mercado; abertura econômica pelo livre fluxo de bens, serviços, capital, mão-de-obra e tecnologia à concorrência internacional; e redução da inflação, equilíbrio de contas públicas e recuperação do crédito externo (KRAYCHETE, 2005). Essa perspectiva se alinha com a tipologia de governança como mediação entre Estado e sociedade civil, conforme o Quadro 1. Sob esta lógica da governança, em 1995, cerca de 50% dos projetos que foram financiados pelo BM tiveram algum tipo de participação de ONGs (BANCO MUNDIAL, 1996).

Tal convocação à sociedade civil, posteriormente, se torna evidente na fala do então primeiro vice-presidente e economista chefe do BM. Stiglitz (1998) declara que os processos de desenvolvimento devem apoiar e envolver os grupos da sociedade civil, utilizando o argumento de que projetos mais participativos são mais bem-sucedidos. Ele sugere ainda que os setores públicos e privados devem identificar a melhor maneira de atuar em parceria e que o governo precisa interagir de forma mais efetiva com a sociedade civil (STIGLITZ, 1998). A convocação oficial do BM que, junto com o FMI, representam “[...] *powerful agents in advancing discourses of sustainable development* [...]”³¹ (BANERJEE, 2003, p. 145), ratifica a noção de governança, com vistas a propiciar:

³⁰Em Inglês, *World Development Report* (WDR).

³¹“agentes poderosos no avanço dos discursos do desenvolvimento sustentável” (BANERJEE, 2003, p. 145, tradução nossa).

[...] formatos de ação tais como o não governamental, sem fins de lucro, empresa cidadã e Estado parceiro, bem ao estilo das novas contingências derivadas do Consenso de Washington e fortalecidas durante a fase autodenominada de pós-Consenso, mercê das crises regulatórias da segunda metade dos anos [19]90. (KRAYCHETE, 2005, p. 209).

Destarte, vai se definindo uma nova concepção da ação não governamental, a partir da qual se busca o alinhamento de interesses entre o Estado e as ONGs, pois o primeiro necessitava de novas bases para se legitimar diante da crise e da reconfiguração dos interesses do capital (QUADROS, 1998). Dardot e Laval (2016) destacam que governança introduz as partes interessadas, que eles definem por credores do país e investidores externos. Sob a norma da concorrência, concedeu-se autoridade às organizações privadas por meio da coprodução público-privada de normas internacionais, com destacado papel para a empresa, tornada um fundamento da organização da governança. Para Dardot e Laval (2016, p. 278), as codecisões públicas e privadas se dão via “[...] poderes supranacionais e pela delegação de inúmeras responsabilidades públicas a um emaranhado de ONGs, comunidades religiosas, empresas privadas e associações [...]”, remetendo a “[...] uma privatização da *fabricação* da norma internacional e a uma normatização privada necessária à coordenação das trocas de produtos e capitais [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278). O Estado não sai de cena, curva-se às novas condições que ele próprio instaurou, assim “[...] exerce seu poder de forma mais indireta, orientando tanto quanto possível as atividades dos atores privados e incorporando ao mesmo tempo os códigos, as normas e os padrões definidos por agentes privados [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278).

Para iniciar a análise do nosso *corpus*, começamos por fazer saber o que é uma sequência discursiva (SD). Courtine (2014, p. 55) define as SDs como “[...] sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase [...]” retiradas de materiais variados em natureza e forma. A SD1 foi retirada da seção *Estratégia de Sustentabilidade*, do Relatório de Sustentabilidade de 2008, na qual destaca-se uma frase em tamanho de fonte exacerbado: *Valor local e global*. Na mesma página, as designações *negócios*, *valor*, *empreendimentos*, *estratégia* e *gestão* são reveladoras de uma utilização da língua, que nos evidencia a intenção do que está dito e por quem.

Numa busca pelos operadores modais ou argumentativos, ainda que silenciados no texto, podemos identificar uma modalização deontica por se tratar do princípio da obrigação. Dito de outro modo, é indispensável para uma empresa globalizada, considerada ator chave na perspectiva da governança, haja vista o princípio da concorrência generalizada, se eximir de

apresentar uma narrativa de engajamento com o tema da sustentabilidade. Observamos que a Vale busca omitir a obrigação se utilizando, tanto dos adjetivos *consciente e responsável*, atributos de um tipo específico e diferenciado de gestão, quanto pelo adjetivo que qualifica ações empresariais. Apesar de uma empresa não ser obrigada legalmente a adotar iniciativas voltadas à sustentabilidade, seja o mercado, devido ao fator da concorrência, sejam as grandes organizações internacionais, pelo discurso da governança, passam a requerer sua participação na agenda da sustentabilidade, fazendo de tal agenda praticamente um obrigação empresarial.

SD1 - Atuamos com o objetivo de construir um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde operamos, por meio de uma gestão consciente e responsável, realizando ações empresariais voluntárias e em parceria com os diversos níveis de governo, instituições públicas, outras empresas e a sociedade civil (VALE, 2008, p. 10).

A SD1 reflete na atuação da Vale, a orientação que emergiu do BM para que Estado, Mercado e Sociedade Civil colaborassem, em parceria, sob o prenúncio da governança. A primeira instância detém a prerrogativa de proporcionar as condições institucionais para facilitar o funcionamento da segunda e, a última, o papel de legitimar os processos participativos. Conforme notamos em Dardot e Laval (2016), há uma governança mundial sem governo mundial e, nesse contexto, o Estado relativiza o desempenho do seu papel integrador da vida coletiva, delegando substancialmente funções às empresas globalizadas. Destarte, “[...] o Estado se põe a serviço de interesses oligopolistas específicos e não hesita em delegar a eles uma parte considerável da gestão sanitária, cultural, turística ou até mesmo *lúdica* da população [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 286-287 grifo nosso). Uma memória de governança é evocada na SD1 e se atualiza no interdiscurso, com dizeres que remetem à empresa sustentável, engajada com as questões social e ambiental e corresponsável pela resolução de problemas públicos, em conjunto com o governo e as organizações da sociedade civil.

Conforme Dias (2011) salienta, as alterações no contexto global, tais quais o aceleramento do desenvolvimento tecnológico, a abertura dos mercados (as corporações enquanto atores globais não se submetem exclusivamente à regulação nacional) e a reformulação do papel do Estado, na última década do século XX, contribuíram para redefinição de atores e instituições, dentre eles as empresas. Harvey (2013) lembra que o livre mercado e os mercados de capital aberto são formas de dominação dos países capitalistas desenvolvidos e que essa abertura tem sido forçada por pressões de instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), obrigando

países a desmantelar suas proteções, configurando uma das características do fenômeno que ele denomina de acumulação via espoliação. Diante de tal contexto, as empresas, conforme expresso na SD1, passam a se ocupar em atuar “em harmonia” com o entorno onde estão localizadas, ao passo em que a sociedade civil, ao interagir com o mercado, passa a ocupar um lugar, anteriormente pouco cogitado pelas próprias empresas.

A “gestão capitalista consciente e responsável” apresentada na SD1 expressa-se em práticas de filantropia, responsabilidade social empresarial (RSE) e sustentabilidade empresarial (SE). De acordo com Camargo (2013), o discurso da RSE foi absorvido pela sustentabilidade à medida que ganhou força a perspectiva da gestão da pobreza, que apela à solidariedade, cuja origem é o BM. Houve um descolamento entre cidadania e política, que manteve de fora da arena política e pública a reivindicação comum por igualdade e cidadania. Diante disso, as ações de sustentabilidade são propostas conservadoras, uma vez que “[...] preservam hierarquias desiguais que reproduzem a desigualdade, criando cidadãos de segunda e terceira classes, dependentes da ação externa privada [...]” (CAMARGO, 2013, p. 8).

Esta gestão adjetivada de consciente e responsável, expressa na SD1, não é perseguida por interesse altruísta da empresa, mas porque tornou-se um imperativo do mercado. Destarte, como Dias (2011) ressalta, a postura ética nos negócios não advém da simples boa vontade dos dirigentes empresariais, mas se dá em decorrência da competitividade que requer das empresas tal postura. Tetreault (2013) se posiciona mais criticamente e trata a responsabilidade social como uma estratégia que possibilita a penetração das empresas nos territórios e legitima suas atividades produtivas. Ainda segundo Dias (2011), o que move as empresas a adotar o discurso da RSE é a estratégia de competitividade e a reputação corporativa que, segundo o referido autor, é um ativo intangível que traz vantagens em relação aos concorrentes.

Subjaz à noção de legado, também presente na SD1, um efeito de sentido daquilo que é transmitido às gerações que se seguem. Aqui, observamos a influência do relatório Brundtland e uma referência ao equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental da sustentabilidade. Apesar da noção de legado buscar gerar um sentido positivo de oferecer resultados aos territórios, já vimos com Porto-Gonçalves (2015) que há aí uma contradição, principalmente no que tange ao fato dos proveitos serem apropriados pelo capital enquanto os rejeitos permanecem nos territórios.

Dias (2011) afirma que essas três dimensões, ou o chamado *triple bottom line*, são difundidas nas empresas como os três “P” da sustentabilidade – *people* (pessoas), *planet* (planeta) e *profit* (lucro). Com a introdução de práticas ditas sustentáveis nas corporações, os

três “P” servem de categorias para gestão dos resultados que grandes corporações divulgam em seus relatórios anuais de sustentabilidade, de forma que eles reflitam “[...] um conjunto de valores, objetivos e processos que uma organização deve focar para criar valor em três dimensões: econômica, social e ambiental [...]” (DIAS, 2011, p. 46).

O apelo que a SD1 traz à atuação da ação empresarial em conjunto com as organizações da sociedade civil não é um fenômeno muito recente. É uma ação coordenada entre Estado e capital para repartir os custos com a pauperização, decorrente das políticas econômicas dirigidas ao pólo dominado do padrão de poder mundial. Porto-Gonçalves (2015) apresenta um rápido balanço, com dados que revelam o histórico do empobrecimento da periferia capitalista, consequência da ascensão econômico-financeira dos países do pólo dominante: a dívida externa da AL, em 1971, era de US\$ 46,3 bilhões, em 1999 alcançou US\$ 982 bilhões; a da África, no mesmo período, passou de US\$ 17 bilhões para US\$ 371 bilhões; na Ásia, entre 1980 e 1999 foi de US\$ 190 bilhões para US\$ 1 trilhão e 74 bilhões. O total da dívida dos países pobres aumentou de US\$ 615 bilhões para próximo de US\$ 2 trilhões e 500 bilhões. Na AL, a renda média dos 20% que detêm alguma renda é 16 vezes maior que a dos 80% restantes; em 2000, oitocentos milhões de pessoas sobreviviam com renda inferior a US\$ 2 (dois) por dia; em 1983, os ganhos em bolsa de valores, nesses países, foram de US\$ 100 (cem) bilhões, subindo em 1993 para US\$ 1 trilhão e 500 milhões.

A SD1 conclama uma governança por meio da parceria entre governo, instituições públicas, outras empresas e a sociedade civil, remontando a uma arquitetura institucional de sustentação de um modelo de desenvolvimento, cujos contornos foram demarcados e as características consolidadas na década de 1990. Internacionalmente, pela via de organizações como o BM e a ONU, ganha espaço o chamamento de organizações da sociedade civil e também de empresas, via responsabilidade social empresarial, para sustentar projetos com objetivos de desenvolvimento. É mister, entretanto, verificarmos que essa concertação não se dá por acaso e que, pelo contrário, ela é convocada a partir do interior dos interesses do grande capital.

Nos anos 1990, o fortalecimento das organizações da sociedade civil ganhou espaço no Brasil, como resultado da estratégia neoliberal de reestruturação do capital³² e reforma do

³²Trata-se do “processo de *reestruturação do capital* pós-70, orientado segundo os *princípios neoliberais* – e para a América Latina a partir dos ditames do chamado *Consenso de Washington* –, de flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho, permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra-)reforma estatal, na

Estado, que exigia uma redefinição de suas funções, por meio dos mecanismos apontados por Montañó (2010), como: privatização, terceirização e publicização dos serviços sociais. O Estado se afasta das suas responsabilidades de atuar nas sequelas sociais. Portanto, não somente as organizações da sociedade civil, mas também a atuação das empresas na área social passa a responder à “[...] desarticulação do padrão de resposta estatal às sequelas da questão social [...]” (MONTAÑO, 2010, p. 16).

No seio da estratégia neoliberal, o capital é cada vez menos obrigado a co-financiar as políticas sociais e estatais, desonerando-se da contribuição compulsória, trocando-a pela maneira voluntária de investimento social (basta verificar o investimento social privado, conforme divulga o GIFE): a consciência cidadã e a responsabilidade social (MONTAÑO, 2010). É mister observar que há uma estratégia de substituir direitos pela ação voluntária da empresa, bem ao tom da ofensiva neoliberal, que tem como centro de ataque as políticas sociais do Estado.

Para Paulo Netto (2012b), o Estado máximo para o capital, funciona somente para garantia de estrutura de funcionamento para o mercado e a provisão de serviços que este último não tenha interesse. Fruto do aprendizado da grande burguesia monopolista e das oligarquias, o neoliberalismo se tornou a concepção ideal do pensamento antidemocrático que libera a acumulação de qualquer trava imposta pela democracia:

O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe. A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do “Estado mínimo” pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política - o Estado máximo para o capital. (PAULO NETTO, 2012b, p. 88-89).

Nesse contexto, no Brasil, organizações que surgiram identificadas pela contraposição à esfera pública governamental, as ONGs, tornaram-se depositárias ou “parceiras” de diversos serviços sociais prestados pelo Estado. Esse fenômeno pode ser observado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que definiu objetivos para os serviços públicos de prestação não exclusiva, de modo a possibilitar que os mesmos pudessem ser transferidos ao

reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro (MONTAÑO, 2010, p. 16).

setor público não estatal (BRASIL, 1995). Segundo Montaño (2010), ocorre que esta “parceria com o Estado” despolitiza, pulveriza e dissipa os conflitos sociais, torna-se um meio de alterar as lutas sociais pelas condições de classe, contra a reforma do Estado e a reestruturação produtiva neoliberal, instrumentalizando-se em torno de uma parceria entre sociedade civil, Estado e filantropia empresarial.

Porto-Gonçalves (2015) remete à derrubada do muro de Berlim e ao colapso da URSS como responsáveis pela afirmação da ideologia liberal, generalizando a crítica ao Estado e o alargamento da utilização da expressão “não governamental”. Ao invés de lutas coletivas e comunitárias, principalmente em um momento histórico no qual o poder político das corporações transnacionais nunca foi tão grande, estimula-se o voluntarismo individualista. A este respeito, sintetiza Montaño (2010):

Assim, os conflitos de classes, as tendências subversivas e transgressoras da ordem, seriam canalizadas por mecanismos institucionais e convertidas em confrontos “dentro” do sistema, e não mais “contra o sistema”. De *lutas de classes*, desenvolvidas na sociedade civil, passa-se a *atividades de ajuda mútua* em parceria com o Estado e o empresariado. E, com isso, a população se debruça exclusivamente no âmbito da sociedade civil, a direção central do governo fica nas mãos dos neoliberais; para o povo a participação no “terceiro setor”, o governo para o capital – deixando assim a correlação de forças ainda em maior desvantagem para os setores trabalhadores. (MONTAÑO, 2010, p. 236-237).

Diniz (2008) destaca a década de 1990 porque nela operou-se, no Brasil, a mudança para democracia, acompanhada da centralidade do mercado na economia e a abertura às empresas internacionais. As eleições dos presidentes, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, deram relevante contribuição na redefinição da agenda pública brasileira no sentido da implantação da nova ordem centrada no mercado, que veio acompanhada do progressivo deslocamento das metas sociais da agenda pública. Nesse período, o “[...] aumento de gastos com programas sociais e projetos desenvolvimentistas seriam não só desaconselháveis como prejudiciais [...]” (DINIZ, 2003, p. 4). Assim, a partir de uma “desnacionalização” da economia e, por sua vez, das elites empresariais, passou a imperar a lógica de inserção-integração na estrutura de poder com escopo transnacional.

A conformação em torno de parcerias e participação possibilitou o delineamento de uma governança, principalmente para contribuir nas questões cuja ação estatal se reduziu. No nível internacional, como visto em Alves (2001), as conferências da ONU, durante os anos 1990, foram um marco para diminuir o foco do Estado como agente responsável pelo desenvolvimento em relação ao que foi no passado. Da Conferência de Copenhague

(Dinamarca) surgiu o apelo para construção de um modelo de desenvolvimento social, que enfatizava cooperação e parceria para dar conta de satisfazer às necessidades de parcelas da população mundial que passava por privações. Destarte, na Cúpula de 1995, no plano internacional, houve uma convocação para cooperação e parceria de toda a sociedade com o Estado com vistas a sustentar este novo desenvolvimento social.

A Conferência de Copenhague revelou abertamente uma nova concertação para o desenvolvimento, que já fora assumida por organizações internacionais de referência. Foi conclamada a harmonização das políticas governamentais, requerendo a participação da sociedade civil, com o argumento de que o Estado sozinho se mostrara incapaz de dar conta do progresso e que o mercado, por sua vez, ou as ONGs, por si mesmas, também não poderiam (ALVES, 2001). Como ilustra Fischer (2002, p. 45), “[...] as parcerias e alianças estratégicas entre o Estado, o mercado e a Sociedade Civil tem adquirido uma dimensão importante e necessária, no esforço de superar os quadros de exclusão social e promover uma dinâmica de desenvolvimento sustentável [...]”. Nesse sentido, o mercado “[...] na sua estratégia de promoção social, cria organizações assistenciais à semelhança daquelas do terceiro setor, mas assentadas em uma base mercantil [...]” (TENÓRIO, 2004, p. 59).

É possível constatar que foram redefinidas as relações entre Estado e as organizações da esfera não governamental, um reflexo da “[...] desregulamentação do papel do estado na economia e na sociedade [...]” (DELUIZ; GONZALES; PINHEIRO, 2003, p. 3). Este fenômeno, além de ter estimulado o crescimento das ONGs nos anos 1990 (CARVALHO, 1995), foi seguido do surgimento da responsabilidade social da empresa, tendo como marcos no Brasil a criação da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, em 1990, a constituição do Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE), em 1995, e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998 (KRAYCHETE, 2010). Estas são as mais antigas organizações brasileiras dedicadas à difusão de práticas corporativas social e ambientalmente responsáveis. Assim, pela via do engajamento social e ambiental, a empresa, agora socialmente responsável, é “[...] inserida no ambiente da *nova cidadania*, deixa de aparecer como uma entidade que tem entre os seus principais objetivos a obtenção do lucro [...]” (KRAYCHETE, 2012, p. 259, grifo nosso). Não mais comprometidas exclusivamente com a rentabilidade, as empresas se apresentam como sustentáveis, pois além da dimensão econômica se engajam em questões sociais e ambientais e, para isso, se articulam com governos, organismos internacionais e sociedade civil.

De fato, “[...] os anos 1990 testemunharam o papel redefinido do Estado e a maior atuação de atores não estatais, a saber, do setor privado e da sociedade civil na área de

provisão e execução de serviços [...]” (LOPES, 2005, p. 67). Nesse contexto de articulação, que podemos chamar de governança, é possível observar que, no marco da solidariedade de mercado, se inserem as relações entre ONGs e as organizações empresariais. As relações que se constroem entre mercado e ONGs podem ir, desde o fornecimento de bens e de serviços até o financiamento empresarial para projetos sociais. Há projetos conjuntos entre ONGs e as empresas, há entrada das empresas em atividades geridas tradicionalmente por ONGs e, estas últimas, inseridas em atividades tradicionalmente a cargo das empresas (ROMERO, 2002).

Diante da reconfiguração das relações Estado-Mercado-Sociedade, o Estado se vê diante do imperativo de ter de atender, tanto aos interesses do capital, quanto às necessidades coletivas, sempre submetido às forças que hegemonomizam o aparelho de Estado, ao jogo político. Os interesses e novas necessidades do capital vão conformando o papel a ser desempenhado pelo Estado em não mais representar o pilar fundante da conflituosa integração e reprodução social (QUADROS, 1998). Fundamentalmente, nessa reconfiguração, torna-se senso comum que “[...] a ação do Estado no campo social deve estar restrita à área de caridade pública – auxílio à pobreza – e de preferência em caráter complementar à caridade privada [...]” (DRAIBE; HENRIQUE, 1988, p. 75). Já àquela altura, observa-se que existe uma articulação tripartite para operacionalizar ações de interesse público ou com objetivos de desenvolvimento. Para que tal articulação se torne realidade ecoa o chamamento para que os governos trabalhem em conjunto com as empresas e os cidadãos na decisão e implementação de políticas públicas (KRAYCHETE, 2008).

Se constituiu uma nova relação da sociedade com um Estado de mínimos sociais, desresponsabilizado do atendimento às demandas sociais numa perspectiva universalista, implementador de políticas focalizadas, que prioriza a relação custo-benefício, ao invés da universalidade de direitos, fazendo com que estes últimos se tornem custos a serem reduzidos no contexto de restrições dos recursos públicos. Nessa lógica, o BM colabora para a focalização das políticas, com a justificativa de que esta focalização promove a eficiência e a eficácia e evita o desperdício (KRAYCHETE, 2005).

As políticas focalizadas, o Estado de mínimos sociais, o crescimento da atuação da esfera não governamental por meio das ONGs e, mais recentemente, a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, fazem parte de um mesmo conjunto de transformações na relação Estado-Mercado-Sociedade. A década de 1990 representou a abertura do Brasil ao capital internacional pela via da privatização de empresas estatais e do capital internacional que se instalou no país. Delineou-se um cenário no qual “[...] as alterações atingiram o modelo econômico, o tipo de capitalismo, a modalidade de Estado, as formas de articulação

Estado-sociedade e o estilo da gestão pública [...]” (DINIZ, 2008, p. 270). Destarte, consideraremos que estas mudanças contribuem para institucionalizar temas como responsabilidade social e sustentabilidade no âmbito das empresas.

Para Dupas (2003), não somente a empresa “repolitizada” utiliza a ação de responsabilidade social para se promover, agregar valor à marca e gerar dividendos de imagem publicamente, como também se vale do recuo das garantias e dos direitos sociais para exercer atividades econômicas. O referido autor ressalta que tal ação “[...] é despolitizadora da questão social, pois parte da desqualificação do poder público e, portanto, desconhece a possibilidade aberta pelo conflito interno no terreno das próprias políticas públicas visando criar compromisso e qualidade diante do cidadão [...]” (DUPAS, 2003, p. 75). A “responsabilidade do mercado” está inserida numa arena na qual disputa espaço com a “responsabilidade da sociedade civil” enquanto assume um posicionamento, que embuça a importância do Estado, instituição que ainda conserva um papel relevante, mesmo que o mercado seja afirmado como o principal regulador econômico (KRAYCHETE, 2008). Para Froger (2006, p. 27), a intervenção do Estado na governança é fundamental:

Si les discours actuels autour de la gouvernance soulignent la nécessité d’accorder une autonomie plus grande aux pouvoirs et aux acteurs locaux, qu’ils soient publics ou non, l’intervention de l’État reste néanmoins indispensable pour définir les orientations politiques et stratégiques de développement durable, engageant l’ensemble d’un pays sur le long terme, pour coordonner les actions entreprises et pour imposer des contraintes aux acteurs³³.

Na perspectiva de Froger (2006) e Kraychete (2008), Dardot e Laval (2016 p. 190) destacam o papel relevante do Estado diante do funcionamento do capitalismo que influencia diretamente o modo de exercício do poder governamental sob “[...] certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo [...]” que não equivale a “[...] uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190). Estes autores destacam que é tarefa do Estado “[...] não apenas reforçar a concorrência nos mercados existentes, mas também criar concorrência onde ela ainda não existe [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 222). Revela-se não um desengajamento do Estado,

³³ “Embora os discursos atuais sobre governança enfatizem a necessidade de maior autonomia para as autoridades e atores locais, públicos ou não, a intervenção do Estado é essencial para definir orientações políticas e estratégicas de desenvolvimento sustentável, comprometendo todo o país a longo prazo, para coordenar as ações empreendidas e impor restrições aos atores”. (FROGER, 2006, p. 27, tradução nossa).

mas seu papel ativo na guarda de regras jurídicas, monetárias e comportamentais, ao tempo em que se torna guardião das regras concorrenciais, criando “situações de mercado” e formando indivíduos adaptados às suas lógicas (DARDOT; LAVAL, 2016).

Segundo Schmitter (1985, p. 49), o capitalismo utiliza o Estado para garantir as condições de acumulação e coesão social e ainda para “[...] obtener el consenso de las clases dominantes subordinadas, cooptando y/o manipulando sus intereses parciales [...]”. Faz sentido, então, o discurso e as práticas da responsabilidade no trato dos problemas sociais serem vistas, por Capellin e Giffone (2010), enquanto efeito amenizador dos impactos da desregulamentação e deterioração dos direitos trabalhistas ocasionados pelas pressões empresariais sobre o Estado. Essa visão é também apresentada por Pattberg (2009, p. 92), ao tratar da acepção discursiva da governança global do DS, na qual “[...] la responsabilité sociale de l’entreprise représente une tentative pour cacher les effets négatifs de la mondialisation par une action symbolique [...]”³⁴. Tal perspectiva simbólica de ação empresarial não é novidade, uma vez que “[...] sempre que ocorre uma agudização da crise estrutural do capitalismo, demandam-se alternativas além daquelas buscadas no âmbito exclusivo da circulação financeira e de mercadorias [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 385).

Tendo em vista uma estratégia do capital, em relação à utilização que faz do Estado, para assegurar seus interesses, a discussão sobre governança deve ser feita sem perder de vista que “[...] o que está em questão, portanto, é a capacidade dos atores privados de autodisciplinar-se, considerando-se os interesses não apenas do seu estabelecimento, mas também do próprio sistema [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 281). A governança pressupõe uma relação entre o público e o privado, destacadas por Hibou (2015) e Dardot e Laval (2016), como um processo de hibridação. Dardot e Laval (2016, p. 286) apontam o surgimento de uma “[...] forma inédita de poder mundial adaptada às características da economia globalizada [...]”, exercido pela via da governança, considerando que há “[...] um deslocamento do poder do Estado para o poder múltiplo e fragmentado de agências e órgãos híbridos, meio públicos e meio privados [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 287). Essa hibridação é característica fundante na constituição de uma governança global para dirigir o desenvolvimento sustentável.

³⁴“responsabilidade social corporativa é uma tentativa de esconder os efeitos negativos da globalização através da ação simbólica” (PATTBERG, 2009, p. 92, tradução nossa).

4.1 GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Pattberg (2009), existe uma ambiguidade conceitual na designação ‘governança global’, um termo que parece se aplicar a tudo, configurando um processo de múltiplas e contraditórias utilizações. No começo do século XXI, a governança tem a ver com as tantas formas possíveis de organização para alcançar objetivos, especialmente para responder à conjuntura crescente de problemas ambientais. São manifestações da governança global, a influência da sociedade civil nos processos decisórios internacionais, bem como o papel das organizações intergovernamentais e das corporações multinacionais na política global. Os sentidos de governança vão do estado mínimo até a boa governança na administração pública, uma imposição do BM como condição para o cumprimento da assistência estrangeira ou internacional (PATTBERG, 2009).

Nem públicos nem privados, os interesses são compartilhados, cada vez mais, entre autoridades públicas e uma miríade de atores não estatais. Percebe-se que os setores público e privado se tornam cada vez mais imbricados, fazendo das autoridades públicas apenas mais um dos muitos envolvidos no trato dos problemas sociais. A governança é uma estratégia política que se deu via transformação do Estado liberal, assim como a governança global é consequência do processo de globalização. Pode-se definir como governança global “Les récents débats sur l’influence politique croissante des acteurs non étatiques, les multiples niveaux politiques interconnectés et les nouveaux mécanismes fonctionnels de pilotage dépassant le cadre de l’État-nation³⁵” (PATTBERG, 2009, p. 85). Em linha com tal definição, a governança pode ser entendida ainda como “[...] nouvelles formes interactives de gouvernement dans lesquelles les acteurs privés, les différentes organisations publiques, les groupes ou les communautés de citoyens, ou d’autres types d’acteurs, prennent part à la formulation de la politique [...]”³⁶ (FROGER, 2006, p. 27).

Dito de outra maneira, a governança global é “[...] une forme distincte de pilotage sociopolitique à l’ère de la mondialisation [...]”³⁷ (PATTBERG, 2009, p. 86). Governança e sustentabilidade são dois termos ambíguos, mas “[...] although they are undeniably broad and

³⁵ “Os recentes debates sobre a crescente influência política de atores não estatais, os múltiplos níveis políticos interconectados e os novos mecanismos funcionais de direção que ultrapassam o quadro do Estado nação” (PATTBERG, 2009, p. 85, *tradução nossa*).

³⁶ “novas formas interativas de governo nas quais atores privados, diferentes organizações públicas, grupos ou comunidades de cidadãos, ou outros tipos de atores, participam da formulação da política” (FROGER, 2006, p. 27, *tradução nossa*).

³⁷ “uma forma distinta de direção sociopolítica na era da globalização” (PATTBERG, 2009, p. 86, *tradução nossa*).

potentially slippery terms, no one who is interested in understanding how sustainable development is - or is not - being put into practice, can possibly avoid them [...]”³⁸ (JORDAN, 2008, p. 28). Apesar do Relatório Brundtland não ter explicado como a sociedade deveria se governar para que o desenvolvimento humano se tornasse mais sustentável a longo prazo (JORDAN, 2008), ele moldou todos os debates internacionais sobre governança global para o desenvolvimento sustentável que se seguiram à sua publicação em 1987 (PATTBERG, 2009).

Segundo Pattberg (2009), existem três utilizações conceituais, que se aplicam à governança mundial para o DS, conforme se visualiza no Quadro 2:

Quadro 2 – Usos conceituais de governança global para o DS.

ACEPÇÕES	DEFINIÇÕES	IMPLICAÇÕES	EXEMPLOS
Analítica	A governança global é uma explicação para as transformações atuais da esfera sociopolítica.	Evidencia modos não hierárquicos de direção e a transferência de autoridade para atores não estatais. Inclui múltiplos atores, níveis e mecanismos, isto é, esquemas de governança baseados em um mercado não-estatal.	Sistemas de certificação florestal não estatais (Conselho de Manejo Florestal ou Conselho de Gestão Florestal - FSC e Programa para o Reconhecimento da Certificação Florestal - PEFC).
Programática	A governança global é uma convocação para a resolução cooperativa de problemas, envolvendo todos os principais grupos, em todos os níveis, do local ao global.	Destina-se a recuperar a capacidade de direção do Estado, perdida no final do período de instalação do liberalismo.	Documentos programáticos sobre DS, como a Declaração de Johannesburgo de 2002, a Agenda 21 e os ODM e os ODS.
Discursiva	A governança global é uma tentativa discursiva de ocultar a natureza do projeto neoliberal.	Visa a esconder, sob a retórica ou ação simbólica, as consequências negativas das transformações sociais geradas pelo pós-fordismo e pelo neoliberalismo.	O <i>triple bottom line</i> e a responsabilidade social corporativa.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de Pattberg (2009) e Ivo (2016).

³⁸ “embora sejam inegavelmente amplos e potencialmente escorregadios, ninguém que esteja interessado em entender como o desenvolvimento sustentável está ou não está sendo colocado em prática, pode evitá-los” (JORDAN, 2008, p. 28, tradução nossa).

De tais acepções, consideramos neste trabalho a governança global do DS como “[...] une tentative discursive pour dissimuler la nature du projet néolibéral [...]”³⁹ (PATTBERG, 2009, p. 91). Essa visão da governança global do DS, enquanto discurso, tem raízes no materialismo histórico e representa a crítica às outras duas acepções. São três as principais críticas:

- 1) a governança global é um consenso que visa o gerenciamento de assuntos comuns de maneira cooperativa;
- 2) dá ênfase na multiplicidade de atores e na pluralidade de interesses, ocultando a natureza estrutural das relações sociais e a configuração hierárquica subjacente do poder social; e
- 3) é um conceito que ignora a história e negligencia a natureza difusa das questões de governança.

Esta acepção crítica entende o discurso sobre os mecanismos de governança global fora do Estado como tática para esconder as tendências negativas do capitalismo. A governança global do DS é, portanto, uma parceira ideológica da globalização neoliberal, pois permite que atores privados negociem seus próprios padrões, a exemplo do *Forest Stewardship Council* e do *Marine Stewardship Council*⁴⁰, órgãos normativos criados por grandes empresas e organizações de ativismo ambiental sem participação governamental (PATTBERG, 2009).

Dardot e Laval (2016, p. 287) afirmam que a governança opera “[...] um deslocamento do poder do Estado para o poder múltiplo e fragmentado de agências e órgão *híbridos*, meio públicos e meio privados [...]”, mas que “[...] não é apenas uma trama de relações múltiplas com atores não estatais ou simplesmente o sinal do declínio do Estado-nação [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 288, grifo nosso). Hibou (2015) aponta uma burocratização neoliberal, que se destaca pelo caráter privado das normas, regras e procedimentos que compreendem a burocratização. A autora ressalta ainda o caráter de coprodução pelas esferas pública e privada que são, cada vez mais, difíceis de definir e identificar como tal, dada a hibridação num mundo complexo e sofisticado, a dificultar a manutenção dos sentidos tradicionalmente impregnados em ambas as noções. Para Pattberg (2009), nesse contexto, privatizou-se a definição de regras e a implementação das políticas de DS, crescentemente

³⁹ “uma tentativa discursiva para dissimular a natureza do projeto neoliberal” (PATTBERG, 2009, p. 91, tradução nossa).

⁴⁰ Conselho de Manejo Marinho é uma organização sem fins lucrativos que estabelece um padrão para a pesca sustentável.

compartilhada por um grande número de agentes com interesses divergentes (PATTBERG, 2009).

Froger (2006) identifica desafios de governança das sociedades contemporâneas no campo do DS. Tal desafio diz respeito à crise do antigo modelo de decisão pública nos países desenvolvidos - o modelo “governança de autoridade” – no qual a legitimidade se dá pelo clássico sistema de representação política, ou seja, a tomada de decisão ocorre em torno do Estado. Esse modelo possui dois pilares: o Estado e a *expertise* unilateral, ambos fortemente criticados a partir do final da década de 1980. Há uma mudança na interpretação do papel do Estado e das autoridades públicas, que teriam um papel facilitador e a tarefa principal de preparar e organizar os debates entre os especialistas e as partes interessadas, que deveriam participar amplamente nos processos descentralizados de tomada de decisão, previamente definida pelas autoridades públicas no espírito da regulamentação processual (FROGER, 2006).

A crise da governança de autoridade também alcançou os países em desenvolvimento, sendo explicada pelo questionamento da onipresença do Estado e pela centralização da gestão dos assuntos públicos, mas também pelo questionamento da legitimidade das políticas de ajuste estrutural impostas pelo FMI e BM. Nos países em desenvolvimento, os programas nacionais de conservação ambiental, financiados pelo BM e por outras organizações, a partir do começo dos anos 1990, impuseram um padrão que contrastava com a governança de autoridade, caracterizada pela centralização. A partir de então, organizações internacionais, doadores e grandes ONGs adotaram modos de governança descentralizados e processos participativos para envolver as comunidades locais na conservação de espaços e espécies (FROGER, 2006).

Pattberg (2009) explica que a governança global vai além da direção hierárquica e da soberana autoridade dos Estados-nação, sendo suas características chave: a natureza não hierárquica do processo de governo e a posição central dos atores não-estatais nesse processo. Essa abstração conceitual pode ser tratada como uma ferramenta analítica para entender a natureza complexa e segmentada da política global. O autor destaca, em sua perspectiva de análise, que a governança global põe em tela a crescente importância dos atores não estatais no exercício da influência política. Está em questão, portanto, a fragmentação da autoridade política, não centrada no Estado-nação, que subjaz à governança global. Há que se considerar a aquisição de autoridade por atores não estatais e supra estatais. Conforme Pattberg,

[...] la gamme des acteurs impliqués dans la gouvernance mondiale pour le développement durable s'est fortement élargie, pour intégrer désormais les lobbies transnationaux et les coalitions militantes, les communautés épistémologiques, les mouvements sociaux, les organisations transnationales de réglementation et de normalisation, et toutes sortes d'acteurs du monde des affaires, les grandes firmes multinationales de conseil et de service comme les plus petites. (PATTBERG, 2009, p. 88)⁴¹.

A expressão “governança” foi utilizada amplamente após o BM introduzi-la na sua agenda e ainda acarretou uma crescente ênfase na importância das instituições para o processo de desenvolvimento e à adoção pelo Banco de grande parte do pensamento predominante da economia institucional sobre o papel das instituições no desenvolvimento (LATEEF, 2016). As orientações do BM sobre governança só ratificam o entendimento de Pattberg (2009). O tema da governança se tornou mais expressivo nos relatórios do Banco na década de 2000. Apesar da convocação à cooperação de diversos atores não governamentais, assim como na aceção Programática de Pattberg (2009), Ivo (2016) destaca que o Estado ainda ocupa um papel institucional basilar, dando como exemplo a Agenda 2030, uma vez que

[...] a sustentabilidade do desenvolvimento supõe regras legais de justiça e segurança consideradas como elementos decisivos na estratégia para a erradicação da pobreza. O Estado de direito expresso nas regras de justiça e delimitação de direitos de propriedade se constitui assim o eixo central dessa governança democrática pós-2015, produzindo a transição dos ODM (2000) para as novas metas dos ODS (2015). (IVO, 2016, p. 60).

O *World Development Report* (WDR), de 2003, apresentou o desafio de construir instituições para apoiar o desenvolvimento sustentável, com ênfase na gestão dos ativos ambientais e sociais. No relatório, foram apontadas três funções que um bom ambiente institucional para o desenvolvimento sustentável deve desempenhar:

- i) captar sinais de degradação social e ambiental e de voz (cidadãos, empresas, sociedade civil);
- ii) equilibrar diferentes interesses: um imposto ou um padrão de emissão afetará diferentes grupos de interesse de maneira diferente, mas os interesses são frequentemente dispersos, dificultando sua organização ou a escuta; e
- (iii) implementar decisões.

⁴¹“a gama de atores envolvidos na governança global para o desenvolvimento sustentável ampliou-se para incluir lobbies transnacionais e coalizões militantes, comunidades epistêmicas, movimentos sociais, organizações transnacionais de regulamentação e padronização e todos os tipos de atores empresariais, grandes empresas multinacionais de consultoria e serviços, bem como empresas menores” (PATTBERG, 2009, p. 88, tradução nossa).

Além das três funções, apresentou ainda três barreiras à coordenação: a) organizar interesses dispersos; b) forjar compromissos confiáveis; e c) promover maior inclusão. O relatório enfatizava ainda a importância das instituições para gerenciar ativos ambientais e sociais que tipicamente não se prestariam a situações de mercado.

Os *WDR* de 2003 e de 2004 trouxeram a centralidade dos cidadãos para a discussão da governança, que surge pela primeira vez no BM num documento de 1991, intitulado *Managing Development - the Governance Dimension*. No *WDR* de 2003, sustentabilidade abrangia não somente questões de gestão sustentável de ativos ambientais, mas também de ativos sociais, e enfatizava a importância do capital social para o processo de desenvolvimento (LATEEF, 2016). Nota-se, a partir do exemplo do BM, como a governança global se utiliza da incorporação das organizações não governamentais como argumento para fortalecer a legitimidade democrática e solucionar eficazmente problemas no cenário mundial (PATTBERG, 2009).

Grande parte do pensamento do Banco sobre governança na década de 1990 e início do século XXI foi moldado pela crise no mundo em desenvolvimento das décadas de 1980 e 1990. Atualmente, o pensamento do BM sobre governança se defronta com a complexidade do cenário recente, que envolve os países em desenvolvimento e precisa dar conta dele para permanecer relevante (LATEEF, 2016). Até o presente, a ONU e o BM constituíram a sustentabilidade como alternativa única para a humanidade, erigindo a partir das conferências e diálogos internacionais um projeto de desenvolvimento sustentável (MOREIRA, 2010). Os diversos programas, recomendações, conferências e acordos produzidos no âmbito da ONU e do BM, de fato, trouxeram ao debate internacional temas globais emergentes em relação ao Meio Ambiente, à pobreza, à desigualdade e aos direitos humanos. Destarte, todos os dizeres deles oriundos, o atravessamento de diferentes discursos e a memória discursiva deles decorrentes, convergiram para a noção da governança global do DS.

4.1.1 A mais recente abordagem para a governança global do DS

Lima (2012) trata da governança numa perspectiva global, voltada ao DS, e ressalta “[...] a importância central do papel de instituições formais e informais, ou seja, das organizações internacionais, dos grupos científicos transnacionais, sociedade civil e o setor privado na implementação do desenvolvimento sustentável [...]” (LIMA, 2012, p. 171). Segundo a referida autora, tal perspectiva de governança global implica no enquadramento de um problema socioambiental no que tange às suas repercussões globais, considerando desta

forma, a totalidade dos arranjos normativos e os atores, aos quais o problema diz respeito. Podemos observar como esta perspectiva de governança vem se operacionalizando na gestão do desenvolvimento sustentável a partir dos ODS, uma vez que, segundo Ivo (2016, p. 69), sua implementação demanda “[...] a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia, e Nações Unidas num arranjo global [...]”. Segundo esta autora, estaríamos diante de um “[...] sistema de governança contínua entre os diferentes atores [...]” (IVO, 2016, p. 69).

Os ODS acrescentam a designação sustentável para qualificar o desenvolvimento, imprimindo na discursividade do desenvolvimento uma aproximação ao que Veiga (2015) denomina de “o grande ideal, em sentido ético e civilizador” do século XXI. Vitale e Santos Neto (2016) destacam que, apesar deste ideal apresentar-se institucionalizado solidamente desde a Rio 92, há ainda muita distância entre o conteúdo de seus documentos e a efetiva implementação (VITALE; SANTOS NETO, 2016). Para Veiga (2015), os ODS (2015-2030) ampliaram a perspectiva que fora posta nos ODM (2000-2015) e avançaram quanto a assentamentos humanos precários, educação, fome, igualdade entre os sexos, pobreza, saúde e ainda incluíram novos temas: desigualdades internacionais, energia, infraestruturas e inovação, mudanças climáticas, oceanos e padrões de produção e consumo. Entretanto, o caráter disperso das propostas revela que houve excesso nas especificações de cada objetivo, que somam 169 alíneas, na sua maioria grafadas como exortações, desejos, mas não como metas:

Pressupõe-se aqui que uma meta exija alguma precisão sobre a data em que se pretende obter algo, e que isso seja não apenas quantificável, mas cuja execução possa ser acompanhada com a ajuda de algum indicador estatístico relevante e legítimo. (VEIGA, 2015 p. 146).

Veiga (2015, p. 148) aponta “[...] o que realmente há de pior: a falta de um alvo abrangente que pudesse dar unidade e consistência ao conjunto dos ODS”. Há outros problemas revelados pelo autor: a breve menção às mudanças climáticas (ODS-13) e energia (ODS-7), com apenas cinco especificações; somente o ODS 13 adverte para o respeito à *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCC)⁴². O autor destaca ainda que o ODS-12 “[...] demonstra uma incrível falta de ambição sobre a transição ao baixo carbono, em fortíssimo contraste com o otimismo até voluntarista predominante em quase todas as propostas [...]” (VEIGA, 2015, p. 149).

⁴²Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC).

Veiga (2015, p. 151) também critica o objetivo que trata de acabar com a pobreza, pois esta se tornou “[...] o mais abrangente consenso de nossa época, infelizmente com muita frequência de efeito mais retórico que efetivo [...]”. Apesar de algumas críticas, Veiga (2015) se mostra esperançoso com a contribuição dos ODS para o alcance do ideal de desenvolvimento sustentável, que já começou “[...] pelo acréscimo do qualificativo sustentável ao substantivo desenvolvimento [...]” (VEIGA, 2015, p. 196), durante a migração dos ODM para os ODS. Para o referido autor, estes últimos “ainda precários, ao menos estão conectados às reais perspectivas do século XXI” (VEIGA, 2015, p. 198).

Abaixo, o Quadro 3 apresenta os dezessete ODS, que correspondem a um total de cento e sessenta e nove especificações, distribuídas entre todos eles:

Quadro 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou Agenda 2030

Nº	OBJETIVO	DESCRIÇÃO
1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7	Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10	Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12	Consumo e produção sustentáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13	Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14	Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o

Nº	OBJETIVO	DESCRIÇÃO
		desenvolvimento sustentável.
15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaboração do autor, a partir do *site* das Nações Unidas Brasil (<https://nacoesunidas.org>).

Contrariamente à visão de Veiga (2015), Biermann, Kanie e Kim (2017) consideram que os ODS refletem um ambicioso esforço em construir metas para o centro da política e governança global. Eles representam um novo tipo de governança, no qual a definição de metas é uma estratégia-chave de governança global. Ademais, diferente dos ODM, que foram essencialmente elaborados dentro do Secretariado da ONU, os ODS foram acordados em um processo público que envolveu contribuições de, no mínimo, setenta representantes de governos e da sociedade civil. Mais uma novidade é que os ODS não atribuem a nenhum país a condição de nação desenvolvida em termos de sustentabilidade, pois parte do pressuposto que todos estão em desenvolvimento e, para isso, devem apresentar planos para um caminho de desenvolvimento mais sustentável (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017).

Os ODS são um novo tipo de governança que faz uso de metas globais não vinculantes, estabelecidas pelos estados membros da ONU. Os governos não têm obrigação legal de transferir formalmente as metas para seus sistemas jurídicos nacionais, o que lhes diferencia das outras metas ou objetivos ambientais globais sobre DS, que estão consagrados em tratados legalmente vinculantes como é o caso, por exemplo, na proteção da camada de ozônio. Por isso, a governança por metas opera por meio de arranjos institucionais fracos no nível intergovernamental, uma vez que a supervisão institucional da implementação dos ODS a nível global foi deixada bastante vaga. São 169 alvos para orientar a implementação das 17 metas. No entanto, muitos desses alvos são qualitativos e conferem aos governos a máxima liberdade na sua interpretação e implementação (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017).

A mais recente abordagem para a governança global do DS (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017) alcançou as empresas devido à atualização, feita pela GRI, de seus padrões globais para relatórios de sustentabilidade. Essa abordagem é introduzida na Vale tão logo os

ODS foram lançados. Ademais, a Vale se destaca por ter participação durante a concepção dos ODS, como se vê na SD2, a companhia admite sua contribuição na elaboração dos objetivos:

SD2 - Em 2015, a Vale contribuiu para a elaboração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pela ONU, por meio da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (VALE, 2015, p. 5).

Na SD2 comparece um efeito de temporalidade marcando o ano 2015, que traz os ODS como novidade, inclusive porque nos ODM, seus antecessores, o substantivo sustentabilidade estava ausente. Os ODS em si e, mais ainda sua chegada à Vale tão logo foram publicados, produzem um efeito de sentido de inovação, atualização e engajamento da empresa na agenda global da sustentabilidade. É preciso destacar, entretanto, que os ODS não são, necessariamente, os objetivos para o desenvolvimento da humanidade e, tampouco foram elaborados a partir de ampla mobilização popular. Portanto, foram requisitados por um sujeito que não comparece explicitamente na superfície discursiva. Há um silenciamento da autoria, pois nem a Vale, enquanto empresa, assume a autoria, já que lança mão do verbo *contribuir* cuja utilização, revela algum nível apenas de participação. Nem tampouco a ONU é autora, já que o verbo *adotar* constrói um efeito de sentido de passividade, de assumir ou seguir os objetivos por outrem formulados. Ao serem adotados pela ONU, a organização figura como mera consumidora dos ODS, enquanto uma solução para o alcance do DS. A locução adverbial *por meio da* faz da Rede, que é subordinada à Secretaria Geral da ONU, um intermédio, o instrumento utilizado na execução da ação de adotar.

A própria designação *Rede de Soluções* se inscreve num campo discursivo que lança mão da linguagem empresarial. A Rede, apresentada no Quadro 4, está vinculada ao Acordo de Paris, um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), cujo objetivo principal é fixar medidas de redução de emissão de gases de efeito estufa a partir de 2020, para conter o aquecimento global. Contém representatividade de grandes empresas, inclusive com uma instância própria para o setor extrativista, da qual a Vale é membro. Esta rede funciona como um sujeito difuso, cuja característica de hibridação público-privada é uma marca de sua inserção na economia globalizada pela governança. Sob a máscara da hibridação, entretanto, se camufla a forma-sujeito do mercado, representada pela influência das grandes corporações que se inserem na agenda dos ODS. Por trás da Rede está o mercado, como portador das soluções por meio do gerencialismo, enquanto conjunto de crenças e práticas, “[...] que se apresenta como remédio

universal para todos os males da sociedade, reduzidos a questões de organização que podem ser resolvidas por técnicas que procuram sistematicamente a eficiência [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 290).

A Vale tem assento no Conselho de Liderança da Rede e participa do grupo temático sobre boa governança dos recursos extrativos, integrado também pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fórum Econômico Mundial (WEF) e o *Columbia Center on Sustainable Investment* (CCSI), em trabalho sobre a contribuição do setor extrativo para o DS e o alcance dos ODS. O Conselho de Liderança da SDSN reúne líderes globais de desenvolvimento sustentável de todo o planeta, provenientes dos três setores: sociedade civil, governos e mercado. Segundo consta no seu endereço eletrônico, a Rede é financiada por governos, por exemplo: *The Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs* e *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH on behalf of German*; empresas, como a *Electricité de France International N.A. Inc.*, a Novartis e a Ericsson; e organizações sem fins de lucro, a exemplo das fundações: *The William and Flora Hewlett Foundation* e *The Kresge Foundation*. Este exemplo de participação da Vale ilustra a resposta a um discurso social mais amplo sobre como operar a governança global, que enfatizava a necessidade de formas inovadoras de cooperação entre os múltiplos setores da sociedade, revelando como esse campo rapidamente logrou força e legitimidade. A empresa participou, portanto, da elaboração de uma das formas emergentes de governança global para o DS, os ODS.

Tanto a SD2 quanto a SD3, abaixo, denotam como a Vale se encontra perfeitamente adaptada à globalização neoliberal. A SD3 fornece exemplos marcantes da inserção da empresa na governança global para o DS e, também, na sua tentativa de apresentar objetivos empresariais para além do lucro. As parcerias institucionais apresentadas na SD3 e no Quadro 4, comparecem como consequência de uma dupla ação: identificar e acompanhar tendências e práticas no âmbito do DS. Assim sendo, essa construção textual coloca a Vale numa condição de sair à frente na temática, buscando, depois, a parceria. Ocorre que, como lembra Banerjee (2003), algumas organizações são mais poderosas e impõem uma maneira que lhes interessa de agir. Existem, anteriormente à ação individual da Vale, políticas das organizações como FMI, BM e outras presentes na SD3 que, junto a grandes corporações transnacionais se impõem, expressando a pluralidade de atores com os quais a empresa se articula para a governança do DS.

SD3- Para acompanhar as tendências em desenvolvimento sustentável e identificar melhores práticas, estabelecemos parcerias institucionais, com destaque para o **Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês)**, o **Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)**, por meio da Plataforma **Global Compact Lead**, o **Fórum Econômico Mundial (WEF)**, o **Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD)**, o **Fundo Global para o Combate a Aids, Tuberculose e Malária** e o **BSR** (rede global de empresas comprometidas com a sustentabilidade e a responsabilidade social). [...] participamos do **Comitê Consultivo de Empresas e Indústria da OCDE (Biac)**, do **Earth Moving Equipment Safety Round Table (Emesrt)**, do **Green Building Council (GBC)**, do **Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)**, do **Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)**, do **Sustainability 50** e do **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**, entre outros (VALE, 2013, p. 30-31).

Na SD3, os verbos *acompanhar* e *identificar* e seus respectivos objetos diretos: *tendências* e *melhores práticas* comparecem com o objetivo de estabelecer parcerias institucionais. O dito ofusca os reais objetivos da Vale, pois ao analisar cada parceria no Quadro 4, enxergamos a influência de atores de mercado, o que nos leva a questionar: melhores práticas para quem? Por quê? Com quais objetivos? Além disso, ao enunciar as instituições parceiras, a Vale não evidencia quais os benefícios trazidos nas parcerias, bem como se utiliza do mecanismo de argumentação do nome de instituições internacionais para projetar uma imagem alinhada aos padrões exigidos pela economia globalizada, o que pode conferir, por efeito, uma maior legitimidade e autoridade no dizer, agora, respaldado por organizações internacionais, predominantemente ligadas ao mercado.

Destarte, na vertente de governança global do DS como discurso (PATTBERG, 2009), identificamos o império da forma-sujeito do mercado, conforme já constatou Banerjee (2003), ao revelar que grandes corporações influenciam as políticas ambientais e comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outros acordos globais. São, portanto, agentes coletivos que, individualmente, assumem uma posição-sujeito no âmbito da governança global para o DS, um campo organizacional no qual “[...] global environmental policies form a loose network of powerful bodies that construct a particular form of reality about the natural environment [...]”⁴³ (BANERJEE, 2003, p. 145). Em linha com o que diz Banerjee (2003), Porto-Gonçalves (2015, p. 303) complementa:

[...] são as grandes corporações transnacionais, as grandes organizações não governamentais e os gestores dos organismos multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, sobretudo – os protagonistas que mais tem se beneficiado nesse período pós-

⁴³“as políticas ambientais globais formam uma rede frouxa de corpos poderosos que constroem uma forma particular de realidade sobre o ambiente natural” (BANERJEE, 2003, p. 145, tradução nossa).

Rio 92, enquanto os gestores dos Estados nacionais vêm perdendo influência e os movimentos sociais vêm tentando recuperar um poder de iniciativa [...].

O mercado vem se beneficiando uma vez que, as grandes empresas se inseriram na agenda do DS ainda na Rio 92. É na ocasião do evento que “[...] les acteurs du monde des affaires ont vu l’occasion d’influencer, dans leur propre intérêt, le programme d’action mondial qui émergeait [...]”⁴⁴ (PATTBERG, 2009, p. 91).

A adoção da sustentabilidade nas empresas vem se consolidando por meio da atuação de organizações internacionais, algumas sem finalidade lucrativa, das quais participam lideranças empresariais, com núcleos em diversos países do mundo. Segundo Dias (2011), o WBCSD participou ativamente do debate sobre empresas e Meio Ambiente durante a Rio 92, editando um documento que conclamava as corporações empresariais a assumir mais responsabilidades, não somente com a economia, mas com a sociedade e o meio ambiente.

Porto-Gonçalves (2015, p. 301-302) adverte sobre o argumento de que a solução para os problemas, incluindo os ambientais, vem do mercado. O autor refere que um industrial chamado Stephan Schmidheiny, protagonista do WBCSD, foi responsável pela visão, que predominou na Rio +10, defendendo que “[...] o mercado, se operado livremente, é o único meio concebível de alcançar o desenvolvimento sustentável [...]”. Porto-Gonçalves (2015, p. 304) adverte ainda que “Em todos os fóruns internacionais onde se debate a questão ambiental, os anos 1990 marcam uma inflexão em direção à lógica mercantil, à lógica empresarial”.

Um marco dessa lógica apontada por Porto-Gonçalves (2015), fundamental para a agenda da sustentabilidade no universo empresarial, no final da década de 1990, foi a criação da *Global Reporting Initiative* (GRI), organização sem fins lucrativos, fundada em Boston em 1997, concebendo em 2000 a primeira estrutura global para Relatórios de Sustentabilidade. A GRI é responsável por criar, aprimorar e difundir a prática corporativa de comunicar os resultados por meio dos relatórios anuais de sustentabilidade. De acordo com Madalena, Rover, Ferreira e Ferreira, (2016, p. 569) existem “[...] 8.451 empresas e organizações pertencentes ao perfil e 21.121 relatórios publicados nos diversos modelos GRI [...]”, que estabelece parcerias com diversas organizações, tais quais: “*Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), *United Nations Environment Programme* (UNEP), *United Nations Global Compact* (UN Global Compact) e *International Organization for Standardization* (ISO)”.

⁴⁴ "A comunidade empresarial viu uma oportunidade de influenciar, em benefício próprio, a agenda global emergente" (PATTBERG, 2009, p. 91, tradução nossa).

O que diz Porto-Gonçalves (2015) sobre a influência do mercado tem suas raízes na Conferência do Rio, em 1992. Desde lá, o mercado vem construindo uma narrativa que levou as empresas a serem cada vez mais vistas como principais contribuintes para resolver os problemas ambientais do planeta e garantir-lhe um futuro sustentável. Alinhado ao pensamento de Porto-Gonçalves (2015), Pattberg (2009) argumenta, a partir de uma retrospectiva ao começo dos anos 1990, que:

Ce n'est pas une coïncidence si l'année 1992 marque à la fois la fondation du Business Council for Sustainable Development et la publication de *Changing Course*, une étude approfondie du rôle des entreprises dans le développement durable. Il est intéressant de noter que c'est un chef d'entreprise canadien, Maurice Strong, qui, en sa qualité de secrétaire général du Sommet de Rio, a engagé Stephan Schmidheiny, le principal auteur de *Changing Course*, comme coordinateur des contributions des entreprises à ce sommet. Avec pour résultat que les entreprises ont été reconnues et acceptées en tant qu'acteurs légitimes dans le discours sur le développement durable. Plutôt que d'être perçu comme une partie du problème, le monde des affaires, à partir du début des années 1990, a été de plus en plus considéré comme une partie de la solution. (PATTBERG, 2009, p. 91-92).⁴⁵

Teitelbaum (2010) problematiza as relações que conformam a concertação aqui apresentada: empresas transnacionais, poderes políticos nacionais e organizações internacionais; a partir do que ele denomina de fusão ou confusão entre o poder político e o econômico, observada, por exemplo, nas equipes econômicas dos governos (representantes do mercado financeiro). Teitelbaum (2010) aponta o movimento que prioriza as empresas e vem atender à gestão dos interesses do grande capital. No âmbito da ONU, as empresas se destacam pela sua posição hegemônica planetária, derivada do seu poderio econômico e financeiro, enquanto governos e estados nacionais, “[...] se ven reducidos al papel de gestores del sistema dominante [...]” (TEITELBAUM, 2010, p. 155).

Os organismos da ONU, por sua vez, têm convergido para “[...] búsqueda de financiación privada y tendencia a ocuparse de programas que interesen a las empresas, a los Estados Unidos o a otros países ricos [...]” (TEITELBAUM, 2010, p. 161-162). As empresas

⁴⁵ “Não é por acaso que 1992 marca tanto a fundação do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável quanto a publicação do *Changing Course*, um estudo aprofundado sobre o papel das empresas no desenvolvimento sustentável. É interessante notar que Maurice Strong, um líder empresarial canadense, que, na qualidade de Secretário Geral da Cúpula do Rio, contratou Stephan Schmidheiny, principal autor de *Changing Course*, como coordenador de contribuições corporativas nesta cúpula. Como resultado, as empresas têm sido reconhecidas e aceitas como atores legítimos no discurso sobre desenvolvimento sustentável. Em vez de ser visto como parte do problema, o mundo dos negócios, a partir do início dos anos 90, tem sido cada vez mais visto como parte da solução” (PATTBERG, 2009, pp. 91-92, tradução nossa).

são designadas, pela ONU, como “atores sociais”, sendo aproximadas discursivamente das organizações da sociedade civil. Este feito se deu, principalmente, a partir do Pacto Global, como uma tentativa de mobilizar o sentido de participação também nas empresas. Entretanto, destaca-se a aliança entre ONU e um grupo representativo dos interesses privados de uma elite econômica internacional. Isto é, “[...] todo el sistema de las Naciones Unidas está contaminado por la influencia que tienen las sociedades transnacionales en las decisiones de los organismos que los componen [...]” (TEITELBAUM, 2010, p. 163).

Observemos na SD3 e no Quadro 4, a seguir, algumas das posições-sujeito, cujas vozes ecoam nos dizeres encontrados na materialidade discursiva dos relatórios de sustentabilidade da Vale. As organizações mencionadas são indicativos da forma-sujeito do mercado, que exerce a função-autor, dando uma ilusão de autoria desses dizeres à Vale. Função-autor é aquela pela qual se imputa autoria a um texto, é função discursiva do sujeito (ORLANDI, 2015a). Os RS funcionam como lugar no qual a empresa marca posição numa relação dela com a língua e a história, buscando homogeneizar a sustentabilidade.

Conforme Pêcheux (2016), a posição sujeito está investida de determinada ideologia, que sempre é constitutiva das práticas discursivas, e que determina os sentidos a partir de uma relação ideologia dominante *versus* ideologia dominada. Praticamente, todas as organizações designadas como parceiras são representantes de empresas ou por ela mantidas, ainda que algumas sejam organizações sem finalidade de lucro. Portanto, isso nos leva a entender que as tendências e as práticas em DS, evocadas na SD3, se originam e estão a serviço dos interesses do mercado.

Quadro 4 – Participações institucionais da Vale

PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO	PORTAL ELETRÔNICO
Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM)	Organização internacional que apoia a indústria da mineração. Reúne 25 empresas de mineração (dentre elas, a Vale, a BHP e a Anglo American) e metais e 33 associações regionais e de <i>commodities</i> . Por meio das associações afiliadas, se conecta a mais de 1.500 empresas no setor.	https://www.icmm.com/pt
Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)	Criado em 2000 pela ONU, apoia as empresas baseando-se em 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Consideram-se a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros, que abrangem 160 países. Desde 2007, a Vale é signatária e integra, desde 2010, a plataforma <i>Global Compact Lead</i> , que reúne organizações do Pacto Global líderes em questões de sustentabilidade. A Vale integra as redes suíça e brasileira, compondo o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG). No Brasil, participa da Comissão dos ODS e dos grupos de trabalho em Direitos Humanos e Energia e Clima.	https://www.unglobalcompact.org/
Fórum Econômico Mundial (WEF)	Foi criada em 1971 como uma fundação sem fins lucrativos e está sediada em Genebra, na Suíça. É mantido por cerca de 1000 empresas-membro (mais de cinco bilhões de dólares em receitas e se classificam entre as principais dentro de sua indústria e/ou país de origem). É mais conhecido por suas reuniões anuais em Davos, Suíça nas quais reúne os principais líderes empresariais e políticos do mundo para discutir os interesses das empresas.	https://www.weforum.org
<i>World Business Council for Sustainable Development</i> (WBCSD)	Rede internacional que conta com quase 70 conselhos nacionais e regionais em 36 países e de 22 setores industriais, além de 200 empresas que atuam em todos os continentes. Suas empresas associadas vêm de todos os setores de negócios e perfazem uma receita combinada de mais de US\$ 8,5 trilhões e com 19 milhões de funcionários. A Vale é parte desde a fundação em 1995 e atua no projeto Ação 2020, cujo objetivo é apontar caminhos para que as empresas exerçam seu papel em favor de um planeta sustentável até 2050.	https://www.wbcsd.org
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	É uma organização sem fins lucrativos e atua em torno da agenda do desenvolvimento sustentável, divulgando conceitos e práticas mais atuais do tema, por meio da articulação junto aos governos e a sociedade civil. Fundado em 1997 por um grupo de grandes empresários brasileiros, a partir da Rio 92. Reúne cerca de 60 dos maiores grupos	https://cebds.org/

PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO	PORTAL ELETRÔNICO
	empresariais do Brasil, com faturamento equivalente a cerca de 45% do PIB e mais de 1 milhão de empregos diretos. A Vale é associada desde 1997 e participa das câmaras temáticas.	
Comitê Consultivo de Empresas e Indústria da OCDE (BIAC)	Rede internacional de negócios que representa mais de 7 milhões de empresas com a missão de defender mercados abertos e o crescimento econômico a partir do mercado. Por meio de seus grupos de políticas influenciam o trabalho da OCDE para o que seja mais relevante para os negócios. A Vale monitora e participa de comitês relevantes para o setor, como o de Matérias-Primas, Governança Corporativa, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Energia e Comércio.	http://biac.org
<i>Earth Moving Equipment Safety Round Table</i> (EMESRT)	Organização sem fins lucrativos que visa a uma indústria de mineração livre de danos aos trabalhadores com vistas a garantir a viabilidade da licença social para operar. Atuam para que os equipamentos pesados de movimentação de terra sejam operados e mantidos sem causar danos às pessoas.	https://emesrt.org
<i>Green Building Council</i> (GBC)	Organização sem fins lucrativos que apoia seus membros <i>Green Building Councils</i> e suas empresas-membro em países individuais e em todas as regiões, para buscar construções verdes que sejam mais adequadas aos seus próprios mercados.	https://www.worldgbc.org
Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)	Fundado em 1976, é uma organização nacional sem fins lucrativos, representa as 130 empresas e instituições que atuam no setor mineral em busca do estabelecimento de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável. A participação da Vale se dá no apoio a estudos, manuais, guias, pesquisas, inovação e uso de modernas tecnologias na indústria da mineração.	http://www.ibram.org.br
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos é uma OSCIP cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.	https://www.ethos.org.br

PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO	PORTAL ELETRÔNICO
<i>Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI)</i>	Atua na maximização do impacto internacional de desenvolvimento sustentável por meio da parceria entre investidores, academia e governos. A Vale é membro fundadora e uma das organizações patrocinadoras.	http://ccsi.columbia.edu
Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN)	Atua desde 2012 na mobilização de conhecimentos científicos e tecnológicos globais para promover soluções práticas para o desenvolvimento sustentável, incluindo a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Acordo de Paris sobre o Clima. A Vale integra o Conselho de Liderança da rede e participa do grupo temático sobre boa governança dos recursos extrativos (integrado por PNUD, WEF, e o CCSI), em trabalho sobre a contribuição do setor extrativo para o desenvolvimento sustentável e o alcance dos ODS.	http://unsdsn.org
<i>Extractive Industry Transparency Initiative (EITI)</i>	É o padrão global para promover a gestão aberta e responsável dos recursos de petróleo, gás e minerais. Em cada um dos 51 países implementadores, a EITI é apoiada por uma coalizão de governos, empresas e sociedade civil. Desde 2014, a Vale vem participando em comitês em Moçambique, Peru e Indonésia e desde 2015, oferece apoio financeiro.	https://eiti.org
<i>Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development (IGF)</i>	O IGF surgiu da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, em Joanesburgo, África do Sul. Em 60 países está focado em melhorar a governança de recursos e a tomada de decisões pelos governos que trabalham no setor. Principais serviços: avaliações no país; capacitação e assistência técnica individualizada; documentos de orientação e conferências que exploram as melhores práticas e envolvimento da indústria e da sociedade civil.	https://www.igfmining.org/

Fonte: Elaboração própria, a partir dos respectivos portais eletrônicos e dos relatórios da Vale.

A própria Vale, na SD4 abaixo, revela o propósito de suas participações institucionais:

SD4 - A participação da Vale em fóruns, instituições e outros compromissos e iniciativas é uma forma de manter-se alinhada às megatendências relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a temas político-institucionais de seu interesse e de seu setor de atuação, assim como de conhecer boas práticas e trocar experiências entre empresas. (VALE, 2016, p. 27).

A participação, conforme apresentada na SD4, atende exclusivamente aos interesses do mercado. Primeiro, a Vale tem por objetivos se alinhar às megatendências globais, destacadamente aquelas que dizem respeito ao DS. O prefixo *mega* comparece trazendo um sentido de grandeza e também de atualidade e evolução quando se liga ao substantivo *tendência*. De acordo com Okado e Quinelli (2016, p. 115), “[...] as megatendências mundiais são eventos que já estão em curso, com direção e sentido bem definidos, e cujos efeitos podem se intensificar nos próximos anos [...]”. Estas megatendências representam o mesmo horizonte temporal que os ODS e são de abrangência universal. Segundo, as boas práticas evocadas na SD4, são boas para quem? Tratando-se de uma perspectiva gerencialista, elas devem atender aos interesses dos acionistas e são implementadas, ainda que custem algum nível de pressão sobre o ambiente e a sociedade.

Sem subterfúgios, a Vale assume que seu interesse em frequentar espaços como fóruns e as mencionadas parcerias institucionais, nomeadas na SD3, é puramente mercantil, uma vez que os temas são de interesse “de seu setor de atuação” e que visa a “conhecer boas práticas e trocar experiências entre empresas”. Os interesses da empresa, não necessariamente coincidem com os da sociedade ou dos países nos quais atua, reduzindo a noção de político-institucional ao econômico, ao mercado da mineração. Não se identifica o interesse em incluir perspectivas outras, tais quais, por exemplo, das comunidades e populações originárias que vivem nos territórios onde a empresa atua, tampouco as demandas dos atingidos por sua atividade produtiva, de ONGs, instituições populares ou até mesmo a sociedade em geral.

Concordamos com Dardot e Laval (2016, p. 17) sobre a racionalidade neoliberal que “[...] tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação [...]”, pois “O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Assim, o mercado reduz a sustentabilidade, para utilizar o jargão empresarial, às boas práticas e proporciona a troca de experiência entre as empresas,

caracterizando um processo concorrencial por meio da atualização diante das tendências e temas político-institucionais emergentes em cada setor de atuação.

4.1.2 Mercado e Estado: uma parceria para privatizar o lucro e socializar as perdas

Dos limites ao crescimento, evocados na década de 1970, chega-se à parceria, tornada possível pelo acontecimento enunciativo do DS. Na SD5 há uma declaração afirmativa com o sujeito composto por dois substantivos: *mineração* e *Meio Ambiente*. Mineração, aqui, tem o efeito de sentido de mercado – o ramo industrial, que no Brasil tornou-se um dos principais setores da economia (SILVA, 2007). O mercado da mineração no Brasil está privatizado e liberalizado desde o final dos anos 1990, marcadamente pela desestatização da CVRD em 1997. Para Gudynas, (2009), as mineradoras foram favorecidas até a década de 1990 pela liberalização dos fluxos de capital, flexibilização e retirada de direitos trabalhistas e ambientais. Vemos materializado na SD5, abaixo, o discurso do mercado que foi constituindo-se a partir do relatório Nosso Futuro Comum:

SD5 - Mineração e meio ambiente: uma parceria possível. (VALE, 2011, p. 55).

O modelo de acumulação capitalista em curso tende a intensificar a expansão de projetos direcionados a controlar a extração e exportação de *commodities* em larga escala. Nesse modelo, a América Latina (AL) representa um estoque indispensável de recursos estratégicos, tais como água, energia, minério e biodiversidade. Portanto, o padrão extrativo-exportador em curso, baseado na exploração de recursos naturais não renováveis por corporações transnacionais ganhou relevância na economia regional. A demanda asiática adicionada ao vasto estoque descoberto entre as décadas de 1990 e 2000, elevaram a América Latina à posição de destinatária de investimentos, destacando-se Brasil, Peru e Chile (SCOTTO, 2013). Tendo em vista que o setor de mineração lidera exportação na maioria dos países da AL, os governos têm, não só assegurado a continuidade ou expansão da atividade empresarial, como têm negligenciado a reivindicação da sociedade por proteção ambiental e justiça para as violações das empresas (ARAÚJO; FERNANDES, 2016).

Enquanto o setor primário e de serviços na economia brasileira se expandiu desde a década de 1990, a indústria manufatureira teve sua redução intensificada nas últimas décadas, configurando a reprimarização da economia (ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2017). Oreiro e Feijó (2010, p. 222) explicam que a reprimarização da pauta de exportações é “[...]”

um processo de reversão da pauta exportadora na direção de *commodities*, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico [...]”. Este processo guarda estreita relação com o aprofundamento das políticas de liberalização e abertura brasileira aos produtos importados e à escolha política de especializar o Brasil como exportador de *comoddities* minero-agrícolas. A reprimarização reduz empregos demandantes de mão-de-obra qualificada, ao mesmo tempo em que gera empregos que tendem a baixas remunerações e as mais precárias condições de trabalho (ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2017).

Tendo em conta que este movimento de reprimarizar é uma escolha política, logicamente, em acordo com os interesses do capital, o que comparece na SD5 como parceria, nos remete também à luta de classes. Considerando que o capital, juntamente com o apoio do Estado, viabiliza um processo gerador de empregos com remunerações baixas e condições precárias de trabalho, esse processo certamente tende ao aumento do lucro do capital, sacrificando, portanto, a classe que vive do trabalho.

Ao observar o predicado da SD5 vemos realizar-se uma, no mínimo, estreita parceria, cuja legitimidade foi chancelada pelo Relatório Brundtland, pois em divergência com “[...] outras correntes que situavam a questão ambiental no campo restrito da melhor preservação da natureza, a sustentabilidade alia e relaciona preservação e desenvolvimento [...]” (MOREIRA, 2010, p. 86). Depois do advento das chamadas tecnologias limpas, consideradas como vantagem competitiva, desenvolvimento e Meio Ambiente, de uma relação de antagonismo, passaram à relação de complementaridade (LAYRARGUES, 1997).

Conforme a perspectiva da governança global do DS, em sua miríade de atores privados, observamos uma modalidade de privatização, tendo em vista que cada vez mais atores privados são oficialmente parte das instituições de definição e implementação de padrões, caracterizando em nível global, uma passagem dos regimes intergovernamentais para a cooperação e tomada de decisões entre os setores público e privado e até mesmo privado-privado. No nível local se dão os desdobramentos de uma agenda global na qual, “[...] les acteurs privés sont devenus les partenaires des pouvoirs publics dans la mise en œuvre des normes internationales [...]”⁴⁶ (PATTBERG, 2009, p. 93).

Trata-se, na SD5, de um sujeito composto: a mineração, que representa o mercado; e Meio Ambiente, que é regulado e tutelado pelo Estado. Dessa forma, então, partimos para uma análise da parceria entre o mercado, representado pelas empresas e o Estado,

⁴⁶“Os atores privados tornaram-se parceiros dos poderes públicos na implementação de padrões internacionais” (PATTBERG, 2009, p.93).

representado por suas instituições. Estamos em busca de problematizar como e para quem tal parceria tem sido exitosa. Em tão pouco tempo e com reduzido número de países produzindo para atender à demanda global de minérios, é ingenuidade defender que, nessa relação, o Meio Ambiente tenha sido favorecido. Wanderley, Mansur, Milanez e Pinto (2016) revelam que, em 2013, cerca de dois terços das exportações globais de minérios concentraram-se em apenas cinco países, mantendo o Brasil em segunda colocação, responsável por 14,3% do minério produzido no planeta. Os autores explicam que este período vertiginoso de produção tenha durado de 2003 a 2013 e o denominam de megaciclo [global] das *commodities*,

[...] quando as importações globais de minérios saltaram de US\$38 bilhões para US\$277 bilhões (um aumento de 630%). E, em particular, quando a tonelada do minério de ferro passou de US\$32 (jan./2003) ao pico de US\$196 (abr./2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$53 (WANDERLEY; MANSUR; MILANEZ; PINTO, 2016, p. 30).

Os lucros da Vale durante o megaciclo 2003-2013, conforme dados do Quadro 5, aumentaram consideravelmente, alcançando em 2011 um montante quase multiplicado por dez, em relação a 2003. É perceptível ainda a tendência de queda depois de 2011, que pode estar relacionada ao que foi posto por Wanderley, Mansur, Milanez e Pinto (2016).

Quadro 5 – Lucro líquido da Vale no período 1997-2018 (em milhões de R\$)

Anos 90	Lucro	Anos 2000	Lucro	Anos 2010	Lucro
-	-	2001	3.051	2011	37.400
-	-	2002	2.043	2012	9.233
-	-	2003	4.509	2013	115 ⁴⁷
-	-	2004	6.460	2014	353
-	-	2005	10.443	2015	-45.997 ⁴⁸
-	-	2006	13.431	2016	3.976 ⁴⁹
1997	756	2007	20.000	2017	17.670
1998	1.029	2008	21.279	2018	25.657 ⁵⁰
1999	1.251	2009	10.249	2019	6.500
2000	2.133	2010	30.422	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de DALLA COSTA (2009); VALE, c2017; site G1.

A Vale apresenta, no relatório publicado em 2017, alguns resultados ilustrativos de quão promissora tem sido, para o mercado, a parceria, com efeito de sentido de manobra astuciosa para dissimulação dos danos ambientais causados pela mineração. Alguns indicadores oferecem um parâmetro para identificar os resultados da Vale em 2016: a geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA⁵¹ ajustado, foi de US\$ 12,2 bilhões, o que representou 72% a mais do que os US\$ 7,1 bilhões obtidos em 2015. Investiu US\$ 5,5 bilhões em crescimento e manutenção e obteve produção recorde de: minério de ferro, com 348,8 megatoneladas em Carajás; níquel, com 311.000 toneladas na Nova Caledônia; e Cobre, com

⁴⁷A demonstração de resultado no endereço eletrônico da Vale aponta um prejuízo de R\$ 258 milhões. Entretanto, há um esclarecimento em matéria do G1Economia Negócios de 26/02/2014: “A Vale registrou lucro líquido R\$ 115 milhões em 2013, segundo balanço divulgado nesta quarta-feira (26). O resultado foi 98,8% menor que o de 2012, quando a empresa teve ganhos de R\$ 9,89 bilhões. (Correção: ao ser publicada, essa reportagem informava no título que a Vale teve prejuízo de R\$ 258 milhões em 2013. O resultado negativo faz parte do balanço da empresa, mas é considerado no cálculo ajustado do Ebitda, lucro antes de juros, impostos e outras amortizações.)”. (grifo da reportagem)

⁴⁸Em reportagem de 25/02/2016 do portal G1 Economia Negócios, tem-se que “entre os fatores para essa piora, a companhia cita os maiores “*impairments*” no ano passado – instrumento que adequa o ágio pago nas aquisições no exterior à realidade atual do mercado – e à depreciação de 47% do real contra o dólar”. (PORTAL G1, 2019).

⁴⁹Este valor foi retirado do documento demonstrações financeiras para 2016, entretanto no mesmo documento para 2017 o valor do lucro aparece como R\$ 13.296 milhões.

⁵⁰Valor disponível em PORTAL G1, 2019. Segundo a reportagem “A Vale registrou lucro líquido de R\$ 25,657 bilhões em 2018, de acordo com balanço divulgado nesta quarta-feira (27) pela companhia. O desempenho foi o melhor desde 2011 e representou uma alta de 45,6% na comparação com o ano anterior”.

⁵¹EBITDA vem do inglês “earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”, traduzido como LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

453.000 toneladas em Salobo⁵². O lucro líquido, obtido no ano, foi de US\$ 4,0 bilhões. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, houve um recorde de 373.962 milhões de toneladas de minério de ferro exportados pelo país em 2016, índice 1,7% maior que no ano anterior. Apesar do recorde, a receita obtida reduziu 6% no ano, atingindo US\$ 13,289 bilhões, em consequência da queda do preço médio da tonelada que, em dezembro, fechou a US\$ 50,40 (GOY; SAMORA; AGÊNCIA REUTERS, 2017).

Se do lado do mercado, os resultados são expressos por recordes de produção, no lado do Meio Ambiente um recorde se destaca do ponto de vista do potencial destrutivo da mineração, inclusive com responsabilidade da Vale. Diversos autores afirmam que há muitos impactos econômicos, sociais e ambientais negativos em atividades extrativistas, como a mineração (GUDYNAS, 2009; MILANEZ; SANTOS, 2013; ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2018; TETREULT, 2013). A SD5, entretanto, silencia os conflitos e impactos históricos próprios, produzindo um efeito de relação harmônica entre capitalismo e Natureza.

Tetreault (2013) apresenta os impactos da mineração a céu aberto, tais quais: destruição da terra, da flora e fauna na foz das minas, além da geração de bilhões de toneladas de resíduo (sólidos ou tanques de rejeito) que contaminam o Meio Ambiente pela ação do vento, da chuva, da gravidade ou por acidentes frequentes. O autor destaca, também, que o processamento do minério demanda elevado consumo de energia, emprega substâncias altamente tóxicas e requer o consumo de grandes quantidades de água. Na visão de Gudynas (2009, p. 204):

Los enclaves extractivistas han estado en el centro de muchas polémicas por sus severos impactos sociales y ambientales. Estos van desde acentuar las desigualdades locales a los casos de contaminación o pérdida de biodiversidad. La evidencia empírica que se ha acumulado en los últimos años es variada y contundente, y deja en claro que la situación convencional es aquella donde se externalizan los efectos sociales y ambientales.

No Brasil neoextrativista, os direitos sociais, trabalhistas e ambientais são frágeis e desrespeitados e os riscos se convertem em externalidades. Há uma gestão de baixo nível, causadora de degradação ambiental e mortes, corriqueiramente não assumidas pelas empresas responsáveis, uma vez que estas primam pelo aumento da produção para obter maiores lucros. Destarte, os custos das externalidades negativas devido à poluição, mortes e degradação ambiental são socializados num processo invisível à sociedade, que terminam por ser

⁵²A Vale aprovou investimentos de US\$ 1,1 bilhão para expansão, o projeto Salobo III, em Canaã dos Carajás (PA), cuja capacidade atual é de 200 mil toneladas de cobre contido em concentrado por ano. A previsão do início da operação comercial é 2022. COBRE, 2018.

assumidos pelo Estado (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017). A noção de externalidade aplicada à questão ambiental,

[...] sugere que a degradação do meio ambiente resulta de uma brecha do mercado por onde a alocação dos recursos se afastaria de uma situação ótima. Ela implica em considerar que: a) a externalidade é excepcional frente às capacidades de regulação do mercado, e b) a degradação do meio ambiente é uma manifestação da ineficiência na alocação dos recursos. O que prevalece, portanto, na noção de externalidade é uma visão da sociedade construída do ponto de vista do mercado. (ACSELRAD, 1994, p. 132).

De acordo com Lacaz, Porto e Pinheiro (2017), em 05/11/2015, a cidade de Mariana, em Minas Gerais (MG), foi cenário do rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão (BRF), de propriedade da Samarco, empresa sob o controle acionário da Vale (50%) e da BHP *Billiton* Brasil (50%). A tragédia acarretou em danos morais, sanitários, ocupacionais, ambientais e psicossociais e deu visibilidade, até o presente momento, também à omissão das instituições nacionais, no que tange à responsabilização das empresas envolvidas em uma das maiores tragédias desta natureza. Este evento foi denominado pelo Ministério Público Federal (MPF) como crime sócio-ocupacional-ambiental, no entanto, “[...] a notória morosidade da justiça no Brasil, dada a omissão das chamadas autoridades constituídas e a capacidade de procrastinação das grandes empresas, conforme seus interesses, mediante ações recursais de caráter jurídico-legais [...]” tornam a apuração rigorosa difícil de ocorrer (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017, p. 2).

O modelo de megamineração que fez do Brasil o segundo maior exportador e, da Vale, a maior produtora mundial, com produção de mais de 300 milhões de toneladas de minério de ferro anualmente, é responsável pela devastação provocada a partir de Mariana. Os resíduos tóxicos da BRF se alastraram por 663 quilômetros até o Oceano Atlântico, gerando danos incalculáveis aos habitantes de trinta e cinco municípios em MG e quatro cidades no Espírito Santo (ES). Cerca de 1.430 hectares ficaram inutilizáveis para atividades agropecuárias pela infertilidade provocada no solo. Ademais, vários trabalhadores/as como agricultores/as e pescadores/as, além dos/as indígenas Krenak (MG), Tupiniquim (ES) e Guarani (ES), que sofreram privações (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017). De acordo com Wanderley, Mansur, Milanez e Pinto (2016), foram cerca de 19 mortos e desaparecidos entre funcionários/as ligados/as à Samarco e moradores/as de Bento Rodrigues, além de mais de 1.200 pessoas sem abrigo e ainda áreas de proteção permanente (APP) e unidades de conservação (UC) destruídas (WANDERLEY; MANSUR; MILANEZ; PINTO, 2016).

Esta situação sempre pode se agravar caso, para atrair os investimentos, sejam flexibilizadas as exigências socioambientais e permitido avanço sobre áreas protegidas, como vem ocorrendo na Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai (GUDYNAS, 2009). Esse movimento, que ocorre na AL, tem na Organização Mundial do Comércio (OMC) um agente preponderante que, ao pressionar pela abertura das fronteiras ao comércio, beneficia as grandes corporações transnacionais com as políticas de livre comércio e faz com que as políticas ambientais nos países do polo dominado do poder mundial se fragilizem ainda mais (GUDYNAS, 2009).

No que tange aos rejeitos, estes não circulam pelas fronteiras na medida em que circulam mercadorias, eles ficam no território enquanto os proveitos seguem para fora. Assim, a legislação ambiental é subsumida pela lógica comercial para que haja livre circulação dos proveitos, mas não dos rejeitos (PORTO-GONÇALVES, 2015). A distribuição desigual entre rejeitos e proveitos faz parte da lógica da atuação do mercado na globalização neoliberal que, no caso da Vale, começa em 1997, como consequência do fenômeno global de venda de empresas públicas rentáveis para privatizar os lucros e socializar as perdas (TEITELBAUM, 2010). Depois de levantar argumentos que atribuem às pressões do mercado, a tragédia das empresas Samarco e Vale, Wanderley, Mansur, Milanez e Pinto (2016, p. 34) revelam como o Estado contribui para a ocorrência de casos como este, tendo em vista que

As operações de disposição de rejeitos na indústria extrativa mineral no Brasil, em geral, e na Samarco, em particular, constituem uma opção política e tecnológica determinada por incentivos de mercado, práticas corporativas inadequadas e intensificadoras de riscos socioambientais e da inação estatal no que concerne à fiscalização e controle (WANDERLEY; MANSUR; MILANEZ; PINTO, p. 34).

Retornando à SD5, o artigo indefinido *uma*, que se refere à parceria entre mercado e Meio Ambiente, produz um efeito de sentido de cooperação. Tal cooperação tem por referente um outro ator, que estaria implícito na relação mercado *versus* Meio Ambiente. Buscamos defini-la, como aquela cooperação histórica entre Estado e capital, que pode ser evidenciada a partir do papel do Estado brasileiro desde a entrega da CVRD para a iniciativa privada, em condições questionadas judicialmente, bem como quanto à proposta de legislação que favorece as empresas do setor, indo até a omissão quanto às externalidades associadas à mineração. Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007) consideram a desestatização da CRVD um negócio que beneficiou capitalistas brasileiros associados ao capital estrangeiro. Os autores afirmam que o governo brasileiro entregou uma empresa já construída e detentora das maiores reservas de minério de ferro, então conhecidas no planeta, que em 1997 tinha o valor de

mercado estimado em US\$ 10 bilhões e que dez anos depois já estava avaliada em US\$ 100 bilhões.

No sentido da parceria entre o mercado da mineração e o Estado brasileiro, Milanez e Santos (2013) ressaltam que, no Brasil, se dá um modelo de desenvolvimento neoextrativista, no qual o Estado provém financiamento, infraestrutura e regulação. É oportuno destacar que, segundo Gudynas (2009), apesar de não contribuir substancialmente para o desenvolvimento nacional, a mineração, típico setor extrativista, ainda é defendida pelos governos como motor de crescimento econômico. Para Gudynas (2009, p. 191), o autor destaca ainda que há um “[...] fuerte protagonismo estatal en promover el crecimiento minero en Brasil [...]”, uma potência da mineração, que ainda apresenta baixos indicadores sociais e sofre com a falta do bem-estar, apesar Natureza abundante (GUDYNAS, 2009).

A expansão da mineração é uma atividade econômica causadora de conflitos, não raras vezes, com o suporte de instituições governamentais (ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2018). Podemos verificar tal constatação no Brasil, ao observar que o licenciamento no setor de mineração se deu de forma a favorecer as empresas e dificultar a oposição popular. Tanto a licença para minerar quanto a licença ambiental não concedem poder de veto às populações afetadas, o que revela a fragilidade da legislação brasileira no tocante aos direitos de tais populações, “[...] pautando-se por instrumentos mitigatórios e compensatórios e não prevendo sua consideração nos processos de licenciamento [...]” (ARAÚJO; FERNANDES, 2016, p. 68). O modo como o Estado opera, junto ao mercado, para possibilitar que a parceria entre mineração e Meio Ambiente se efetive, torna-se evidente quando se sabe que

[...] a imensa maioria dos conflitos mineiros na América Latina nos mostra é que o mais frequente é a “cooperação” entre as altas posições estatais e as empresas privadas (estrangeiras e nacionais) no que refere à utilização dos recursos minerais ao interior do território nacional. (SCOTTO, 2013, p. 104).

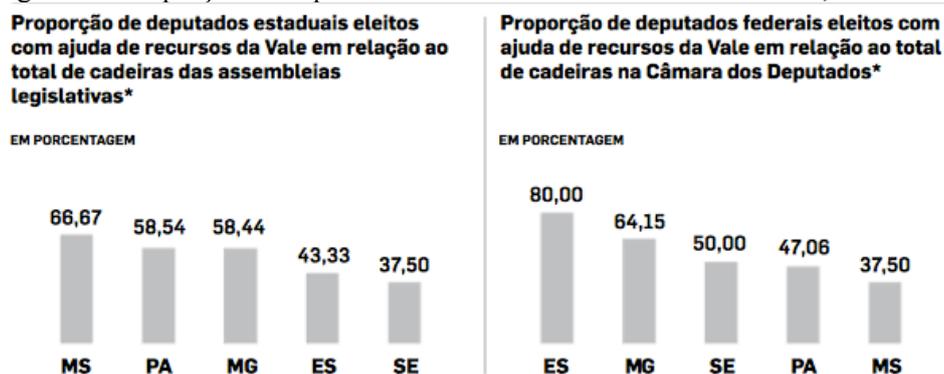
Destaquemos, a partir de Lacaz, Porto e Pinheiro (2017) que as atividades de extração e beneficiamento no ramo da mineração e siderurgia, as que mais consomem energia e produzem poluição, convergem historicamente para a periferia do capitalismo. Na periferia do capitalismo, quando há, a legislação não se cumpre, mas é flexibilizada em troca de favorecer investimentos em prevenção de riscos e melhoria das condições de trabalho, que se dão por conta e risco das empresas. Licenciamentos se dão via audiências públicas não democráticas, órgãos ambientais oficiais não têm suporte financeiro e corpo técnico para atuar de maneira regular ou são pressionados à flexibilização por políticos e gestores empresariais,

tendo em vista os ditos benefícios econômicos e políticos para aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a geração dos *royalties* oriundos da atividade econômica.

Além do exposto, a mineração financia campanhas eleitorais e elege parlamentares no legislativo das três esferas de governo (LACAZ, PORTO; PINHEIRO, 2017). Avaliações são débeis ou inadequadas, minimizam os impactos ambientais e a fiscalização se encontra fragilizada. Os impactos socioambientais que deveriam, não são mensurados economicamente, ficando excluídos das análises de custo-benefício (GUDYNAS, 2009). Interesses corporativos, destacadamente aqueles ligados ao agronegócio, mineração e obras de infraestrutura influenciam intensamente o legislativo no Brasil, levando o Estado a aprovar leis que reforçam os interesses empresariais (ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2018).

Como forma de ilustrar esta discussão, observemos as informações disponibilizadas pela imprensa. Segundo o texto veiculado no jornal *O Estadão* (LAGO; CARVALHO, 2019), a Vale e suas subsidiárias contribuíram com R\$ 82 milhões no financiamento eleitoral de políticos em 2014, concentrando as doações oficiais e legalizadas mais volumosas nos estados onde há mais operações: Minas (18%), Pará (9%) e Espírito Santo (8%). Os candidatos que receberam valores da Vale foram maioria entre os eleitos. Segundo Mello e Prates (2009), em um artigo publicado no *Estado de Minas*, a Vale também aumentou doações a políticos durante o debate do novo Código da Mineração, de relatoria do deputado federal, Leonardo Quintão, do PMDB de MG. Segundo informações analisadas por Turollo Júnior e Estarque (2019), publicadas na *Folha de São Paulo*, o referido deputado recebeu, em 2014, das mineradoras o equivalente a R\$ 2,1 milhões (42% de sua arrecadação). A Figura 2 expõe a proporção de deputados estaduais e federais eleitos com financiamento de campanha, que incluiu recursos da Vale, em 2014.

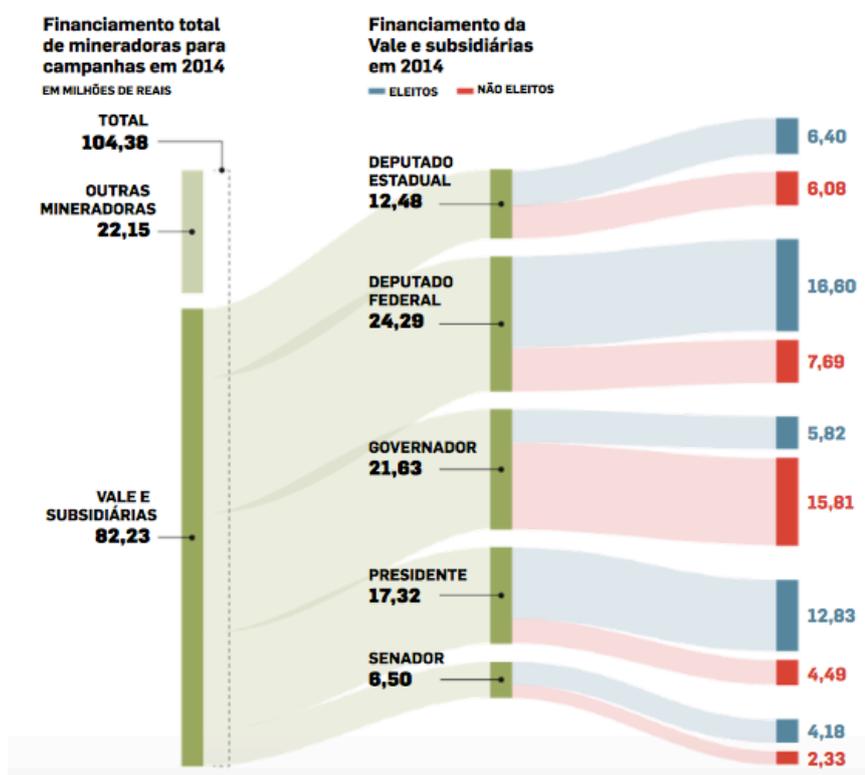
Figura 2 – Proporção de deputados eleitos com financiamento da Vale, 2014



Fonte: LAGO; CARVALHO, 2019.

De acordo com a *Folha*, parlamentares que receberam doações de mineradoras propuseram mudanças em textos que acarretaram em retirada de fiscalização, pois ocupam cargos em comissões que influenciam o que é aprovado na Câmara. Dos 52 parlamentares que, em 2014, compuseram a comissão para debater o novo Código da Mineração, 23 foram eleitos com apoio das mineradoras. Segundo a *Folha*, após a devastação em Mariana, os únicos dois projetos para aprimoramento da Política Nacional de Segurança de Barragens que chegaram à Câmara, ficaram paralisados na Comissão de Minas e Energia, na qual há mais de trinta parlamentares financiados pelo setor de mineração. A Figura 3 apresenta os valores financiados por empresas de mineração, nas candidaturas de parlamentares em 2014, elaboradas a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

Figura 3 – Financiamento das mineradoras para candidaturas em 2014.



Fonte: ESTADÃO artigo de LAGO; CARVALHO, 2019.

Evocamos os efeitos de sentido de cooperação e parceria entre mercado e Estado a partir da SD5 por entendermos que, para significar, é premente correlacionar língua e História. Não somente em tempos de neoxativismo podemos identificar a cooperação governamental com o mercado, mas também nas empresas do ramo do extrativismo convencional (predominante nas décadas de 1980 e 1990), incluindo-se as mineradoras:

Bajo ese contexto de Estado mínimo, los gobiernos concedían licencias o títulos para acceder a un recurso, y esas decisiones respondían a varios

factores, que iban desde el acceso a parte de la renta que se generaría, a lograr apoyo político, sin dejar de olvidar más de un caso de simple corrupción. Por lo tanto, las reglas de acceso y concesión eran opacas, su aplicación era discrecional, y eran parte de una red de favores político empresariales. (GUDYNAS, 2009, p. 195).

A mineração é, portanto, invasiva e ameaça a vida, pois sua expansão tem provocado tragédias e conflitos, o que, por sua vez, leva também ao aumento da resistência no Brasil. Não somente populações tradicionais, que têm seus territórios invadidos, mas os povos ribeirinhos e os habitantes de diversos territórios urbanos e rurais, nos quais existe atividade de mineração, tem se envolvido em conflitos ambientais. Em diversos territórios, a população recusa a atividade econômica porque representa agressão ao modo ancestral de organizar a vida e fazer uso do espaço (ARAUJO; FERNANDES, 2016; RENAK, 2019). No movimento de resistir foi criada, em 2002, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), reunindo grupos acadêmicos e organizações de justiça ambiental para fazer frente às demandas de movimentos sociais e populações afetadas (ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2018).

Contribuem também para o movimento de resistência, a atuação internacional da Justiça nos Trilhos, que desde 2007 une movimentos e associações e participou na fundação da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. Para expor e questionar a (in)sustentabilidade corporativa da Vale, em 2010, foi criada a Articulação Internacional de Atingidos, que na ocasião produziu um dossiê contendo impactos e violações da empresa no mundo. Nos anos de 2012 e 2015, a Articulação produziu um “relatório-sombra”, intitulado Relatório de Insustentabilidade da Vale, no qual reúne evidências dos impactos e violações de direitos, que foram cometidos pela corporação e que são silenciados no seu discurso de sustentabilidade.

Esta articulação possui representação dos países nos quais a Vale tem algum tipo de negócio e se autodenomina “uma rede de movimentos sociais, organizações e centrais sindicais de diversos países, incluindo populações, comunidades e trabalhadores (as) atingidos negativamente nas suas formas de vida e nos seus direitos pela forma de atuação da Vale” (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DE ATINGIDOS PELA VALE, 2012). Além de Justiça nos Trilhos, há ainda o Movimento pela Soberania Popular na Mineração, iniciado em 2012, para combater o Projeto Grande Carajás⁵³ da Vale (LACAZ, PORTO; PINHEIRO, 2017).

⁵³Iniciado durante o governo do presidente João Batista Figueiredo, para exploração dos recursos minerais da Serra dos Carajás, ocupa quase um milhão de quilômetros quadrados na região amazônica,

Em fevereiro de 2019, num movimento de resistência, o MAB lançou nacionalmente um dossiê intitulado *A privatização mata: análise do MAB sobre o crime da Vale em Brumadinho/MG*, cujo objetivo é “[...] fazer a denúncia do crime da Vale sob a ótica dos trabalhadores [...]” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRGENS - MAB, 2019, p. 5). No documento, o movimento denuncia e cobra das autoridades a responsabilização da Vale pela devastação causada pela lama tóxica que provocou mortes, deixou muitas pessoas com problemas de saúde e dizimou o Rio Paraopeba, afluente do São Francisco, em 25 de janeiro de 2019.

Segundo o artigo veiculado no G1 Minas, até 19/05/2019 foram contabilizadas 241 mortes, 29 desaparecimentos e 395 sobreviventes localizados. Um relatório da Fundação SOS Mata Atlântica denuncia as 14 mil toneladas de rejeito contaminando o rio, tornando suas águas impróprias e indisponíveis por 305 quilômetros e alterando a qualidade das análises de água por muitas décadas. Foram identificados metais pesados na água, como: manganês, cobre e cromo, em níveis acima dos limites máximos regulamentados. Segundo o relatório, 112 hectares de florestas nativas foram devastados, sendo 55 hectares de áreas bastante preservadas (SOS MATA ATLÂNTICA, c2019).

Tanto o documento do MAB quanto o relatório da SOS Mata Atlântica são explícitos em revelar a injustiça ambiental e o sentimento de impunidade contra as violações cometidas pela Vale:

A sensação de impunidade e de injustiça que paira sobre o país, desde a tragédia da Samarco, Vale e BHP na bacia do rio Doce, agravada com esse imensurável dano socioambiental, colocam em xeque a capacidade das instituições brasileiras de adotar medidas eficazes de monitoramento sistemático, controle e uso de tecnologias mais modernas, capazes de evitar que tragédias anunciadas como essas se repitam no Brasil. (SOS MATA ATLÂNTICA, c2019, p. 41).

A impunidade e conivência do judiciário com as empresas é a autorização para que novos crimes aconteçam. Em Mariana, por exemplo, as multas e processos contra a Vale e de indenizações aos atingidos foram suspensas por iniciativa do próprio judiciário, que atua mais como advogado da Vale do que defensor da justiça. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRGENS, 2019, p. 18).

Numa análise dos conflitos ambientais no Brasil, segundo Rocha, Porto, Pacheco e Leroy (2018), o Estado apresenta uma função ambígua: ao tempo em que estimula e viabiliza projetos ou políticas geradoras de conflitos ambientais, por um lado, estabelece procedimentos orientadores da ação de grupos sociais e as arenas para as disputas, por outro.

entre os estados do Pará e Maranhão. Houve a implantação de gigantesca infraestrutura: hidrelétrica de Tucuruí, estrada de ferro Carajás e porto de Ponta da Madeira, em São Luís.

As organizações que representam o Estado são fundamentais na formulação e implementação de políticas públicas que podem tanto promover quanto mitigar a injustiça ambiental. Acelrad (2000) provoca o debate em torno da associação que existe entre degradação ambiental e injustiça social, uma vez que há uma distribuição espacialmente desigual da poluição, segundo a raça das populações. A injustiça ambiental estaria relacionada, portanto, com a desigualdade na distribuição do que Porto-Gonçalves (2015) chama de proveitos e rejeitos, ou seja, dos benefícios e dos limites impostos pelas leis ambientais entre diferentes grupos ou classes sociais.

As transcrições acima, extraídas do MAB e da SOS Mata Atlântica, oferecem elementos para caracterizar ainda mais a parceria posta na SD5, uma vez que há uma “[...] partnership between state, capital, and the proponents of a supposedly neutral technical-scientific knowledge which in practice privileges the dimensions of reality that justify the ventures to the detriment of others that would put them in check.”⁵⁴ (ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2018, p. 715). Os excertos do MAB e do SOS Mata Atlântica, pela via do interdiscurso, nos permitem constatar uma dimensão perversa da parceria presente na SD5, identificada por Rocha, Porto, Pacheco e Leroy (2018), ao afirmarem como é comum o Estado brasileiro utilizar o argumento jurídico-científico para subsidiar e justificar decisões que favoreçam o projeto econômico, desconsiderando o Meio Ambiente e os direitos humanos e sociais das populações atingidas durante o licenciamento ambiental ou já em caso de litígio. A parceria entre o Estado e o mercado, de um lado, favorece ainda mais o poder econômico das empresas, que ficam com os proveitos enquanto, de outro, prejudicam a Natureza e as pessoas atingidas direta e indiretamente pelos rejeitos dos empreendimentos.

⁵⁴ “parceria entre Estado, capital e proponentes de um conhecimento técnico-científico supostamente neutro que na prática privilegia as dimensões da realidade que justificam os empreendimentos em detrimento de outros que os colocariam em xeque” (ROCHA; PORTO; PACHECO; LEROY, 2018, p. 715, tradução nossa).

5 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA VALE

[...] é absolutamente impossível encontrar um puro “discurso científico” sem ligação com alguma ideologia. (PÊCHEUX, 2016, p. 182)

Na seção anterior demonstramos como a ONU e o BM tornaram a sustentabilidade uma alternativa única para o futuro da humanidade, erigindo, portanto, um projeto de DS gerido por um sistema de governança global. Nesta seção, trataremos do funcionamento do discurso da sustentabilidade na Vale. Vamos nomear a Vale como empresa neoliberal, baseando-nos em diversos autores (COUTROT, 1998; ACQUIER, DAUDIGEOS; VALIORQUE, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016; SALMON, 2017). Cientes de que um funcionamento discursivo “[...] somente é devidamente apreendido quando analisamos sua relação com as condições de produção histórico-sociais, em suas contradições [...]” (SILVA, 2015, p. 63), lançaremos mão da categoria condições de produção em sentido estrito, para alcançar o discurso na Vale. Esta categoria de análise, segundo Courtine (2014), serve para viabilizar a construção dos sentidos em múltiplas relações com a história.

Vamos pôr em tela as circunstâncias do discurso da Vale, a partir de suas condições de produção, que possibilitam formulá-lo e compreendê-lo (PÊCHEUX, 2014a). Esse gesto só é factível porque entendemos que o discurso não é o texto em si e, justamente por isso, como assevera Pêcheux (2014a, p. 78), “[...] é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção [...]”, uma vez que todo “[...] discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p.78).

Para analisar as condições de produção de um discurso é imprescindível considerar que há relação entre sentido e sujeito e ainda que a determinação histórica é constituinte na materialidade dos discursos. Para este intento, remetemos a Pêcheux (2016) por entender que o sentido, além de não existir apenas por si, é determinado pelas posições ideológicas (dominantes *x* dominadas) em disputa no processo sócio-histórico, no âmbito do qual se (re) produzem as proposições, palavras e expressões. Pêcheux (2014a) se encarrega também de situar o conceito de condições de produção a partir da noção de funcionamento. Para o referido autor,

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente

linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de ‘condições de produção’ do discurso. (PÊCHEUX, 2014a, p. 78).

Os sujeitos se encontram inseridos na realidade social, objetivando e apreendendo sentidos vinculados a tal realidade, que é aquela que os produziu. Entretanto, os sentidos, apesar de serem possibilitados e mediados por sujeitos, a estes não se limitam (FLORÊNCIO, 2013). Os sentidos não estão na literalidade do texto e tampouco pertencem aos sujeitos. Estes possuem a ilusão de que o sentido está na literalidade e que só pode ser um e não outro, mas com Pêcheux (2016) vimos que os sentidos são efeitos de esquecimentos e de determinadas condições de produção. Pêcheux (2014a, p. 81), quando trata dos protagonistas do discurso, refere que destinador e destinatário “[...] designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais [...]”, ou seja, “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”, “lugares que estão *representados* nos processos discursivos [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p.81).

Destarte, Siveris e Zandwais (2015, p. 50) explicam que a noção de sujeito “[...] é a de um lugar, uma posição assumida no discurso, pelo reconhecimento com esta ou aquela formação discursiva em que o sujeito inscreve-se [...]”. Por seu turno, Pêcheux (2014a, p. 81, grifo nosso) exemplifica possíveis posições: “[...] os lugares do *patrão* (diretor, chefe da empresa, etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário”.

De acordo com Aiub (2015), Pêcheux fez o trabalho teórico de desvincular o conceito de condições de produção da noção de contexto tal qual ela se aplicava no âmbito dos estudos linguísticos. Segundo a referida autora, o discursivo “[...] é materializado na sua realização em relação aos pontos exteriores que se traduzem na prática enunciativa [...]” (AIUB, 2015, p. 41). O conceito de condições de produção é útil para que o analista do discurso se empenhe em descrever, no nível da análise, tendo em consideração a ligação “[...] dos processos discursivos com o político, com o social, porquanto, com o espaço das ideologias que determinam o campo das práticas [...]” (AIUB, 2015, p. 41).

Já disse Pêcheux (2016) que as palavras são produzidas num processo social e histórico, portanto, a AD abre mão da noção de contexto, substituindo-a por condições de produção, pois a noção de contexto não dá conta de realizar uma “[...] reflexão materialista-histórica dos processos de enunciação [...]” (AIUB, 2015, p. 41).

O discurso da sustentabilidade na Vale é oriundo de um momento histórico, reflexo das possibilidades, escolhas e exigências históricas da sociedade de uma determinada época. Para tratar de condições de produção de tal discurso, os “[...] acontecimentos estritos, ou seja,

as circunstâncias imediatas de enunciação que fizeram surgir esse acontecimento discursivo devem ser entendidas e relacionadas às condições mais amplas, ou melhor, ao contexto sócio-histórico-ideológico [...]” (MOREIRA, 2010, p. 58). O momento histórico no qual se insere a Vale, que inclusive possibilitou as condições para sua privatização, é marcado pelo neoliberalismo como nova razão do mundo, conforme argumentam Dardot e Laval (2016).

Nos cabe aqui iniciar por descrever as circunstâncias da enunciação, que segundo Orlandi (2015a) são o mesmo que as condições de produção em sentido estrito. Tratamos por condições estritas aquelas nas quais se constitui a cena enunciativa. As condições de produção em sentido estrito dizem respeito a onde e quando ocorre o dizer, tendo como propósito fazer aparecer “[...] as relações entre os sujeitos do discurso e a situação do dizer [...]” (RAMIRES, 2017, p. 54). Trataremos, portanto, da enunciação, considerando “[...] onde o discurso é veiculado, em que condições, quem fala e a quem se destina etc.” (AZEVEDO, 2017, p. 21). Destarte, partiremos da análise da materialidade discursiva, utilizada pela Vale para divulgar os resultados do seu modelo de gerenciamento da sustentabilidade – o relatório anual de sustentabilidade.

5.1 O SILENCIAMENTO DO PASSADO ESTATAL

O silêncio, não sendo diretamente observável, requer do analista o trabalho de considerar a historicidade do texto, uma vez que “A construção dos sentidos de um texto é sempre histórica [...]” (GRIGOLLETO, 2003, p. 232). Nesse diapasão, vamos remontar à origem da Vale, enquanto empresa estatal brasileira. As reservas de minério de ferro no estado de Minas Gerais, em 1909, foram adquiridas por empresários ingleses, sendo a *Itabira Iron Company* vendida em 1911 a um empresário estadunidense e, posteriormente, transformada em Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por meio de Decreto-lei 4.352 de Getúlio Vargas, em 1º de junho de 1942 (BRASIL, 1942). Na época que a empresa foi criada, houve um acordo em Washington entre EUA (entrava com empréstimo e tecnologia), Inglaterra e Brasil (oferecia matéria prima e mão de obra e a infraestrutura), pois os dois primeiros necessitavam do minério de ferro brasileiro para suprimento à indústria armamentista, durante a Segunda Guerra Mundial (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007).

Nacionalmente, a CVRD se beneficiou do movimento pela industrialização, responsável por fazer dela um agente estatal de desenvolvimento da infraestrutura, sustentação e crescimento econômico do Brasil. Em 1949, a Vale já exportava 80% do

minério de ferro produzido no Brasil. Em 1951, começou a comercializar com o Japão e em 1967 a Vale já estava entre as seis maiores exportadoras de minério de ferro do mundo, alcançando a liderança deste mercado em 1975 (ADÃO, 2006). Em 1970, entra em acordo com a empresa estadunidense *United States Steel*, a maior das siderúrgicas dos EUA, para a produção das jazidas de Carajás. Naquele mesmo ano, por meio de pesquisa mineral, foram descobertas trinta e cinco jazidas de onze tipos de minerais ao longo de treze estados brasileiros. No período de dez anos (1969-79), houve um acréscimo de 285% nas exportações, fazendo da empresa a maior exportadora mundial de minério de ferro (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007).

Em 1993, ainda segundo Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como a primeira empresa no *ranking* nacional. Naquele ano, a Vale já era a maior produtora de ouro da América Latina (RUSSO, 2002). Em 1994, passou a vender ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007). Em 1996, recebeu o título de empresa do ano no ramo da mineração, concedido pela Revista Mineral. No referido ano, o faturamento da empresa já ultrapassava os seis bilhões de dólares (RUSSO, 2002). Adão (2006) destaca que a Vale alcançou o padrão de qualidade certificado pela ISO 9000, além de ter superado a taxa de 49% do capital acionário negociado na bolsa de valores, dado que, segundo a autora, legou à Vale elevado prestígio no mercado financeiro (ADÃO, 2006).

A privatização ocorreu após seis anos do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), já no âmbito da reforma do Estado brasileiro. As mudanças ocorridas quanto à atuação estatal, a influência do discurso da globalização, que implicou a integração do Brasil no mercado internacional e aos sistemas produtivos, e ainda a crise econômica e hiperinflação dos anos 1990 conformam o cenário que legitimou a sua privatização. O repasse de empresas estatais para iniciativa privada foi potencializado nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, herdeiro da agenda Collor, responsável por elevar o Brasil à liderança planetária em privatizações (ADÃO, 2006).

Segundo Russo (2002), em 01/06/1995, o Decreto 1.510 inseriu a Vale no Plano Nacional de Desestatização. Em fevereiro de 1997, o modelo de privatização foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND) e, no mês seguinte, o edital de venda estabeleceu que nenhuma empresa deteria mais do que 13% do capital total da CVRD. A autora destaca que a inclusão da estatal no PND provocou reação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que moveu no Superior Tribunal Federal (STF) duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIN), com o argumento principal de que a entrada da companhia no

PND tinha que se dar por lei e não por decreto. Além das ADINs, a autora registra ainda cinquenta e oito outras ações contra o processo de venda, por questões diversas⁵⁵. O êxito na disputa ficou por conta do Consórcio Brasil, encabeçado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que “[...] arrematou 41,73% das ações ordinárias do Governo Federal por US\$ 3,338 bilhões [...]” (RUSSO, 2002, p. 45).

A CVRD foi desestatizada em 07/05/1997 (DALLA COSTA, 2009; GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007), acontecimento que marcou sua entrada no mundo globalizado dos negócios, constituindo-se em ícone da agenda renitente de privatizações na década de 1990 no Brasil. Em 1997, o valor de mercado da companhia estava estimado em US\$ 8,6 bilhões e logo após a venda já passou por uma reestruturação que cortou cerca de cinco mil postos de trabalho, antes ocupados por funcionários públicos (RUSSO, 2002). Em 1998, o lucro da empresa cresceu 46% e, em 1999, alcançou o montante de US\$ 1,251 bilhões. Em 2003, o valor da CVRD atingiu US\$ 21,762 bilhões e, devido à parceria com a empresa japonesa Mitsui, o lucro atingiu US\$ 4,509 bilhões, “[...] recuperando em um ano, o preço pago pelos compradores no leilão de privatização [...]” (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007, p. 12).

Há argumentos e dados que contestam o discurso favorável à privatização que se estruturava em torno da ideia de que a CVRD era deficitária e de que um monopólio estatal gerava ineficiência no mercado e, portanto, a privatização traria concorrência. Acerca dessa discussão, Adão (2006, p. 136) afirma:

A privatização da CVRD é realizada, politicamente, neste contexto de aplicação das teses neoliberais, onde está prevista a reforma do Estado, tendo como carro chefe a privatização das empresas públicas, o aprofundamento da economia de mercado, a modernização tecnológica e a reestruturação da organização do trabalho, cujas estratégias incluem o enfraquecimento das ideologias e dos movimentos classistas.

Por seu turno, para Godeiro, Moura, Souza e Vieira, (2007, p.100):

A CVRD aumentou seu peso monopólico na produção de minério de ferro no Brasil: passou de 65% em 1999 para cerca de 90%. Agora reina sozinha no mercado, determinando o valor do minério de acordo a sua vontade. Todas as siderúrgicas são obrigadas a aceitar as determinações da Vale, sob pena de faltar a matéria-prima que move a indústria do aço.

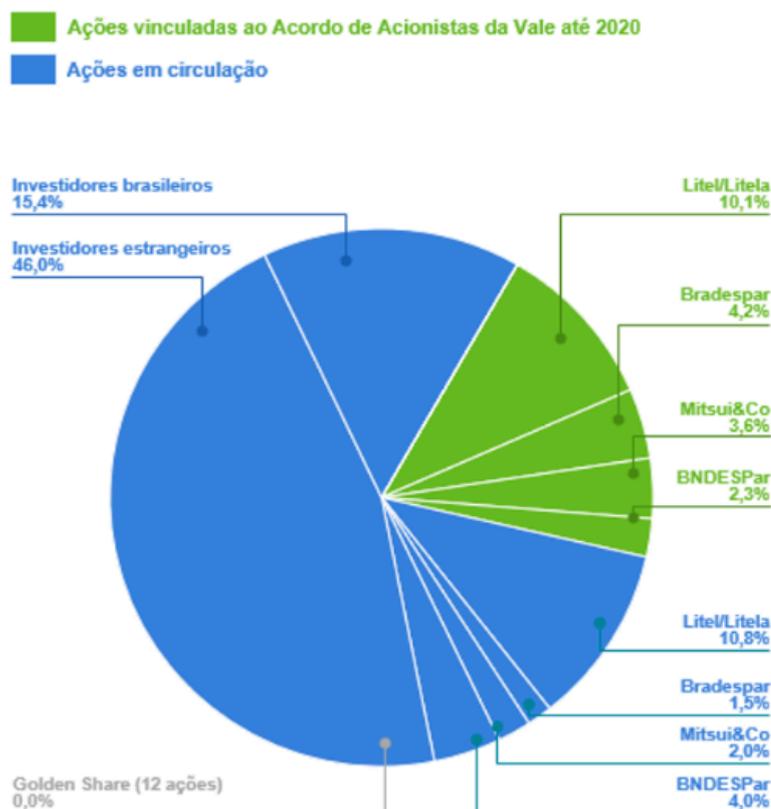
⁵⁵ Segundo matéria publicada no portal Congresso em Foco de 12/03/2006, havia 69 ações populares contestando a privatização (CONGRESSO EM FOCO, 2006).

Godeiro, Moura, Souza e Vieira, (2007) não somente reafirmam o lugar da economia de mercado apontado por Adão (2006) como contestam a privatização, confirmando a aplicação das teses neoliberais e, adicionalmente, alertam para a desnacionalização do capital da empresa:

Em seis anos, o valor da empresa foi multiplicado por sete, demonstrando que o preço do leilão foi subestimado e o “mercado fazia o ajuste” ao valor real. Ao mesmo tempo em que a empresa ajusta o seu valor de acordo com as reservas e o aumento do preço do minério, ocorre um salto na desnacionalização: 67% dos negócios com as ações da Vale foram realizados na bolsa de Nova York, contra 33% realizados na Bolsa de Valores de São Paulo (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007, p.12).

Em 1943, a Vale se inseriu na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e em 1968 na Bolsa de São Paulo (BOVESPA). Em 2000, a referida empresa entrou na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) e na *New York Stock Exchange* (NYSE). Em 2008, ingressou na NYSE Euronext Paris. O gráfico 1 apresenta a composição acionária da Vale em maio de 2019. Além do capital da Vale ser predominantemente estrangeiro, ela tem como acionistas fundos de pensão e empresas de investimento (BNDESPar, Bradespar e BlackRock), o que ilustra “[...] a alegre e por vezes eufórica submissão ao grande capital financeiro, que tem sido a marca da economia brasileira desde 1990 [...]” (PAULA, 2010, p. 37). Os fundos de pensão estão representados pela Litel, empresa criada pelos fundos de pensão dos empregados do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobras e da Companhia Energética de São Paulo. Como esses fundos são de empresas públicas, cujos dirigentes são selecionados com o aval da presidência da República e como o Tesouro é dono de ações com poder de veto (*Golden share*), o governo passa a ter ingerência indireta no controle da empresa.

Gráfico1 – Total de ações (sem tesouraria), 31 de maio de 2019.



Fonte: <http://www.vale.com/brasil/>.

Da privatização, na década de 1990, até a publicação do primeiro relatório de sustentabilidade em 2007, ano de publicação do relatório do qual foi extraída a SD6, a Vale levou uma década:

SD6 - Este relatório tem por objetivo retratar as principais atividades da Companhia Vale do Rio Doce no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006. Marca o início de sua elaboração à luz dos princípios da GRI – *Global Reporting Initiative*, demonstrando o propósito da Vale em refletir o compromisso com a sustentabilidade também em sua comunicação. (VALE, 2007, p. 6).

Na SD6, os substantivos masculinos “objetivo” e “propósito” comparecem revelando a dupla função do gênero discursivo que representa a materialidade de nossa análise. Para Adão (2006), gênero discursivo liga a produção de linguagem e o social e representa as formações discursivas. Apesar de não se confundirem, formação discursiva e gênero discursivo apresentam interseções: “[...] são históricos e heterogêneos; ambos colocam o problema de seus próprios limites, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade [...]” (ADÃO, 2016, p. 137-138).

O relatório de sustentabilidade na Vale possui, portanto, duas intenções. A primeira, designada pelo verbo transitivo direto retratar, que pela via de um efeito metafórico produz um sentido de fotografar. Por se tratar de uma peça de comunicação empresarial, a fotografia da sustentabilidade passa por edições para se adequar aos interesses corporativos apenas com o que pode e deve ser exposto. A segunda intenção, expressa pelo verbo transitivo direto refletir, traz a ação de receber e projetar uma imagem, um discurso. É o discurso do mercado, travestido de compromisso com a sustentabilidade, que se faz ecoar. O sentido do substantivo compromisso, por sua vez, remete a um acordo político, um contrato da Vale com o mercado, tendo em vista que o relatório é uma prática da qual uma empresa de seu porte não pode se furtar a firmar.

O discurso de sustentabilidade na Vale produz, como efeito de sentido, o silenciamento do seu passado estatal. Esse silenciamento opera, por meio da restrição de sentidos, o apagamento não só da origem da empresa, mas de toda a contribuição do Estado brasileiro para fazer dela uma das mais rentáveis empresas de mineração do mundo e também qualquer sentido da Vale como patrimônio público, riqueza pertencente ao povo. Isso é possível porque “[...] o dizer se povoa com alguns sentidos para que outros não sejam ditos e não signifiquem [...]” (GRIGOLLETO, 2003, p. 232). Ao explicar a política do silêncio, Orlandi (2015b) se refere ao silêncio constitutivo: dizer *x* faz com que outros sentidos se apaguem porque não se pode, simultaneamente, dizer também *y*. Isso significa que, quando se diz algo, imediatamente, apagam-se outros sentidos possíveis, porém indesejáveis, que se almeja evitar. A Vale, pelo trabalho da censura, apaga os sentidos de patrimônio e gestão públicos, para que outro sentido possa constituir-se: a gestão privada e a criação de valor para o acionista.

A partir da análise da SD7 e da SD8, verificamos uma censura da empresa ao seu primeiro relatório de sustentabilidade, bem como à sua origem como empresa estatal. Na página seis do relatório de sustentabilidade de 2016, publicado em 2017, na seção *Trajetória 10 anos de Relatório de Sustentabilidade da Vale* constam, em ordem cronológica, os principais marcos alcançados pela corporação entre os anos de 2007 a 2016. A edição comemorativa apresenta dez relatórios, mas nenhum deles traz o relatório de sustentabilidade do ano de 2006, do qual extraímos a SD6.

A SD6 exemplifica a existência de um documento que foi silenciado e expressa a temporalidade delimitando o ano para o qual a empresa retrata as atividades – 2006. O substantivo *início* propõe um efeito de sentido de inauguração, representando o começo de uma prática a ser adotada anualmente. No documento do qual a SD6 foi extraída, a identidade

da empresa permanece vinculada ao passado estatal pelo nome e pela identidade visual, ambos mantidos após a privatização e vigentes até o ano de 2006.

SD7- 2007 Nasce o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Vale. (VALE, 2017, p. 6).

Na SD7, entretanto, o ano 2007 é apresentado como aquele do nascimento, mobilizando o sentido de primeira vez, daquilo que é novo. O advérbio *primeiro* acrescenta ao verbo *nascer* uma circunstância de tempo, como sendo o relatório que veio antes de qualquer outro. Portanto, já que 2007 é o ano ao qual corresponde o primeiro de seus relatórios, a SD7 interdita o relatório de 2006, ou seja, a Vale lança mão da censura, assumida, em nosso gesto de análise,

[...] não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história. Pensada através da noção de silêncio [...] a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. (ORLANDI, 2015b, p. 13).

Não por acaso, o relatório de 2006 foi censurado. O ano de 2007 marcou a mudança da identidade visual, a empresa abandonou as designações “Companhia” e “do Rio Doce” e passou a se apresentar apenas por Vale. Naquele ano, a Vale adquiriu 75,66% (PORTAL G1, 2007) das ações da mineradora canadense *Inco* e se tornou a segunda maior mineradora do planeta e também a vice-campeã na categoria de mineração diversificada, com presença em trinta e quatro países nos cinco continentes. A mudança da marca se efetivou em 29/11/2007. Segundo Dalla Costa (2009), foi a maior negociação já realizada por uma empresa brasileira, alcançando a cifra de US\$ 18 bilhões, o que posicionou a Vale como uma das vinte corporações mais valiosas, superando a Coca Cola e a Apple. Tal transação representou o ponto alto da internacionalização da empresa (DALLA COSTA, 2009).

Portanto, ser identificada como a Companhia do Rio Doce evocaria uma memória local, ligada à origem em Minas Gerais, atrelando a si o sentido de uma empresa doméstica, nacional. Esses sentidos são, então, recusados, pois estão muito aquém dos anseios de uma empresa que assume como visão estratégica, ser a maior empresa de mineração do mundo. O questionado processo de desestatização, bem como a memória de uma empresa pujante, patrimônio nacional, passou a ser ocultado para fundar uma nova história e “[...] facilitar a extensão de seus negócios, principalmente no exterior [...]” (CHIABI; GONÇALVES, 2010, p. 138). O efeito de sentido do verbo *nascer*, além de censurar o relatório de 2006, remete à

mudança da identidade visual que altera nome e logomarca, numa ação transfiguradora, com objetivo de barrar o percurso dos sentidos atrelados à memória estatal.

Em 2007, a Vale contabilizou cerca de 55.000 (cinquenta e cinco mil) empregados, sendo 13.000 (treze mil) alocados fora do Brasil; obteve receita operacional bruta de R\$ 66,4 bilhões, o que representou cerca de 40% do seu comércio exterior; e lucro recorde de R\$ 20 bilhões. As vendas de pelotas e minério de ferro alcançaram 313,6 milhões de toneladas, portanto 312,1 milhões de toneladas a mais do que o previsto em seu ano de fundação. Essa posição da empresa se deve aos desdobramentos pós-privatização, tais como: acréscimo das exportações, implantação de novas unidades produtivas e um lépido processo de aquisições de empresas concorrentes (DALLA COSTA, 2009).

Enquanto os extraordinários resultados da Vale são explicitados, a memória da privatização é incômoda, por isto é silenciada. Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007, p. 86) utilizam dados de 2007 para argumentar a evidência da subestimação do preço pago pela CVRD na ocasião da privatização, uma vez que em maio de 2007, o valor da Vale chegou aos US\$ 100 bilhões (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007), quase igualando os lucros trimestrais ao preço de venda, que “[...] se multiplicou por 60 vezes em 10 anos!!!” (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007, p. 86).

Para Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007), o preço de venda da CVRD deixou de mensurar: o conjunto das empresas do grupo e as participações societárias em dezenas de empresas; as bilionárias reservas minerais; terras públicas para as quais a empresa tinha concessão de lavra; todas as empresas ferroviárias, portuárias e toda a infraestrutura da CVRD. Os cálculos apresentados pelos autores estimam que todas as reservas não incluídas no valor da venda atingiam na época o montante de US\$ 215 bilhões. Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007), questionam a atuação do Bradesco, banco responsável pela avaliação do preço para o leilão junto com o *Merril Lynch*⁵⁶:

O Bradesco era dono de 17,5% do capital votante da CSN, empresa que liderou a compra da Vale. O Bradesco participa, a partir do ano 2000, do bloco controlador da Vale, através da Bradespar. Os dois bancos avaliaram a empresa em R\$ 10,36 bilhões de reais, levando em conta somente o preço das ações no mercado e desconhecendo todo o conglomerado que era a Vale, assim como suas bilionárias reservas minerais. (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, p. 95).

⁵⁶Trata-se de uma divisão estadunidense de gestão de investimentos e fortunas comandada pelo *Bank of America*.

O histórico questionável da privatização justifica a censura ao relatório de 2006, como parte da política de silenciamento da memória estatal. As análises de Chiabi e Gonçalves (2010) sobre a estratégia de mudança da marca, apresentada na Figura 4, revelam que “Ao optar pelo nome *Vale* a empresa busca [se] desvincular da imagem de estatal no Brasil e vincular-se aos atributos de posicionamento da marca, tais como: integração com a comunidade; imagem confiável; respeito a diversidade cultural; valor aos acionistas [...]” (CHIABI; GONÇALVES, 2010, p. 139, grifo nosso). A designação CVRD tornou-se inadequada, pois “Retratava burocracia” (CHIABI; GONÇALVES, p. 139) e era “[...] uma sigla antiga e pesada ligada à posição de estatal [...]” (CHIABI; GONÇALVES, p. 139). O processo de alteração da marca iniciou em 2004 para implantação total até 2010 (CHIABI; GONÇALVES, 2010). Um mês antes da Vale alterar oficialmente nome e marca, ela ultrapassou a Petrobras e tornou-se a empresa brasileira com maior valor de mercado, atingindo R\$ 286 bilhões, seguidos pelos R\$ 285 bilhões da estatal Petrobras (PORTAL VALOR ONLINE, 2007).

Figura 4—Identidade visual da Vale.



Fonte: <https://www.b9.com.br/>

A censura funda uma divisão entre sentidos permitidos e proibidos (ORLANDI, 2015b). O silêncio da Vale sobre o documento de 2006, não só ao comemorar os dez anos de relatórios, mas em todos os relatórios que o sucederam a partir de 2007, constitui uma proibição na esfera privada da gestão que visa a interditar à esfera pública a associação de sua nova imagem à história da CVRD estatal. Um gesto de interpretação, a partir da AD, entretanto, revela que apesar da interdição, os sentidos escaparam ao controle da empresa. A Vale, pelo mecanismo do esquecimento número dois de Pechêux (2016), a partir de uma ilusão de que consegue selecionar as palavras mais convenientes para se expressar, almeja realizar a mera impressão da literalidade de sentidos aos enunciados e controlar os sentidos. Porém, seu esforço não logra êxito, pois os significados não são colados às coisas, uma vez que o sentido muda segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (Pêcheux, 2006). A utilização da censura, quanto ao legado estatal, no funcionamento discursivo da Vale

sucumbiu à “[...] força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não *vinga* em um lugar determinado. O sentido não para; ele muda de caminho [...]” (ORLANDI, 2015b, p. 13, grifo nosso).

Constatamos com a SD8 que, no funcionamento discursivo da Vale, uma política do silêncio tenta controlar o dizer se utilizando da estratégia de silenciamento de sentidos não desejáveis em sua comunicação com os *stakeholders* a partir dos relatórios de Sustentabilidade. Para Orlandi (2015b), o silêncio não fala, não é transparente, mas é necessário à significação. Permanecendo silêncio, significa e nele está o real do sentido que não deriva do sentido das palavras. Segundo a autora, o silêncio nunca é sem sentido, pelo contrário, ele garante o movimento dos sentidos e dos sujeitos. Enquanto há silêncio que apaga, existe também o silêncio que “explode os limites do significar” (ORLANDI, 2015b, p. 85). A SD8 foi extraída de um relatório atípico: aquele que substituiu o relatório primeiro sem, sequer, mencioná-lo e que é apresentado em sua introdução como aquele que abarca um período de três anos (2005 a 2007), diferente de todas as publicações anuais que o sucederam. Na seção *Perfil*, a Vale se apresenta ao longo de quatro páginas sem mencionar sua origem de empresa pública, assumindo apenas, como visto na SD8, que foi criada e possui sede no Brasil:

SD8 - A Vale é uma empresa mineradora global, com sede no Brasil. Criada em 1942, no Brasil, expandiu-se por seu país natal e cruzou fronteiras continentais. (VALE, 2007, p. 9).

Na SD8 predomina um sentido de empresa internacionalizada, mobilizado pelo adjetivo global. Enquanto era empresa estatal, sua nacionalidade brasileira estava óbvia, mas após a mudança do nome ela precisou desvincular-se, operando o silenciamento, para expandir e cruzar fronteiras. A Vale é apresentada primeiramente como uma mineradora global, que através da preposição essencial ‘com’ reconfigura sua relação com o país natal, hoje em dia apenas um local no qual a mineradora globalizada mantém sua sede. A informação de seu ano de fundação e do país no qual foi fundada surge no segundo momento da sequência, o que demonstra a estratégia de produzir sentido que sobreponha a imagem de empresa globalizada à sua condição de criada em um determinado país.

Na SD8 há uma síntese - por meio dos verbos *criar*, *expandir* e *cruzar* - das etapas pelas quais a Vale percorreu até tornar-se uma corporação global. Entretanto, nada é dito sobre os seus cinquenta e cinco anos como empresa pública. Nem mesmo ao remontar à criação, na década de 1940, a memória histórica de empresa fundada pelo governo brasileiro é

admitida. A Vale não nega o passado estatal, ela constitui um novo sentido, via silenciamento, da sua origem ao utilizar o verbo *criar* e, depois, apoia-se na expansão e no cruzamento de fronteiras para manter-se no presente, consequência da gestão privada, que proporcionou a superação das expectativas que havia para a empresa quando da sua criação.

Na SD9 é apresentada uma Vale septuagenária. Abre-se a sequência referindo-se à longevidade da empresa, mas silenciando a memória da CVRD, que nasceu estatal e se tornou uma grande empresa. O crescimento exorbitante se revela a partir da comparação entre a produção inicial da época de fundação e o recorde em 2012. Há um salto gigantesco na capacidade produtiva da empresa, inicialmente inferior a dois milhões de toneladas na sua fundação, passando, como apontado por Dalla Costa (2009), para cerca de trezentos milhões, em 2007, alcançando a marca de 5 bilhões de toneladas em 2012. A capacidade de produção em 2012 é exaltada para reverenciar a gestão do mercado, responsável pela façanha de erguer a Vale a um nível tão elevado de produtividade que a faz capaz de entregar, sozinha, uma quantidade suficiente (cinco bilhões de toneladas) para atender a demanda global de aço na siderurgia por dois anos.

SD9 - Em 2012, a Vale completou 70 anos de história. A Empresa, cujo objetivo inicial era produzir 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro, ultrapassou, pouco antes de seu aniversário, em 2012, a marca de 5 bilhões de toneladas de minério de ferro produzidos (VALE, 2017, p. 8).

Quando celebra os quinze anos de privatização, a Vale evoca seus setenta anos de história. Entretanto, opta por manter o silenciamento sobre os cinquenta e cinco anos durante os quais pertenceu ao estado brasileiro. Bem ao tom do discurso gerencialista, cria uma imagem de eficiência e crescimento e, ao mesmo tempo, entre o objetivo inicial da empresa e o marco do aniversário de sete décadas, faz implicitamente emergir sentido, pelo interdiscurso, vinculado à ideia de que as organizações públicas são ineficientes. É, portanto, a lógica de mercado e da gestão privada, a responsável pela pujança colossal que a empresa faz transparecer na superfície do discurso. O verbo ultrapassar comparece para contrastar o implícito passado de empresa pública que produzia um milhão e meio de toneladas com a mineradora globalizada, gigante, ágil, eficiente e lucrativa que atinge os cinco bilhões de toneladas na produção de minério de ferro.

Criar, expandir e cruzar fronteiras visam à criação de *valor*, um dos três sentidos construídos para se atrelar à nova identidade visual, conforme Chiabi e Gonçalves (2010). O valor de mercado da Vale tem crescido continuamente. Em 2018, chegou perto dos R\$ 300

bilhões⁵⁷ e fez a corporação ocupar a vice-liderança da Bolsa de Valores no Brasil, passando a ser a segunda empresa mais valorizada no país. Apesar dos danos causados à Natureza e às pessoas, em decorrência do rompimento da Barragem do Fundão, três anos depois, a Vale atingiu seu maior valor de mercado, considerando o período dos sete anos anteriores. A Samarco, dona da barragem de rejeitos é uma *joint venture* da Vale em sociedade com a empresa anglo-australiana *BHP Billiton*. O rompimento liberou um volume estimado de trinta e quatro milhões de metros cúbicos (m³) de rejeitos de mineração, estendendo seus impactos por seiscentos e cinquenta quilômetros até o oceano (FREITAS, SILVA; MENEZES, 2016).

O maior desastre ambiental da história do Brasil obteve vasta cobertura midiática dentro e fora do país, dizimou o distrito de Bento Rodrigues, exterminou vidas humanas, contaminou águas e devastou vegetações. Os efeitos ainda não estão completamente dimensionados, mas sabe-se que os danos ao meio ambiente e aos seres humanos são imprevisíveis e incalculáveis (LOPES, 2016). Freitas, Silva e Menezes, (2019, p. 2) destacam após “[...] mais de três anos depois do desastre da Samarco, os moradores dos distritos de Mariana, Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu de Baixo continuam vivendo em casas alugadas e sem a vida comunitária que possuíam antes [...]”.

A robustez e o crescimento vertiginoso da Vale, conforme apresentado na SD9, revela a supremacia da dimensão econômica em relação às dimensões social e ambiental, que compõem o tripé da sustentabilidade. O funcionamento discursivo da sustentabilidade corporativa quando não silencia, busca reduzir as contradições e conflitos inerentes às atividades produtivas da empresa neoliberal. Esse funcionamento que silencia e atenua impactos tem como exemplo os dois crimes protagonizados pela Vale, cujos riscos à vida humana e ao Meio Ambiente estão associados à mesma dinâmica que gerou tanto gigantismo e robustez na Vale da SD9.

O orgulhoso crescimento visto na SD9 se deu para atender à demanda mineral global, necessária à reprodução do capitalismo, que reforça o papel do Brasil, enquanto fornecedor de *commodities*. Associado ao crescimento, comemorado na SD9, que marca os setenta anos da Vale, está uma posição da empresa em relação ao mercado internacional de se especializar no fornecimento de minério bruto, de se concentrar nas matérias primas para monopolizar o setor, associando-se às grandes transnacionais da siderurgia. Trata-se de um monopólio

⁵⁷ Segundo matéria no Valor Econômico de 07/06/2018 (<https://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,vale-vira-vice-lider-da-bolsa-brasileira-e-fica-atras-so-da-ambev,70002340902>). A mesma informação consta ainda no site da Vale (<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-atinge-maior-valor-mercado-ultimos-sete-anos.aspx>)

privado que reforça a condição do setor mineral brasileiro dependente das oscilações do mercado internacional, fornecedor de produtos básicos e importador de produtos industrializados com alto valor agregado. A Vale decidiu, portanto,

[...] servir às grandes corporações transnacionais e sua estratégia é dominar todo o fornecimento de produtos básicos para a indústria mundial. O papel atual da CVRD na mineração mundial, como parte do processo de crescimento econômico mundial, é **subsidiário** ao desenvolvimento capitalista internacional. Seu entrelaçamento com as grandes transnacionais revela a nova face da empresa: grande fornecedora de matérias-primas para o salto industrial da China e do mundo (GODEIRO; MOURA; SOUZA; VIEIRA, 2007, p. 59).

Há um funcionamento discursivo que confere ao pré-construído um papel importante na censura e no silenciamento. Pechêux (2016, p. 151, grifo nosso) designa o pré-construído como o “[...] *sempre-já-ai* da interpelação ideológica que fornece-impõe a *realidade* e seu *sentido* [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 151), ou ainda “[...] o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é *construído* pelo enunciado [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 151). Destarte, o sujeito do discurso mobiliza um pré-construído, que também está no cerne do discurso neoliberal, para respaldar o silenciamento e a censura, uma vez que vincula o passado estatal à ineficiência e à burocracia. A nova imagem assumida pela empresa em 2007 remete sua logomarca ao V “[...] de Vale (*valley*), vitória (*victory*) e valor (*value*) [...]” (CHIABI; GONÇALVES, 2010, p. 138, grifo nosso) e a “[...] desvincula, estrategicamente, do antigo para expandir com o novo no mercado globalizado [...]” (CHIABI; GONÇALVES, 2010, p. 140).

5.2 A REPRESENTAÇÃO HIGIÊNICA

Os relatórios de sustentabilidade são concebidos de modo a apresentar uma imagem asséptica, sob as normas da lógica mercantil, que se põe a favor da empresa neoliberal. O neoliberalismo, na perspectiva da qual partimos, está além de uma doutrina econômica. Trata-se de um “[...] sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida [...]”, “é a nova racionalidade do capitalismo contemporâneo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Não é a mera continuidade do ideário liberal, mas, ao contrário, rompe com o liberalismo, no que tange ao mito do livre mercado. Tal racionalidade “nova” surge com os mandatos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Dardot e Laval (2016),

destacam o papel da concorrência no neoliberalismo, que se alastra a todas as instâncias da vida humana:

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379).

Utilizamos o termo empresa neoliberal para tratar da empresa contemporânea, imersa na competição global, fruto da racionalidade neoliberal que é mundial e totalizadora. Assim como as empresas, o Estado, “[...] ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 378). Assim, tanto o Estado quanto a sociedade equiparam-se ao mercado, no âmbito do qual cada sujeito desta última funciona como uma empresa em concorrência indefinidamente. A competição alcança o nível da subjetividade de cada habitante do planeta, dando à vida humana uma lógica empresarial, a partir da qual, o indivíduo é um capital a ser constantemente maximizado – o ser empreendedor de si. Assim, destacam os autores, “A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se multiplicar [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 378).

De acordo com Coutrot (1998), a liberalização das finanças na década de 1980 fez com que forças poderosas passassem a exercer pressões sobre os atores sociais no capitalismo globalizado. Tais forças são representadas por capital, ideias, modelos, instituições etc., às quais não somente subjaz uma nova visão de empresa, como a tendência à imposição de sua hegemonia. A empresa neoliberal é produto do regime neoliberal (COUTROT, 1998), que “[...] est rendu possible par une conjoncture capitaliste tout à fait nouvelle, celle des marchés quasi parfaits de capitaux instaurés par la déréglementation financière [...]”⁵⁸ (COUTROT, 1998, p. 536).

A empresa neoliberal tem o princípio da concorrência, exposto por Dardot e Laval (2016), como sua principal característica. Essa constatação já fora realizada por Coutrot (1998), que apontou a tendência das empresas em se desconcentrar, se dividir em subsidiárias autônomas, pondo suas unidades de produção em competição umas com as outras para obter o máximo desempenho. Salmon (2017, p. 241) traz uma segunda característica da empresa

“é possível graças a uma situação capitalista completamente nova, a dos mercados de capitais quase perfeitos estabelecidos pela desregulamentação financeira”. (COUTROT, 1998, p. 536, tradução nossa).

neoliberal: a negação da dimensão política na sustentabilidade, uma vez que tenta “[...] impedir a ação de forças coletivas contestatórias [...]” (SALMON, 2017, p. 241) via “[...] dispositivos de governança, cujo desafio, para além da pretendida eficiência econômica, é assegurar para si um poder cada vez menos compartilhado [...]”. Uma terceira característica da empresa neoliberal é a idealização, tanto do trabalhador quanto da responsabilidade social (SALMON, 2017, p. 241).

Uma quarta característica da empresa neoliberal é converter a sustentabilidade em geração de valor de mercado. Num contexto da lógica concorrencial exposta por Dardot e Laval (2016), a empresa neoliberal se apresenta como sustentável, pela via discursiva, pois precisa participar da competição pela imagem, via práticas sustentáveis legitimadas pelo mercado, cuja forma e critérios são produzidos e difundidos globalmente por meio da GRI. Segundo Milani, Righi, Ceretta e Dias (2012), existe um mercado de empresas associadas às práticas no campo da sustentabilidade, com índice específico para valorizar tais práticas e mensurar o seu retorno no preço das ações. É o caso brasileiro do índice de sustentabilidade empresarial (ISE), criado por um conjunto de organizações, além da BM&F BOVESPA: Associação Brasileira das Entidades Fechadas e de Previdência Privada (ABRAPP); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC); Instituto Ethos e o Ministério do Meio Ambiente. Este conjunto de organizações compõe uma instância deliberativa para elaboração e aplicação do questionário que avalia práticas empresariais de sustentabilidade e os impactos para a sociedade, decorrentes dos seus produtos e serviços.

De acordo com a análise da SD10, a Vale reconhece a valorização de suas ações no mercado nacional devido ao fato dos investidores terem interesse em empresas que aderem ao ISE. Emerge um sentido condicionante, no qual a sustentabilidade se tornou condição, indispensável, do ponto de vista dos investidores, para obtenção da geração de valor de mercado, parafraseada na SD10 como sucesso financeiro. A designação questões de sustentabilidade, no entanto, é tão vaga que comprova a discricionariedade que cabe ao mercado, na escolha do que eleger como prática sustentável. Ao destacar o desempenho do ISE e sobrepô-lo ao IBOVESPA na SD10, o sujeito do discurso dirige-se aos investidores, também seus interlocutores, já que são *stakeholders* que o relatório visa a alcançar. O diferencial positivo de valorização das ações funciona como estímulo aos investidores, o que diretamente se reverte em mais valor para a Vale, na medida em que mais investidores

compre suas ações. Esse funcionamento encontra respaldo em Milani, Righi, Ceretta e Dias (2012), ao constatarem que “[...] o investidor que aplicar seus recursos numa carteira que visa a imitar o comportamento desse índice [IBOVESPA] pode estar sujeito a um risco maior do que aquele que balizar seus investimentos nas empresas listadas nos índices de sustentabilidade [...]” (MILANI; RIGHI; CERETTA; DIAS, 2012, p. 681).

Para a conversão da sustentabilidade em geração de valor de mercado, na empresa neoliberal, o relatório de sustentabilidade lhe é funcional. É uma chancela para pleitear e se manter figurando na Bolsa, vinculando suas ações ao ISE. Nesse sentido, Ching, Gerab e Toste (2017) destacam que os relatórios de sustentabilidade são utilizados como mecanismos para acesso das empresas aos índices relacionados à sustentabilidade. Para tanto, essas organizações devem desenvolver e divulgar informações que refletem os critérios adotados em questões de sustentabilidade. Este formato de apresentação da performance, financeira e não financeira, empresarial se constitui, portanto, como uma prática utilitarista de mercado.

SD10 – Questões de sustentabilidade têm recebido atenção crescente de investidores como fatores essenciais para o sucesso financeiro das empresas a longo prazo, tal tendência tem sido corroborada no mercado brasileiro, como exemplifica o desempenho do ISE, que, durante o ano de 2010 teve alta de 5,8%, acima, portanto, do registrado pelo Ibovespa, de 1,04% (VALE, 2011, p. 16).

A sustentabilidade corporativa funciona como um discurso pacificador, que eleva a empresa da condição de causadora de danos ao Meio Ambiente a um agente de responsabilidade socioambiental, atuando segundo regras e mecanismos concebidos e legitimados pelo mercado. Ao invés de submetê-la aos controles do Estado e da sociedade, o discurso da sustentabilidade cumpre um papel inverso, pois confere legitimidade e mais liberdade à empresa, na medida em que viabiliza a licença social para operar. Tal discurso cumpre ainda uma função de reduzir riscos quanto ao investimento (MILANI; RIGHI; CERETTA; DIAS, 2012) e proporcionar ganhos diferenciados sobre as ações, como visto na SD10. O ISE cumpre, portanto, a função ideológica de “[...] sustentar, politicamente, negócios insustentáveis no âmbito social [...]” (CESAR, 2008, p. 277).

Depois da Vale ter sua imagem associada aos danos causados pelo crime de Brumadinho, houve uma repercussão no seu valor de mercado. Esse exemplo revela também como um acontecimento que gera imagem negativa, no que tange às questões de sustentabilidade, podendo afetar o valor das empresas no mercado, pois no dia seguinte à

tragédia a Vale perdeu R\$ 71 bilhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019a)⁵⁹ (a maior queda em um único dia em toda história da Bolsa no Brasil), passando a ser a quinta empresa mais valiosa. Em julho de 2019, seis meses após o crime, uma reportagem da Folha de São Paulo⁶⁰ informou que a empresa ainda tinha suas ações comercializadas com valor 10% inferior à cotação da véspera da catástrofe. Entretanto, o valor de mercado está próximo de se recuperar devido à elevação do preço do minério de ferro, cuja alta contínua no preço da tonelada, favoreceu a recuperação da Vale: um salto de US\$ 68,11 em 10/01/2019 para US\$ 128,53 no dia 24/07/2019, acumulando uma valorização de 60,3% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019b).

5.2.1 Tecnologia gestonária para higienização

O relatório de sustentabilidade é um instrumento que integra o gerenciamento da sustentabilidade na empresa neoliberal. Conforme Gaulejac (2015), instrumentos de gestão não são neutros, portanto, o relatório pode ser utilizado pelas empresas para construir uma imagem que lhe seja favorável através do discurso. Milne, Tregidga e Walton (2009) destacam que a divulgação da sustentabilidade tem sofrido críticas, principalmente quanto ao significado do termo, revelando que tais instrumentos, por si só, apresentam pífia relação com sustentabilidade, configurando-se muito mais como uma tentativa das empresas de filiarem-se ao conceito de sustentabilidade de modo favorável à continuidade do negócio. Existe, portanto, “[...] a real danger that the glossy *social performance* reports of transnational corporations may deflect attention from the grim realities of their environmental performance [...]”⁶¹ (BANERJEE, 2003, p. 162, grifo nosso).

Segundo Ching, Gerab e Toste (2013), reportar as atividades empresariais por meio de relatórios integrados, oferecendo destaque às informações relacionadas à sustentabilidade, tem se tornado um mecanismo utilizado pelas organizações de mercado como uma maneira de avaliação de desempenho. Portanto, a sustentabilidade tornou-se estratégia fundamental de

⁵⁹FOLHA DE SÃO PAULO. Vale perde mais de R\$ 70 bilhões em valor de mercado após tragédia em Brumadinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jul. 2019a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/acoes-da-vale-despencam-apos-tragedia-em-brumadinho.shtml>. Acesso em 29 jul. 2019.

⁶⁰FOLHA DE SÃO PAULO. Seis meses após Brumadinho, Vale ainda está 10% abaixo de seu valor de mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jul. 2019b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/seis-meses-apos-brumadinho-vale-esta-proxima-de-recuperar-seu-valor-de-mercado.shtml?loggedpaywall>. Acesso em 29 jul. 2019.

⁶¹ “um perigo real de que os relatos lustrosos de ‘desempenho social’ das corporações transnacionais possam desviar a atenção das sombrias realidades de seu desempenho ambiental” (BANERJEE, 2003, p. 162, tradução nossa).

negócios no rol das maiores empresas, uma vez que 95% das duzentos e cinquenta maiores corporações do mundo já publicaram relatórios. Esse movimento fez dos relatórios de sustentabilidade uma publicação imprescindível para empresas que almejam ser reconhecidas, pelo mercado e pela sociedade, como sustentáveis. A comunicação empresarial por meio de relatórios não é recente, a exemplo dos relatórios financeiros anuais. Entretanto, nas duas últimas décadas houve destaque para divulgação das informações sociais e ambientais. Mais recentemente, a comunicação tem se consolidado combinando divulgações que buscam integrar informações sociais, ambientais, financeiras, de governança e questões de sustentabilidade, constituindo-se em prática reconhecida como relatório integrado, chamada também de divulgações de sustentabilidade (VILLIERS; RINALDI; UNERMAN, 2014).

Caron e Turcotte (2009, p. 273) veem os relatórios de sustentabilidade como artefatos “[...] concerning accountability expectations toward sustainable development [...]”⁶². Os autores alegam não haver regulamentações legais que regem a prática de relatórios de sustentabilidade, o que permite um alto grau de discricionariedade e margem de interpretação das diretrizes da GRI. Além da falta de regulação legal e da vasta possibilidade de interpretação dos parâmetros GRI em cada empresa, conforme já visto em Caron e Turcotte (2009), Ching, Gerab e Toste (2017) não constataram a existência de influência entre a qualidade da divulgação de informações nos relatórios de sustentabilidade e o desempenho financeiro das empresas analisadas.

Como afirmam Milne, Tregidga e Walton (2009), os relatórios e os diversos tipos de publicidade veiculados pelas empresas são respostas organizacionais aos contextos nos quais atuam e visam a formatar e gerenciar o campo no qual elas participam. Consideramos, portanto, que os relatórios de sustentabilidade são espaços de materialização e circulação de sentidos, nos quais se reproduz, pela produção de conteúdo relacionado à sustentabilidade, uma concepção para seu campo e também uma imagem de sua aplicação a cada caso específico, sempre de acordo com o interesse do mercado. O relatório de sustentabilidade, por tratar-se de uma prática relacionada à sua gestão, responde ao poder gerencialista (GAULEJAC, 2015, p. 112), cujas principais características são “[...] o primado dos objetivos financeiros, a produção da adesão, a mobilização psíquica [...]”. Para Gaulejac (2015), poder gerencialista é sinônimo de tecnologias gestionárias, pois

[...] contribuem para normalizar os comportamentos, eliminando toda crítica.
A gestão gerencialista é uma mistura não só de regras racionais, de

⁶² “referentes às expectativas de accountability em relação ao desenvolvimento sustentável” (CARON e TURCOTTE, 2009, p. 273, tradução nossa).

prescrições precisas, de instrumentos de medida sofisticados, de técnicas de avaliação objetivas, mas também de regras irracionais, de prescrições irrealistas, de painéis de bordo inaplicáveis e de julgamentos arbitrários. (GAULEJAC, 2015, p. 41).

A eliminação da crítica pela normalização do engajamento empresarial com práticas de sustentabilidade produz uma representação - a empresa sustentável - que é central “[...] to the process of the production of meaning and coming to *know* sustainable development [...]”⁶³ (MARKUS; TREGIDGA; WALTON, 2009, p. 1212, grifo nosso). Se recorrermos ao que Pêcheux (2014a) chamou de formação imaginária (FI_m), temos aqui uma categoria capaz de explicar o papel desempenhado pela sustentabilidade, vista como tecnologia de gestão, na Vale. Sua função é construir uma representação (MILNE; TREGIDGA; WALTON, 2009). As FI_m designam o lugar que destinador e destinatário do processo linguístico “[...] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro [...]” (PECHÊUX, 2014a, p. 82). É no relatório de sustentabilidade que podemos observar, materializada, uma representação higienizada que a Vale constrói de si para os outros. Essa representação é uma imagem marcada social, histórica e ideologicamente e representa uma posição-sujeito no processo discursivo. Pêcheux (2014a) nos ajuda a ver o lugar dos protagonistas, o contexto e a situação na qual o discurso da sustentabilidade emerge na Vale.

Martini Junior, Silva e Mattos (2014) analisaram relatórios de empresas brasileiras do ramo de energia, que apresentaram o maior nível de aplicação das diretrizes GRI com verificação por agente externo. Os autores concluíram que diversas falhas são percebidas nos relatórios, dentre elas: falhas na validação das informações antes do início da elaboração, que afetam a completude e credibilidade do conteúdo; demandas das partes interessadas impactadas não retratadas; além da “[...] intensa demonstração de informações favoráveis e não reportam atividades com impacto ao meio ambiente e à sociedade [...]” (MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, p. 43). As falhas supramencionadas revelam um esforço deliberado na elaboração dos relatórios para circular sentidos favoráveis às empresas, caracterizando o que Spence (2007) chama de *sanitized picture*⁶⁴. Martini Junior, Silva e Mattos (2014) destacam ainda que, durante a pesquisa,

[...] observou-se nos relatórios avaliados a concentração de ações para o controle dos aspectos ambientais ou a mitigação dos impactos ambientais, em geral, através da abordagem tecnocentrista, em que a presunção da onipotência tecnológica resolve qualquer problema com soluções obtidas por

⁶³ “central para o processo de produção de sentido e para se conhecer o desenvolvimento sustentável” (MILNE, TREGIDGA e WALTON, 2009, p. 1212, tradução nossa).

⁶⁴ imagem higienizada (SPENCE, 2007, p. 874, tradução nossa).

meios gerenciais ou técnicos pautados na instalação de equipamentos de controle de poluição, destinação de resíduos gerados e na ecoeficiência, considerados insuficientes segundo os próprios critérios da GRI (MARTINI JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2014, p. 43).

Apesar dos relatórios serem destinados à divulgação das ações de natureza socioambiental da empresa para todo o seu público de interesse, pesquisadores apontam um processo de higienização que contribui a favor de uma imagem menos negativa da empresa. Mota, Mazza e Oliveira (2013) ressaltam que, devido à linguagem e às informações predominantes, o documento passa a ser um balizador de informações para o mercado quanto às decisões estratégicas, sejam elas financeiras-contábeis ou não. Entretanto, Mota, Mazza e Oliveira (2013, p. 78) também identificaram evidências de higienização, uma vez que “[...] as empresas não seguem alguns princípios das linhas gerais da GRI como a comparabilidade, exatidão e equilíbrio [...]” e engendram esforços em “[...] camuflar indicadores e em omitir informações relevantes negativas [...]” (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013, p. 78), o que demonstram “claras evidências de que há camuflagem de dados, por meio de omissão de indicadores e de resultados negativos transformados em ações de sucesso pelas empresas” (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013, p. 78).

Segundo Spence (2007), os relatórios de informações sociais e ambientais se tornam a prática organizacional mais defendida no final da década de 1980. O autor destaca, desde então, a existência de críticas quanto aos relatórios serem instrumentos realistas para compilação de informações no que tange à transparência organizacional, pois o relatório “[...] is driven more by concerns with legitimacy, stakeholder management and masking conflict than by accountability [...]”⁶⁵ (SPENCE, 2007, p. 856) e ainda “[...] attempts to reduce antagonism toward business from various social segments, obtaining consent for its actions and thereby (re)producing its ideological hegemony [...]”⁶⁶ (SPENCE, 2007, p. 856).

A prática organizacional de reportar as informações socioambientais das empresas tem a função de “[...] disseminate sanitized portrayals regarding business-social-environmental interactions [...]”⁶⁷ (SPENCE, 2007, p. 857) com vistas a alinhar “[...] extra-business interests around the fundamental concerns of business, coercively brought about by pressure from the

⁶⁵ “é impulsionado mais por preocupações com legitimidade, gestão de partes interessadas e mascaramento do conflito do que por accountability” (Spence, 2007, p. 856, tradução nossa).

⁶⁶ “tenta reduzir o antagonismo em relação aos negócios em relação a vários segmentos sociais, obtendo consentimento para suas ações e, assim, (re) produzindo sua hegemonia ideológica” (Spence, 2007, p. 856, tradução nossa).

⁶⁷ “disseminar retratos higienizados em relação a interações socioambientais” (SPENCE, 2007, p. 857, tradução nossa).

financial markets [...]”⁶⁸ (SPENCE, 2007, p. 860). É com base em Spence (2007), portanto, que evocamos a metáfora do retrato higienizado.

5.3 Determinação ideológica e sujeito

A empresa contemporânea não existe apartada da realidade sócio-histórica que lhe deu origem. Marx (2015) demonstrou como a articulação do sistema de máquinas – o moderno sistema fabril, se apropriava do trabalho de mulheres e crianças de modo a ampliar a exploração pelo capital. Sem a figura do gestor, como hoje a concebemos no campo da Administração, o capital exercia seu poder autocrático sobre os trabalhadores por meio do supervisor fabril que, por sua vez, se valia de um manual de punições ao invés “[...] do chicote do feitor de escravos [...]” (MARX, 2015, p. 496). O referido autor descreve as condições materiais nas quais se dava o trabalho na fábrica: temperatura elevada artificialmente, atmosfera tomada de resíduos da produção, ensurdecido ruído e perigo eminente devido ao amontoado de máquinas.

Marx (2015, p. 498) deixa explícito que o capitalista industrial realizava o “[...] roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho: roubo de espaço, ar, luz e meios de proteção pessoal contra as circunstâncias do processo de produção que apresentam perigo para a vida ou sejam insalubres”. A empresa capitalista contemporânea situa-se historicamente no mesmo modo de produção no qual se inseria a fábrica moderna, cujas condições materiais foram descritas por Marx. Como aquela, a corporação contemporânea mantém em seu seio “[...] dois grupos sociais antagônicos, isto é, os que exploram e os que são explorados [...]” (FARIA, 2011a, v. 1, p. 60), ou seja, “[...] os capitalistas e os trabalhadores, também denominados de burgueses e proletários, patrões e empregados, etc” (FARIA, 2011a, v. 1, p. 60).

O pensamento dominante sobre gestão tem origem na empresa industrial privada e é o cerne do discurso fundador, aquele que funciona como referência básica na constituição do campo, da Administração. Vamos tratar da gestão de maneira indissociada da Administração, uma vez que elucidar suas diferenças seria tarefa para outro trabalho, tendo em vista que ainda é uma difícil tarefa na área da Administração (RODRIGUES; BRZEZINSKI, 2013). Segundo Orlandi (1993, p. 13), o discurso fundador “[...] cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra [...]” se aproveitando da ideologia já

⁶⁸ “interesses extra comerciais em torno das preocupações fundamentais das empresas, provocadas coercivamente pela pressão dos mercados financeiros (SPENCE, 2007, p. 860, tradução nossa).

significante.

Destarte, se nos remetermos ao berço da gestão, a segunda década⁶⁹ do século XX, vamos nos dar conta, conforme Motta e Vasconcelos (2014, p. 3), que ela “[...] surge com base na consolidação da lógica de mercado e na consolidação das estruturas burocráticas como forma de organização do trabalho humano com o objetivo inicial de aumentar a produtividade e gerar lucro [...]”. Trata-se de pôr em tela que a gestão, desde sua origem, responde a uma “[...] realidade social construída pelo modo de produção capitalista [...]” (RODRIGUES; BRZEZINSKI, 2013, p. 15) e orienta-se por uma racionalidade instrumental, tornando a “[...] competição o *modus vivendi* dos trabalhadores no mundo da organização da produção [...]” (RODRIGUES; BRZEZINSKI, 2013, p. 15) e “[...] a busca do lucro, a qualquer preço [...]”, a razão de ser das empresas (RODRIGUES; BRZEZINSKI, 2013, p. 15).

Como afirma Faria (2003, p. 16), as organizações são construções históricas e sociais, dinâmicas, contraditórias “[...] e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a ela vinculados e os objetivos para os quais foram criadas [...]”. Retornar ao discurso fundador da Administração nos auxilia a seguir em busca de evidências da ideologia que constitui sujeito e discurso de gestão da sustentabilidade na empresa contemporânea. Isso é possível, porque no discurso fundador a ideologia já está materializada. A organização representante do berço da gestão é a empresa industrial, para qual a gestão é forjada com o exclusivo objetivo de gerar lucro, revelando-nos uma pista sobre o sujeito universal – o capital - que, pela ideologia, se faz presente no discurso empresarial desde então.

Taylor, Fayol e Ford representam o discurso fundador do gerenciamento: a gerência científica e a Organização Científica do Trabalho (OCT), marcando a separação entre os que pensam e aqueles que executam o trabalho. Para Faria (2011b, v. 2, p. 31), “Taylor apresenta a verdadeira razão de sua gerência científica: a divisão do trabalho entre a gerência e os trabalhadores, ou seja, a separação fundamental de cérebro e mão [...]” (FARIA, 2011b, v. 2, p. 31) de forma a “[...] baratear a força de trabalho do trabalhador diminuindo o seu preparo e aumentando a sua produção [...]” (FARIA, 2011b, v. 2, p. 31). Ford foi muito além de Taylor, de acordo com Faria (2011b, v. 2, p. 53):

Se, do ponto de vista do capital, Henry Ford foi, de fato, um inovador, cujos pressupostos gerencialistas da sociedade industrial permanecem atuais, do

⁶⁹ Em 1911, Taylor publicou *Princípios de Administração Científica* e, em 1916, Fayol publicou *Administração geral e industrial*.

ponto de vista do trabalho foi um dos mais importantes ideólogos do poder do capital, da desumanização e da exploração extrema da força de trabalho, do nacionalismo e do preconceito. Sua filosofia, portanto, incluía tirar o máximo do trabalho que um operário poderia executar, exercer o máximo de controle sobre o processo de trabalho e de produção e controlar ao máximo a vida dos trabalhadores dentro e fora da fábrica através de mecanismos que lhes roubavam a identidade, a cultura e a liberdade de pensar e agir.

Faria (2011b) destaca que, por meio dos princípios formais de gestão, Fayol confere racionalidade burocrática à empresa capitalista. Como lembra Orlandi (2016, p. 216-217), “No interior da sociedade capitalista a burocracia é instrumento de dominação [...]”. Depois de separar os trabalhadores entre os que pensam e os que executam, Fayol colocou os primeiros à serviço da dominação burocrática. Segundo ele, é papel da administração a capacitação técnica dos trabalhadores para perpetuar a cultura dominante, reproduzir valores ideológicos e reforçar as relações de classe sob o domínio do capital:

A concepção de Fayol, não apenas complementa, no plano administrativo, as expostas por Taylor e Ford no plano da produção, como introduz na literatura da gestão uma espécie de funcionamento universal das organizações, o qual irá ser traduzido nas clássicas funções de *planejar, organizar, dirigir e controlar*. (FARIA, 2011b, v. 2, p. 64).

Tragtenberg (2006) lembra que o surgimento de teorias da administração, em determinado momento histórico, espelha os interesses de uma classe dominante e destaca também o caráter repressivo de adaptação e controle do trabalho pelo capital na empresa capitalista. O autor se refere às teorias da gestão capitalista como uma ideologia, que “[...] também chamada de teoria gerencialista, constitui-se no fundamento de ideias que, ao mesmo tempo, reproduz a lógica de dominação do capital sobre o trabalho e oferece suporte *científico* para legitimar as ações decorrentes de tal lógica [...]” (FARIA, 2011, v. 2, p. 19, grifo nosso).

Como Pêcheux (1990, p. 12) afirma, “[...] os objetos ideológicos são sempre fornecidos concomitantemente com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu sentido [...]”. Ao conceber a gestão racional, os clássicos se utilizaram de um suposto suporte científico para legitimar a lógica de dominação do capital sobre o trabalho. As designações gestão e organização têm sentidos específicos, constituídos simultaneamente aos sujeitos interpelados ideologicamente, o que faz “[...] com que o trabalhador incorpore, como sendo seu, o discurso do sistema de capital [...]” (FARIA, 2011, v. 2, p. 221). Na perspectiva da gestão capitalista está silenciada “[...] a oposição de duas lógicas: a lógica do empresário que precisa maximizar lucros, minimizar custos (incluindo a mão-de-obra) e a lógica do operário, que procura maximizar seu salário [...]” (TRAGTENBERG, 2011, p. 102).

Desde Taylor, a gestão tem se voltado ao “[...] acréscimo da rentabilidade econômica nas unidades produtivas [...]” (RUBEN; SERVA; CASTRO, 1996). Taylor é apontado por Morgan (1996, p. 32) como o grande inimigo do trabalhador e “[...] um dos autores mais perniciosos e criticados de todos os teóricos organizacionais [...]”. Tanto Taylor, com seu foco de análise no modo de trabalho do operário, quanto Fayol, com sua proposta mais voltada ao trabalho do gerente, “[...] representam o fundamento da teoria administrativa na primeira metade deste século [XX] [...]” (MORGAN, 1996, p. 28).

Com Taylor, Ford e Fayol a produção de conhecimento sobre gestão estabilizou um sentido pragmático, uma natureza prescritiva e produziu o silenciamento sobre a luta ideológica de classes, travada no interior da empresa capitalista. Para Faria (2011b), a produção da literatura gerencialista após Fayol apenas revisitou e aprimorou sua elaboração sobre as funções de planejamento, organização, direção e controle. Ademais, o pensamento canônico da gestão, da Escola Clássica até as elaborações teóricas mais recentes, passa ao largo da luta de classes, operando assim um silenciamento sobre a luta ideológica pelo sentido do que é produzido, assegurando a dominação da forma-sujeito histórica capitalista.

Recuperamos este argumento, pois, para a análise materialista do discurso, uma FI específica se filia a determinada classe social, uma vez que possui um caráter de classe (PÊCHEUX, 1990). Há um sentido de ser da Administração, que para nós, desde sua fundação, não rompe com a formação ideológica dominante do capital na qual se inscreve a quase totalidade da produção intelectual deste campo do conhecimento.

O discurso fundador da gestão tem origem histórica, mas segue produzindo efeito de permanência. Como fundador “Instala-se irrevogavelmente [...]” (ORLANDI, 1993, p. 14), porque é capaz de “[...] produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo, o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim [...]” (ORLANDI, 1993, p. 14). O interesse da gestão “[...] é confessadamente econômico, revelando o utilitarismo como valor [...]” (RUBEN; SERVA; CASTRO, 1996 p. 70), portanto, desde sua fundação a literatura gerencialista é voltada quase exclusivamente à realidade da empresa privada e, conseqüentemente, ao alcance de seus objetivos econômicos. O discurso fundador, pela via da disputa ideológica, foi responsável por estabilizar um sentido de superioridade da gerência sobre os trabalhadores, como revela Klikauer (2016, p. 2): “[...] the founding texts of management (Fayol and Taylor) did not deliver a new science but

provided ideology informing (sic!) countless managers, supporting their invented and deeply ideological belief in management's superiority over workers [...]”⁷⁰.

A moderna ciência social e administrativa, inscreve-se em uma ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado, produzindo, por consequência, uma teoria dominante da organização (GUERREIRO RAMOS, 1981). Trata-se, portanto, de um campo disciplinar condenado a permanecer “pré-analítico” e “[...] para sempre na periferia da ciência social [...]” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 118), por permitir que lhe falte “[...] a capacidade analítica necessária à crítica de seus alicerces teóricos [...]” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 118) e a capacidade “[...] de desenvolver em caráter crítico e de si mesmo extraídas suas bases epistemológicas [...]” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 118), deixando ainda a lacuna de realizar um exame “[...] em termos de crítica, à epistemologia inerente ao sistema de mercado [...]” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 121).

Para Guerreiro Ramos (1981), pensador crítico de elevada profundidade e reconhecimento (DAVEL; ALCADIPANI, 2003), uma racionalidade instrumental predomina nas organizações da sociedade centrada no mercado, produzindo, por consequência, um comportamento humano orientado prioritariamente pelo interesse econômico. Para o referido autor, a organização econômica formal (projetada, fundada no cálculo, maximizadora de recursos) é o paradigma dominante de organização para a qual a gestão visa a atender. A sociedade centrada no mercado produziu tal perspectiva dominante de gestão. Em outras palavras, a teoria dominante (GUERREIRO RAMOS, 1981), representa a formação discursiva canônica da gestão, que por sua vez, é afiliada à formação ideológica capitalista, legitimadora da sociedade mercadocêntrica, que é dominante porque é construção histórica de uma classe dominante.

Utilizamos a designação canônica para nos referir ao que Guerreiro Ramos (1981) denomina de teoria dominante, bem como ao conjunto de disciplinas funcionais e às metodologias gerenciais centradas na perspectiva mercadológica que determinam uma orientação gerencialista/funcionalista dos cursos de graduação em administração. Trata-se de um modelo funcionalista de gestão, para o qual a organização é um sistema de tarefas a executar e objetivos a atingir, no qual pessoas não são mais do que recursos a serviço da empresa, evitando-se o questionamento de sua lógica voltada aos fins utilitaristas (KOPELKE; BOEIRA, 2016).

⁷⁰ “os textos fundadores da administração (Fayol e Taylor) não entregaram uma nova ciência, mas proveram de informações ideológicas inúmeros gerentes, apoiando sua crença inventada e profundamente ideológica na superioridade da gerência sobre os trabalhadores” (KLIKAUER, 2016, p. 2, tradução nossa).

Os efeitos de sentido mobilizados no discurso da Vale são uma produção material, herdeira do processo histórico que constituiu a empresa capitalista contemporânea. Destarte, importa evidenciar que desde o discurso fundador da gestão até a prática atual de comunicar a gestão da sustentabilidade por meio do RS, exala um sujeito que se constitui de forma concomitante aos sentidos por ele mobilizados devido à interpelação ideológica. Zoppi-Fontana (2005) afirma, ao evocar “[...] a interpelação ideológica e seu funcionamento na produção do sentido e do sujeito no discurso [...]” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 48), que “[...] para Pechêux, a questão do sentido está *sempre já* constitutivamente ligada à questão do sujeito do discurso [...]” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 48). Discurso e sentido, portanto, possuem natureza essencialmente ideológica (PÊCHEUX, 2016). A constituição do sentido liga-se à do sujeito pela Ideologia, uma vez que “[...] a constituição do sujeito do discurso se dá juntamente com a constituição do sentido no discurso e que ambos os processos se articulam simultaneamente pela interpelação ideológica [...]” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 48).

Cornelsen (2009) toma a AD como “[...] arcabouço de ferramentas teóricas que proporcionam ganho qualitativo significativo no desenvolvimento de pesquisas dentro dos Estudos Organizacionais, cujo enfoque seja, por exemplo, aspectos constitutivos do discurso organizacional e de seu emprego no dia a dia das organizações [...]” (CORNELSEN, 2009, p. 21), considerando o “[...] papel central da linguagem como um meio simbólico na construção social da realidade [...]” (CORNELSEN, 2009, p. 21). Esse autor defende que a formação ideológica pode contribuir “[...] para se entender as relações de poder através da linguagem num dado contexto sócio-histórico de emergência em que o sujeito da enunciação está inserido; o interesse não apenas pelo dito, mas também pelo não dito e pelos silenciamentos e interdições [...]” (CORNELSEN, 2009, p. 28). É de relevância ainda a contribuição devido ao seu caráter interdisciplinar que

[...] nos permite-contextualizar toda e qualquer produção discursiva, uma vez que coloca o discurso em contato com o contexto sócio-histórico de emergência e nos auxilia a responder a diversas questões, como, por exemplo, quem fala, sobre o que fala, em nome de quem ou do que se fala, para quem se fala, de que maneira e com que meios se fala etc. (CORNELSEN, 2009, p. 42).

As condições de produção do conhecimento canônico sobre gestão nos revelam que ela é produto de uma sociedade centrada no mercado, cuja formação ideológica do capitalismo produziu, o que Guerreiro Ramos (1981) denominou de epistemologia inerente ao sistema de mercado. Dito isto, identificamos no discurso da Vale o sujeito gestor, constituído

como forma-sujeito histórica, isto é, capitalista. Orlandi (2016, p. 202) assim explica o sujeito:

Na perspectiva discursiva, isso significa que este sujeito resulta da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Este sujeito, ou forma sujeito histórica, assim constituída, enquanto sujeito capitalista, é enformada, se sustenta pelo jurídico. Temos aí um sujeito de direito e de deveres, um sujeito ao mesmo tempo livre, dono de sua vontade, e responsável. O sujeito capitalista. Mas indo mais longe, temos a relação deste sujeito com o Estado capitalista. Estado que é articulador do simbólico com o político. Nesse sentido, o Estado, por sua vez, individualiza este sujeito, pelas instituições e pelos discursos, daí resultando não o indivíduo como nasce, mas uma forma sujeito que o Estado individualiza, logo um sujeito individualizado, ou seja, um indivíduo que se identifica por sua inscrição em uma formação discursiva, ou seja, em certos sentidos e não outros, constituindo-se em uma posição sujeito com sua existência, que se inscreve com suas práticas, na sociedade. (ORLANDI, 2016, p. 202).

A história é elemento fundante dos sentidos pois, dada a incompletude da língua, eles são alcançados na relação do funcionamento da língua com a historicidade (FLORÊNCIO, 2013). O percurso de remontar ao discurso fundador da gestão e sua determinação ideológica nos habilita a identificar as contradições no discurso empresarial que embuça o seu principal objetivo, a criação de valor. Com Pechêux (2016), atentamos para o papel que cabe à ideologia no discurso da sustentabilidade empresarial: direcionar a interpretação de sentidos. A ideologia subjaz ao sujeito do discurso, que fazemos emergir a partir do gesto de análise dos relatórios de sustentabilidade. A ideologia cumpre o papel de determinar o “[...] *que é e o que deve ser dito* [...]” (PÊCHEUX, 2006, p. 146) apresentado como sustentável, fornecendo “[...] as evidências pelas quais *todo mundo sabe* [...]” o que é sustentabilidade (PÊCHEUX, 2006, p. 146). E todo mundo sabe porque há sentidos produzidos numa determinada FD, da qual o sujeito do discurso toma posição e seleciona seus dizeres porque

[...] *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 2006, p. 146-147).

O discurso da sustentabilidade na Vale tem, assim, uma posição-sujeito identificada com a formação discursiva da sustentabilidade empresarial que veicula a forma-sujeito do mercado. Pelo mecanismo do esquecimento, que é o encobrimento da causa do sujeito, o sujeito do discurso reproduz o que dita o mercado, a fonte dos dizeres ecoantes a partir da posição-sujeito do *manager*. Esta última, tanto interpreta sentido em certa direção, como

também, opera o silêncio quando lhe é conveniente. Como já dito, toda FD é um espaço discursivo não fechado, inserido numa FI que se materializa no discurso, cujo funcionamento ideológico não é transparente (FLORÊNCIO, 2013). É pelo gesto de análise, que fazemos a FI do capital aparecer como aquela que determina o que deve ser no discurso da sustentabilidade na Vale. Temos, então, a formação discursiva da sustentabilidade empresarial da qual o sujeito enunciador toma dizeres e apresenta a sustentabilidade numa perspectiva gerencial.

Zoppi-Fontana (2005) revela a importância de Pêcheux para observar o funcionamento da linguagem na luta ideológica de classes pelo sentido de palavras, frases e expressões. A partir da análise do processo discursivo identificamos o discurso de sustentabilidade empresarial como um discurso de classe, uma vez que atende aos interesses daqueles que detêm os meios de produção. O discurso da sustentabilidade é ideologicamente marcado por uma disputa de sentidos, na qual o sujeito universal do capital determina o que é considerado sustentável, através da formação discursiva da sustentabilidade empresarial. A forma-sujeito do discurso – o mercado - exerce sua determinação pela FI que se materializa na formação discursiva da sustentabilidade empresarial, determinada pelo estado de lutas de classe, na qual a posição-sujeito do *manager* (GAULEJAC, 2015) enuncia a política de sustentabilidade (o regramento), o sistema de gestão, o monitoramento e a divulgação da performance alcançada. A empresa tem na gestão da sustentabilidade um mecanismo de poder e o exerce também em suas práticas discursivas,

[...] incorporando o que não pode ser dito ao que é possível falar, ao que pode ser manifesto às claras, de maneira a criar um mundo ao mesmo tempo de racionalidades (de regras, objetivos, políticas, processos produtivos, planos, estratégias etc.) e de subjetividades (símbolos, sistemas imaginários e mitos), com seus paradoxos e contradições. (FARIA, 2014, p. 11).

Tem-se, assim, uma posição-sujeito identificada por sua inscrição na formação discursiva da sustentabilidade empresarial e em seus determinados sentidos e não outros. No discurso da poderosa corporação monopolista (MÉSZÁROS, 2011), esta posição-sujeito, uma personificação do capital, é o *manager*, “[...] incumbido de realizar tarefas rigorosamente definidas no interesse da companhia gigantesca a que serve [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 159).

A gestão reflete a “[...] sociedade capitalista e seus conflitos antagônicos entre capital e trabalho [...]” (SILVA SOBRINHO, 2017, p. 33). A gestão subordina-se ao poderio da grande corporação, expresso no fato de que “[...] uma centena de multinacionais controla direta ou indiretamente mais de 50% da produção econômica mundial [...]” (GAULEJAC,

2015, p. 60). O exercício da gestão corporativa implica o poder gestor, cuja “[...] força repousa sobre diferentes mecanismos que canalizam a ação a serviço do capitalismo e das empresas que são sua encarnação [...]” (GAULEJAC, 2015, p. 143). Ao poder gestor corresponde uma determinação ideológica, pois a ideologia constitui-se em um processo de produção de um imaginário, “[...] uma interpretação particular que apareceria, no entanto como a interpretação necessária [...] regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas” (ORLANDI, 2015b, p. 96). À gestão cabe uma função específica de (re)produção da ideologia, porque “A empresa suscita a construção de um imaginário do qual o gerenciamento deve garantir a consistência e a permanência [...]” (GAULEJAC, 2015, p. 125).

No discurso empresarial, pela determinação ideológica, há uma mobilização dos sentidos na direção de um projeto de “[...] dominação de um sistema econômico que legitima o lucro como finalidade [...]” (GAULEJAC, 2015, p. 69). Para o alcance de tal fim, é que o “O gerenciamento se põe a serviço do *shareholder value* – o valor para o acionista [...]” (GAULEJAC, 2015, p. 54) operando “[...] a submissão do poder gerencialista à empresa [...]” (GAULEJAC, 2015, p. 54). A gestão está submetida ao sistema do capital “[...] orientado para a expansão e movido pela acumulação [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100) por meio de “[...] poderosíssimas corporações monopolistas [...] no centro do palco do domínio do capital sobre a sociedade [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 59), que, por sua vez, submete-se à ideologia de uma classe dirigente, assim descrita:

Modelada sobre a grande burguesia americana, essa nova burguesia se afasta dos valores da ética protestante para conservar apenas o espírito do capitalismo. Ela participa da construção de um mundo ultraliberal, ou seja, de um mundo feito à sua medida, sem barreiras para a circulação dos capitais, das mercadorias, dos serviços e, portanto, sem limites para extensão de seu domínio. Ela não está mais a serviço de um projeto industrial que supõe reinvestir os benefícios da produção, mas a serviço de uma lógica financeira, animada por interesses especulativos. Fazer frutificar seu capital não em um projeto social, animado por uma preocupação com o bem comum, mas em um projeto individual que não atribui a si nenhuma finalidade além de se enriquecer. (GAULEJAC, 2015, p. 255).

A “[...] ideologia representa uma posição de classe [...]” (FIGUEIRA, 2015, p. 92). O discurso da sustentabilidade, por sua vez, “[...] é processo dinâmico e contraditório engendrado na processualidade histórica [...]” (SILVA SOBRINHO, 2017, p. 23). Nessa processualidade, por ser “[...] produto da sociedade capitalista, as lutas entre capital e trabalho não podem ser negligenciadas [...]” (SILVA SOBRINHO, 2017, p. 22). A ideologia “[...]”

cumpra uma função nas relações de classes, pois a ideologia não só evidencia sentidos e sujeitos, como também orienta ações, isto é, ações impulsionadas pelas práticas sócio-históricas de sujeitos [...]” (SILVA SOBRINHO, 2017, p. 24).

Fazer frutificar o capital para o enriquecimento dos donos, sem qualquer preocupação com um projeto de bem comum, eis a função da ideologia da classe que submete a gestão ao seu poder. Isso tem consequências diretas na produção e movimento de sentidos no discurso empresarial, pois seus efeitos de sentido “[...] são parte do movimento contraditório das relações sociais, incluindo aí as lutas e os interesses de classes. Em outras palavras, o discurso é parte da concretude histórica do fazer dos homens em sociedade [...]” (SILVA SOBRINHO, 2017, p. 31).

A divisão da sociedade em classes sociais, opostas entre si, é ao mesmo tempo condição insuperável e uma forma de sujeição ao sistema do capital, que impõe uma divisão social hierárquica do trabalho, na qual “[...] as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99). Tal divisão é “[...] justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99). A discursividade é prática ideológica dos sujeitos históricos e implica um funcionamento lógico-linguístico que não passa ao largo da ideologia. (SILVA SOBRINHO, 2017).

Ademais, “[...] a **prática discursiva** (enquanto prática política), em uma sociedade capitalista, é atividade produzida e engendrada pelas lutas de classes [...]” (SILVA SOBRINHO, 2017, p. 21). A empreitada de esboçar um gesto de interpretação requer, inicialmente, a identificação dos rastros, seguir o encaixe de pegadas, até que se possa, posteriormente, vislumbrar a frente dos discursos, sempre considerando que a AD está alicerçada “[...] como uma teoria materialista, *uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se podem chamar as práticas linguísticas* [...]” (SILVA SOBRINHO, 2017, p. 21, grifo nosso).

Destarte, importa lembrar que “[...] a mesma palavra não significa a mesma coisa para o patrão e para o empregado, para o índio e para o ocidental, para o homem, para a mulher e assim por diante [...]” (ORLANDI, 2016, p. 203). A FI do capital produz a designação sustentabilidade, que no discurso empresarial, demanda uma gestão supostamente diferenciada, que além de se ocupar da dimensão econômica da organização, se encarrega de demonstrar preocupação com questões de cunho social e ambiental. O sujeito do discurso da sustentabilidade posiciona-se de um lugar discursivo bastante específico – o do *manager*.

Trata-se, portanto, de lidar com a sustentabilidade numa perspectiva gerencial, cuja origem é demarcada na empresa industrial do início do século XX, ainda que aparente revestir-se de novas preocupações com responsabilidade social e ambiental. Nesse sentido, a gestão da sustentabilidade se tornou uma componente imprescindível ao sistema do capital em seu processo incessante de acumulação (FARIA, 2014).

5.3.1 Sustentabilidade é fazer dinheiro!

Pelo mecanismo da higienização, o sujeito do discurso da Vale produz sentidos que visam a consolidar e sobrepor a idéia de uma bem-sucedida caminhada da empresa rumo ao desenvolvimento sustentável. A higienização funciona, também, como silenciamento (ORLANDI, 2015b), uma vez que se diz algo para que outras coisas não sejam ditas. Ou seja, é preciso comunicar toda e qualquer informação que aproxime a imagem da empresa ao DS para não ter que revelar tudo que faz dela uma causadora de impactos à sociedade e à Natureza. Nesse movimento de sentidos, a preocupação em gerar lucro e aumentar o valor de mercado torna-se menos evidente do que o esforço da empresa em demonstrar seu desempenho relacionado à sustentabilidade.

Ciente do fato de os efeitos de sentido não serem “[...] dados na imediatez do dito [...]” (SILVA, 2015, p. 101), analisamos enunciados, realizando um gesto de interpretação para desconstruir os sentidos de sustentabilidade. Analisamos a produção de sentidos em torno da expressão referencial *desenvolvimento sustentável*. Essa expressão, além de polissêmica, porque representa uma “[...] simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico [...]” (ORLANDI, 2015a, p. 36), apresenta uma relação de sinonímia lexical com a designação *sustentabilidade*.

Para Leff (2009), a polissemia do termo *sustainability* torna seu discurso ambivalente a partir de dois significados: “[...] o primeiro, traduzido como sustentável, implica a internalização das condições ecológicas de suporte do processo econômico; o segundo significa a durabilidade do próprio processo econômico [...]” (LEFF, 2009, p. 210). Passa ao largo do discurso da sustentabilidade, a questão das lutas sociais pela apropriação dos recursos, o que endossa nosso entendimento de que as práticas discursivas seguem sustentando o processo econômico capitalista, fazendo a sustentabilidade funcionar mais como “[...] uma resposta do capital à atual crise ecológica (de recursos, energia e alimentos), que uma práxis de transformação produtiva e de mudança social para criar as bases de um desenvolvimento equitativo e sustentável [...]” (LEFF, 2009, p. 218).

Analisar o funcionamento da sustentabilidade na discursividade empresarial contemporânea, a partir da Análise de Discurso Pêcheuxiana (ADP) implica, necessariamente, levar em consideração que ele é utilizado para abrandar a “[...] determinação mais profunda [...]” (MÉSZÁROS, 2014, p. 100) do sistema do capital, o fato de ser um sistema “[...] orientado para a expansão e movido pela acumulação [...]” (MÉSZÁROS, 2014, p. 100) a qualquer custo. Trata-se de um discurso, cujo enunciador universal é o incontrolável capital, que se tornou a mais poderosa “[...] estrutura *totalizadora* de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar [...]” (MÉSZÁROS, 2014, p. 96) e que “[...] implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade [...]” (MÉSZÁROS, 2014, p. 96). Viabilidade é a palavra que destacamos do enunciado da SD11:

SD11 – A sustentabilidade é imprescindível para a viabilidade da mineração e para o desenvolvimento das regiões e comunidades em que atuamos (VALE, 2008, p. 4).

A partir da SD11, identificamos o primeiro efeito de sentido que sustenta sua missão, expressa na SD15. A sustentabilidade aparece na primeira oração como uma condição. Para a Vale, é impossível prescindir da sustentabilidade, pois é por meio dela que se viabiliza a sua atividade produtiva – a mineração. Essa viabilidade, se remetida ao processo de implantação de um projeto de mineração, está condicionada à licença social para operar. Para além da literalidade, há uma relação utilitarista expressa no enunciado: a Vale precisa realizar ações relacionadas à sustentabilidade para que a comunidade lhe conceda a licença social para operar (LSO). A LSO surgiu no âmbito do discurso da governança por influência do BM e consiste em “[...] uma aprovação produzida empresarialmente [...]” (GAVIRIA, 2015, p. 139). A comunidade, por sua vez, busca na atividade produtiva da mineração, oportunidades de geração de trabalho e renda, sejam relacionadas diretamente ao empreendimento ou, indiretamente, por meio dos projetos socioambientais voluntários. Em um efeito cascata, a sustentabilidade possibilita a mineração que, por sua vez, desenvolve as comunidades que vivem na área de influência das operações. Destarte, há ainda um efeito de sentido que faz da mineração, o próprio desenvolvimento.

Para Thomson (2014), a LSO

[...] é uma espécie de aprovação da comunidade em relação às operações de uma determinada empresa. Apesar de ser chamada de licença, não é um documento escrito, mas sim uma espécie de pacto de legitimidade e credibilidade construído na relação da empresa com suas partes interessadas. Diferentemente da licença legal, a licença social para operar é o resultado do bom relacionamento da empresa com a comunidade local.

Mesmo não se tratando de uma prática regulada por legislação, a LSO é importante para Vale, pois a aprovação das comunidades se tornou relevante para a implantação de um projeto de mineração, uma vez que sua expansão tem levado ao aumento de atritos entre empresas e comunidades por conta de poder sobre os territórios. A LSO é uma ferramenta de gerenciamento (BOUTILIER, BLACK; THOMSON, 2012) da relação entre a empresa e a comunidade para alcançar seu consentimento quanto à permanência da atividade produtiva e seus impactos (GAVIRIA, 2015). A empresa encontra vantagem na LSO, pois ela é fundamental na redução dos riscos de exposição à crítica pública, dos conflitos sociais e possíveis danos à reputação (THOMSON, 2014).

Boutilier, Black e Thomson (2012) condicionam a viabilidade da mineração à obtenção da LSO, um acordo político implícito sobre uma equidade considerada aceitável, no que diz respeito à distribuição de direitos e responsabilidades pelas partes interessadas. Os autores explicam que as partes podem recusar a implantação de um projeto, mas também podem aprovar o direito da empresa explorar recursos minerais se ela se dispõe a responsabilizar-se com o desenvolvimento comunitário, gerando empregos e realizando melhorias de infraestrutura, por exemplo. Ao fim e ao cabo, “[...] a procura da maximização do lucro parece ser a lógica predominante nas justificativas sobre a necessidade de obter uma *licença social* para operar [...]” (GAVIRIA, 2015, p. 146).

A comunidade é considerada um *stakeholder* externo e precisa ser incluída para que o direito de operar não seja questionado. O discurso empresarial, por intermédio da ideologia, produz o sentido de legitimidade social ao se ocupar da aprovação de sua operação por parte das comunidades. Para Hart e Milstein (2004, p. 67), contemplar interesses da comunidade pode levar a um “[...] aumento de reputação e a uma legitimidade cruciais para a preservação e o crescimento do valor ao acionista [...]”, elevando “[...] a confiança externa em suas intenções e atividades [...]” (HART; MILSTEIN, 2004, p. 74). A licença social reflete a ideologia capitalista, pois se configura como “[...] uma estratégia empresarial de intervenção política orientada à consecução do consentimento, quando considerado relevante para fazer mais eficiente a atividade extrativa ou mesmo para garantir sua continuidade [...]” (GAVIRIA, 2015, p. 143). Essa prática resulta de uma integração à dinâmica do mercado global, que demanda das corporações capitalistas uma conduta empresarial voltada para a minimização dos riscos por meio da “[...] integração da corporação com aqueles que tenham um interesse *legítimo* nas suas operações, como investidores, empregados, clientes,

fornecedores, governo e comunidades em que atuam [...]” (CESAR, 2008, p. 305, grifo nosso).

Na SD11, tem-se como objetivo da sustentabilidade: viabilizar a mineração. O objetivo se apresenta logo na primeira metade do enunciado e de modo conciso. Ao observarmos a segunda parte do enunciado, podemos identificar que ela soa como um enxerto malsucedido. Pelo uso da conjunção aditiva tentou-se equiparar a função de viabilizar a mineração, que é uma vantagem para a empresa, com a função de desenvolver, concomitantemente, uma demarcação territorial de atuação da Vale. Entretanto, o substantivo *região* tem seu significado atrelado ao sentido de terreno ou território, enquanto o substantivo *comunidade* possui um sentido predominante de identidade comum, pelo compartilhamento (da cultura, história, crença e etc.), mas que não, necessariamente, se circunscreve a uma demarcação territorial. Destarte, fica demonstrada a imprecisão do dizer, ao revelar a dificuldade da Vale em explicitar sua zona de atuação e responsabilidade.

Apresentando como sujeitos do seu processo de *desenvolvimento*, as *regiões e comunidades*, a Vale não nomeia quais comunidades nem aponta qualquer região. Assim, instala-se um efeito de sentido de vaguidão que contrasta com a precisão da primeira parte do enunciado e denota uma tentativa de favorecer a empresa, pois assim ela tem flexibilidade e utiliza de sua discricionariedade para alargar ou restringir suas fronteiras de investimento social. No Brasil, empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou familiar se associam para produzir e reproduzir o Investimento Social Privado (ISP) por meio do GIFE. Este último assim define ISP: “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE, c2019). Organizações como o GIFE desempenham uma função ideológica, responsável por construir um consenso em torno da aceitação social do mercado como um ente legítimo para atuar em prol do interesse público.

Há uma nítida tensão entre público e privado, que advém do final do século XX, da aplicação das ideias neoliberais, ocasionando aversão e degradação da esfera pública e a progressiva migração do espaço público, como lócus da liberdade do cidadão e participação crítica na gestão de assuntos comuns, para a esfera privada regida pela dominação do poder. Dupas (2003) nos adverte do antagonismo entre interesse privado e público. Para o autor, tanto o interesse individual quanto o de grupos de indivíduos e, também, de uma empresa “[...] são necessariamente particularistas e, embora possam compor a teia de influências que

definem o interesse público, não podem pretender representar o interesse geral [...]” (DUPAS, 2003, p. 23).

Assim, empresas se apropriaram do espaço público e fizeram dele um espaço publicitário frequentado por cidadãos transformados em meros consumidores de informação. (DUPAS, 2003). Pelo interdiscurso, o *desenvolvimento das regiões e comunidades*, posto na SD11, remete à prática discursiva da responsabilidade social empresarial (RSE) sobre a qual problematiza Dupas (2003, p.18):

Assim, o sentido da *responsabilidade social das empresas*, liga-se ainda que indiretamente, à substituição da idéia de deliberação participativa sobre os bens públicos pela noção de gestão eficaz de recursos sociais, cuja distribuição é decidida aleatória e privadamente; nesse sentido essas práticas privadas diluem a referência pública e política na tentativa de redução das injustiças sociais. De fato, embora a nova tendência de *responsabilidade social das empresas* tenha a pretensão de aparecer como solução para as questões de exclusão social, ela é – além de inócua diante da escala do problema – basicamente despolitizadora da questão social, pois pressupõe a desqualificação do poder público e, portanto, desconhece a possibilidade aberta pelo conflito interno no terreno das próprias políticas públicas para criar compromisso e qualidade diante dos cidadãos.

Por sua vez, para Cesar (2008, p. 310-311, grifo do autor):

A responsabilidade social das empresas cumpre um papel ideológico funcional aos interesses do capital, contribuindo para promover o desmonte do Estado e a reversão dos direitos sociais, materializados por meio das políticas sociais públicas e financiados por um sistema de solidariedade universal compulsória. Mistificando e encobrendo o real, o ideário da *empresa socialmente responsável* adensa a proposta de um outro padrão de intervenção nas expressões da questão social, com base nos valores de uma *cidadania genérica*, apolítica e a-histórica, que se sustenta na suposta solidariedade comunitária e na propalada assimetria entre eficiência pública e privada.

Nesse sentido, fundações e institutos empresariais colocam em prática, por meio do “braço social da empresa”, uma série de práticas que fazem esmaecer a referência pública. O fio do discurso na SD11, pelo interdiscurso, atualiza um discurso outro – o discurso neoliberal:

[...] a função social da resposta às refrações da “questão social” deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio deste do conjunto da sociedade, e passa a ser agora de auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, e da ação filantrópica, “solidária-voluntária”, de organizações e indivíduos. A resposta às necessidades sociais *deixa de ser uma responsabilidade de todos* (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) *e um direito do cidadão*, e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser

uma *opção do voluntário* que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de necessidades, o “cidadão-pobre”. (MONTAÑO, 2002, p. 11-12).

Essa substituição do dever do Estado, direito do cidadão, pela voluntariedade privada alcança a sustentabilidade empresarial, o que pode ser verificado nas práticas que se enquadram no ISP. Destarte, os interesses privados ganham importância pública e decorre daí uma superposição do imaginário privado sobre o público e também esvaziam a deliberação participativa sobre os bens públicos, substituindo-a por uma suposta gestão eficiente e privada dos recursos sociais (DUPAS, 2003).

Há, na problematização de Dupas (2003), uma interpretação para mais um aspecto ideológico do discurso da sustentabilidade: a privatização do público sem a publicização do privado. Essa falta de publicização é uma forma da empresa omitir, por exemplo, sua parcela de responsabilidade na origem dos problemas socioambientais. Destarte, no discurso empresarial da atuação social

[...] não há nenhuma menção quanto à participação das empresas na configuração dos “problemas sociais” do país. Nesse discurso, não nascem na e com a empresa, sendo, portanto, externos a ela. As empresas, obviamente, atenuam os impactos de suas operações sobre os trabalhadores, a “comunidade” e o meio ambiente, responsabilizando o Estado por “não fazer a sua parte” em prol do desenvolvimento econômico e social do país” (CESAR, 2008, p. 292).

Depois de identificarmos o discurso da sustentabilidade na Vale, funcionando para tornar viável a mineração vamos, pelo enunciado da SD12, para o próximo efeito de sentido: a sustentabilidade como vantagem competitiva.

SD12 – A Vale percebe que a implementação bem-sucedida da agenda de sustentabilidade significará competitividade no longo prazo (VALE, 2012, p. 110).

No enunciado, o verbo perceber atenua o fato de a Vale implementar a agenda de sustentabilidade apenas por uma questão de competitividade. Hart e Milstein (2004) apresentam uma conciliação entre sustentabilidade e crescimento econômico, considerando-a uma fonte de vantagem competitiva e geração de valor, uma oportunidade de negócios, que pode diminuir custos e elevar rendimentos. O mercado trata do tema como vantagem competitiva desde a década de 1990. Porter e Linde (1995) relatam que, na época, se apresentava ainda como uma novidade, a pretensão de conjugar competitividade e melhoria das condições ambientais. Já naquele momento, os autores identificaram evidências de que a melhoria das condições ambientais havia se tornado um bom negócio, inclusive vislumbraram

que ambientalistas, agências reguladoras e as empresas, no futuro próximo, iriam basear-se numa lógica econômica na qual subjaz uma imbricação entre o Meio Ambiente, a produtividade dos recursos, a inovação e a competitividade.

A RSE se insere no âmago do debate sobre sustentabilidade (ROBINSON; ANUMBA; CARRILLO; AL-GHASSANI, 2006). Segundo Banerjee (2003), pesquisa-se sobre RSE há pelo menos seis décadas, mas recentemente ela “[...] becomes a product or service strategy designed to sustain a competitive advantage [...]”⁷¹ (BANERJEE, 2003, p. 61). Porter e Kramer (2006) expõem diversas empresas (Toyota, Urbi, Microsoft, dentre outras) com inovações pioneiras associadas à responsabilidade social corporativa para “beneficiar a sociedade” e, ao mesmo tempo, conferir-lhes competitividade. Segundo os autores, a empresa deve adicionar “[...] a social dimension to its value proposition, making social impact integral to the overall strategy [...]”⁷² (PORTER; KRAMER, 2006, p. 11). Inclusive, para as empresas que não podem conceber toda a sua proposta de valor em torno da responsabilidade social, os autores indicam que adicionar uma dimensão social já é suficiente para alcançar uma nova fronteira no posicionamento competitivo. Ainda segundo os autores, o número de indústrias e empresas cuja vantagem competitiva pode incorporar propostas de valor social está em constante crescimento. Para os autores, integrar as necessidades empresariais e sociais é importante para as operações de negócios e para o contexto competitivo da empresa.

Sob a influência do DS, os gestores passaram a se importar com os resultados gerados para os diversos *stakeholders* envolvidos em sua organização e não somente com a perspectiva dos acionistas (BARIN-CRUZ; PEDROZO; ESTIVALETE, 2006). O DS serve, portanto, à manutenção das vantagens competitivas da organização com vistas a melhorar sua posição no mercado. Dito de outra maneira, “Sustainability should be addressed not only for environmental concerns or society's expectations but because it makes good business sense [...]”⁷³ (ROBINSON; ANUMBA; CARRILLO; AL-GHASSANI, 2006, p. 6). Sob uma regulação no âmbito totalmente privado, as escolhas sobre em qual problema social atuar é feita a partir da conveniência do mercado e não a partir da importância do problema público a ser enfrentado. Nesse sentido, Porter e Kramer (2006, p. 13) recomendam: “Each company

⁷¹ “se torna uma estratégia de produto ou serviço projetada para sustentar uma vantagem competitiva” (BANERJEE, 2003, p. 61, tradução nossa).

⁷² Uma dimensão social à sua proposta de valor, tornando o impacto social integral à estratégia global (PORTER e KRAMER, 2006, p. 11).

⁷³ “A sustentabilidade deve ser abordada não apenas por preocupações ambientais ou expectativas da sociedade, mas porque faz sentido para os negócios”. (ROBINSON; ANUMBA; CARRILLO; AL-GHASSANI, 2006, p. 6, tradução nossa).

can identify the particular set of societal problems that it is best equipped to help resolve and from which it can gain the greatest competitive benefit [...]”⁷⁴.

Conforme Tachizawa (2011, p. 55), há expectativa das partes interessadas para que as empresas adotem uma postura socialmente responsável. Tal postura recompensa a organização conferindo-lhe “[...] vantagens competitivas, quando não redução de custos e incremento nos lucros a médio e longo prazos [...]”. O viés mercadológico da sustentabilidade também é apontado por Bursztyn e Bursztyn (2013), quando afirmam que ela representa uma oportunidade competitiva pela sobrevivência. A sustentabilidade, portanto, subjaz à lógica da competitividade, isso se verifica quando o mercado assume que “[...] a busca por maior competitividade deve estar vinculada à perspectiva de contribuir para o desenvolvimento sustentável [...]” (DIAS, 2012, p. 23). A sustentabilidade, enquanto prática discursiva, é funcional ao capitalismo, porque, atualmente, “[...] não há entidade corporativa que afronte a avassaladora adesão da opinião pública quanto ao imperativo de práticas – ou pelo menos de uma imagem – ecologicamente corretas” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 31).

As materialidades discursivas que compõem a SD13 e a SD14 apresentam um movimento parafrástico que permite a deriva de sentidos. Estes últimos, produzem-se em uma relação interparafrástica com os enunciados. Segundo Orlandi (2015a), a paráfrase é o que se repete, é o regresso ao dito, é o retorno ao que se reproduz no interdiscurso. De acordo com Fuchs (1985, p. 133), a paráfrase no plano discursivo é “[...] uma atividade efetiva de reformulação pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto-segundo”.

SD13 - Criar valor em todo ciclo de vida de nossas atividades é o nosso principal objetivo (VALE, 2011, p. 14).

SD14 – Sustentabilidade para a Vale significa criar valor em todo o ciclo de vida de suas atividades (VALE, 2011 p. 20).

Nas sequências acima, *criar valor* é algo em comum. No enunciado da SD13, *criar valor* é o principal objetivo da Vale. No enunciado da SD14, sustentabilidade significa *criar valor*. Temos, na substituição de *criar valor* por *sustentabilidade* na SD13, uma nova reformulação: *Sustentabilidade é o nosso principal objetivo*.

⁷⁴“Cada empresa pode identificar o conjunto particular de problemas societários que está melhor equipado para ajudar a resolver e do qual pode obter o maior benefício competitivo” (PORTER e KRAMER, 2006, p. 13, tradução nossa).

Quando retornamos à SD14 e substituímos *criar valor* por um jargão mais popular, como fazer dinheiro, com sentido de lucrar, chegamos à uma outra reformulação: *Fazer dinheiro* é o nosso principal objetivo. Tratando a paráfrase, também, como sinonímia de frases (FUCHS, 1985), chegamos à uma reformulação parafrástica, cujo objetivo é ser um gesto de interpretação do sentido último de sustentabilidade na Vale: *Sustentabilidade é fazer dinheiro*.

Esse sentido encontra respaldo na literatura. Székely e Knirsch (2005) apontam que sustentabilidade, para as empresas, significa sustentar e expandir o crescimento econômico, o valor para os acionistas, prestígio e reputação da empresa, seu relacionamento com clientes e a qualidade de serviços e produtos. Esse processo se dá sob a discursividade das práticas éticas nos negócios, da geração de valor para todos os *stakeholders* e do atendimento às necessidades dos mais pobres. Os referidos autores destacam que, por meio da sustentabilidade, a empresa “[...] can become more profitable and sustain their activities over the long term [...]”⁷⁵ (SZÉKELY; KNIRSCH, 2005, p. 628-629).

As empresas, portanto, obtêm vantagens da sustentabilidade, dentre elas: maior valor de estoque; redução de custos; e melhoria da competitividade, da imagem e da reputação. Nesse sentido, a pesquisa de Montiel e Delgado-Ceballos (2014) revela que a maior parte das discussões sobre sustentabilidade corporativa vem ocorrendo em revistas profissionais e não nas acadêmicas, o que pode reforçar o sentido comercial da sustentabilidade, que se orienta para e pelo mercado.

Em um contexto no qual *sustentabilidade é fazer dinheiro*, ampliou-se a perspectiva da mercadoria, fazendo da abordagem às questões sociais e ambientais uma oportunidade de negócio que, como qualquer outro, demanda gestão e serviços relacionados. De acordo com Dupas (2003, p. 79), “Grandes empresas, efetiva ou potencialmente poluidoras, têm contratado assistência especializada em imagem corporativa para transformá-las, aos olhos do consumidor, em *empresas verdes* [...]” (grifo nosso).

Em seu artigo seminal, Porter e Kramer (2006) expressam o discurso da nova ética empresarial, revelador da publicização dos interesses privados e, ao mesmo tempo operador do reducionismo do espaço público apontado por (DUPAS, 2003): “When a well-run business applies its vast resources, expertise, and management talent to problems that it understands and in which it has a stake, it can have a greater impact on social good than any other

⁷⁵ “pode se tornar mais lucrativa e sustentar suas atividades a longo prazo” (SZÉKELY; KNIRSCH, 2005, p. 628-629).

institution or philanthropic organization [...]”⁷⁶ (PORTER; KRAMER, 2006, p. 13). A sustentabilidade tornou-se um *case* de sucesso: “Even national governments and international organizations like the United Nations promote sustainability as a business case, a consequence of which is that business, not societal or ecological, interests define the parameters of sustainability [...]”⁷⁷ (BANERJEE, 2003, p. 66).

Gameiro e Martins (2014) indicam o surgimento de mercadorias com apelo sustentável: as mercadorias verdes, que visam a reaproximação do ser humano com a Natureza com vista a intensificar o processo de acumulação capitalista. Tendo por horizonte a possibilidade de um cenário de maior escassez dos recursos naturais, empresas inovam em busca de garantias de continuidade da exploração para manter o movimento de acumulação. Destarte, criam-se as *commodities* ambientais e as mercadorias verdes, “produtos de apelo sustentável calcados numa referência à ética ambiental” (GAMEIRO; MARTINS, 2014, p. 15), consideradas “[...] um meio de assegurar que, por via das relações de mercado, se garanta o uso dos recursos naturais ainda disponíveis para aqueles que tenham melhores condições de disputa/barganha em situações de competitividade de mercado [...]” (GAMEIRO; MARTINS, 2014, p. 15). É notória a perspectiva da gestão dos recursos naturais, afinal “By making nature economically visible, it will be better managed [...]”⁷⁸ (MARTINEAU; LAFONTAINE, 2019, p. 9).

A mercadoria, enquanto uma coisa sensível-suprassensível ou social trava relação, não somente com as outras mercadorias, mas também com as pessoas, pois seu valor (parâmetro quantificável que permite a permuta) só se realiza na troca, num processo social. Há um caráter misterioso ou fetichista na mercadoria, não resultante de seu valor de uso (a utilidade da mercadoria para quem dela necessita) e sim do cunho social inerente ao trabalho que produz mercadorias (MARX, 2015). O valor de troca tem sua importância sobreposta ao valor de uso no modo de produção capitalista, ou seja, este último só possui valor em sua forma de valor de troca (MARTINEAU; LAFONTAINE, 2019).

⁷⁶ “Quando uma empresa bem administrada aplica seus vastos recursos, conhecimento e talento gerencial a problemas que entende e nos quais tem uma participação, ela pode ter um impacto maior sobre o bem social do que qualquer outra instituição ou organização filantrópica” (PORTER; KRAMER, 2006, p. 13, tradução nossa).

⁷⁷ “Mesmo governos nacionais e organizações internacionais, como as Nações Unidas, promovem a sustentabilidade como um caso de negócios, uma consequência disso é que os interesses empresariais, não sociais ou ecológicos, definem os parâmetros da sustentabilidade”. (BANERJEE, 2003, p. 66, tradução nossa).

⁷⁸ “Ao tornar a natureza economicamente visível, será melhor gerida” (MARTINEAU; LAFONTAINE, 2019, p. 9, tradução nossa).

O fetiche, no caso das mercadorias verdes, está “[...] associado à emergência das preocupações ambientais na sociedade contemporânea, as quais, sob o tema da *sustentabilidade*, vêm ressignificando as relações do homem com a natureza e também com os mercados [...]” (GAMEIRO; MARTINS, 2014, p. 17). Um exemplo do valor da sustentabilidade, no caso da Vale, no mercado brasileiro, se expressa no desempenho do ISE no ano de 2010, ocasião na qual suas ações tiveram alta de 5,8%, enquanto nas empresas que não adotam o índice, a valorização foi de 1,04%. Melhor desempenho na bolsa significa maximizar o retorno econômico para o acionista, o que move os executivos a “[...] fazer uma ligação direta entre a sustentabilidade da empresa e a criação de valor para o acionista [...]” (HART; MILSTEIN, 2004, p. 66).

Como Banerjee (2003, p. 161, grifo nosso) ressalta, há, pelo menos, duas razões para que a imagem de empresa tenha se tornado mercadoria: “Public perceptions of environmental problems and increased environmental legislation were two key reasons the environment became an important issue for corporations, resulting in the need for companies to *sell environmentalism* in order to be perceived as green⁷⁹”. Portanto, passar a imagem de empresa verde, aquela preocupada com meio ambiente, representa, ao fim e ao cabo, uma prerrogativa do próprio mercado para criar valor. Segundo Daudigeous e Valiorgue (2011), as empresas operam transformações em termos de governança e gestão com objetivo de melhorar sua posição estratégica no mercado e ampliar a criação de valor. Consideramos, portanto, a criação de valor, que interpretamos em nosso gesto analítico por *fazer dinheiro*, como a finalidade última da sustentabilidade enquanto prática discursiva na Vale.

Consideramos os efeitos de sentido acima interpretados: sustentabilidade como viabilidade para a mineração, vantagem competitiva do negócio e de geração de valor para o acionista. Estes efeitos, em nossa análise, têm por desdobramento, no funcionamento discursivo, a realização da missão da Vale, enunciada na SD15. A missão de uma organização é “[...] a broadly statement of purpose that distinguishes a business from other firms of its type and identifies the scope of its operations in product and market terms [...]”⁸⁰ (PEARCE, 1982, p. 15). Mussoi, Lunkes e Silva (2011) complementam a definição de Pearce (1982, p. 15) e equiparam a missão ao propósito, aquilo que deve espelhar as decisões dos gestores e

⁷⁹ “As percepções do público sobre os problemas ambientais e o aumento da legislação ambiental foram duas das principais razões pelas quais o meio ambiente se tornou uma questão importante para as corporações, resultando na necessidade de as empresas “venderem o ambientalismo” para serem vistas como verdes” (BANERJEE, 2003, p. 161, tradução nossa).

⁸⁰ “é uma declaração ampla de propósito que distingue um negócio de outras empresas do seu tipo e identifica o escopo de suas operações em termos de produto e mercado” (PEARCE, 1982, p. 15, tradução nossa).

servir para avaliar se os objetivos fundamentais são alcançados.

SD15 - Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. (VALE, 2017, p. 20).

A SD15 é iniciada com um verbo no modo infinitivo, aquele que é impessoal e não oferece indicação de sua temporalidade. Tomando o verbo transformar enquanto fazer algo, passar de um estado a outro, ou seja: os elementos da Natureza (na perspectiva capitalista, meros recursos), pelo trabalho alienado do ser humano se fazem mercadoria. Portanto, apesar da impessoalidade da superfície discursiva, há aí a evidência da forma-sujeito do mercado, cujo enunciador universal é o capital. Sendo assim, se utilizarmos da sinonímia para entender o substantivo prosperidade como fortuna, ou seja, dinheiro, vamos chegar ao principal objetivo da Vale, expresso na SD13: criar valor. São dois os resultados da transformação na SD15: *valor* e, ao mesmo tempo, *desenvolvimento sustentável*, fica em aberto, entretanto, a quem se destina cada um deles.

O sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que une, no intradiscurso, pela conjunção aditiva, prosperidade (riqueza, valor, dinheiro) e desenvolvimento sustentável - os dois produtos da transformação, deixa em suspenso quem são seus destinatários. O *valor*, em tal situação, destina-se ao acionista. Arriscamos supor os destinatários do *desenvolvimento sustentável*: pelo interdiscurso do Relatório Brundtland, as gerações futuras, sempre indeterminadas e relegadas ao porvir; no que tange às práticas de responsabilidade social da própria Vale, por meio de sua fundação, por exemplo, temos por destinatários o *stakeholder* comunidade.

A SD15 representa a razão de ser da empresa, sua missão. O enunciado demonstra uma tentativa explícita de reconciliação entre Natureza e produção capitalista, o que nos remete, pela memória discursiva, ao Relatório Brundtland, cujo objetivo é “[...] to reconcile economic growth with environmental maintenance [...]”⁸¹ (BANERJEE, 2003, p. 65). A SD15 mobiliza o sentido já estabilizado pelo Relatório Brundtland. Produzir, como resultado da transformação dos recursos naturais, prosperidade e DS, é uma tentativa, do sujeito do discurso, por meio do léxico que remete a sentidos estabelecidos como desejáveis (prosperidade e sustentabilidade), de encobrir a apropriação capitalista da Natureza. Nesse

⁸¹ “conciliar crescimento econômico com manutenção ambiental” (BANERJEE, 2003, p. 65, tradução nossa).

enunciado, que sintetiza o processo produtivo da Vale, a Natureza é considerada em termos de valor de troca.

Conforme Martineau e Lafontaine (2019), identificamos a partir da SD15, que a Vale considera a Natureza apenas em sua forma mercantilizada, fazendo desta uma mercadoria comoditizada. Perde-se, portanto, a conexão com a Natureza real, integrando-a em mecanismos de mercado, que levam em conta somente seus aspectos quantitativos e calculáveis:

The process of commodifying nature leads individuals to consider their relationship with nature from an emotionally neutral angle. They are forced, in this game of established rules, to retreat from an emotional relationship with nature in favor of a relationship that is distant, remote, objective and commodified. Although always conscious of the existence of nature, what is lacking is the feeling of being linked to nature or, more precisely, the feeling that the accounting representations they handle on a daily basis are actually linked to nature (MARTINEAU; LAFONTAINE, 2019, p. 14)⁸².

Para Krenak (2019, p. 9), a sustentabilidade é um mito “[...] inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza [...]”. O autor destaca que os seres humanos se alienaram da Terra, abandonando uma compreensão de que tudo é Natureza e substituindo-a pela cisão entre a Terra e a humanidade. As corporações, que o autor adjetiva de perversas, contribuem para eliminar o que restou de uma parcela da humanidade que vive em conexão com a Terra, com corresponsabilidade e respeito pelo direito à vida de uma constelação de seres, dentre eles rios e montanhas, que merecem compartilhar a vida com os humanos. Sobre montanhas, rios e florestas, reduzidos a meros recursos, Krenak reflete:

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. (KRENAK, 2019, p. 20).

Propomos uma reformulação da SD15, a partir dos sentidos que emergiram em nossa análise. Consideramos que “[...] a reformulação parafrástica consiste em identificar a

⁸² O processo de mercantilização da natureza leva os indivíduos a considerar sua relação com a natureza de um ângulo emocionalmente neutro. Eles são forçados, nesse jogo de regras estabelecidas, a se retirar de uma relação emocional com a natureza em favor de um relacionamento distante, remoto, objetivo e mercantilizado. Embora sempre consciente da existência da natureza, o que falta é o sentimento de estar ligado à natureza ou, mais precisamente, a sensação de que as representações calculistas que manipulam diariamente estão, de fato, ligadas à natureza (MARTINEAU; LAFONTAINE, 2019, p. 14, tradução nossa).

significação do texto-fonte assim reconstruída àquela do novo texto [...]” (FUCHS, 1985, p. 134). Passamos à reconstrução, lembrando que *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* são utilizados no discurso da Vale numa relação sinonímica. Essa intercambialidade dos termos ocorre “[...] in both academic and popular discourses [...]”⁸³ (BANERJEE, 2003, p. 65). Retomando a formulação anterior: *Sustentabilidade é fazer dinheiro*, tendo em vista a relação sinonímica entre sustentabilidade e DS, que faz deles termos intercambiáveis, substituímos recursos naturais por *Natureza* e prosperidade por *dinheiro*. Teríamos a seguinte reformulação da SD15: *Transformar a Natureza em dinheiro e fazer dinheiro*.

Nossa análise do processo de significação se dá a partir do que é dito e do que emerge dele pelo deslizamento dos sentidos. Parafrasticamente, inserimos palavras sinônimas no lugar daquelas da formulação originária, o que nos fez retornar ao dito da SD13, que sendo o principal objetivo da empresa – *criar valor*, só demonstra o sentido presente em nossa reformulação da missão da Vale. A reformulação da missão também indica o duplo propósito da Vale. Inicialmente, temos o processo produtivo da empresa de extrair e beneficiar os minerais, que é sua fonte de receita. Em seguida, interpretamos como outro momento, no qual a empresa visa a sua valorização no mercado de ações.

Na SD15, o efeito de sentido provocado é aquele de dissimulação da expropriação da Natureza e da obtenção do lucro, como missão da Vale, pela inserção das palavras: *prosperidade* e *desenvolvimento sustentável*. A mudança lexical visa à interpelação dos sujeitos a identificarem que a empresa preza pelo respeito ao Meio Ambiente e promove um paradigma alternativo de crescimento econômico no qual “[...] growth or wealth must be created without resource depletion. Exactly how this is to be achieved remains a mystery [...]”⁸⁴ (BANERJEE, 2003, p. 65). Como os sentidos não estão presos à literalidade, propomos uma reelaboração da SD15, que aponta outro sentido, associado à ação de fazer dinheiro. A SD15 mobiliza saberes oriundos do discurso ambientalista, pois o sujeito do discurso, a serviço do interesse corporativo, realiza o sequestro de argumentos do movimento ambiental ocidental moderno (BANERJEE, 2003).

Há, segundo Pechêux (2016, p. 146), um “[...] caráter material do sentido das palavras e dos enunciados [...]” que está mascarado por uma evidência de transparência para o sujeito e que apresenta uma dependência constitutiva de um “[...] todo complexo das formações

⁸³ “em ambos discursos acadêmico e popular” (BANERJEE, 2003, p. 14).

⁸⁴ “Crescimento ou riqueza devem ser criados sem esgotamento de recursos. Exatamente como isso deve ser alcançado, permanece um mistério” (BANERJEE, 2003, p. 65, tradução nossa).

ideológicas [...]”. Para o autor, a FD “[...] é o lugar da constituição do sentido [...]” (PECHÊUX, 2016, p. 148), ou seja, o sentido é dado pela FD na qual as proposições e expressões são produzidas.

De acordo com Pechêux (2016), expressões ou proposições iguais mudam de sentido de uma FD a outra como também podem haver proposições e expressões diferentes com sentidos iguais numa determinada FD. Conforme o autor, a FD dissimula sua inscrição na FI. O sujeito do discurso “[...] se constitui pelo *esquecimento* daquilo que o determina [...]” (PECHÊUX, 2016, p. 150, grifo nosso), é ideologicamente interpelado e através da forma-sujeito se identifica com a FD que o constitui. A FD “[...] que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante* [...]” (PECHÊUX, 2016, p. 151). Destarte, predomina a formação discursiva da sustentabilidade empresarial, na qual “[...] corporate discourses on sustainable development, not surprisingly, promote the business-as-usual (except greener) line and do not describe any radical change in world-views [...]”⁸⁵ (BANERJEE, 2003, p. 66-67). Há, na Vale, portanto, um discurso no qual as condições de realização do lucro, o *fazer dinheiro*, sofrem uma tentativa de camuflagem por meio da mobilização, feita pelo sujeito do discurso, de elementos de saber pertencentes a outras FD, aparentemente incompatíveis com o sistema do capital.

Como diz Banerjee (2003), a linguagem do capital está explícita nos discursos do DS. Nesse sentido, nosso gesto de interpretação revela que esse discurso não se sustenta, pois no sistema capitalista, o discurso empresarial de cunho social e ambientalmente responsável está a serviço dos seus interesses privados, que também são interesses de classe. Como César (2003, p. 308) constata:

Seria, portanto, otimista demais julgar que a empresa possa assumir a responsabilidade de controlar os efeitos destrutivos, que decorrem do seu próprio funcionamento, ou que a dinâmica da competitividade e as virtudes do mercado, no capitalismo contemporâneo, possam reverter a degradação da condição salarial, o aumento da exploração da força de trabalho e a dilapidação do meio ambiente.

O discurso da sustentabilidade na Vale é, portanto, aquele que simula uma conduta empresarial baseada em valores éticos, no respeito às pessoas, às comunidades e ao ambiente natural, mas que, concretamente, atende aos interesses dos acionistas de valorização das ações no mercado global. Em seu funcionamento, o discurso da sustentabilidade na Vale opera uma

⁸⁵ “Discursos corporativos sobre desenvolvimento sustentável, não surpreendentemente, promovem a linha negócios como de costume (exceto negócio mais verde) e não descrevem nenhuma mudança radical na visão de mundo” (BANERJEE, 2003, p. 66-67, tradução nossa).

higienização da imagem da empresa, apaga a memória estatal e camufla seu objetivo principal (missão) de transformar a Natureza em dinheiro.

Ao desvelar os sentidos da designação *sustentabilidade* no discurso da empresa, alcançamos o agir no real do discurso: viabilizar, competir e criar valor. Ao fim e ao cabo, tais sentidos se confirmam oportunos para que a Vale cumpra sua missão. Vimos em Pechêux (2016) que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, no ato da interpelação ideológica. No discurso da Vale, identificamos a posição sujeito: o *manager*; alcançamos a forma-sujeito que a determina: o mercado; e o enunciador universal: o capital.

5.3.2 Dizer “x” para não dizer “y”

Responsabilidade social e a sustentabilidade são questões centrais dos debates no âmbito das empresas do setor de mineração. A mineração provoca efeitos irreversíveis na paisagem e danos a longo prazo ao ambiente natural, mas também em comunidades próximas, afetando o estilo de vida e as condições de saúde, provocando o tensionamento das relações entre as empresas de mineração e as partes interessadas neste setor (VIVEROS, 2014). São frequentes catástrofes decorrentes da mineração a acarretar impactos socioambientais e efeitos sobre a saúde, considerados custos ambientais e sociais externalizados para alimentar uma lógica de comercialização de commodities no mercado global, pelo menor preço possível tendo em vista gerar os maiores lucros possíveis aos acionistas no mercado financeiro (FREITAS; BARCELLOS; ASMUS; SILVA; XAVIER, 2019).

Sabendo de tais impactos, o sujeito do discurso da Vale desloca sentidos de modo a produzir efeitos para atender aos interesses do capital, a partir de um processo discursivo no qual “[...] se diz *x* para não (deixar) dizer *y*, este sendo o sentido a se descartar do dito [...]” (ORLANDI, 2015b, p. 73). Expressa-se, assim, a política do silêncio, produzindo um recorte entre o que se diz e o que se cala, o apagamento de sentidos a serem evitados (ORLANDI, 2015b), ou seja, o dizer é direcionado para tratar da sustentabilidade para não ter de trazer à tona a insustentabilidade da mineração.

Discursivamente, a Vale intenta silenciar as externalidades próprias de seu processo produtivo. Pela SD15, os resultados da transformação da Natureza através da atividade industrial da mineração se reduzem à prosperidade e ao DS. Entretanto, todo processo produtivo tem como resultado, em alguma medida, as externalidades negativas. A mineração e a fundição de metais, inegavelmente, causam degradação da qualidade ambiental e geram, pelo menos, quatro categorias de resíduos de grande volume: resíduos de mina (estéril, rochas

estéreis), rejeitos, lixiviação de minério e água da mina. Há, portanto, uma contaminação multi-elementar do meio ambiente por resíduos gasosos, poeirentos, líquidos e sólidos que causam acidificação do solo e da água, contaminam plantas, deterioram a vida e a fertilidade do solo e provocam sua erosão (DUDKA; ADRIANO, 1997).

Os principais impactos sociais da mineração são: “[...] cost of living, demographic growth, education, family, health and indigenous issues [...]”⁸⁶ (VIVEROS, 2014, p. 4). Os impactos ambientais são: “[...] energy consumption, flora and fauna, pollution and water consumption [...]”⁸⁷ (VIVEROS, 2014, p. 4), que denotam uma percepção de contribuição da mineração para a economia nacional. Os efeitos econômicos positivos da mineração são reconhecidos, porém algumas partes interessadas apresentam críticas ao fato de o crescimento econômico não ser compartilhado com as comunidades afetadas. Destacam ainda os efeitos significativos sobre a flora e a fauna, a qualidade do ar e da água e os efeitos sobre a saúde em comunidades próximas às áreas de mineração devido à emissão de material particulado. O consumo de água, altamente intensivo nas operações, é apontado como causa do aumento da escassez deste recurso nas comunidades (VIVEROS, 2014).

Miranda e Marques (2016) apontam impactos recentes, ocasionados pelo crime socioambiental da Samarco/Vale em Mariana: metais pesados e outras substâncias tóxicas estão presentes na lama proveniente do rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão. Esses metais são bioacumuláveis na cadeia alimentar e causadoras de múltiplos danos à vida em suas mais diversas expressões. De acordo com Freitas, Barcellos, Asmus, Silva e Xavier (2019, p. 3), o evento multiplicou diversos problemas de saúde humana:

[...] parasitoses, diarreias e gastroenterites; dermatites e infecções das vias aéreas superiores pelo contato com a poeira da lama, principalmente em crianças; ansiedade, hipertensão arterial sistêmica e diabete mellitus; reemergência de doenças controladas no passado, como dengue.

Segundo Freitas, Barcellos, Asmus, Silva e Xavier (2019), em Brumadinho, a lama tóxica atingiu uma população estimada em 3.485 pessoas e 1.090 domicílios, um pouco mais de 10% da população atingida de forma direta e imediata. Ao longo dos 18 municípios atingidos pela lama escoada no Rio Paraopeba, considerados raios de 500 metros e 1 km, na extensão de 250 km, estima-se que haja, respectivamente, 147 e 424 comunidades de indígenas, quilombolas, silvicultores e pescadores impactadas. Somam-se a esses impactos,

⁸⁶ “Custo de vida, crescimento demográfico, educação, família, saúde e questões indígenas” (VIVEROS, 2014, p. 4, tradução nossa).

⁸⁷ “Consumo de energia, flora e fauna, poluição e consumo de água” (VIVEROS, 2014, p. 4, tradução nossa).

“[...] as rupturas e perdas, simbólicas, culturais, econômicas, infraestrutura, familiares (como as centenas de crianças que ficaram órfãs de uma hora para outra), amigos, vizinhanças e lugares de referência [...]” (FREITAS; BARCELLOS; ASMUS; SILVA; XAVIER, 2019, p. 2). Os autores salientam que Mariana e Brumadinho dependem da mineração para as suas receitas em cerca de 80% e 60%, respectivamente. Tal dependência faz com que haja um clamor nesses municípios no sentido da não interrupção das atividades produtivas, provocando um efeito social perverso sobre as pessoas atingidas,

[...] que perderam suas casas e vizinhanças, passaram a sofrer discriminação na cidade, com as vítimas passando a ser tratadas como culpadas pelos prejuízos causados pelo fechamento temporário da Samarco e seus grandes impactos na economia, empregos e renda no município (FREITAS; BARCELLOS; ASMUS; SILVA; XAVIER, 2019, p.4)⁸⁸.

Os autores destacam que, em ambos os desastres protagonizados pela Vale, constatou-se que os planos de emergências não saíram do papel e que os sistemas de alerta e alarme não foram efetivos. Miranda e Marques (2016) problematizam a negligência do Estado, que favorece a Vale. Para os autores, houve tímidos esforços para monitorar e minimizar os impactos, identificar e punir os responsáveis, bem como as agências estaduais de licenciamento e fiscalização por sua negligência. Por fim, concluem:

Most important, the Samarco tragedy should not be seen as an isolated case: it is one of the consequences of the abandonment of environmental values by Brazilian society, with economic development disconnected from conservation/sustainability and social responsibilities [...] ⁸⁹ (MIRANDA; MARQUES, 2016, p. 3).

Ao contrário das duas recentes tragédias, cuja dimensão dos danos foi noticiada amplamente, não é tarefa fácil identificar, a partir da leitura de cada um dos relatórios individualmente, informações explícitas de possíveis impactos causados pela Vale às pessoas ou ao Meio Ambiente. O dizer da Vale nos relatórios evita produzir sentidos que contestem sua imagem de empresa comprometida com uma agenda de sustentabilidade. Esta estratégia foi constatada por Spence (2007), ao verificar a omissão de informações negativas relevantes por meio de um processo de higienização.

⁸⁸ Os autores utilizaram como referência: Neves, Roque, Freitas e Garcia (2018).

⁸⁹ Mais importante, a tragédia da Samarco não deve ser vista como um caso isolado: é uma das consequências do abandono dos valores ambientais pela sociedade brasileira, com o desenvolvimento econômico desvinculado da conservação / sustentabilidade e das responsabilidades sociais (MIRANDA e MARQUES, 2016, p. 3, tradução nossa).

A partir de Spence (2007), e com Orlandi (2015b), identificamos que há um processo de silenciamento funcionando no discurso para interditar sentidos, aquilo que não pode e não deve ser dito, no interior da formação discursiva da sustentabilidade empresarial. Retomemos, em Orlandi (2015b), o conceito de FD, que são “[...] regiões historicamente determinadas de relações de força e de sentido [...]” (ORLANDI, 2015b, p. 20), ou seja “[...] são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados constituem sentidos diferentes [...]” (ORLANDI, 2015b, p. 20). De acordo com Orlandi (2015b, p. 21), uma FD tem fronteira, definida como aquilo que a diferencia de outra e também apresenta contradições, que expressam sua heterogeneidade “[...] pois já evoca por si o *outro* sentido que ela não significa [...]” (ORLANDI, 2015b, p. 21, grifo nosso).

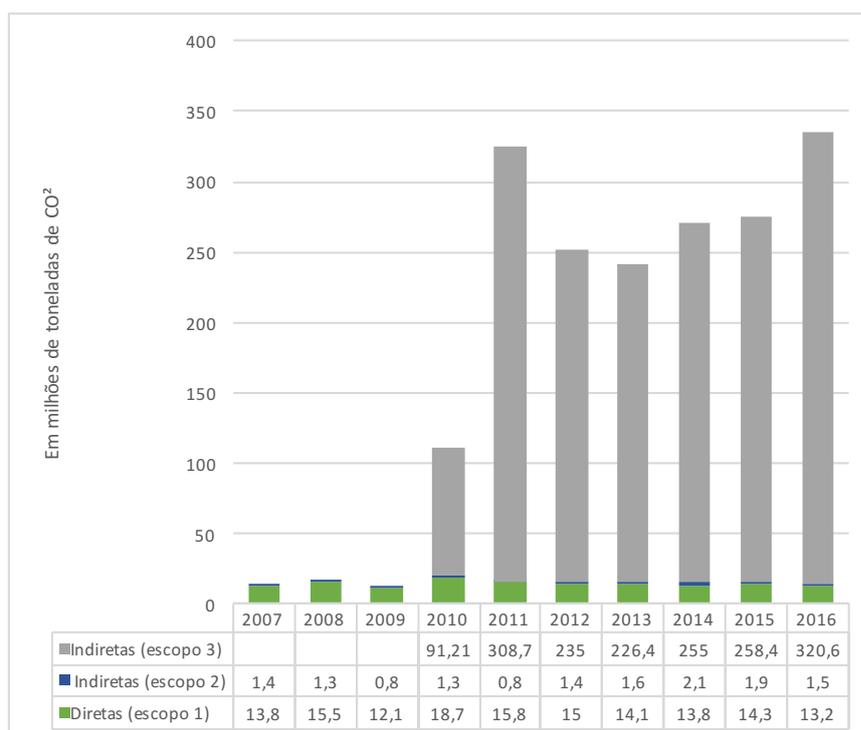
Verificamos que a perspectiva de sustentabilidade, do ponto de vista discursivo, nas empresas tem uma FD própria que, em alguns pontos pode coincidir e em outros divergir de outras FD, como a ambientalista, por exemplo. Está, portanto, presente no funcionamento discursivo, não só a omissão como a utilização da linguagem de forma a atenuar a gravidade do dado apresentado. As imagens selecionadas para cada relatório e sua diagramação contribuem também para apresentação de uma materialidade discursiva que traz apenas o que pode e deve ser dito e cuja estética gera um efeito visual de beleza e harmonia na relação entre a empresa (com seus empregados), a sociedade e o Meio Ambiente.

O relatório de sustentabilidade sendo um texto é, portanto, “[...] um objeto linguístico-histórico a partir do qual podemos apreender o discurso que o sustenta [...]” (CAZARIN, 2013, p. 359). O texto, o intradiscurso, no caso da Vale é marcado pelo não dito, pela omissão e pela disposição das informações de maneira a atenuar a gravidade do que determinados dados significam. Os relatórios disponibilizam dados numéricos e, ainda que a fidedignidade deles seja questionável, dada a discricionariedade da empresa na produção dos dados, na formatação e no processo de elaboração, os números podem proporcionar análises para possibilitar um confronto com o discurso da empresa. Identificamos, compilamos e apresentamos dados sociais e ambientais, reportados pelo maior número possível de edições dos relatórios: emissões de gases de efeito estufa (GEE); emissões de materiais particulados; quantidade de resíduos gerados; tamanho de áreas impactadas sem reabilitação; volume de água consumida; quantidade de processos judiciais por questões fundiárias; e os dispêndios sociais e ambientais obrigatórios e voluntários.

No tocante às emissões de GEE, ilustradas no Gráfico 2, o escopo 1 reúne as emissões diretas, aquelas oriundas de fontes próprias ou controladas pela Vale. O escopo 2

abarca as emissões indiretas, fruto da aquisição de energia elétrica. Já o escopo 3 é uma categoria opcional para ser reportada no relatório e abrange todas as outras emissões indiretas resultantes da atividade produtiva da Vale, mas que ocorrem em fontes que não pertencem ou não estejam sob seu controle.

Gráfico 2 – Emissões de GEE

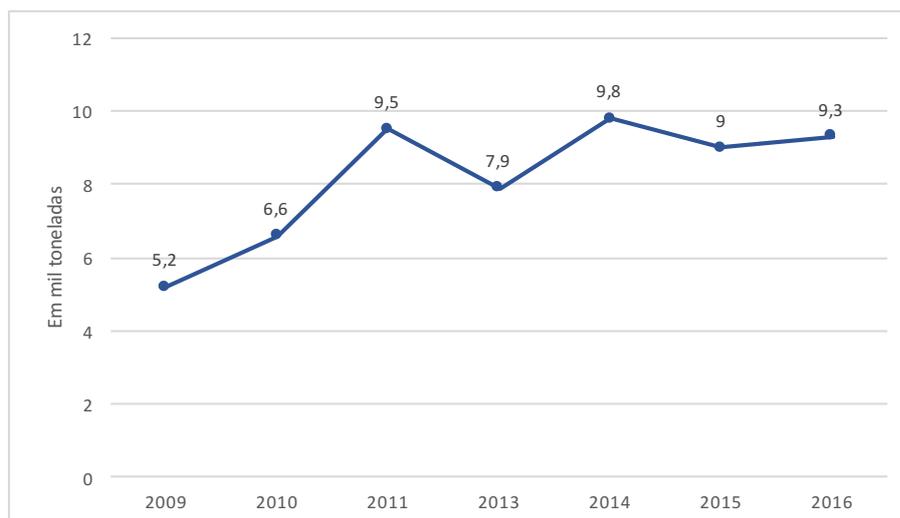


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Observa-se no Gráfico 2 uma estabilidade nas emissões diretas. Entretanto, quanto ao escopo 3, desde que começou a ser reportada a emissão mais do que triplicou. Enquanto a média do escopo 1 foi de 14,63, as dos escopos 2 e 3 foram 1,41 e 242,19, respectivamente, em milhões de toneladas de CO₂. Apesar das diretrizes do Programa *GHG Protocol* Brasileiro considerar o escopo 3 opcional, nota-se a importância dessa mensuração para identificar o impacto da Vale. Uma vez que essas emissões são indiretas, mas existem por conta da atividade produtiva da empresa, isso significa que a mesma é responsável também pelo impacto de tais emissões no meio ambiente. Ao longo dos sete anos de registro do escopo 3, a quantidade das emissões só aumentou, uma vez que em 2010 era de 91,21 milhões de toneladas de CO₂ e em 2016 alcançou os 320,6 milhões.

Quanto às emissões de materiais particulados, apresentadas no Gráfico 3, a média foi de 8,18 mil toneladas e nota-se que houve um aumento de 44% no intervalo dos sete anos, cujos dados estavam disponíveis: 2009 a 2016. O salto de 5,2 mil toneladas em 2009 para 9,3 mil em 2016 indica o consequente aumento do impacto ambiental ocasionado pela empresa.

Gráfico 3 - Emissão de material particulado.

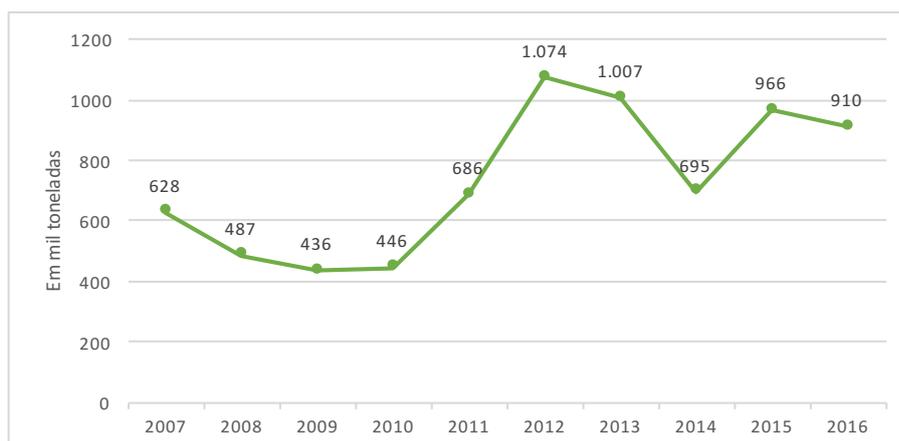


Fonte: dados da pesquisa, 2019.

No que tange ao consumo de água, nota-se que houve um aumento no consumo de água nova, saindo de 390,2 milhões de metros cúbicos por ano em 2007 para 426,3 milhões em 2016, o que revela um percentual de crescimento de 9,25%. Maior consumo de água tem implicação direta com a sustentabilidade, revelando um maior impacto ambiental. O consumo médio de água nova foi de 406,79 milhões de metros cúbicos por ano, enquanto o consumo de água reutilizada foi de 1,05 bilhão de metros cúbicos por ano. Constata-se um aumento de 157% na reutilização da água contra um aumento de 18,4% na captação de água nova. A reutilização da água ao mesmo tempo que denota uma preocupação ambiental também pode estar associada à redução do custo da captação de água nova. A soma do consumo de água na Vale para o período equivale a 14,5 bilhões de metros cúbicos, o equivalente a 14,7 vezes o volume útil de água do sistema Cantareira que abastece São Paulo.

A quantidade de resíduos gerados, conforme Gráfico 4, apresenta um crescimento de 45% de 2007 a 2016. A quantidade média gerada foi de 733 mil toneladas, já o total foi superior a 7 bilhões de toneladas. Considerando que a geração de resíduos só aumentou houve, portanto, um aumento no impacto ambiental. Quanto à destinação dada aos resíduos, a disposição em solo cresceu 48% em dez anos, o que revela um conseqüente crescimento do impacto gerado ao meio ambiente. Apesar disso, observa-se que a empresa aumentou o reprocessamento dos resíduos em 182%.

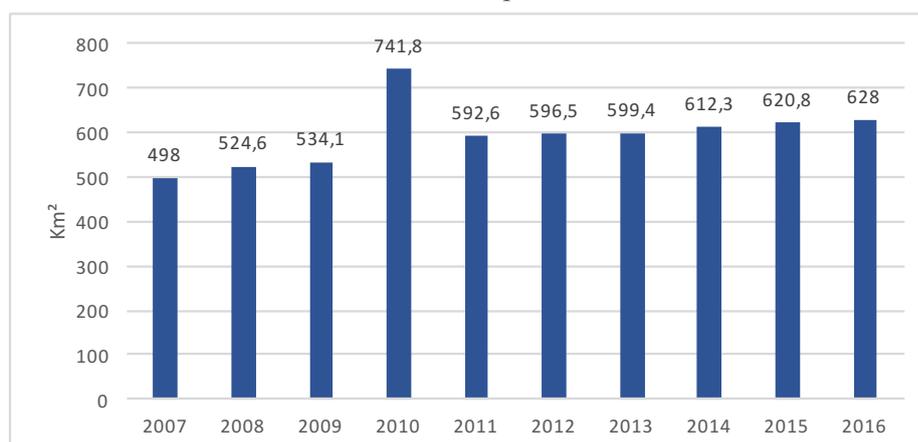
Gráfico 4 – Quantidade consolidada de resíduos gerados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Como visto no Gráfico 5, A Vale manteve áreas impactadas sem reabilitação de um ano para outro, tendo acumulado, em 2010, a área máxima de 741,8 quilômetros quadrados. A dimensão média de áreas impactadas e não recuperadas foi de 594,81 quilômetros quadrados. Comparado a 2007 houve um aumento de 26%, fechando 2016 com o total de 628 quilômetros quadrados.

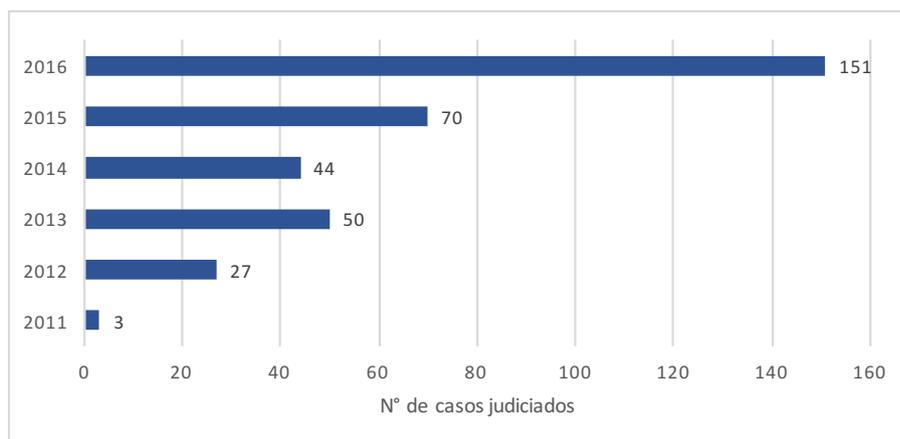
Gráfico 5 – Saldo acumulado de áreas impactadas não reabilitadas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com os dados disponibilizados pela Vale, de 2011 a 2016, conforme Gráfico 6, os processos judiciais por conta de conflitos pelo uso da terra, foram multiplicados por cinquenta vezes. A dimensão do conflito, no caso, restringe-se apenas aos que foram judicializados, o que revela que existem dificuldades de relação da empresa com as populações do entorno, fato omitido no seu discurso. Este dado, ainda que não revele o teor de cada conflito, demonstra que a empresa tem impacto nas comunidades do entorno. A quantidade contabilizada em 2016 pode ter subido tanto devido ao rompimento da barragem da Samarco/Vale em Mariana.

Gráfico 6 – Conflitos pelo uso da terra



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os dispêndios ambientais aumentaram de 2007 a 2012 e, logo depois, apresentaram sucessivos decréscimos até 2016, conforme Tabela 1. Esse desinvestimento contrasta com os crescentes recordes de produção anunciados pela Vale em seus relatórios.

Tabela 1 – Dispêndios socioambientais da Vale de 2007 a 2016 em milhões de US\$

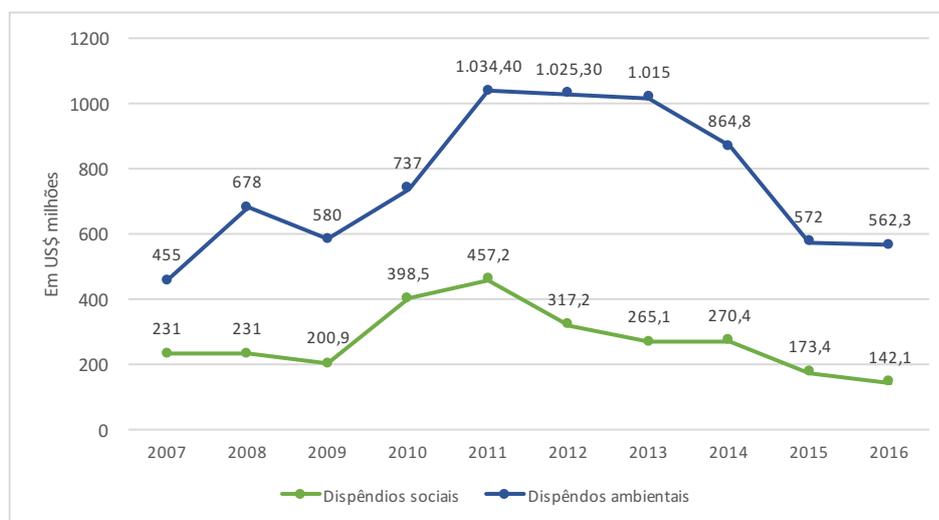
Ano	Dispêndio ambiental	Dispêndio ambiental voluntário	Dispêndio social	Dispêndio social voluntário
2007	455	-	231	-
2008	678	-	231	-
2009	580	-	200,9	-
2010	737	-	398,5	-
2011	1.034,4	155,16	457,2	406,91
2012	1.025,3	256,33	317,2	225,21
2013	1.015	274,05	265,1	135,20
2014	864,8	319,98	270,4	156,83
2015	572	-	173,4	52,02
2016	562,3	191,18	142,1	-
Σ	7.523,8	1.196,7	2.686,8	976,17

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O dispêndio ambiental totaliza, em uma década, cerca de US\$ 7,5 bilhões. Já o dispêndio social totaliza US\$ 2,6 bilhões, praticamente um terço do ambiental. A partir de 2012, ambos os dispêndios seguiram em decréscimo, tendo destaque a redução do dispêndio social que, em 2016, equivale a 61% do montante dispendido em 2007. A evolução desses gastos pode ser observada no Gráfico 7. Foram encontrados registros do percentual do investimento social voluntário apenas no intervalo de 2011 a 2015. Entende-se por voluntário o montante gasto pela empresa em ações e projetos, tanto sociais quanto ambientais, sem relação a qualquer tipo de obrigação legal. O dispêndio ambiental voluntário, apresentado na

Tabela 1, apesar de ter atingido quase US\$ 320 milhões em 2014, chega em 2016 a US\$ 191 milhões. Há falta da informação do percentual voluntário investido em 2015, o que poderia confirmar se há uma tendência de queda nos gastos.

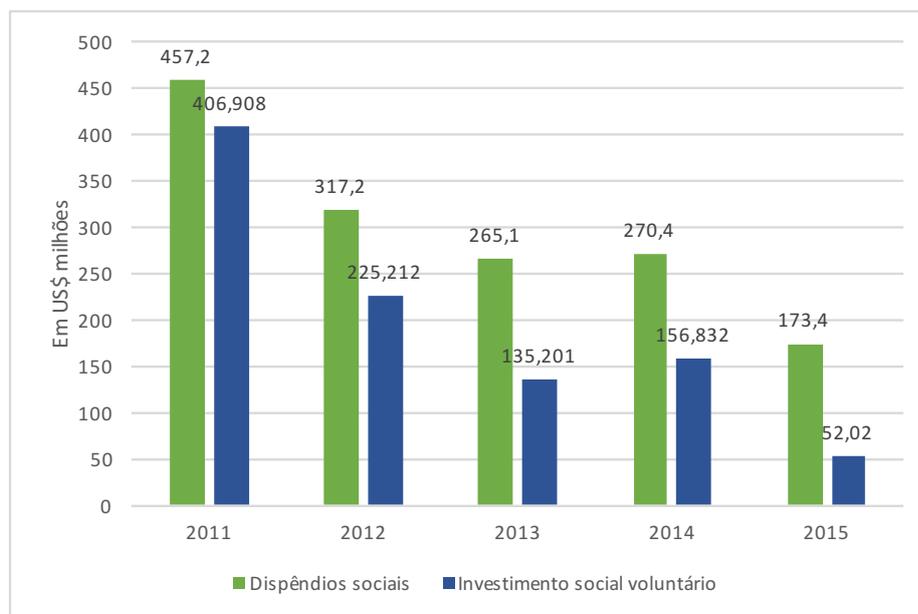
Gráfico 7 - Dispendios sociais e ambientais



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Verifica-se no Gráfico 8 que a contribuição voluntária da Vale na área social aparentou interromper a tendência decrescente em 2014, porém manteve-se em queda desde 2012, alcançando em 2015 cerca de US\$ 52 milhões, valor oito vezes menor do que os US\$ 407 milhões dispendidos em 2011. Em 2016, não foi mencionado o percentual do dispêndio social voluntário, o que pode significar que a Vale o omitiu para não declarar explicitamente que os dispêndios foram exclusivamente de cunho obrigatório, o que pode também ter ocorrido quanto ao investimento ambiental voluntário de 2015. No relatório de 2016, há apenas a informação de que a empresa destinou US\$ 16 milhões à Fundação Vale.

Gráfico 8 – Dispêndio social voluntário



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Com base na sistematização dos dados aqui apresentados, levantamos algumas análises que contribuem para apontar a insustentabilidade do discurso da empresa sustentável. No que diz respeito à metodologia adotada pelo GRI, que estabelece as emissões de GEE (escopo 3) como voluntárias, observamos que a quantidade emitida mais que triplicou desde que começou a ser divulgada. É questionável, portanto, a voluntariedade da informação sobre um dado tão relevante para o impacto ambiental, que apesar de não ser realizado diretamente pela Vale é resultado de sua atividade produtiva.

Contrasta-se às reduções dos dispêndios sociais e ambientais, o crescimento e os recordes de produção obtidos pela Vale ao longo dos anos pesquisados, conforme posto nos relatórios, com destaque para o ano de 2016, “[...] marcado por forte desempenho econômico-financeiro, com sólido desempenho operacional e recordes anuais de produção em minério de ferro, níquel, cobre, cobalto, ouro e carvão [...]” (VALE, 2017, p. 33).

Há uma incoerência pelo fato dos dispêndios sociais e ambientais se reduzirem com o tempo, tendo em vista o crescimento contínuo da produção que, inevitavelmente, gera impactos, por exemplo: o aumento da emissão indireta de GEE; da emissão de particulados; da geração de resíduos; do consumo de água; das áreas impactadas e não recuperadas, entre outros. Diante do crescimento da empresa, do ponto de vista dos recordes de produção, do lucro e de seu valor de mercado, a diminuição dos dispêndios sociais e a tendência de decréscimo nos dispêndios ambientais se configuram materialidade relevante para o

questionamento da responsabilização da empresa, de fato, com as questões de sustentabilidade.

6 CONCLUSÃO

O discurso empresarial da sustentabilidade é nosso objeto de estudo e na perspectiva Pêcheuxtiana é efeito de sentidos entre interlocutores e se constitui na relação entre sujeito, história e ideologia. Esta tese teve por objetivo desvelar o discurso empresarial sobre sustentabilidade, na Vale, a partir dos seus relatórios publicados no período de 2007 a 2017.

Buscou-se conhecer a origem do desenvolvimento sustentável (DS), demonstrando sua inscrição na Formação Discursiva do Desenvolvimento Capitalista; explicar o DS como um projeto da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial (BM); e investigar quais são e como são produzidos os efeitos de sentido da sustentabilidade na Vale.

Denominamos o percurso de constituição dos sentidos do desenvolvimento de formação discursiva do desenvolvimento capitalista. Tomamos o pronunciamento do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, como enunciado fundador do desenvolvimento. Apontamos o surgimento do DS na formação discursiva do desenvolvimento capitalista no final da década de 1980 que, logo após 1992, se tornou um consenso planetário, aqui considerado como um acontecimento enunciativo.

Por sua vez, a sustentabilidade é identificada como uma transfiguração do DS, tornando-se seu desdobramento gerenciável, largamente difundido no âmbito empresarial. Identificamos a formação discursiva da sustentabilidade empresarial como dominante da prática discursiva e consideramos indispensável recuperar as suas condições de produção do discurso, a partir do retorno ao discurso fundador da gestão. Expomos, a partir de autores críticos na Administração, como Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Faria, a inscrição da formação discursiva da sustentabilidade empresarial em uma formação ideológica legitimadora da sociedade e da teoria dominante centradas no mercado.

Para a interpretação do discurso empresarial da sustentabilidade, partimos dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, além de diversos autores da Análise do Discurso (AD), que se alinham à teoria do discurso e aos fundamentos do materialismo histórico-dialético que a constitui. Na análise, a noção de funcionamento discursivo foi central. A partir dela, passamos do texto ao discurso, observando, a partir do *corpus*, suas características relevantes, os efeitos de sentido possíveis e as funções que cada efeito desempenha no discurso da sustentabilidade na Vale. Destarte, tendo em vista o funcionamento do discurso, buscamos responder ao problema de pesquisa: como são produzidos os efeitos de sentido da designação sustentabilidade nos relatórios da Vale?

Demonstramos que o funcionamento do discurso faz a Vale constituir uma proibição, na esfera privada da gestão, que visa a interditar aos seus interlocutores a associação de sua imagem à história da companhia estatal. A Vale constitui um novo sentido de gestão, através do silenciamento da sua origem pública e da sobrevalorização do vertiginoso crescimento sob a gestão privada. Adotando um discurso gerencialista, a Vale cria uma imagem de eficiência e crescimento, oposta à ideia pré-construída de ineficiência das organizações públicas. Esse pré-construído confere um papel importante à censura e ao silenciamento. Ele é mobilizado pelo sujeito do discurso, que o resgata do cerne do discurso neoliberal, a fim de respaldar o silenciamento e a censura, uma vez que vincula o passado estatal à ineficiência e à burocracia.

Constatamos que a formação discursiva da sustentabilidade empresarial é a matriz de sentidos de um discurso higiênico que se filia à formação discursiva da gestão canônica. Os relatórios de sustentabilidade se configuram em tecnologia gestonária para higienização da imagem da Vale, criando uma representação de empresa sustentável. A categoria analítica Formação Ideológica do mercado ajuda a explicar a o efeito de representação, pois designa o lugar que a Vale atribui a si e aos outros. É, portanto, no relatório de sustentabilidade que observamos, materializada, uma representação higienizada que a Vale constrói de si para seus interlocutores. Essa representação é uma imagem marcada social, histórica e ideologicamente e representa uma posição-sujeito no processo discursivo.

As condições de produção do conhecimento canônico em gestão nos revelam que ela é produto de uma sociedade centrada no mercado, dominada pela formação ideológica do capital. Identificamos no discurso da Vale o sujeito gestor, o *manager*, posição-sujeito vinculada à forma-sujeito histórica, isto é, a capitalista. A ideologia, no discurso, cumpre o papel de determinar o que deve ser dito pela Vale como sustentável, fornecendo aos interlocutores as evidências do que seja a sustentabilidade a partir dos sentidos produzidos na formação discursiva da sustentabilidade empresarial, na qual o sujeito do discurso toma posição e seleciona seus dizeres. Destarte, o discurso da sustentabilidade na Vale tem uma posição-sujeito identificada com a formação discursiva da sustentabilidade empresarial, que veicula a forma-sujeito do mercado. O sujeito do discurso reproduz o que dita o mercado, que é a fonte dos dizeres ecoantes a partir de um lugar discursivo bastante específico, da posição-sujeito do *manager*.

No fio do discurso, a preocupação da Vale em gerar lucro e aumentar o valor de mercado torna-se menos evidente do que o esforço da empresa em demonstrar seu desempenho relacionado à sustentabilidade. Ao identificar esse movimento, realizamos um gesto de interpretação para desconstruir os sentidos de sustentabilidade. Analisamos a

produção de sentidos em torno da expressão referencial *desenvolvimento sustentável* a partir das SD, o que possibilitou constatar que a Vale produz três efeitos de sentido: viabilizar a mineração, tornar-se uma empresa competitiva e gerar valor para o acionista.

O discurso da sustentabilidade na Vale é, portanto, aquele que simula uma conduta empresarial baseada em valores éticos, no respeito às pessoas, às comunidades e ao ambiente natural, mas que, concretamente, atende aos interesses dos acionistas de valorização das ações no mercado global. Em seu funcionamento, o discurso da sustentabilidade na Vale opera ainda uma higienização da imagem da empresa, apaga a memória estatal e camufla a sua missão de transformar a Natureza em dinheiro.

Uma das contribuições deste trabalho deve-se à adoção da AD Pêcheuxtiana, abordagem qualitativa que, com seus 50 anos de história e sua inflexão interdisciplinar, pode ser uma alternativa nos estudos em Administração, tendentes a privilegiar modelos de análises quantitativas. A AD apresenta uma perspectiva teórica, acompanhada de dispositivos analíticos que oferecem muitas possibilidades para investigação em Administração. Ao contrário de reivindicar para si um rigor que convença o leitor de que a análise produzida é a única leitura possível do fenômeno, a AD trata cada análise como uma dentre outras tantas possibilidades, um gesto de interpretação dentre muitos outros possíveis. Almejar uma interpretação única, portanto, produz um conflito com os princípios da AD.

Outra contribuição tem a ver com uma função política e social, na medida em que a pesquisa proporciona reflexões, a partir de seus dados e da literatura, e expõe as entranhas do discurso de uma empresa, cuja irresponsabilidade socioambiental se camufla sob o insustentável discurso da sustentabilidade. As contestações à conduta da Vale por parte de movimentos sociais, como o MAB e os Atingidos pela Vale, bem como as evidências deixadas pelos dois crimes cometidos pela empresa em Mariana e Brumadinho, nos últimos três anos, somam-se aos achados desta pesquisa, atribuindo-lhe ainda mais relevância.

A AD, enquanto disciplina que não está no *mainstream* metodológico dos estudos organizacionais, pode ser utilizada para reflexão materialista em Administração, contribuindo para o estímulo à reflexividade e criticidade, evocadas por Kopelque e Boeira (2016) também na formação de administradores/as. Esta pesquisa contribui para a denúncia da prevalência da ideologia gerencialista (GAULEJAC, 2015); oferece uma visão desnaturalizada da organização e da Administração, não inscreve os conhecimentos em uma lógica instrumental de cálculo dos meios com relação aos fins e apresenta intenção emancipatória (DAVEL; ALCADIPANI, 2003).

Mais uma contribuição, que uma tese vinda da Administração pode dar, é descortinar o mito da sustentabilidade corporativa, aquele que não é mais do que uma ideia para adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019). Esse mito vem sendo utilizado de forma deliberada pela Vale, como revela o avesso de seu discurso, esmiuçado a partir da análise do *corpus*, extraído de seus relatórios de sustentabilidade que, ideologicamente, buscam legitimar uma perspectiva gerencialista do DS. A análise do discurso da sustentabilidade na Vale reforça-a enquanto mito, pois a cobiça corporativa se põe acima da Natureza e a maximização dos dividendos do acionista é o valor que mais importa, pois sobrepõe-se aos interesses de todas as demais partes interessadas.

Apesar de termos realizado, neste estudo, uma análise linguístico-discursiva, como propõe a AD, identificamos, por conta da trajetória de formação acadêmica do pesquisador, como uma das limitações deste trabalho, a dificuldade no maior aprofundamento das análises no que tange à perspectiva linguística. Outra limitação diz respeito à interpretação dos dados numéricos extraídos dos relatórios, que poderia ter sua explicação enriquecida a partir da utilização de uma abordagem mais quantitativa em complementação à análise do discurso. Como aprofundamento desta pesquisa, pode ser feita uma análise a partir de *corpus* heterogêneo, que busque confrontar duas formações discursivas, aparentemente, antagônicas. Por exemplo, confrontar a perspectiva de sustentabilidade na Vale àquela apresentada pelos movimentos sociais, como o MAB e a Articulação de Atingidos pela Vale.

REFERÊNCIAS

ACQUIER, Aurélien; DAUDIGEOS, Thibault; VALIORGUE, Bertrand. Corporate social responsibility as an organizational and managerial challenge: the forgotten legacy of the Corporate Social responsiveness movement. *M@n@gement*, Quebec, v. 14, n. 4, p. 221-250, 2011.

ACSELRAD, Henri [et. al.]. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental. *E-cadernos CES*, Coimbra, n. 17, p. 190-20, 2013.

ACSELRAD, Henri. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. *In: CAVALCANTI, Clovis (org.), Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais - INPSO, Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, 1994. Cap. 7, p. 128-138.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental**: novas articulações entre meio ambiente e democracia. *In: IBASE/CUTRJ/IPPUR-UFRJ. Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente: o debate internacional*. Rio de Janeiro: IPUR, 2000. p. 7-12. (Série Sindicalismo e Justiça Ambiental, v. 3).

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2008, Santa Cruz do Sul, RS. Anais [...]*. Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2008. 1 CD.

ADÃO, Sonia Maria. **Os discursos confrontados no processo de privatização**: o caso companhia Vale do Rio Doce. Orientador: Helena Hathsue Nagamine Brandão, 2006. 211f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01022008-105831/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

AIUB, Tânia Jurema Flores da Rosa. **Condições de produção de um discurso sobre o sujeito aluno na educação a distância**. Orientadora: Lucia Rottava. 2015. 166f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ALCADIPANI, Rafael ; BERTERO, Carlos Osmar. Guerra fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 284-299, maio/jun. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000300002>. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol52-num3-2012/guerra-fria-ensino-management-no-brasil-caso-fgv-eaesp>. Acesso em 10 ago. 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico e materialismo dialético. *In*: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979. p. 33-56.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília, DF: IBRI, 2001. 432 p. (Coleção Relações internacionais; v. 3). ISBN 85-88270-04-8.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

ARAÚJO, Eliane R.; FERNANDES, Francisco R. Chaves (2016) Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. *In*: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; PÉREZ CEBADA, Juan Diego (Eds). **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica**: o passado e o presente. Rio de Janeiro: CETEM/CICP, 2016. cap. 2, p. 65-88.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DE ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de insustentabilidade da Vale**. [s.l.: AIAAV], 2012. Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/>. Acesso em: 15 ago. 2016

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV**: revue de linguistique, Paris, v. 26, p. 91-151, 1982.

AZEVEDO, Júlio Arantes. **O discurso da democratização da comunicação**: memórias, lutas e efeito de sentido. Maceio: EDUFAL, 2017. 192p.

BALLOU, Brian; HEITGER, Dan L. **The rise of corporate sustainability reporting**: a rapidly-growing assurance opportunity. Richard T. Oxford: Farmer School Of Business Miami University, 2005.

BALLOU, Brian; HEITGER, Dan L.; C Landes. The rise of corporate sustainability reporting: a rapidly-growing assurance opportunity. **Journal of Accountancy**, Bingley, v. 202, n. 6, p. 65-74, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: 1991. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BANCO MUNDIAL. **Colaboración entre el Banco Mundial y las Organizaciones no Gubernamentales**. Washington. 1996.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who sustains whose development?: sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, London, v. 24, n. 1, p. 143–180, jan. 2003.

BARIN-CRUZ, Luciano; PEDROZO; Eugênio Ávila; ESTIVALETE, Vânia de Fátima Barros. Towards sustainable development strategies: a complex view following the contribution of Edgar Morin. **Management Decision**, York, v. 44, n. 7, p. 871-891, 2006.

BATISTA, Renato. Vale vira vice-líder da bolsa brasileira e fica atrás só da Ambev. **Estadão**, São Paulo, 06 jun. 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,vale-vira-vice-lider-da-bolsa-brasileira-e-fica-atras-so-da-ambev,70002340902>. Acesso em: 23 abr. 2019.

BARROS, Flávia Lessa de. Banco Mundial e ONGS ambientalistas internacionais: ambiente, desenvolvimento, governança global e participação da sociedade civil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 261-263, Abr. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922005000100014>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2019.

BIERMANN, Frank; KANIE, Norichika; KIM, Rakhyun E. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 26–27, p. 26-31, jun. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343517300209>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BOUTILIER, Robert G.; BLACK, Leeora D.; THOMSON, Ian. From metaphor to management tool: How the social license to operate can stabilise the socio-political environment for business. **International Mine Management 2012 Proceedings**, Melbourne, p. 227-237, 2012. Disponível em: http://stakeholder360.com/Boutilier_Black_Thomson_From_metaphor_to_mgmt_tool_w_AU_SIMM_permission.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Análise do discurso: um itinerário histórico. *In*: PEREIRA, Helena Bonito Couto; ATIK, Maria Luiza Guarnieri (Orgs.) **Língua, Literatura e Cultura em Diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003. Disponível em: <http://lucicleidecardoso.blogspot.com/p/nalise-do-discurso-um-itinerario.html>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. rev. 2. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. 117p., ISBN 978-85-268-0991-8.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942. Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, Brasília, DF, p. 8987, 1 jun. 1942.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. ISBN 978-85-7617-290-1.

CAMARGO, Ricardo Zagallo. Sustentabilidade: um consenso perverso?. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL EM COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 3., 2013, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, 2013.

CAPOBIANCO, João Paulo. O que podemos esperar da Rio-92?. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 13-17, jan./jun. 1992. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_03.pdf. Acesso em 22 nov. 2018.

CAPPELLIN, Paola; GIFFONI, Raquel. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no norte e no sul. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434, 2010.

CARROL, Archie B. Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. **Business and Society**, Boston, v. 38, p. 268-295, 1999.

CARON, Marie-Andrée; TURCOTTE, Marie-France B. Path dependence and path creation: framing the extra-financial information market for a sustainable trajectory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bingley, v. 22, n. 2, p. 272-297, jan. 2009. ISSN: 0951-3574. DOI 10.1108/09513570910933979.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex SILVA; PIMENTEL, Thiago D.; SOUZA-RICARDO, Pablo Alexandre Gobira (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 174-184. ISBN 978-85-3622-518-0.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras: Revista do Programa de pós-graduação em Letras**, Santa Maria, n. 48, p. 193-210, 2014.

CAZARIN, Ercília Ana. O funcionamento discursivo da negação e da promessa no discurso religioso. **Revista Desenredo - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, 2013.

CESAR, Monica de Jesus. **“Empresa-cidadã”**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2004. ISBN: 978-85-249-1421-8.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 560p. ISBN 978-85-7244-262-6.

CHIABI, Ana Luiza Gontijo; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de estratégia de mudança da marca acrescentando valor: um estudo da vale. **Revista de Administração da UFSM. Brazilian Journal of Management**, Santa Maria, v. 3, n.1, p. 131-143, jan./abr. 2010.

CHING, Hong Yuh; GERAB, Fábio; TOSTE, Thiago Henrique. Analysis of sustainability reports and quality of information disclosed of top Brazilian companies. **International Business Research**, Moscou, v. 6, n. 10, p. 62-77, 23 sept. 2013. ISSN 1913-9012 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5539/ibr.v6n10p62>. Disponível em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ibr/article/view/28572>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CHING, Hong Yuh; GERAB, Fábio; TOSTE, Thiago Henrique. The quality of sustainability

reports and corporate financial performance: evidence from Brazilian listed companies. **SAGE Open**, Thousand Oaks, v. 87, n. 8, p. 745-750, apr./jun. 2017. ISSN 2158-2440 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.1177/2158244017712027>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244017712027>. Acesso em: 14 nov. 2018.

COBRE aprovado US\$ 1,1 bilhão para Salobo III. **Brasil mineral: mineração, siderurgia, metalúrgica, petróleo**, São Paulo, 26 out. 2018. Disponível em: <http://www.brasilmineral.com.br/noticias/aprovado-us-11-bilh%C3%A3o-para-salobo-iii>. 23 abr.2019

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 1991. 430p.

CONGRESSO EM FOCO. Principais argumentos contra a venda da Vale. **Revista Congresso em Foco**, Brasília, DF, 12 abr. 2006. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/principais-argumentos-contr-a-venda-da-vale>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. Análise do Discurso no Âmbito dos Estudos Organizacionais: Uma Abordagem Teórica. *In*: CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex SILVA; PIMENTEL, Thiago D.; SOUZA-RICARDO, Pablo Alexandre Gobira (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 21-52. ISBN 978-85-3622-518-0.

COURTINE, Jean-François. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014. 250p., ISBN 978-85-7600-160-7.

COUTROT, Thomas. L'entreprise néo-libérale: la coopération forcée. *In*: COUTROT, Thomas. **Dans L'entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste?: Enquête sur les modes d'organisation du travail**. Paris, La Découverte, 1998. Cap. 8, p. 219-253.

DALLA COSTA, Armando. La Vale dans Le nouveau contexte d'internationalization des entreprises brésiliennes. **Revista Empresas et Histoire**, Paris, n. 54, p. 86-106, avril 2009. ISSN 1161-2770.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 416p.

DAUDIGEOS, Thibault; VALIORGUE, Bertrand. L'entreprise néolibérale face à la désinstitutionalisation des conflits sociaux; propositions pour une heuristique de la violence et de la souffrance au travail. *In*: CHAUDAT, Pierre; MULLER, Renaud. **Les nouvelles organisations du travail: entre souffrance et performance**. Paris: Harmattan Logiques Sociales, 2011. p. 1-21.

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.

DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na análise de discurso: Movimentos de

resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **SIGNAL: estudos da linguagem**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 80-103, dez. 2016. ISSN: 2237-4876 versão *online*. DOI: 10.5433/2237-4876.2016v19n1p80. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signal/article/view/25109/20162>. Acesso em: 13 dez. 2017.

DELUIZ, Neise; GONZALEZ, Wânia; PINHEIRO, Beatriz. ONGs e políticas públicas de educação profissional: proposta para a educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 29-42, maio/ago. 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN: 978-85-224-6753-2.

DINGWERTH, Klaus; PATTBERG, Philipp. World Politics and Organizational Fields: The Case of Transnational Sustainability Governance. **European Journal of International Relations**, Colchester, v. 15, n. 4, p. 707–743, 2009. doi:10.1177/1354066109345056

DINIZ, Eli. **Empresariado, estado e políticas públicas no Brasil: novas tendências no limiar do novo milênio**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, [2003?]. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_empresariado_e_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

DINIZ, Eli. Empresário, democracia e desenvolvimento: tendências e desafios no limiar do novo milênio. In: GOMES, Eduardo Rodrigues; CONDÉ, Eduardo Salomão; TAPIA, Jorge Rubem Biton (Orgs.). **Pactos sociais, globalização e integração regional**. Campinas: Editora da Unicamp; Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2008. p. 215-277.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare state, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 53-78, fev. 1988.

DUDKA, Stanislaw; ADRIANO, Domy C. Environmental impacts of metal ore mining and processing: a review. **Journal of Environment Quality**, v. 26, n. 3, p.590-602, may. 1997.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e terra, 2003.

ELKINGTON, John. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, Berkeley, v. 36, n. 2, p. 90–100, 1994. ISSN: 2162-8564 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.2307/41165746>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2307/41165746>. Acesso em: 13 ago. 2019

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana. 2007, p. 64 (Serie colonialidad/modernidad/descolonialidad). ISBN 978-980-396-776-5

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**. Curitiba, PR: Juruá, 2011a. v. 1

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**. Curitiba, PR: Juruá, 2011b. v. 2

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**: os fundamentos da teoria crítica nos estudos organizacionais. **Cadernos da Escola de Negócios**, Curitiba, jul./dez. 2003. ISSN 1679-3765 versão *online*. Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosnegocios/index.php/negocios/article/view/1/1>. Acesso em: 25 out. 2017.

FARIA, José Henrique de. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, 2014.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008. v. 1. 112p., ISBN 978-86-88638-21-1.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993. Cap. 6, p. 69-80. (Coleção Linguagem /crítica). ISBN 85-7113-078-7.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 1-12, set. 2010. ISSN: 2238-8915 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.28636>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28636/17316>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. **Letras: Revista do Programa de pós-graduação em Letras**, Santa Maria, n. 27, P. 39-46, jul./dez. 2003. ISBN 2176-1485 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148511896>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896/7318>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. **O Althusserianismo em linguística**: a teoria do discurso de Michel Pêcheux. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. ISBN 978-85-8148-781-6.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FLORENCIO, Ana Maria Gama [*et. al.*]. **Análise do discurso**: fundamentos & prática. 1. ed., reimpr. Maceió: EDUFAL, 2016. 131 p. ISBN 978-85-7177-514-5.

FLORENCIO, Tatiana Magalhães. **Os sentidos de público no discurso educacional dos governos Lula (2003-2010)**. Maceió: Edufal, 2013. 174p., ISBN 978-85-717-7780-4.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2000. ISSN: 2176-9109 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v1i0.3056>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3056>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vale perde mais de R\$ 70 bilhões em valor de mercado após tragédia em Brumadinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jul. 2019a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/acoes-da-vale-despencam-apos-tragedia-em-brumadinho.shtml>. Acesso em 29 jul. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Seis meses após Brumadinho, Vale ainda está 10% abaixo de seu valor de mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jul. 2019b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/seis-meses-apos-brumadinho-vale-esta-proxima-de-recuperar-seu-valor-de-mercado.shtml?loggedpaywall>. Acesso em 29 jul. 2019.

FONTANA, Mónica Graciela Zoppi. Sonhando á pátria: os fundamentos de repetidas fundações. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993. Cap. 10, p. 127-150. (Coleção Linguagem /crítica). ISBN 85-7113-078-7.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Para um Olhar Epistemológico da Administração: problematizando seu objeto. *In*: SANTOS, Reginaldo Souza. **A Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Mandacaru, 2004. 183p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. *In*: SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). **Discussões metodológicas para a reafirmação da administração como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2004. (Coleção Edições Mandacaru).

FREITAS, Carlos Machado de; BARCELLOS, Christovam; ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes; SILVA, Mariano Andrade da; XAVIER, Diego Ricardo. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, e00052519, 2019. ISSN: 1678-4464 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00052519>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600502&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2019.

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; MENEZES, Fernanda Carvalho de. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p.25-30, set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300010>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Mar. 2019.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NELISIS, Camila Magalhães; NUNES, Leticia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. ISSN 1982-0259 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000100004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-498020120001000000&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2019.

FROGER, Géraldine. Significations et ambiguïtés de la gouvernance dans le champ du développement durable. **Mondes en développement**, Paris, v. 136, n. 4, p. 11-28, febr. 2006.

FUCHS, Catherine. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 8, p.129-134, 1985. ISSN 2447-0686. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v8i0.8636744>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636744/4464>. Acesso em 13 ago. 2019.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - FNUAP. Resumo do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Tradução não oficial do documento “Summary of the Programme of Action of the International Conference on Population and Development”. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 94. 1995, Nova York. **Livro de resumos**. Nova York: Nações Unidas, 1995.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117p.

G1 MINAS. Sobe para 241 as mortes confirmadas em Brumadinho: De acordo com a Defesa Civil, 29 pessoas continuam desaparecidas. **G1 Minas Gerais**, Belo Horizonte, 19 maio. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/05/19/sobe-para-241-as-mortes-confirmadas-em-brumadinho.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2019.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi; MARTINS, Rodrigo Constante. Da mercantilização da natureza à criação de mercadorias verdes. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 8, n. 1/2, 2014.

GARRIGA, Elisabet.; MELÉ, Domènec. Corporate Social Responsibility Theories: mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 53, p. 51-71, 2004.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. 1. ed. 6. reimpr. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2015.

GAVIRIA, Edwin Muñoz. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.138-154, maio./ago. 2015. ISSN 2317-1529 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n2p138>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4950>. Acesso em: 16 ago. 2019.

GODEIRO, Nazareno; MOURA, Efraim; SOUZA, Paulo Soares de; VIEIRA, Valério. **Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização**. São Paulo: Sundermann, 2007. 160p., ISBN 978-85-99156-20-9.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, Antônio Marcos Tosoli. O desafio da análise de discurso: os dispositivos analíticos na construção de estudos qualitativos. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v.14, n. 4, p.620-626, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v14n4/v14n4a20.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

GOY, Leonardo; SAMORA, Roberto; AGÊNCIA REUTERS. Brasil tem exportação recorde

de minério em 2016, mas receita recua por preço. **Época Negócios**, Porto Alegre, 02 jan. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/01/brasil-tem-exportacao-recorde-de-minerio-em-2016-mas-receita-recua-por-preco.html>. Acesso em: 23 nov. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formações discursivas, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produções de identidade. *In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD)*, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UGRGS, 2005. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867818/mod_resource/content/1/Gregolin_Formacao_discursiva_redes_de_memoria.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

GRIGOLETTO, Marisa. Silenciamento e memória: discurso e colonização britânica na Índia. **Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, Porto Alegre, v. 17, n.35, p. 229-243, 2003. ISSN: 2238-8915 versão *online*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30026>. Acesso em: 17 ago. 2019.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Investimento Social Privado**. São Paulo: GIFE, c2019. Disponível em: <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *In: CENTRO ANDINO DE ACCIÓN POPULAR; CENTRO LATINO AMERICANO DE ECOLOGÍA SOCIAL. Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP; CLAES, 2009. p.187-225. ISBN 78 9978 51 024 7.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 237, p. 128-146, ene./feb. 2012. ISSN: 0251-3552.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

GUILHAUMOU, Jacques. Le corpus en analyse de discours: perspective historique. **Corpus**, [s. l.], n. 1, p.21- 50, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Independência e morte. *In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. (Org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993. p. 11-26.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando valor sustentável. **GV-executivo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, maio./jul. 2004. ISSN 1806-8979 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/gvexec.v3n2.2004.34820> Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34820>. Acesso em: 13 ago. 2019.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Cap. 4, P. 115-1498. ISBN: 978-85-15-02971-6.

HARVEY, David. A Geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria Marxista. *In*: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006. Cap. 2, p. 32-72. (Coleção Geografia e Adjacências). ISBN: 85-7419-496-4.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. *In*: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006. Cap. 4, p. 125-160. (Coleção Geografia e Adjacências). ISBN: 85-7419-496-4.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006, 252p. (Coleção Geografia e Adjacências). ISBN: 85-7419-496-4.

HENRY, Paul. Apêndice: sentido, sujeito, origem. *In*: ORLANDI, Eni Pulcinelli. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. São Paulo: Pontes, 1993. Cap. 11, p. 151-162. (Coleção Linguagem /crítica). ISBN 85-7113-078-7.

HIBOU, Béatrice. **The bureaucratization of the world in the neoliberal era: international and comparative perspective**. Translated by Andrew Brown. Pages with Translation of the author's *La bureaucratisation du monde à l'ère néolibérale*. Paris: Editions La Découverte, 2015. [Bureaucratisation du monde à l'ère néolibérale. English].

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Da Rio 92 à Rio+ 20: a revista Exame e a institucionalização da sustentabilidade Rio 92 to Rio+ 20: the magazine Exame and the institutionalization of sustainability. **Razón y Palabra: Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación**, v. 18, n. 87, p. 417-433, jul./sept. 2014. ISSN: 605-4806.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. ISSN 0102-6267.

ITACARAMBI, Paulo. Reputação e RSE nas empresas brasileiras. **Instituto Ethos**, São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: http://www3.ethos.org.br/cedoc/reputacao-e-rse-nas-empresas-brasileiras/#.V_OfCDLOpjU. Acesso em: 04 out. 2016.

IVO, Anete Brito Leal (Org.). **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. Salvador: Edufba, 2016. ISBN: 978-85-232-1545-3.

IVO, Anete Brito Leal. A noção de governança: um novo regime de ação para o desenvolvimento sustentável e a produção das ciências sociais. *In*: IVO, Anete Brito Leal (Org.). **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. Salvador: Edufba, 2016. Cap. 2, p. 37-104. ISBN: 978-85-232-1545-3.

IZOTON, Analine. **Prefeitura recebe representantes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. Cariacica: Prefeitura Municipal de Cariacica, 2013. Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/11195/prefeitura-recebe-representantes-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm>. Acesso em: 10 abri. 2019.

JORDAN, Andrew. The governance of sustainable development: taking stock and looking forwards. **Environment and Planning C: Government and Policy**, Norwich, v. 26, pages p.17-33, 2008.

KLIKAUER, Thomas. Critical management as critique of management. **Critical Sociology**, Thousand Oaks, v.44, n. 4, p. 753-762, 2016. ISSN: 1569-1632 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.1177/0896920516683234>. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0896920516683234>. Acesso em: 28 jan. 2018.

KOPELKE. André Luiz; BOEIRA, Sérgio Luís. Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 78-95, jan./mar. 2016.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Orientador: Nelson de Oliveira Santos. 2005. 225 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2005.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 251-268, 2012.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O lugar do não governamental na proposição de um pacto social para o desenvolvimento**: mudanças nas relações entre agências de cooperação internacional e empresas europeias com organizações não governamentais brasileiras. [Projeto de Pesquisa]. Salvador: FAPESB, 2010.

KRAYCHETE. Modelo de desenvolvimento de pacto social. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1135-1145, jan./mar. 2008.

KREILTON, Maria Priscilla. **A ética nas relações entre empresas e sociedade**: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. *In*: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba, **Anais [...]**. Curitiba: ANPAD, 2004.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 42, e9, *Epub*, 26 jul. 2017. ISSN 0303-7657 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000016016>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572017000100302&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 ago. 2019.

LAGO, Cecília do; CARVALHO, Marco Antônio. Com R\$ 82 milhões em doações eleitorais, Vale espalhou influência em 25 Estados e no Congresso. **Estadão**, São Paulo, 01 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,com-r-82-milhoes-em-doacoes-eleitorais-vale-espalhou-influencia-em-25-estados-e-no-congresso,70002702885>. Acesso em: 23 abr. 2019.

LANDRUM, Nancy E. Stages of corporate sustainability: integrating the strong sustainability worldview. **Organization & Environment**, Thousand Oaks, v. 31, n. 4, p. 287–313, jul, 2017.

LATEEF, K. Sarwar. Evolution of The World Bank's thinking on Governance. **World Development Report 2017**, Washington, jan. 2016. Disponível em: <http://documents.banquemondiale.org/curated/fr/489281487588362200/pdf/112916-WP-PUBLIC-WDR17BPEvolutionofWBThinkingonGovernance.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2019.

LAUTIER, Bruno. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-368, ago. 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. **Proposta: Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 71, p. 1-5, dez. 2016 / fev. 1997.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução: Jorge E. Silva; Revisão Técnica: Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 439p., (Coleção Educação Ambiental). ISBN 978-85-326-3918-9.

LEITE-DA-SILVA, Alfredo Rodrigues. Contribuições da abordagem francesa de análise do discurso nos estudos contemporâneos sobre teoria organizacional (TO). In: CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex SILVA; PIMENTEL, Thiago D.; SOUZA-RICARDO, Pablo Alexandre Gobira (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 174-184. ISBN 978-85-3622-518-0.

LÉLÉ, SHARACHCHANDRA M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, Amsterdã, v.19, n. 6, p. 607-621, 1991. ISSN: 0305-750X.

LIMA, Gabriela Garcia Batista. O conceito de governança global do desenvolvimento sustentável no estudo da efetividade da norma jurídica: reflexões epistemológicas. **Nomos: Revista do Programa de Pós-graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v. 32 n. 2, jul./dez. 2012. ISSN 1807-3840. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/356>. Acesso em: 22 nov. 2018.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano**: a agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: UNESP, 2005.

LOPES, Luciano Motta Nunes. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, Betim, MG, v. 5, n. 1, p. 1-14, jun. 2016. ISSN 2316-4514. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/11377>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MACEDO, Raíne Simões; SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 19, n. 2, 2018. ISSN: 2594-9675 versão *online*. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/3661>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MADALENA, Joana. D.; ROVER, Suliane; FERREIRA, Denize M.; FERREIRA, Luiz F. Estudo dos relatórios de sustentabilidade GRI de empresas brasileiras. **Electronic Journal of**

Management, Education and Environmental Technology (REGET), [s. l.], v. 20, n. 1, p. 566-579, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. As formações discursivas. *In*: MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. Cap. 7, p. 81-94.

MILNE, Markus J.; TREGIDGA, Helen; WALTON, Sara. Words not actions! The ideological role of sustainable development reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bingley, v. 22, n. 8, p. 1211-1257, 2009.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003. 110p., ISBN 85-7113-183-5.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 17-30.

MARTINEAU, Régis; LAFONTAINE, Jean-Phillipe. When carbon accounting systems make us forget nature: from commodification to reification. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**. Bradford, v. ahead-of-print, n. ahead-of-print, jun. 2019. ISSN: 2040-8021 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2018-0178>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SAMPJ-07-2018-0178/full/html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARTINI JÚNIOR, Luiz Carlos de; SILVA, Elmo Rodrigues da; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. Análise da transparência corporativa por meio dos relatórios de sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de empresas do setor brasileiro de energia elétrica. **Sistemas & Gestão**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 34-46, 2014.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 237-272. ISBN 978-85-7743-048-2.

MARX, Karl. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

MASON, Marianne; MASON, Robert D. Communicating a Green Corporate Perspective: Ideological Persuasion in the Corporate Environmental Report. **Journal of Business and Technical Communication**, v. 26, n. 4, p. 479-506, 13 Jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1050651912448872>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1050651912448872?journalCode=jbtb>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MAZIÈRE, Francine. A análise do discurso, o político e a língua. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.). **Memória e história da/na análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011. Cap. 1, p. 15-35.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. 3. reimpr. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2017. 133p. (Coleção Na Ponta da Língua; v. 14). ISBN 978-85-88456-

48-8.

MELLO, Alessandra; PRATES, Maria Clara. Vale aumentou doações a políticos durante debate do Código da Mineração. **Jornal Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 19 nov. 2015. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/19/interna_gerais,709569/vale-aumentou-doacoes-a-politicos-durante-debate-do-codigo-da-mineraca.shtml. Acesso em 23 abr. 2019.

MÉSZÁROS, István. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. **Resistir.info**, Portugal, 28 nov. 2002. Disponível em:

http://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html. Acesso em: 03 abr. 19.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição.

Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 1102p., (Coleção Mundo do trabalho). ISBN 978-85-7599-145-1.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil?:

Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.10, n.19, jan/jun. 2013.

MILANI, Bruno; RIGHI, Marcelo Brutti; CERETTA, Paulo Sérgio; DIAS, Valéria da Veiga.

Práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social afetam o risco e o retorno dos investimentos?. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 5, p. 667-682, 2012.

MILNE, Markus J.; TREGIDGA, Helen; WALTON, Sara. Words not actions! The ideological role of sustainable development reporting. **Accounting, Auditing &**

Accountability Journal, Bingley, v. 22 ,n. 8, p. 1211-1257, 23 oct. 2009. ISSN: 0951-3574. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570910999292>.

MIRANDA, Lucília Souza; MARQUES, Antônio Carlos. Os impactos ocultos da represa de mineração da Samarco colapsam a fauna marinha brasileira - um exemplo dos staurozoários (Cnidaria). **Biota Neotropica**, Campinas, v. 16, n. 2, e20160169, 2016. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2016-0169>. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032016000200401&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 set. 2019. Epub 08 abr.2016.

MISOCZKY, Maria Ceci; AMANTINO-DE-ANDRADE, Jackeline. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 193-210, jan./mar. 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000100010. Acesso em: 25 jan. 2018.

MITTMANN, Solange; INDURSKY, Freda Freda. (Orgs.). **Memória e história na/da**

análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 15-36. ISBN 978-85-7591-196-9.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, n. 8, p. 53-64, 2002.

MONTIEL, Ivan; DELGADO-CEBALLOS, Javier. Defining and Measuring Corporate Sustainability: Are We There Yet?. **Organization & Environment**, Thousand Oaks, v. 27, n. 2, p. 113–139, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026614526413>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1086026614526413?journalCode=oaec> Acesso em:

MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. **Estado, desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Unesp, 2006. 192p. ISBN: 85-7139-726-0

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. **A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. Orientadora: Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante. 2010. 163 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.

MOTA, Márcio de Oliveira Mota; MAZZA, Adriana Carla Avelino; OLIVEIRA, Francisco Correia de. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem?. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 68-80, jan./mar. 2013. ISSN: 1984-8196.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRGENS. O lucro vale a vida: análise do MAB sobre o crime da Vale em Brumadinho/MG. **REVISTA MAB**, São Paulo, p. 28, fev. 2019.

MUÑOZ, Enara Echart. **Movimientos sociales y relaciones internacionales: la Irrupción de un nuevo act**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2008.

MUSSOI, Alex; LUNKES; Rogério João; SILVA, Rodrigo Valverde da. Missão institucional: uma análise da efetividade e dos principais elementos presentes nas missões de empresas brasileiras de capital aberto. **REGE – Revista de Gestão**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 361-384, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36743/39464>. Acesso: 20 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim: Nações Unidas, 1995. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

NARZETTI, Claudiana. As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, Jataí, v. 2, n. 2, 2010. ISSN: 2176-9125. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/52.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

NEJATI, Mostafa; SHAHBUDIN, Amirul Shah Md; AMRAN, Azlan. Sustainable Development: A Competitive Advantage or a Threat?. **Business Strategy Series**, Oxford, v. 11 n. 2, p. 84-89, 2010. ISSN: 1751-5637 versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.1108/17515631011026407>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17515631011026407/full/html>. Acesso em: 22 ago. 2018.

NEVES, Maila de Castro Lourenço das; ROQUE, Marco Antônio Valente; FREITAS, André Augusto; GARCIA, Frederico Duarte (Orgs.). **PRISMMA**: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus; 2018. ISBN: 978-85-53069-00-2.

NOBRE Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia; QUINELLI, Larissa. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas. **Revista Baru: Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 111-129, 2016.

OLIVEIRA, Luciana de. Responsabilidade Social Empresarial no Brasil: atores e valores em transição. **Conexão - Comunicação e Cultura**- UCS, Caxias do Sul, v. 11, p. 25-45, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. v. 1. p. 121-128.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OREIRO, José Luís; FEIJO, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010. ISSN 0101-3157. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 mar. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 1., 2003, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UGRGS, 2003b. ISSN 2237-8146. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016. ISBN 978-85-7113-382-2.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. ISBN: 978-85-268-1054-9.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. *In*: MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003a. p. 9-13., ISBN 85-7113-183-5.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso: algumas observações. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 105-126, fev. 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. **ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Campinas, v. 89, p. 2, 2007. ISSN 1519-7654 [online]. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 21 nov. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso, ciência e atualidade. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs.). **O acontecimento do discurso no brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 17-30. ISBN: 978-85-7591-295-9.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ler Michel Pêcheux hoje. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2014. p. 11-25.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Observações sobre análise de discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Terra à vista!**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990. p. 25-37. ISBN: 978-85-249-0275-8.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993a. Cap. 1, p. 11-25. (Coleção Linguagem/crítica). ISBN 85-7113-078-7.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Prefácio. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993b. p. 7-9. (Coleção Linguagem/crítica). ISBN 85-7113-078-7.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015a. 98 p., ISBN 978-85-7113-131-6.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed., 4. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015b. 181p., ISBN 978-85-268-0755-6.

PATTBERG, Philipp. La gouvernance, une simple mode?. *In*: JACQUET, Pierre; PACHAURI, Rajendra K.; TUBIANA, Laurence (dir.). **Regards sur la terre**: L'annuel du développement durable. Paris: Les Presses Sciences Po., 2009. [Un système à l'épreuve du développement durable. Chapitre 1, p. 83-95]. ISBN 978-2-7246-1091-8.

PATTI, Ane Ribeiro; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; GARCIA, Dantielli Assumpção. Pelos entremeios da análise do discurso: nos fios de Michel Pêcheux. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 220-231, ago. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200003&lng=pt&nrm=iso. acesso em 27 ago. 2019.

PAULA, João Antônio de. Crise econômica e reintegração do capitalismo dependente no Brasil. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno; PAULA, João Antônio de; BRANDÃO, Carlos; GARZON, Luís Fernando Navoa; Hernández, Francisco del Moral; BERMANN, Célio. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. Cap. 2, p. 9-38. ISBN: 978-85—98271-82-8.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012b. (Coleção questões da nossa época; v. 44). ISBN 978-85-249-1932-9.

PAVEAU, Marie-Anne. O que quer dizer trabalhar em análise de discurso na França em 2011? Epistemologias, objetos, métodos. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 4.; ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3., 15 a 17 de setembro de 2011, Pouso Alegre, MG. **Anais [...]**. Pouso Alegre, MG: ENELIN; Universidade do Vale do Sapucaí, Unidade Fátima; 2011. Disponível em: <https://www.cienciasdalinguagem.net/enelin-2011>. Acesso em: 9 jan. 2018.

PEARCE II, John A. The company mission as a strategic tool. **Sloan Management**, Cambridge, v. 23, n. 3, p. 15- 24, jan. 1982.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. Cap. 3, p. 59-158. ISBN: 978-85-268-1052-5.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da análise do discurso [Prefácio]. *In*: COURTINE, Jean-François. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014b. p. 21-26., ISBN 978-85-7600-160-7.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagem, discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014c. Cap. 6, p. 121-129.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014d. p. 151-162.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. Cap. 4, p.159-250.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014. Cap. 5, p. 93-106.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 1990. 68 p., ISBN 8571130434.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. In: ACHARD, Pierre [et. al.]. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes Editora, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. 5. ed. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 317p.

PEZZOLI, Keith. Sustainable Development: a transdisciplinary overview of the literature. **Journal of Environmental Planning and Management**, Abingdon, v. 40, n. 5, p. 549-574, sept. 1997.

PHILLIPS, Nelson; HARDY, Cynthia. **Discourse analysis investigating processes of social construction**. Thousand Oaks California: SAGE Publications Inc., 2002.

PIMENTEL E SILVA, Christiane. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, abr. 2019. ISSN 2317-6318 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.164>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100034&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 01 set. 2019.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Políticas do sentido, práticas da expressão e história do corpo. Uma apresentação da obra de Jean-Jacques Courtine ao leitor brasileiro. In: COURTINE, Jean-François. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014. p. 7-20. ISBN 978-85-7600-160-7.

PLON, Michel. Analyse du discours (de Michel Pêcheux) vs analyse de l'inconscient. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 1., 2003, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UGRGS, 2003. ISSN 2237-8146. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/MichelPlon.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2017.

PORTAL G1. Cade aprova aquisição da mineradora Inco pela Vale. **G1: Economia Negócios**, Porto Alegre, 21 nov. 2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL187630-9356,00-CADE+APROVA+AQUISICAO+DA+MINERADORA+INCO+PELA+VALE.html. Acesso em 30 mar. 2019

PORTAL G1. Lucro da Vale cresce 45,6% e vai a R\$ 25,657 bilhões em 2018: No quarto trimestre, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 14,485 bilhões. **G1: Economia Negócios**, Porto Alegre, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/27/vale-tem-lucro-de-r-25657-bilhoes-em-2018.ghtml>. Acesso em 30 mar. 2019

PORTAL VALOR ONLINE. Vale do Rio Doce supera Petrobras em valor de mercado. **Uol Economia**, 01 out. 2007. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2007/10/01/ult1913u76845.jhtm>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PORTER, Michael E.; LINDE, Claas van der. Green and competitive: ending the stalemate. **Harvard Business Review**, Brighton, v. 73, n. 5, p. 120-129, 1995.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. The link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard business review**, Brighton, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 461p.

PRATES, Vinicius. **A natureza deslocada**: construção dos sentidos da sustentabilidade nas revistas de economia e negócios Exame, Época Negócios e IstoÉ Dinheiro. Orientador: José Luiz Aidar Prado. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

QUADROS, Teresinha. Mudanças na economia mundial e impactos nas ONGs. **Bahia Analises e Dados**, Salvador, v. 7, n. 4, mar. 1998.

RAMIRES, Lidia. **Eles conseguiram**: os sentidos de sucesso no jornalismo de televisão. Maceió: EDUFAL, 2017. 182p.

RIBEIRO, Malu (Coord.). **Lauda Técnico Parcial**: expedição bacia do rio doce. São Caetano do Sul: Fundação SOS Mata Atlântica. Programa Rede das Águas. Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, 2019. [Projeto Observando os Rios]

RIST, Gilbert. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.

ROBINSON, Herbert S.; ANUMBA, Chimay J.; CARRILLO, Patricia M.; AL-GHASSANI, Ahmed M. “STEPS: a knowledge management maturity roadmap for corporate sustainability”, **Business Process Management Journal**, Bradford, v. 12, n. 6, p. 793-808, nov. 2006.

ROCHA, Diogo Ferreira da; PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. The map of conflicts related to environmental injustice and health in Brazil. **Sustainability Science**, Helsinki, v. 13, n. 3, p. 709–719, may. 2018.

ROCHA, Diogo Ferreira da; PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. The map of conflicts related to environmental injustice and health in Brazil. **Sustainability Science**, Helsinki, v. 13, n. 3, p. 709–719, may. 2018.

RODRIGUES, Rubson Marques; BREZEZINSKI, Iria. **Contradições da administração / gestão organizacional**: ingenuidade teórica e perversidade lógica. Brasília: Liber Livro, 2013. 168p. ISBN 978-85-7963-118-4.

ROMERO, Miguel. La Solidariedad de Mercado. *In*: NIETO, Luis (org.). **La ética de las Ongd y la lógica mercantil**. Barcelona: Içaria 2002.

ROSA, Alexandre Reis; PAÇO-CUNHA, Elcemir; MORAIS, Cesar Augusto Tureta de. Análise crítica do discurso como análise crítica das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu. *In*: CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex SILVA; PIMENTEL, Thiago D.; SOUZA-RICARDO, Pablo

Alexandre Gobira (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 79-108. ISBN 978-85-3622-518-0.

RUBEN, Guilherme; SERVA, Maurício; CASTRO, Marco Luiz de. Resíduos e complementaridade: das relações entre a teoria da administração e a antropologia. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 68-80, maio./jun.1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8052/6832>. Acesso em: 17 nov. 2017.

RUHIL, Rohini. Millennium development goals to sustainable development goals: challenges in the health sector. **International Studies**, Thousand Oaks, v. 52, n. 1-4, 118-135, dec. 2017.

RUSSO, Fátima Ferreira. **Privatização da Vale do Rio Doce: Valores, Manifestação e Implicações**. Orientador: Valderéz Ferreira Fraga . 2002. 86f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

SALMON, Anne. Uma empresa neoliberal: da ordem espontânea à ordem moral. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 230-256, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004511>. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000200230&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

SANTOS FILHO, Onofre. O fogo de prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte : Ed. PUC Minas, 2005.

SANTOS, Theotônio dos. Introducción; La corporación multinacional: célula del imperialismo contemporáneo. In: SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. 2011. Cap. 1 e 2, p. 7-119. ISBN 978-980-276-490-7

SCCOTO, Gabriela. Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina. **Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales**, Quito, n. 14, p. 95-116, sept. 2013. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/5972>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SCHMITTER, Philippe. Neocorporativismo y Estado. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 31, 1985.

SILVA, João Paulo Souza. Impactos ambientais causados por mineração. **Revista Espaço da Sophia**, Registro, SP, ano 1, n. 8, p. 1-13, nov. 2007.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Agronegócio e agricultura familiar: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital**. Maceió: Edufal, 2015. 255p., ISBN: 978-85-7177-969-3.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Trilhar caminhos, seguir discursos: aonde isso pode nos levar? In: CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (Org). **Linguagem, discurso, ideologia: a materialidade dos sentidos**. Maceió: EDUFAL, 2017. Cap 1, p. 11-38.

SIVERIS, Daiane; ZANDWAIS, Ana. Nem autor, nem somente função-autor: também sujeito-idealizador. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 44, jan./ mar. 2015. ISSN 2179-2194 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/18056>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/18056>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Trilhar caminhos, seguir discurso: aonde isso pode nos levar? *In*: CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (Org.). **Linguagem, discurso e ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: Edufal, 2017. Cap. 1, p. 11-38. ISBN: 978-85-5913-107-9.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Análise da água do Rio Doce**. São Caetano do Sul: Fundação SOS Mata Atlântica. Programa Rede das Águas. Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, c2019. [Projeto Observando os Rios]. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/projeto/observando-os-rios/analise-da-agua-rio-doce/>. Acesso em 10 ago. 2019.

SPENCE, Crawford. Social and environmental reporting and hegemonic discourse. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bingley, v. 20, n. 6, p. 855-882, 2007.

SPRINGER, Simon. Neoliberalism as discourse: between Foucauldian political economy and Marxian poststructuralism. **Critical Discourse Studies**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 133–147, 31 jan. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/17405904.2012.656375>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17405904.2012.656375>. Acesso em: 10 abr. 2019.

STIGLITZ, J. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégias, políticas e processos**. Palestra. UNCTAD. Genebra:1998. Disponível em: www.nead.org.br. Acesso em: 05 mai. 2015.

SZÉKELY, Francisco; KNIRSCH, Marianna. Responsible leadership and corporate social responsibility: metrics for sustainable performance. **European Management Journal**, London, v. 23, n. 6, p. 628-647, dec. 2005.

TACHIZAWA, Élio Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 450p.

TAVARES, Maria da Conceição (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. v. 1.

TEITELBAUM, Alejandro. **La armadura del capitalismo**: El poder de las sociedades transnacionales en el mundo contemporáneo, España: Editorial Icaria, 2010. (Colección : Antrazyt; v. 318). ISBN: 978-84-9888-144-8.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

TETREAULT, Darcy. La megaminería en México. Reformas estructurales y resistencia. **Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales**, Quito, n. 14, p.

214-232, sept. 2013.

THOMSON, Ian. Pela política da boa vizinhança. [Entrevista cedida a] Poliana Abreu. **Ideia Sustentável**, São Paulo, 31 jan. 2014. Disponível em: <https://ideiasustentavel.com.br/pela-politica-da-boa-vizinhanca/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

TOTA, Antônio Pedro. Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 69-76, 9 dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/144204>. Acesso em: 10 dez. 2018.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: UNESP, 2011.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

TRUMAN, Harry S. **Truman's inaugural address, January 20, 1949**. Washington, DC: Library and Museum, 1949. Disponível em: https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm. Acesso em: 04 mar. 2016.

TUROLLO JÚNIOR, Reynaldo; ESTARQUE, Marina. Bancada da lama barra ações para melhorar segurança em barragens: Deputados receberam doações de empresas, mas negam defender o setor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/bancada-da-lama-barra-acoes-para-melhorar-seguranca-em-barragens.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2019.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, p. 55-62, nov. 2004 .

VALE. **Guia exame 2014: sustentabilidade de 61 empresas**, São Paulo, p. 121, nov. 2014a. Disponível em: http://www.eaton.com.br/ecm/groups/public/@pub/@eatonbr/@corp/documents/content/pct_1207361.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

VALE. **Demonstrações financeiras (2008-2017)**. Rio de Janeiro: Vale, c2017.

VALE. **Política de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/Politica_de_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf. Acesso em: 17 de dezembro de 2008.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2006**. Rio de Janeiro, 2006

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2007**. Rio de Janeiro, 2007.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2008**. Rio de Janeiro, 2009.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2011**. Rio de Janeiro, 2011.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2012**. Rio de Janeiro, 2012.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2013**. Rio de Janeiro, 2013.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Rio de Janeiro, 2014b.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Rio de Janeiro, 2015.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Rio de Janeiro, 2016.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

VALE. **Vale atinge maior valor de mercado dos últimos sete anos**. Rio de Janeiro, 08 jun. 2018. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-atinge-maior-valor-mercado-ultimos-sete-anos.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2019.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 220p. ISBN: 85-7617-051-5.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015. 232p. ISBN: 978-85-7326-612-2.

VILLIERS, Charl de; RINALDI, Leonardo; UNERMAN, Jeffrey. Integrated reporting: insights, gaps and an agenda for future research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bingley, v. 27, n. 7, p. 1042-1067, 27 aug. 2014. ISSN: 0951-3574. versão *online*. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/publication/issn/0951-3574/vol/27/iss/7>. Acesso em 22 nov. 2018.

VISVANATHAN, Shiv. Mrs. Bruntland's Disenchanted Cosmos. **Alternatives: Global, Local, Political**, Amsterdam, v. 16, n. 3, p. 377-384, jul./set. 1991.

VIVEROS, Hector. Examining stakeholders' perceptions of mining impacts and corporate social responsibility. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, Nova Jersey, v. 23, n. 1, p. 50-64, jan./fev. 2016. [First published: 21 July 2014]. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1363>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/csr.1363>. Acesso em: 10 ago. 2019.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Apresentação. *In*: NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim: Nações Unidas, 1995. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

VITALE, Denise; SANTOS NETO, Mario Joaquim dos. Da agenda da ONU à produção das Ciências Sociais no Brasil: reflexões sobre desenvolvimento sustentável e povos indígenas. *In*: IVO, Anete Brito Leal (Org.). **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. Salvador: Edufba, 2016. Cap. 3, p. 105-150. ISBN: 978-85-232-1545-3.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. Desastre da Samarco / Vale / BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 30-35, jul./set. 2016. ISSN 2317-6660 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2018.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa: do início ao fim**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Objetos paradoxais e ideologia (objetos paradojals y ideología). **Estudos da Língua (gem)**, Vitória da conquista, v. 1, n. 1, p. 41-59, 2005.